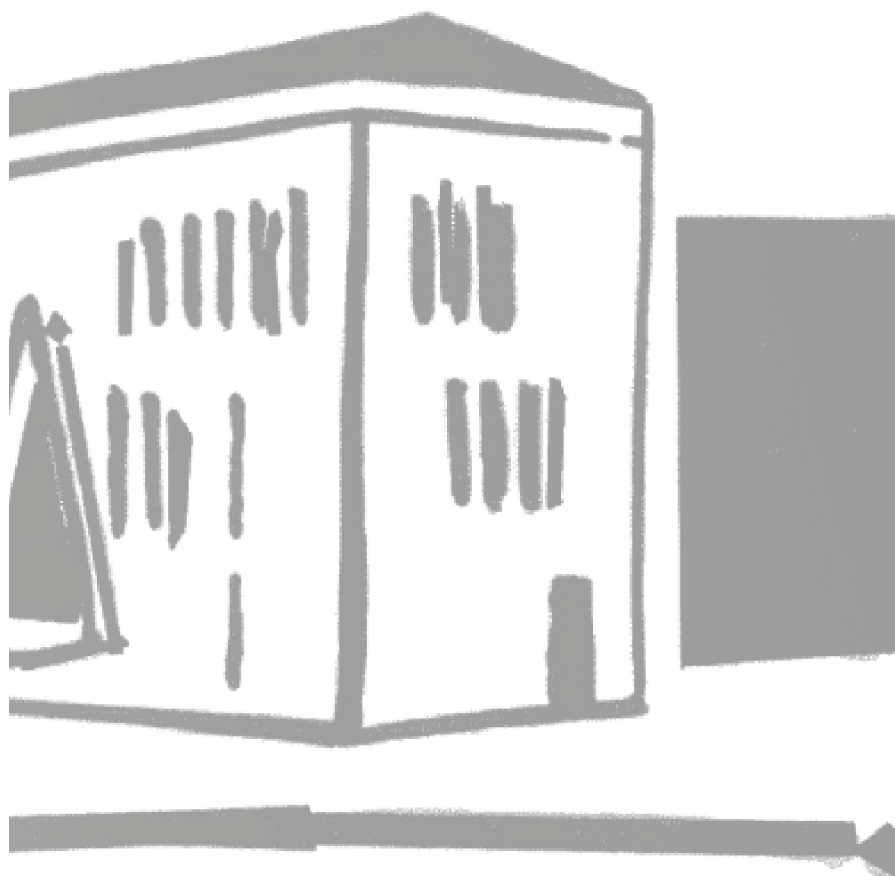


Cadernos de Pesquisa do CDHIS

Revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS

Instituto de História

Programa de Pós-Graduação em História



ISSN 1518-7640

Cad. Pesq. Cdhis	Uberlândia-MG	v.24	n.1	1-300	jan./jun. 2011
------------------	---------------	------	-----	-------	----------------

CADERNOS DE PESQUISA DO CDHIS
REVISTA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA – CDHIS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1Q – CDHIS – Campus Santa Mônica – Uberlândia – MG
Cep 38400-902 – Telefones: (34) 3239 4204 | 4236 | 4240 | 4501
E-mail: cdhis@ufu.br – www.cdhis.ufu.br

EDITORA

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO

Velso Carlos de Sousa (UFU/MG)

Valéria M. Q. C. Lopes (Diretora da Memória e Patrimônio Histórico - Uberlândia/MG)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Paula Spini (UFU/MG)	Antonio Celso Ferreira (UNESP/SP)
Artur César Isaia (UFSC/SC)	Betânia Gonçalves Figueiredo (UFMG/MG)
Cairo Mohamad Ibrahim Katrib (FACIP/UFU/MG)	Daniela Magalhães Silveira (UFU/MG)
Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB/DF)	Jean Luiz Neves Abreu (UFU/MG)
Lúcia Lippi (CPDOC/FGV/RJ)	Mara Regina do Nascimento (UFU/MG)
Marcelo Lapuente Mahl (UFU/MG)	Maria Andréa Angelotti Carmo (UFU/MG)
Maria Clara Tomaz Machado (UFU/MG)	Maria Beatriz Pinheiro Machado
Paulo Knauss de Mendonça (UFF/APERJ/RJ)	(Arquivo Histórico Municipal/Caxias do Sul/RS)
Raquel Glezer (USP/SP)	Rebeca Gontijo (UFRRJ/RJ)
	Yara Koury (PUC/SP)

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Maria Said (UFU/MG)	Benito Bisso Schmidt (UFRGS/RS)
Cléria Botelho da Costa (UnB/DF)	Jane de Fátima Silva Rodrigues (UNIMINAS/MG)
Kátia Rodrigues Paranhos (UFU/MG)	Luciene Lehmkuhl (UFU/MG)
Mário Anacleto (CECOR/UFMG/MG)	Marcos Antônio de Menezes (UFG/GO)
Maria Cristina Nunes F. Neto (PUC/GO)	Maria de Lourdes de A. Fávero (PROEDS-UFRJ/RJ)
Newton Dângelo (UFU/MG)	Norma Discini (USP/SP)
Regma Maria dos Santos (UFG/GO)	Robson Laverdi (CEPEDAL/SC)
Wenceslau Gonçalves Neto (UFU/MG)	Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE/PR)

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Vilmar Martins Júnior (estagiário)
Silvane Vieira da Silva (secretária)

DIAGRAMAÇÃO

Eduardo Henrique Fernandes

CAPA

PROJETO GRÁFICO

Flávio Henrique s. Amorim / NPV – DÍCULT 2010

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Fábio Lapuente Mahl

TÉCNICA EM LÍNGUA INGLESA

Sandra Chaves Gardellari

DIREÇÃO EDUFU

Humberto Aparecido de Oliveira Guido

Tiragem: 1000 exemplares

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU

ISSN 15187640

Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Edição V.24 N.1 - jan./jun. de 2011.

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História. Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS. Uberlândia, MG: EDUFU.

Semestral

1. Arquivo, Memória, Documento 2. História Local 3. Estudos Históricos.

Indexações: LATINDEX (Portal Iberoamericano); SUMARIOS (<http://www.sumarios.org>)

Sumário

Apresentação 7

DOSSIÊ: CIÊNCIA E MEIO-AMBIENTE

Jean Massart e a criação das *reserves naturelles* na
Bélgica na primeira década do século XX..... 13
Alda Heizer

História ambiental: um olhar prospectivo..... 23
Paulo Henrique Martinez

Contando histórias sobre a natureza:
o princípio da simetria, a teoria do ator-rede e a história ambiental..... 37
Marco A. C. Sávio

A natureza e o Império no Brasil: a história entre
as flores e as pedras preciosas na construção da nação..... 61
Janaina Zito Losada

Linhas de força de Os Sertões. 83
Marcos Rogério Cordeiro

A requalificação ambiental dos igarapés de Manaus (2005-2008):
um *continuum* das políticas de urbanização do século XIX? 105
Waldemir Rodrigues Costa Júnior
Amélia Regina Batista Nogueira

Globalização, sociedade civil e recursos
hídricos no noroeste paulista... 125
Waldemir Bueno Camargo

ARTIGOS

De escola agrícola a instituto penal: a polêmica
criação do IPA de São José do Rio Preto na década de 1950 143
Matheus Moreira Marques
Raquel Discini de Campos

São Paulo e o Brasil: comemoração, regionalismo
e construção social do espaço nacional na década de 1920..... 159
Marcelo Santos de Abreu

Re-configurando os valores tradicionais da cultura goiana: os espetáculos Goiânia e Dia e Noite	181
<i>Rejane Schifino</i>	
A “quadra joanina” na imprensa, nos clubes e nos terreiros da Belém dos anos 1950: “tradição interiorana” e espaço urbano	195
<i>Antonio Maurício Dias da Costa</i>	
<i>Elielton Benedito Castro Gomes</i>	
“Dos aparelhos ao orkut”: algumas considerações acerca das relações entre as entidades estudantis, a juventude e a <i>internet</i>	215
<i>Andrey Lopes</i>	
Propostas políticas reformistas de Edgard Leuenroth e João Goulart: um encontro (im)possível?.....	233
<i>Cláudia Tolentino Gonçalves</i>	

RESENHAS

DUARTE, Regina Hora Duarte. A biologia militante: o museu nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil-1926-1945. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 219p.....	259
<i>Jean Luiz Neves Abreu</i>	
GREG, Grandin. Fordlândia – ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010	263
<i>Marcelo Lapuente Mahl</i>	

TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS

<i>Porque morre a imprensa no interior</i> <i>A tribuna, Uberlândia, 11 de março de 1923</i>	271
<i>Guilherme Nunes</i>	
<i>Hitler. A Tribuna, Uberlândia, 5 de março de 1933</i>	273
<i>Larissa Macedo Garcia</i>	
<i>PORTUGAL, Henrique Furtado. Combate à lepra em Minas Gerais. Correio de</i> <i>Uberlândia, Uberlândia, p. 3-3. 20 jul. 1941.</i>	275
<i>Aline Daiane Diniz Ferreira</i>	

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O ensino de história e a educação patrimonial: uma experiência em escola pública.....	281
<i>Wallace Ferreira dos Santos</i>	

Editorial

É com grande prazer que lançamos o primeiro número do ano de 2011 dos Cadernos de Pesquisa do CDHIS.

A publicação revela a consolidação de um trabalho conjunto e o resultado de esforços articulados com o empenho de professores e professoras recém-ingressos no Instituto de História da UFU, que passaram a integrar o novo Conselho Editorial, em 2010, levando a divulgação das chamadas e o conhecimento da publicação a instituições e leitores distantes e, ainda, trazendo a contribuição destes para ampliar nosso debate acadêmico.

Particularmente este é produto do especial empenho dos professores doutores Jean Luiz Neves Abreu e Marcelo Lapuente Mahl do INHIS/UFU que organizaram o número, inclusive o dossiê, com artigos que fertilizam o campo da história da ciência e da história ambiental.

Sete artigos compõem o dossiê que abre a revista. Além dele, seis artigos livres, três resenhas, um relato de experiência e três transcrições de documentos configuram o formato intentado e o compromisso com a atualidade dos estudos historiográficos, ou seja, com a diversidade de perspectivas, abordagens e objetos.

Assim, conseguimos manter o fôlego e a qualidade dessa publicação que, a cada dia, amplia seus territórios temáticos e multiplica seus interlocutores, ao tempo em que abriga novos estudos e atinge novos leitores e leitoras, semeando possibilidades e colhendo frutos nesse diálogo interinstitucional e plural.

Agradecemos aos organizadores, ao estagiário Vilmar Martins Júnior pela especial dedicação na produção de mais esse número, e também, é claro, àqueles e àquelas que nele contribuíram, desejando a todos boa leitura!

Uberlândia/MG, 30 de junho de 2011

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro / INHIS / CDHIS / UFU



Apresentação

A proposta de reunir em um dossiê as temáticas da ciência e do meio-ambiente na história deve-se não apenas ao fato de serem dois domínios que vem ganhando cada vez mais destaque na historiografia. Embora a história da ciência e a história ambiental possuam pressupostos teóricos e metodológicos próprios, ambas convergem no interesse por algumas questões em comum. Além disso, esses temas oferecem a oportunidade de diálogos interdisciplinares, demonstrando a riqueza dos campos de investigação.

Os artigos que fazem parte do dossiê permitem que os leitores da revista *CADERNOS DE PESQUISA DO CDHIS* entrem em contato com diversas abordagens relativas às temáticas da ciência e do meio ambiente na atualidade. Guardando suas especificidades, os textos aqui reunidos revelam como o pensar sobre a natureza constitui o vetor comum dessas áreas de conhecimento.

Conforme propõe Alda Heizer, no artigo *Jean Massart e a criação das reservas naturais na Bélgica na primeira década do século XX*, voltar-se para a natureza significa analisar questões que estão ao redor e no interior do campo historiográfico contemporâneo.

Ao discutir as propostas do biólogo para a proteção da natureza, como a necessidade de criação de reservas naturais, Heizer chama atenção para o fato de como as concepções de conservação devem ser analisadas a partir de sua especificidade, levando em conta a formação dos naturalistas, seus interlocutores e propósitos. Afinal, como observa a autora, a preocupação com queimadas e derrubada de florestas foi uma constante em diários e registros deixados por cientistas, mas que em diferentes contextos revelam noções que devem “ser analisados sem deixarmos de lado o local do fazer científico”. De outra forma, a trajetória de Massart revela como as preocupações de um conservador da natureza estavam atreladas a um projeto que era também político, qual seja, a de dar a conhecer as reservas naturais como “lugares da nacionalidade”.

A história ambiental é analisada por Paulo Henrique Martinez, no texto *História Ambiental: um olhar prospectivo*. Pensando nas variadas formas de trato metodológico da natureza, a partir das primeiras décadas do século XX, o professor da Unesp nos apresenta, de forma bastante objetiva, as principais referências teóricas que fundamentaram, e ainda hoje influenciam no trabalho dos pesquisadores das ciências humanas com as temáticas ambientais. Além disso, o autor aponta também para as amplas possibilidades de abordagem, tanto na academia quanto na educação básica, desse campo do conhecimento que cada vez mais desperta interesse e curiosidade.

As imbricações entre a natureza e a política são contempladas no artigo de Jainaina Zito Losada, *A natureza e o Império no Brasil: a história entre as flores e as pedras preciosas na construção da nação*. Nele, a autora se detém sobre os significados dos relatos acerca da natureza do Brasil no Império, em particular as paisagens interioranas e seus atributos simbólicos, ressaltando as várias dimensões que essas assumem na sensibilidade da época. Com base na leitura dos documentos publicados na Revista do Instituto e Geográfico Brasileiro, a autora chama atenção não só para a ideia de uma natureza grandiosa como parte da identidade do Império, mas também para o movimento de conversão de pântanos, rios, prados, lagoas e montanhas em uma natureza que os indivíduos e instituições pretendiam demarcar, domar e explorar por meio da ciência pragmática e utilitária.

Em *Contando histórias sobre a natureza: o Princípio da Simetria, a Teoria do Ator-Rede e a História Ambiental*, Marco Antônio Sávio realiza uma reflexão teórica sobre o conceito de natureza. O autor realiza uma reflexão de como a sociologia da ciência pode oferecer alguns caminhos para a História Ambiental no que diz respeito à reflexão acerca da natureza. Dessa forma, o artigo pode ser lido como uma tentativa de articular as discussões em história ambiental e história da ciência, tendo em vista o papel central da natureza na produção dessas perspectivas historiográficas. Para Marco Antônio Sávio, a história da ciência pode fornecer subsídios teóricos para as questões problematizadas na história ambiental, propondo um diálogo mais profícuo entre essas áreas.

Encaminhando por questões teóricas caras à crítica literária, o texto de Marcos Rogério Cordeiro, *Linhas de forças de Os sertões*, procura discutir os elementos internos inerentes à obra, na qual a linguagem técnica e a poética são articuladas. Ao analisar a composição de *Os sertões*, Marcos Rogério Cordeiro enfatiza de que maneira o livro incorpora um conjunto epistemológico diverso, transitando por diversas áreas, como a história social e filosofia da natureza. O artigo busca ir além das relações entre o pensamento de Euclides da Cunha e a influência das ciências naturais. Em seu texto, o autor problematiza como os vários elementos epistemológicos são utilizados, apropriados e plasmados pela linguagem no decorrer do livro. Dessa forma, indica como os elementos que levam a perceber como a confluência entre o meio físico do Brasil e sua história só ganham sentido pela força ordenadora da escrita, que garante coesão e sentido ao *Sertões*.

Para encerrar o dossiê, dois trabalhos de geógrafos confirmam a vocação multidisciplinar que as temáticas ligadas à ciência e ao meio ambiente provocam e impulsionam. No artigo *A requalificação ambiental dos Iguarapés de Manaus (2005-2008)*, Waldemir Rodrigues Costa Júnior e Amélia Regina Batista Nogueira apresentam um estudo minucioso das políticas urbanas de Manaus e suas relações com a história, a geografia e a ecologia da região. Em seguida, Waldemir Bueno Ca-

margo, em *Globalização, sociedade civil e recursos hídricos no Noroeste Paulista*, caracteriza a micro-bacia hidrográfica do Rio Preto, no Noroeste Paulista, destacando a importância da gestão dos recursos hídricos na atualidade.

Na parte destinada aos artigos livres, a revista segue então com contribuições de vários pesquisadores que, por meio de suas abordagens diversificadas, formam um painel revelador e interessante sobre o atual estado dos estudos históricos no Brasil. Além disso, conta com a colaboração de alunos que iniciam seu percurso intelectual na Universidade. A todos os que dedicaram seu tempo, cada vez tomado na academia por atividades burocráticas sem fim, para a construção do saber materializado nesta revista, o nosso agradecimento e admiração.

Jean Luiz Neves Abreu
Marcelo Lapuente Mahl





*Dossiê:
ciência e meio-ambiente*



Jean Massart e a criação das *reserves naturelles* na Bélgica na primeira década do século XX

Alda Heizer¹

Resumo

Analisa-se aspectos de um documento escrito pelo biólogo belga Jean Massart (1865-1925), parte de uma coletânea do Instituto Botânico Léo Errera (1858-1905), publicado em 1913. Intitulado “La création de reserves naturelles”, o texto apresenta propostas para a conservação das florestas na Bélgica, chamando a atenção para a impossibilidade de dissociação do entendimento dos fenômenos econômicos e do meio físico em que se deram, bem como para a compreensão das reservas naturais como monumentos históricos.

Palavras-chave: Conservação. Patrimônio. História ambiental.

Abstract

Analyses aspects of a document written by the Belgian biologist Jean Massart (1865-1925), part of a collection of the Botanic Institute Leo Errera (1858-1905), published in 1913. Titled “La creation de reserves naturelles”, the article presents proposals for the Belgium forests conservation highlighting the impossibility of a non association in understanding economical phenomenons and the physical environment that happened as well as the understanding of the natural reserves as historical monuments.

Keywords: Conservation. Patrimony. Environmental history.

¹ Doutora em história pela UNICAMP. Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Professora visitante Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, UFBA/UEFS. aldaheizer@jbrj.gov.br.

Escrever para um Dossiê de História Ambiental e da história da ciência² foi para mim um desafio. Percebi que as dúvidas eram parecidas com as que surgem quando me deparo com alguma solicitação de resumo sobre a minha prática profissional: historiadora da Ciência? da História da História Natural?... da História da Botânica, em particular? Todas as designações que devemos, por exigência dos currículos, dos editais e dos comitês, nos atribuir, servem para anunciar a imprecisão de tais divisões. No que eu defino o meu lugar de produção, necessariamente me excludo de outros. Quando muito, dialogo com outros saberes.

Por certo, assistimos a um número considerável de abordagens que trazem para a cena objetos, velhos conhecidos, e outros, nem tanto, com indagações particulares, na mão inversa das grandes narrativas que deram as costas ao lugar do fazer científico.³ Refiro-me às narrativas históricas sobre o progresso cumulativo presentes nos manuais escolares e nos

textos acadêmicos reforçando uma imagem das ciências redentora e distante da coisa pública.

Em suas tendências mais atuais, trabalhos teóricos e empíricos no âmbito dos estudos sociais das ciências começaram a se debruçar sobre as localidades físicas do fazer científico, abandonando as grandes narrativas da universalidade, entendida até então como inerente às ciências. Tais narrativas, ao desviarem a atenção do lugar, por tornarem as ciências independentes de qualquer contexto local, haviam transformado a localidade em marca de formas culturais inferiores.⁴

Aceitar o desafio obrigou-me a refletir sobre a minha prática e, por consequência, sobre o lugar de onde falo,

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural (...) a operação histórica se refere à combinação de um lugar social e de práticas científicas.⁵

Ou seja, escrever para o presente dossiê se tornou um desafio ainda maior, porém necessário.

Lembrei-me de uma entrevista que o historiador britânico Eric J. Hobsbawm concedeu a pesquisadores do CPDoc/

² No Brasil, o historiador José Augusto Pádua tem se dedicado à história ambiental. Em seu recente artigo, "As bases teóricas da história ambiental", ele analisa a emergência da história ambiental, como uma ciência consciente de si mesma, no contexto histórico e cultural da passagem do século XX para o século XXI. E define a história ambiental como uma investigação aberta e não reducionista das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais ao longo do tempo. Também são discutidos os fatores sociológicos e as principais questões epistemológicas presentes na constituição desse novo campo historiográfico.

³ SCHAFFER, Simon. "As instituições científicas: a geografia histórica dos laboratórios". In: *A ciência tal qual se faz*. Coordenação e apresentação de Fernando Gil. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia/Edições João Sá da Costa, Ltda. Outubro, 1999, p.415-436.

⁴ LOPES, Margaret Maria. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. *História, Ciências, Saúde. Manuais*. Rio de Janeiro, v.1, VIII (suplemento): 881-97, 2001.

⁵ CERTEAU, Michel de. "A operação histórica". In: *História: Novos problemas*. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p.17-48

FGV sobre o grau de especialização na história social a que se tinha chegado até aquele momento, com a institucionalização de campos e subcampos, e a ausência de contato entre os mesmos. Para Hobsbawm, “a especialização é em alguma medida uma função da profissionalização crescente, ou de uma academização dos assuntos” – segundo ele, uma trilha negativa. Em outra resposta, na esteira da primeira, Hobsbawm afirmou sobre a história que lhe interessava até aquele momento: “o outro tipo de história social, que eu chamo de ‘história da sociedade’, é o que está interessado em saber como a sociedade muda, em saber como a sociedade veio a ser o que é, e no que difere do que aconteceu no passado”.⁶

O historiador Peter Burke inicia seu livro sobre *A escrita da história*, publicado na Inglaterra em 1991, afirmando que:

Mais ou menos na última geração, o universo dos historiadores se expandiu a uma velocidade vertiginosa. A história nacional, dominante no século dezenove, atualmente tem de competir com a história mundial e a história regional (antes deixada a cargo de antiquários amadores) para conseguir atenção. Há muitos campos novos frequentemente patrocinados por publicações especializadas. A história social, por exemplo, tornou-se independente da história econômica apenas para se fragmentar, como alguma nova nação,

em demografia histórica, história do trabalho, história urbana e assim por diante.⁷

Aceito o convite e, convencida, talvez, de que a publicação possa abrigar um artigo de minha autoria, e da utilidade do mesmo, comecei por delimitar o que estaria presente nas minhas inquietações e que poderia estar afinado com tal proposta.

Iniciei, então, as reflexões a partir das inquietações sobre um acontecimento: uma viagem, e como a partir da leitura e análise dos resultados desse acontecimento tem sido possível observar a existência de indicadores de questões presentes num quadro maior dos acontecimentos.

Durante o levantamento bibliográfico no setor de obras raras da biblioteca do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), para a análise de uma publicação resultante de uma viagem ao Brasil realizada por um grupo de biólogos belgas entre 1922 e 1923, identifiquei alguns artigos em um periódico escrito por Jean Massart⁸, líder da referida expedição. Tais escritos datam de uma década antes da chegada da Missão Biológica Belga ao Brasil e podem trazer algumas pistas para

⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes e CASTRO, Celso. *Conversando com ... Anthony Giddens, Carlo Ginzburg, Eric Hobsbawm, François Furet, Howard Becker, Jacques le Goff, Jacques Revel, Richard Morse, Robert Darnton, Tulio Halperin Donghi, Warren Dean*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.45-58.

⁷ BURKE, Peter. “Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p.7

⁸ Informações sobre a trajetória de Jean Massart, suas concepções científicas e a especificidade de sua atuação como biólogo podem ser encontradas na tese do historiador belga Denis Diagre . Cf. DIAGRE, Denis. *Le Jardin botanique de Bruxelles (1826-1912), Miroir d'une jeune nation*. Thèse de Doctorat (section Histoire), Université Libre de Bruxelles, 2006.

compreender o significado de um empreendimento que visava coletar e analisar

a flora e a fauna em diferentes pontos do Brasil.⁹



Membros da Missão Biológica Belga ao Brasil, em 1922-23. Acervo Museu do Meio Ambiente.

“La création de reserves naturelles” (1913) foi extraído de uma publicação de 1912 com o título *Pour la protection de la nature em Belgique* e apresenta dois capítulos que, segundo Massart, talvez pudessem, naquele momento, interessar aos naturalistas de todos os países: “Pourquoi il faut proteger la nature” e “Que genre de sites il faut preserver”.

Ilustrada com fotografias que datam de 1907 a 1911, gráficos, ilustração e mapa, a publicação pretendia dar

ciência da situação de diferentes locais do país que tiveram sua paisagem modificada em função da presença humana. No entanto, ao leitor, fica a impressão de que o biólogo pretendia mais do que ressaltar uma situação, para ele, crítica de seu país, como também sugerir um encaminhamento possível por meio de uma opção única: a proteção da natureza frente ao perigo da ação do homem. Para tal, a atuação do governo deveria ser contundente e suas revelações um alerta para os naturalistas e governos de outros países.

Antes de entrar na primeira parte do texto, Jean Massart cita o botânico

⁹ HEIZER, Alda. Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-23. *História, Ciências, Saúde. Manginhos*. Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.849-864, jul-set. 2008.

Léo Errera,¹⁰ que havia apresentado em público, na Academia Real da Bélgica, um relatório sobre sua participação no Congresso Internacional de Botânica em Viena, ressaltando a importância da preservação das floretas, que deveriam ser conservadas intactas, a exemplo de outros países como os Estados Unidos¹¹ e a Dinamarca. Sua defesa da não-intervenção do homem se justificava dado que as modificações implementadas pela presença humana no ambiente atrapalhariam os estudos no campo da biologia.

Jean Massart elencou, logo no início do texto, uma série de medidas tomadas por parte de cientistas, como o biólogo belga Charles Bommer (1866-1938),¹² amadores e políticos, em defesa da conservação das florestas intactas por meio da criação de “reservas naturais”.¹³ Ali se lê, como recomendação:

¹⁰ Léo Errera foi professor de botânica na Universidade de Bruxelas.

¹¹ Provavelmente, o biólogo se referia “ao modelo de criação de áreas protegidas, nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX (...) Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham ‘ilhas’ de conservação ambiental (...) Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos” (Diegues, 2001, p.11).

¹² No início do século XX, Charles Bommer e Jean Massart criaram (em 1904) uma seção especial, na Sociedade Real de Botânica da Bélgica, dedicada à fitogeografia.

¹³ Sobre a criação dos primeiros parques nacionais, em 1885, no Canadá, em 1894, na Nova Zelândia e em 1898, na África do Sul e na Austrália, e as diferentes experiências na América Latina encontram-se em BENSUSAN, Nurit. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Ja-

A classe das ciências da Academia Real da Bélgica recomenda ao estado e às comunas a criação de reservas no Plateau de La Baraque-Michel, de maneira a ali conservar os aspectos característicos e pitorescos dos Hautes-Fagnes, e de ali preservar a flora e a fauna glaciares, ameaçadas de uma destruição próxima, face aos trabalhos de drenagem e arborização.¹⁴

O biólogo ressaltava os problemas das instalações das usinas, dos rios, da mineração e das estradas de ferro, sem deixar de mencionar a perda progressiva do “charme bucólico” de alguns lugares da Bélgica.

Para Massart, era preciso criar *reservas nacionais* nas regiões mais características da Bélgica: “*dans les dunes, dans les polders, en Campine, sur les roches de la Meuse, dans les Hautes-Fagnes, dans la forêt de Saint-Hubert, etc.*” (Bensusan, 2006, p.14).

Há uma referência importante ao trabalho de Charles Bommer num relatório de 1902 à comissão especial para o Conselho Superior de Florestas. Por solicitação deste Conselho, Bommer havia escrito, em relação à conservação integral das partes mais *pitorescas* do país do ponto de vista da ciência, da arte e do turismo:

1. que seja feito um inventário geral dos sítios e das regiões que apresentam

neiro: FGV Editora, 2006, p.14. O livro trata dos limites das soluções propostas para a conservação da biodiversidade com a criação de unidades, parques, entre outros.

¹⁴ MASSART, Jean. *La création de reserves naturelle. Recueil de L'Institut Botanique Léo Errera*. Tome IX. Bruxelles: Henri Lamertin Éditeur-libraire, 1913, p.41.

interesse especial aos pontos de vista precedentes;

2. que se tomem as medidas necessárias para realizar sua conservação integral;

3. que seja instituída uma comissão permanente das reservas, tendo o caráter da comissão real dos monumentos, que seja oficialmente instituída essa dupla missão.

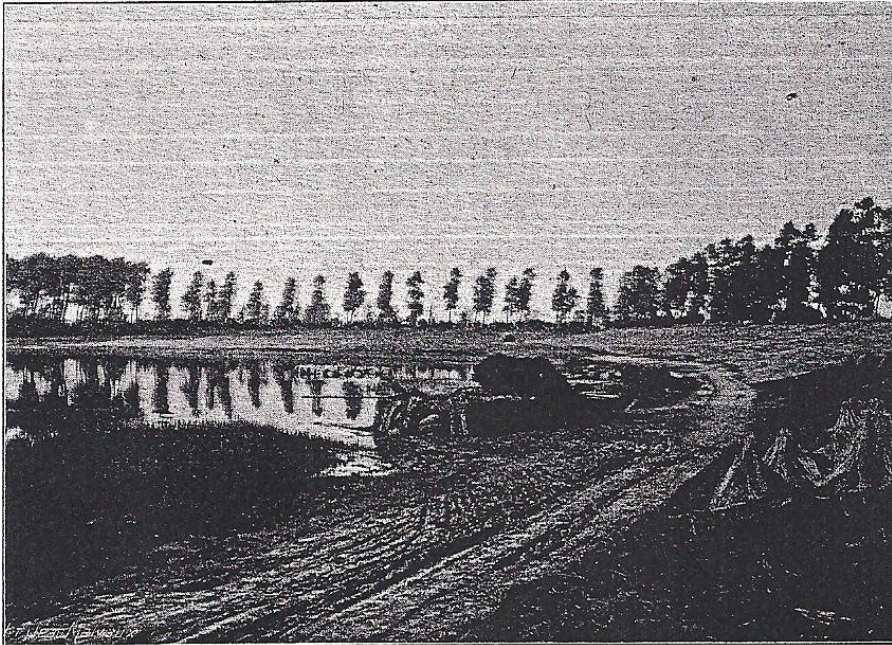


Imagem “Le rouissage du lin” nas margens do riacho Boerenkreek na Vila belga de St. John-in-Eremo, que se situa em Flandres oriental, 1908 (foto reproduzida do texto analisado e sem registro de autoria).

Massart, considerado um conservador atuante na Bélgica, por sua formação e experiência, fez tais inferências, sendo-lhe reservado um lugar na história da conservação na Bélgica.¹⁵

Além disso, o biólogo dedicou-se aos estudos das ciências naturais e da medicina, foi professor de botânica, pesquisador, realizou expedições científicas

à Índia, entre outros lugares, e dirigiu o jardim botânico de Bruxelas.

É importante identificar as preocupações de Massart no mesmo ano, na mesma publicação, mas em tomo diferente – o biólogo publicava sobre o lugar da experimentação na Geografia Botânica, sobre os limites dos tratados modernos de botânica etc. E, preocupado com os limites da observação que a tradição da geobotânica lhe impunha, apresentava seus argumentos sobre a impossibilidade

¹⁵ HEIZER, Alda. Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-23. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.849-864, jul-set. 2008.

de se contentar com o fornecimento do exame dos fatos. Era preciso, segundo ele, colocar questões à natureza, porque as interpretações e respostas poderiam ser diferentes, reforçando que sua questão central estava relacionada ao método experimental, a um novo espírito científico.

É certo que a constatação de naturalistas, entre outros, ocupados em registrar em diários e livros uma preocupação com queimadas e derrubadas de florestas foi feita em diferentes momentos e circunstâncias. No entanto, o que nos chama a atenção é como determinadas noções detêm conteúdos diferenciados e como as mesmas se atualizam. Além disso, as noções e os conceitos devem ser analisados sem deixarmos de lado o local do fazer científico.

A historiadora Lucia Lippi de Oliveira, ao iniciar o seu texto sobre nação, região e geografia afirma que:

pensar que é preciso salvar a pátria, a língua, a civilização, enfim, cuidar de algo que se encontra em perigo e que padece o risco de desaparecer fez e faz parte da cultura brasileira. Ainda que a salvação seja uma constante, há variações sobre o que se quer salvar e sobre a maneira de se compreender tal salvação¹⁶

e nos permite alargar as possibilidades de reflexão sobre a trajetória das preocupações com o ambiente ao longo da história.

Permite-nos compreendê-las em suas circunstâncias, sem perder de vista as especificidades de nossos objetos de pesquisa.

As constatações de desmatamento, por exemplo, descritas por viajantes naturalistas como Auguste de Saint-Hilaire, no início do século XIX, e as semelhantes, feitas cem anos após, por um biólogo belga em missão à Amazônia – as de Jean Massart – devem ser analisadas sob várias perspectivas; uma delas é a que privilegia a formação desses naturalistas, seus projetos de viagem, seus interlocutores à época, bem como o que pretendiam ao informar sobre o que viam.

Historiadores como Maria Lígia Prado, por exemplo, em pesquisa sobre a natureza e identidade nacional nas Américas, estudou dois textos que relacionam natureza e política: o do historiador Frederick Jackson Turner, sobre a fronteira norte-americana, e o de Domingo Faustino Sarmiento, sobre civilização e barbárie.

A história natural conferia certa identidade a um país ou a uma região, marcando suas singularidades e identificando um ser distinto autônomo e original. (...) como os ensaios dos primeiros naturalistas afirmaram a superioridade americana reforçando a ideia de que a natureza dos EUA era fonte cultural e moral, ganhava um tratamento sagrado e foi e é inspiradora de uma grande cultura.¹⁷

¹⁶ OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Nação, região e geografia. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio (Orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010.p.45.

¹⁷ PRADO, Maria Lígia. Natureza e identidade nacional nas Américas. In: _____. *América Latina no século XIX. Tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp/Edusc, 1999, p.179

Em tempos de debates sobre o futuro que nos aguarda e a impossibilidade de previsão que nos assombra a cada acontecimento surpreendente, como o recente terremoto no Japão e suas consequências previstas e não previstas; diante dos impasses do processo de ocupação e exploração da Amazônia, entre outros, se faz necessário refletir como, em diferentes momentos, as sociedades e seus atores reagiram e agiram frente a uma ameaça – como a que Jean Massart identificou na Bélgica. Faz-se importante analisar o que eles compreendiam sobre a questão, a partir de sua formação, e o que entendiam por “salvar e proteger as reservas naturais”. Mais ainda: tomar a trajetória de noções como a de natureza, ecologia, entre outras, e analisar as relações entre história e ambiente pressupõe levar em conta temas como o presente texto pretende enunciar.

O historiador francês Lucien Febvre, em 1952, numa aula inaugural, há menos de uma década do final da Segunda Guerra Mundial, dirigiu aos alunos as seguintes palavras:

nestes anos em que tantas angústias nos oprimem, não quero repetir, como Michelet do *Peuple*: ‘jovens e velhos, estamos cansados’.

Cansados, os jovens, tenho a esperança que não. Cansados os velhos, não quero. Para lá de tantas tragédias e perturbações, grandes claridades brilham no horizonte. No sangue e na dor, cria-se uma humanidade nova. E, portanto, como sempre, uma história, uma ciência histórica à medida de tempos imprevistos prepara-se para nascer. Desejo que,

antecipadamente, o meu esforço tenha sabido adivinhar e abraçar as suas direções, e que os meus riachos possam dilatar o seu caudal.¹⁸

Sendo assim, escrever para este dossiê me pareceu desafiador, especialmente porque estamos voltados para os problemas presentes ao redor e no interior do campo historiográfico da produção contemporânea.

No caso específico de Jean Massart e de suas propostas de construção de reservas naturais intocáveis na Bélgica do início do século XX, um aspecto me chamou a atenção: sua preocupação em salvar os pontos “pitorescos”, os mais representativos do país, comparando-os às catedrais e a outras construções históricas e clamando por políticas de conservação.

E, mais do que isso, a utilização desses locais como símbolos da nação, e a influência política do autor de um artigo que faz parte da trajetória de um conservador que, por sua inserção em sociedades científicas, universidades e jardins botânicos, tem autoridade para denunciar e propor uma saída ao governo. Por outro lado, é preciso compreender esse movimento de criação de reservas naturais entendendo-o como uma espécie de reservas de tradição, de originalidade de um país que desde 1830 passava por um processo de independência num quadro de nacionalismo europeu que começa na primeira década do século XX e se estende até 1914.

¹⁸ FEBVRE, Lucien. *Combates pela História I*. Lisboa: Presença, 1977, p. 12.

A Bélgica de Massart vivia a expansão colonial com a conquista de territórios para obtenção de matéria-prima a baixo custo, participando da política imperialista no continente africano. Massart atuou como conservador num país que precisava se impor como nação independente, que precisava delimitar não apenas as reservas naturais, mas dar a conhecer aqueles espaços da natureza como lugares da nacionalidade, delimitando o que é específico de cada região e por vezes inventando, quem sabe uma tradição, para parafrasear um historiador aqui citado.

Referências bibliográficas:

BENSUSAN, Nurit. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BURKE, Peter. “Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CASTRILLON, Alberto. Alexandre Humboldt et la géographie des plantes. *Revue des Histoires des Sciences*, 1998, XLV/45. p.419-433.

CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. In: *História: Novos problemas*. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DARNTON, Robert. “Os filósofos podam

a árvore do conhecimento: A estratégia da Encyclopédie”. In: _____. *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAGRE, Denis. *Le Jardin botanique de Bruxelles (1826-1912), Miroir d'une jeune nation*. Thèse de Doctorat (section Histoire), Université Libre de Bruxelles, 2006, 2 part., 855 p. (non publiée).

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História I*. Lisboa: Presença, 1977.

HEIZER, Alda. Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-23. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.849-864, jul-set. 2008.

LOPES, Margaret Maria. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.1, VIII (suplemento): 881-97, 2001.

MASSART, Jean. La création de réserves naturelle. *Recueil de L'Institut Botanique Léo Errera*. Tome IX. Bruxelles: Henri Lamertin Éditeur-libraire, 1913.

_____. Le rôle de l'experimentation en Géographie botanique. *Recueil de L'Institut Botanique Léo Errera*. Tome IX. Bruxelles: Henri Lamertin Éditeur-libraire, 1913.

- _____. *Une mission biologique belge au Brésil. 1922-23*. Bruxelas: Imprimerie Medicale et scientifique, 1929 e 1930.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um outro geográfico. *Terra Brasilis*, n.4-5, 2002-2003. p.11-23.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes e CASTRO, Celso. *Conversando com ... Anthony Giddens, Carlo Ginzburg, Eric Hobsbawm, François Furet, Howard Becker, Jacques le Goff, Jacques Revel, Richard Morse, Robert Darnton, Tulio Halperin Donghi, Warren Dean*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.45-58.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Nação, região e geografia. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio (Orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. [online]. 2010, v.24, n.68, pp. 81-101.
- PRADO, Maria Ligia. Natureza e identidade nacional nas Américas. In: _____. *América Latina no século XIX. Tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp/Edusc, 1999.
- SCHAFFER, Simon. “As instituições científicas: a geografia histórica dos laboratórios”. In: *A ciência tal qual se faz*. Coordenação e apresentação de Fernando Gil. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia/Edições João Sá da Costa, Ltda. Outubro, 1999.
- Submetido em 4 de maio, 2011.*
Aprovado em 19 de maio, 2011.

História ambiental: um olhar prospectivo

Paulo Henrique Martinez¹

Resumo

Exame de abordagens metodológicas e de possibilidades de trabalho dos historiadores na pesquisa e no ensino da história do meio ambiente, suas temáticas e potenciais objetos de estudos. A atenção a livros e artigos auxilia neste balanço e na identificação de rumos futuros para a História Ambiental no Brasil. Esta prática historiográfica tem mantido, entre nós, salutar abertura ao diálogo com a historiografia estrangeira, com crescente valorização da pesquisa na América Latina, e com as disciplinas das ciências sociais e naturais. O intercâmbio incipiente sugere que as tarefas e os êxitos que esta abordagem encontrará serão decorrência da interação entre pesquisadores, projetos conjuntos, circulação de publicações e fortalecimento institucional do conhecimento histórico neste início de século.

Palavras-chave: História Ambiental. Historiografia. Meio Ambiente. SOLCHA.

Abstract

Examination of methodological approaches and work possibilities for historians in the research and teaching of history of environment, its themes and potential objects of studies. The attention to books and articles helps on this balance and on the identification of future routes for the Environmental History in Brazil. This historiographical practice has been keeping, among us, a salutary opening for the dialogue with the foreign historiography, with an increasing valorization of the research in Latin America and with social science and natural subjects. The incipient Foreign Exchange Program suggests the tasks and the success found by this approach will be result of the interaction between researchers, projects in group, circulation of publications and institution strengthening of the historical knowledge in the beginning of the century.

Keywords: Environmental History. Historiography. Environment. SOLCHA

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. martinezph@uol.com.br

Na década de 1990 houve uma série de questionamentos, interrogações e exames de consciência sobre o trabalho dos historiadores e de como escrever a história após o término da Guerra Fria, o impacto das transformações tecnológicas na vida social e a escala mundial dos intercâmbios comerciais e culturais. A busca de caminhos diante da chamada crise dos paradigmas nas ciências sociais, em geral, e na historiografia, em particular, concentrou atenções e esforços de reflexão teórica, sobre as práticas historiográficas, indagações sobre fontes e acervos documentais, incorporação de recursos técnicos novos e interlocução com as demais disciplinas científicas².

Foi neste contexto cultural de revisão, de auto-exames, refutações e angústias intelectuais, que varreu a última década do século passado que a História Ambiental encontrou terreno para florescer no Brasil. Este fato talvez ajude a compreender o recorrente tatear intelectual, político, arquivístico, pedagógico, presentes em textos e questionamentos de seus artífices nacionais. A História Ambiental foi uma prática nova e despontou em cenário de mudanças profundas na vida social e cultural. Seria ela capaz de escapar a tantas incertezas e inseguranças³? Toda história é, sempre, fi-

lha de seu tempo. A História Ambiental é mais do que a simples vontade e a intenção de conhecimento dos historiadores. Ela consiste na busca de respostas diante de uma realidade histórica e concreta na vida cotidiana no século XXI, precedida e marcada pelas problemáticas do meio ambiente surgidas nos últimos cinquenta anos.

A presente reunião de referências sobre a abordagem da História Ambiental surgiu com o intuito de agregar elementos para o seu desenvolvimento, aprimoramento e mais ampla realização entre os estudantes, professores e jovens pesquisadores. Os métodos de conhecimento e de explicação histórica estão no foco destas observações, são considerados aqui como um dos fatores recorrentes de inibição e de retenção no potencial crítico desta prática historiográfica. Estas notas se destinam também a identificar fragilidades na abordagem e a sugerir caminhos para um esforço a cumprir, tendo como objetivo contribuir para novos e futuros êxitos na História Ambiental.

Pensar condutas metodológicas

O estudo da história do meio ambiente requer atenção ao trabalho já realizado pela historiografia e esse procedimento tem sido contemplado com

² No Brasil são emblemáticas as coletâneas publicadas de Peter Burke, *A escrita da História*, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Domínios da História*, e Marcos César de Freitas, *Historiografia brasileira em perspectiva*. As referências completas estão na Bibliografia.

³ Ver, entre outros, Arthur Soffiati, "A ausência da natureza nos livros didáticos de história"; José Augusto Drummond, "A História Ambiental: te-

mas, fontes e linhas de pesquisa"; Marcos Lobato Martins, *História e meio ambiente*; Regina Horta Duarte, *História & Natureza*; Paulo Henrique Martinez, *História Ambiental no Brasil*. Recentemente José Augusto Pádua publicou "As bases teóricas da História Ambiental".

relativa freqüência nos artigos, livros, teses e dissertações e mesmo em propostas de atividades e material didático para o ensino de história. O desafio aqui reside em extrair as conseqüências que essa cautela metodológica oferece e requer na aproximação com os temas dos estudos históricos sobre o meio ambiente. Destaco três dimensões recorrentes e que, vistas separadamente, podem colaborar na elucidação da abordagem do meio ambiente pelo conhecimento histórico. São elas referentes aos *objetos* de investigação dos historiadores, os *problemas* historicamente definidos que despertam os seus interesses de pesquisa e as *abordagens* concebidas e escolhidas para atender aos fins do conhecimento e da explicação histórica.

Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que o meio ambiente, enquanto objeto de estudos, não é uma novidade na historiografia e nas ciências sociais. Inúmeros aspectos da interface entre a vida social e o mundo natural foram examinados pelos analistas e intérpretes do passado humano. As características do meio físico, como o clima, rios, oceanos, florestas, montanhas ou planícies, comparecem com alguma freqüência em apreciações sobre a história das civilizações e das nações do mundo.

Um exemplo é o papel comumente atribuído à geografia. Esta pode ser encontrada como uma espécie de cenário natural, no qual as distintas histórias nacionais assumem suas feições próprias na economia, guerras, demografia, fronteiras políticas, urbanização, portos e na-

vegação, fortificações, as rotas mercantis e migratórias, manifestações artísticas e culturais. Os aspectos geográficos podem ser convocados para a compreensão histórica também como a fonte e a base da existência material de determinadas sociedades, antigas, diferentes – indígenas, migrantes, refugiadas, como foram os quilombos –, nacionais e civilizações. Aqui ganham evidência o lugar dos solos para as atividades agro-pastoris, extrativas e abastecimento de matérias-primas para a indústria, a diversidade biológica da fauna e da flora no suprimento de necessidades vitais, como alimentação, medicina, abrigo e vestuário, a confecção de instrumentos domésticos, utensílios, ferramentas de trabalho e defesa, o deslocamento e a circulação espacial de pessoas, exércitos, o intercâmbio comercial e cultural, proporcionados pelos rios, mares e oceanos. Esta interação entre as sociedades humanas e os distintos elementos da natureza não foram ignoradas pela historiografia e tornam-se objeto freqüente e de mais fácil visualização quando estudados nos temas da Antiguidade oriental, greco-romana, africana ou ameríndia, por exemplo.

É certo que há uma continuidade com a historiografia das nações e mesmo com o ensino, quando lembramos a convivência entre História e Geografia nos cursos universitários, até meados do século XX, e, posteriormente, nos denominados *Estudos Sociais*, sob a ditadura militar (1964-1985), no Brasil, representada pela atenção aos aspectos biofísicos na vida social. Não caberia contemplar o

grau de complexidade e os recursos metodológicos nestas abordagens. O fato é que existe, inegavelmente, uma ancestralidade nesta percepção da sociedade e da natureza, da história e da geografia, seja na historiografia, seja no ensino escolar de História.

Os diálogos interdisciplinares nutridos pela historiografia em sua trajetória, particularmente ao longo do século XX também alcançaram os temas ambientais. O estudo de manifestações das sensibilidades humanas para com a natureza, em geral, e a paisagem, em particular, também oferecem exemplos inspiradores, como são os livros de Keith Thomas e Simon Schama, ambos bastante lembrados em trabalhos no Brasil⁴. A historiografia brasileira conta com obras semelhantes e podemos recordar aquelas de Claudia Heynemann e de Paulo de Assunção, entre outros⁵.

É sempre oportuno também atentar para a existência de especificidades dos objetos de estudos pela historiografia e que estas marcam presença no Ensino Fundamental. O estudo do meio ambiente é apenas mais um desses casos. Este esclarecimento cumpre papel relevante, ao contribuir para dissipar desconfianças, inseguranças e incertezas, tanto por parte de educadores, quanto dos alunos e novos pesquisadores.

⁴ *O homem e o mundo natural e Paisagem e Memória*. Publicado recentemente, *Natureza e cultura no Brasil (1870-1930)*, de Luciana Murari, é leitura de interesse convergente.

⁵ *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro - século XIX*, e *A terra dos Brasis: a natureza da América*.

As questões do meio ambiente tomadas como problema no conhecimento histórico foram contempladas em diferentes correntes na historiografia internacional e brasileira. Na vertente historiográfica francesa da revista *Annales*, a presença da história e da paisagem rural, desde a década de 1920, impôs a pesquisa e a reflexão sobre as relações sociais e as condições de existência humana de forma estreitamente vinculadas aos estudos da geografia, fomentando o surgimento de um ponto de convergência de interesses dessas disciplinas na geografia histórica e na geohistória. As disputas pela apropriação de recursos naturais, a terra, sobretudo, encontraram na História Social marxista britânica espíritos originais, eruditos e de refinamento crítico incontestável nos livros de Christopher Hill, E. P. Thompson, Eric J. Hobsbawm. A historiografia brasileira dedicou esforços analíticos e interpretativos também com o fito de melhor compreender a conquista, a ocupação territorial e a exploração de recursos naturais dos trópicos nos tempos coloniais, sob o Império e a República e, já há alguns anos, também pelas populações nativas. Não há necessidade de prorrogar as observações nesta direção, basta estarmos cientes e atentos aos seus significados.

Recordo estas correntes historiográficas, primeiro, por estarem amplamente difundidas entre o público leitor e as atividades e materiais de ensino e aprendizagem de história em muitas escolas e universidades brasileiras. Em segundo lugar, para propor que, em se

tratando da História Ambiental, seria igualmente produtivo se os nossos historiadores conferissem maior atenção à historiografia latino-americana sobre o meio ambiente, mais difundida na última década. As práticas historiográficas na América Latina não possuem identidade única que as singularizem, perpassadas como estão pelas histórias nacionais, movimentos intelectuais particulares e os intercâmbios teóricos e metodológicos múltiplos. A sua especificidade reside, antes, nos problemas ambientais próprios do continente americano, fruto de sua trajetória histórica, responsável por outros objetos de estudos e pesquisa, respostas e abordagens originais e as possibilidades comparativas que se abrem diante de fenômenos mundiais como a ocupação humana, a monocultura, urbanização ou rumos e padrões do desenvolvimento econômico⁶.

A professora Stefania Gallini constatou que os estudos de história do meio ambiente na América Latina tem se caracterizado por uma dinâmica própria aos seus interesses e necessidades, desenvolvendo pesquisas sobre os diferentes territórios no continente (coloniais, indígenas, agrícolas, culturais), a produção de matérias-primas e a reflexão sobre a própria História Ambiental, seus desafios epistemológicos, conceituação, metodologias, fontes e temas das análises⁷. Quando vista na perspectiva

latino-americana, a historiografia brasileira também apresenta um volume expressivo de artigos e livros publicados sobre a História Ambiental do Brasil, para além das obras clássicas do nosso pensamento histórico-sociológico, os sempre referidos Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, entre outros, e da fecundação da nossa História Ambiental pelos estudos de Warren Dean sobre a borracha na Amazônia e a Mata Atlântica⁸.

Nos quinze últimos anos, pesquisadores nacionais e estrangeiros publicaram inúmeros trabalhos sobre as questões do meio ambiente. As formas desta vasta produção abrangem artigos, entrevistas, dossiês e resenhas em revistas, passando pelos textos de natureza estritamente acadêmica, como monografias, teses, dissertações, obras coletivas e livros. Podemos contar com essa produção historiográfica ou, pelo menos, com parte expressiva dela, disponível em formato eletrônico ou impressa. Esta historiografia emergiu em tempo recente em diferentes universidades e programas de pós-graduação nos vários estados, notadamente no Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Os problemas ambientais e sociais no Brasil são facilmente identificáveis e encontram-se bem mapeados, não apenas pela histo-

⁶ Ver, por exemplo, Reinaldo Funes Monzote (Ed.), *Naturaleza en declive: miradas a la historia ambiental de América Latina y el Caribe*.

⁷ "História, ambiente, política: el camino de la historia ambiental en América Latina".

⁸ *A luta pela borracha no Brasil e A ferro e fogo*. São inspiradores os livros de Victor Leonardi, *Os historiadores e os rios*, e a coletânea de Rogério Ribeiro de Oliveira, *As marcas do homem na floresta*.

riografia e as ciências sociais, mas também pelas ações e movimentos da sociedade civil, ONGs, universidades, de estudiosos e cientistas, e pelas políticas públicas nas distintas esferas governamentais (federal, estadual, municipal). Se, por um lado, a maioria dos temas da agenda ambiental latino-americana e brasileira ainda está aguardando o aprofundamento de seu conhecimento pela investigação histórica, por outro, muitas pesquisas já foram realizadas e algumas estão publicadas. Não há razão para ignorá-las.

Um terceiro elemento a ser considerado na discussão sobre o meio ambiente reside na sua abordagem pelos historiadores. Desde, pelo menos, a década de 1970, fala-se em uma prática historiográfica distinta, a de uma História Ecológica ou Ambiental. Nascida com passaporte norte-americano, a chamada História Ambiental adquiriu outras nacionalidades e ganhou expressão na historiografia européia, latino-americana e brasileira. Aos historiadores estão abertos múltiplos caminhos metodológicos pelas distintas correntes da historiografia, nacional e estrangeira, no exame das relações entre sociedade e natureza e suas múltiplas interações.

A abordagem da história do meio ambiente deverá transcender os paradigmas da historiografia anteriores, exteriores e alheios às especificidades dos debates da História Ambiental e de reforma social, inspirados pela crise ecológica aberta na década de 1970.

Esta a principal razão pela qual desenvolvo esta apreciação sobre a História Ambiental, destacando a presença da fragilidade metodológica na abordagem dos conteúdos para as novas e necessárias pesquisas e o ensino de História. Não há como desconsiderar essas realizações empíricas, comparativas, teóricas, metodológicas e o aparato crítico no estudo das fontes e documentação, empreendido nas abordagens da História Ambiental. Não será possível construir objetos e problemáticas de investigação e, logo, de ensino, sem incorporar as formulações e as práticas desta abordagem no conhecimento histórico. As perspectivas críticas da historiografia que não encontra nas questões do meio ambiente o seu núcleo de interesse, pesquisa e de reflexão, abordando-o lateral e indiretamente – *Annales*, História Social marxista inglesa, pensamento histórico-sociológico brasileiro –, dado a sua pujança metodológica possibilitam abordagens das questões ambientais. Não adquirem, porém, uma densidade epistemológica nova ou inovadora que requer esta abordagem no conhecimento do passado, pois se encontram umbilicalmente atadas a metas específicas de investigação, como a história econômica e cultural, a micro-análise, a história das sensibilidades ou a das ciências, entre outras.

A defasagem historiográfica apontada conduz, inevitavelmente, a uma defasagem social na percepção da história do Tempo Presente. No Brasil, a questão ambiental despontou com força na década

da de 1990 e não cessou de ampliar seu espaço na mídia, no debate político, na universidade, na pesquisa científica, nas manifestações culturais e, como não poderia deixar de ser, também no ensino escolar. Os dois primeiros capítulos do livro *Introdução ao estudo da história geral*, de Josep Fontana, por exemplo, são denunciadore da busca de referências iniciais e de aprimoramento da abordagem do meio ambiente também na Europa.

A agenda do debate ambiental caminhou rápida na primeira década do século XXI. Ela transbordou, gerando, pelo alargamento que operou, insuficiências nas propostas de ensino e aprendizagem do tema transversal sobre o meio ambiente, tal como estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997. Idéias, conceitos e processos sociais foram definidos e redimensionados, como sugerem as recentes preocupações com a sustentabilidade, biodiversidade, acesso à água, patrimônio e diversidade cultural, oceanos, aquecimento global, populações indígenas e o desenvolvimento sustentável. As memórias do economista Ignacy Sachs, obra lançada, no Brasil, em 2009, fornecem o testemunho deste percurso e podem auxiliar na identificação das trilhas nas quais esse debate caminhou na esfera internacional. A História Ambiental poderá sair engrandecida com a atenção aos diversos aspectos que a questão ambiental assumiu e proporcionou ao debate político e cultural ao longo desses últimos anos.

Buscar possibilidades de crítica social

São mencionadas, aqui, observações pontuais com a finalidade de indicar e exemplificar possibilidades de trabalho a partir da história do meio ambiente. Não há, em momento algum, a ambição de prover aos interessados um quadro completo e definitivo. Trata-se apenas de sugerir algumas frentes de trabalho com potencial analítico disponível e de fácil acesso às perspectivas de interpretação pela historiografia. Elas apontam antes para o futuro, mais do que para o passado.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, por exemplo, considerou que, em futuro próximo da vida nacional brasileira, água, biodiversidade e energia, serão temas incontornáveis e desafiadores nas ciências sociais⁹. O que nos coloca em sintonia com a agenda mundial de questões ambientais neste século. A tarefa dos historiadores do meio ambiente no Brasil sairá engrandecida, dado a condição de país megadiverso que desfruta: extensão territorial e do litoral; amplitude, variedade e contraste dos ecossistemas, diversidade cultural e regional. A produção de biocombustíveis e a exploração das jazidas petrolíferas marinhas recentemente anunciadas, o nosso “pré-sal”, despontam como as novas miragens econômicas.

Os biocombustíveis prenunciam o desmatamento maior e em novas áreas.

⁹ *O desafio ambiental.*

As perspectivas de reforma do Código Florestal brasileiro, em 2011, parecem encarregadas de dar-lhe o conteúdo nos termos da lei. A intensificação do consumo de água e as perdas na biodiversidade são inerentes à expansão das monoculturas. Seguramente elas não deixarão de acompanhar esse cortejo. No mar, a extração de petróleo em águas profundas oferece riscos que já podem ser estimados, diante do ocorrido no golfo do México, em 2010, com o ininterrupto vazamento nos poços da empresa British Petroleum e suas conseqüências para o meio ambiente e a economia local, sobretudo a pesca e o turismo. Em terras continentais, o estudo de Marc Gravalda nos oferece amplo panorama dos custos sociais e ambientais gerados com a atividade das grandes companhias petrolíferas¹⁰.

Em âmbito mais restrito, mas não menos relevante e necessário, estão alguns objetos e abordagens de pesquisa que os historiadores do meio ambiente poderão conhecer com maior argúcia e amplitude. Alguns destes foram sumariados a seguir, comparecendo como sugestões e estímulo a futuros trabalhos investigativos e de ensino escolar e universitário.

Ação antrópica: O exame dos significados das alterações e dos impactos ambientais derivados da intervenção humana, a começar pela sua própria historicidade, permite conhecer padrões de conduta e manejo do mundo natural. Os

ambientes naturais são transformados e também transformam os homens e as sociedades, suas culturas e necessidades materiais e abstratas, gerando traços de civilização peculiares no tempo e no espaço. São expressivos, no caso brasileiro, a pesca artesanal, as atividades extrativistas, as populações indígenas, os movimentos ambientalistas nas cidades e regiões metropolitanas¹¹.

Amazônia: A expansão da fronteira agrícola, das atividades mercantis e industriais na região norte do Brasil, lembra-nos que estamos diante de um processo aberto de ocupação territorial, de organização da produção econômica, de ordenamento das relações sociais e da cidadania no Brasil. A Amazônia envolve todos os grandes desafios ambientais deste século: diversidade cultural e ecológica, educação ambiental, práticas e valores de sustentabilidade, recursos hídricos, fontes de energia e alimentação, populações tradicionais e justiça social. A historiografia sobre a região amazônica é pouco conhecida pela ausência de estudos deste tipo, das dimensões territoriais, da complexidade social e da imensa proliferação de pesquisas realizadas por estrangeiros e nos demais países amazônicos¹². A integração acadêmica dos historiadores do meio ambiente é, inegavel-

¹⁰ *La recolonización: Repsol en América Latina.*

¹¹ A obra de Gilberto Freyre, *Nordeste*, publicada em 1937, pode servir como inspiração inicial. Ana Carolina da Silva Borges estudou o Pantanal norte-matogrossense, em *Nas margens da história*, e Maria Antônia Martí Escanyol realizou abrangente pesquisa sobre a Catalunha, *La construcció del concepte de natura a l'edat moderna*.

¹² Anotei algumas questões no artigo "Gente pobre, gente rica nas florestas da Amazônia".

mente, uma das principais necessidades quando se trata da maior bacia hidrográfica sul-americana. Trata-se de superar o isolamento de investigadores e buscar a articulação em projetos coletivos, interdisciplinares e multinacionais, encontros periódicos, publicação de revistas e coletâneas, intercâmbios em programas de pós-graduação e cursos de especialização e mesmo na Graduação. A organização e as reuniões da SOLCHA – Sociedade Latino-America e Caribenha de História Ambiental – tem sido um vetor desenvolvimento desta prática historiográfica, abrindo espaços para múltiplas possibilidades de trabalho e de intercâmbios.

Ecosistemas e biomas: O estudo da presença humana nos diferentes ecossistemas e biomas brasileiros é outra oportunidade de aproximação do conhecimento histórico com o meio ambiente. Podem ser facilmente abordados diante dos sentidos que tiveram na vida econômica, no imaginário das religiões e das artes, na interação social, como a urbanização e a cultura material. Eles fornecem também canais de comunicação e de diálogos com as outras disciplinas – ciências naturais, geografia, literatura, antropologia – subsidiando a reflexão e os conteúdos no ensino¹³.

Escala local: Os problemas ambientais locais são abundantes e propícios para a iniciação no estudo da História Ambiental. As atividades de pesquisa e de ensino podem partir de itens con-

templados em documentos de planejamento, políticas públicas e de ação ambiental, desde os protocolos internacionais sobre clima, florestas e biodiversidade e Agenda 21, até as Leis Orgânicas dos municípios, programas de educação ambiental, destino do lixo, água, parques e áreas verdes, por exemplo. Aqueles documentos internacionais foram estabelecidos em 1992, na conferência das Nações Unidas, ocorrida no Rio de Janeiro. As suas propostas e diretrizes foram desdobradas em versões latino-americanas, européias, asiáticas, e africanas, além da Agenda 21 brasileira e as Agendas 21 locais e regionais, o Estatuto da Cidade e os planos diretores das cidades. A História Ambiental urbana constitui uma frente de trabalho rica em objetos de estudos e aberta a muitas experimentações (trabalho de campo, história oral, cultura material). As possibilidades de diálogos com as comunidades locais e grupos sociais são diversas e enriquecedoras da análise histórica¹⁴.

História da colonização: A unificação biológica do mundo pelas epidemias e a transferência de plantas e animais, os impactos ambientais coloniais, as relações sociais associadas aos produtos tropicais e a mineração, como a escravidão, o genocídio, a discriminação e a violência, foram estudadas pela historiografia. A experiência humana da colonização de diferentes espaços e ambientes ao redor do mundo ainda guarda

¹³ Ver, por exemplo, Antonio Carlos Robert Moraes, *Meio Ambiente & Ciências Humanas*, e Emílio F. Moran, *Meio ambiente & florestas*.

¹⁴ Ver Janes Jorge, *Tietê, o rio que a cidade perdeu*, e Ilaria Zilli, *La natura e la città: per una storia ambientale di Napoli fra '800 e '900*.

muitas possibilidades de trabalho, sobretudo, quanto à história das ciências, das práticas e políticas de conservação, das formas de pensamento e de relacionamento com o mundo natural no mundo colonial, notadamente no continente americano e o Brasil¹⁵.

Iconografia: Este é, sem dúvida alguma, um dos trunfos da História Ambiental, dado a magnitude dos recursos imagéticos como fotografias, mapas, gráficos e tabelas, filmes, ilustrações e desenhos de plantas, animais, paisagens, objetos. O trabalho analítico das imagens permite ir além da simples descrição, dá mais força e clareza aos exercícios de problematização nos estudos do passado e permite maior aprofundamento crítico na análise dos registros e documentação histórica. São inúmeras as possibilidades de pesquisa nesta direção, seja tomando a imagem como fonte, seja como objeto a sua produção, veiculação, recepção e alcance social.

Meio ambiente e saúde: A contaminação dos ambientes terrestres, aquáticos, atmosféricos, dos alimentos e do próprio corpo humano, está na origem das preocupações internacionais sobre o meio ambiente. As ameaças da poluição à saúde humana foram alardeadas após a II Guerra Mundial em epi-

sódios emblemáticos, como o da baía de Minamata, no Japão, com a intoxicação mortal entre pescadores e consumidores do peixe local, e os riscos contidos no uso dos pesticidas, principalmente o DDT, examinados no livro da bióloga norte-americana Rachel Carson, *Primavera silenciosa*. As questões relativas à qualidade de vida, sobretudo as condições de salubridade na alimentação e moradia, fundamentais para a sobrevivência individual e familiar, foram alvo de atenções na Conferência de Estocolmo, promovida pela ONU, em 1972. A constatação da maior incidência de alguns tipos de câncer e da catarata, entre as populações, em várias partes do globo, remete ao impacto das alterações na camada de ozônio que envolve o nosso planeta. Igualmente nesta direção há trabalho para a história do meio ambiente. No ensino escolar, a proposição dos temas transversais sobre Meio Ambiente e Saúde pelos Parâmetros Curriculares Nacionais padecem a falta de estudos, pesquisa, divulgação erudita e de material didático para a formação de professores e as atividades dentro e fora das salas de aula.

Unidades de Conservação: O campo de atuação dos historiadores adquiriu novas dimensões com a prescrição de políticas e planos de manejo para as distintas modalidades de unidades de conservação no Brasil, como parques e florestas nacionais, reservas extrativistas e biológicas, entre outras. A avaliação e a redefinição constante sobre a presença humana, os usos sociais possíveis e a capacidade econômica mobilizam diferentes conheci-

¹⁵ São sugestivos: Nicolau Sevcenko, "O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura", José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição*, e Maria Elice B. Prestes, *A investigação da natureza no Brasil colônia*. Reinaldo Funes Monzote estudou a cana-de-açúcar, em Cuba: *De los bosques a los cañaverales*. No mundo britânico é instrutivo o livro *Environment and empire*, de William Beinart e Lotte Hughes.

mentos e demandam distintas abordagens disciplinares. A visitação regular, o ecoturismo, a educação ambiental, a pesquisa científica e a conservação, impõem o planejamento, a fixação de metas e diretrizes, ações de gestão e de infra-estrutura para a instalação de alojamentos, acomodações para visitantes, funcionamento de laboratórios, auditórios e museus. O conhecimento histórico tem se revelado um aliado freqüente na criação e na gestão de unidades de conservação¹⁶.

As dificuldades que as abordagens da História Ambiental podem enfrentar são aquelas decorrentes de suas próprias forças, trunfos e especificidades: uma inescapável valorização das perspectivas humanísticas no estudo da história, universal e socialmente comprometida. Esta modalidade de estudo do passado aponta em direção contrária às condutas regidas pela instrumentalização e o utilitarismo do conhecimento, o individualismo, o consumismo, a indiferença social e a violação de direitos fundamentais, vigentes em nossas sociedades do século XXI. As políticas públicas para o meio ambiente são uma conquista social. Elas poderão ter amplo alcance na busca de novas relações de produção e trabalho, na saúde e na convivência humana, na ordenação territorial urbana e rural, na preservação da biodiversidade e das paisagens, na regeneração de áreas degradadas, na qualificação da cidadania.

¹⁶ São estimulantes as análises de Ana Carolina Moreira Ayres, Antonio Carlos Diégues, Claudia Heynemann, José Augusto Drummond, José Luis de Andrade Franco e Victor Leonardi.

Estimular, agregar e incorporar jovens pesquisadores, difundir a reforma social na relação com a natureza e os debates sobre a sustentabilidade, promover a maior democratização da riqueza, do poder político e da cultura, são algumas tarefas que a História Ambiental pode oferecer aos historiadores e aos brasileiros. Este trabalho está apenas começando, razão suficiente para, com as devidas pausas de ponderação e orientação, seguir adiante.

Referências bibliográficas:

ASSUNÇÃO, Paulo de. *A terra dos Brasileiros: a natureza da América*. São Paulo: Annablume, 2001.

AYRES, Ana Carolina Moreira. *O ciclo da caçapora: a RMSP e Parque Estadual da Cantareira*. São Paulo: Annablume, 2008.

BEINART, William & HUGHES, Lotte. *Environment and empire*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BORGES, Ana Carolina da Silva. *Nas margens da história: meio ambiente e ruralidade em comunidades "ribeirinhas" do Pantanal norte (1870-1930)*. Cuiabá: UFMT/Carlini & Caniato, 2010.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. Trad. M. Lopes. 3^o edição. São Paulo: UNESP, 2001.

- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARSON, Rachel. *Primavera silenciosa*. Trad. R. Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. Trad. E. Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. C. K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIÉGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3º ed.. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 1997.
- DRUMMOND, José Augusto. "O jardim dentro da máquina". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1(2): 276-298.
- ESCAYOL, Maria Antònia Martí. *La construcció del concepte de natura a l'edat moderna*. Barcelona: Bellaterra/Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.
- FONTANA, Josep. *Introdução ao estudo da História geral*. Trad. H. Reichel. Bauru: EDUSC, 2000.
- FRANCO, José Luis de Andrade & DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.
- FREITAS, Marcos César. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 7º edição. São Paulo: Global, 2003.
- FUNES Monzote, Reinaldo (Ed.). *Naturaleza en declive: miradas a la historia ambiental de América Latina y el Caribe*. Valencia: UNED, 2008.
- FUNES Monzote, Reinaldo. *De los bosques a los cañaverales: una historia ambiental de Cuba (1492-1926)*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2008.
- GALLINI, Stefania. "História, ambiente, política: el camino de la historia ambiental en América Latina". *Nómadas* 30: 92-102, Bogotá: Universidad Central, abril/2009.
- GRAVALDÀ, Marc. *La recolonización: Repsol en América Latina*. 2º edição. Barcelona: Icaria, 2004.
- HEYNEMANN, Claudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de*

- Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu*. São Paulo: Alameda, 2006.
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios*. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. “Gente pobre, gente rica nas florestas da Amazônia”, IN *Territórios e Fronteiras*, 4(1): 112-125, Cuiabá: ICHS/UFMT, 2011.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente & Ciências Humanas*. 3º ed.. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MORAN, Emílio F.. *Meio ambiente & florestas*. São Paulo: Senac SP, 2010.
- MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). *As marcas do homem na floresta*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2005.
- PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da História Ambiental”, *Estudos Avançados*, 24(68): 81-101, São Paulo: IEA/USP, 2010.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PENTEADO, Heloisa Dupas. *Meio ambiente e formação de professores*. 7º edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.
- PRESTES, Maria Elice B.. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume, 2000.
- SACHS, Ignacy. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. Trad. R. F. D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SEVCENKO, Nicolau. “O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura”. *Revista USP*. São Paulo, 30: 108-119, 1996.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ZILLI, Ilaria (a cura di). *La natura e la città: per una storia ambientale di Napoli fra '800 e '900*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2004.

Submetido em 25 de maio, 2011.

Aprovado em 1 de junho, 2011.



Contando histórias sobre a natureza: o princípio da simetria, a teoria do ator-rede e a história ambiental

*Marco A. C. Sávio*¹

Resumo

Este artigo procura fazer uma breve apresentação da história ambiental e uma reflexão acerca do uso do termo natureza enquanto conceito fundamental desse campo do conhecimento histórico. Por isso, o artigo busca discutir a história da formação do campo, juntamente com a construção do conceito de “mudança climática” que foi fundamental para a ampliação dos estudos na área, e pensar de que forma as reflexões feitas pelos Estudos da Ciência e da Tecnologia nos últimos anos podem beneficiar a História Ambiental, principalmente em relação aos desafios colocados pelo determinismo. A sociologia do conhecimento científico, em suas duas principais vertentes, pode propiciar um diálogo que aponte novas questões e novos caminhos à História Ambiental

Palavras-Chave: História ambiental. Ciência. Natureza.

Abstract

This article aims to show a short presentation of Environmental History and a reflection about the uses of the word nature as a key concept on the field of history knowledge. Thus, this article tries to discuss the formation process of the field of the Environmental History within the building of the “climate change” concept that was fundamental to widen up the works in the area and think in which ways the reflections did by the Studies of Science and Technology (STS) could benefit the Environmental History, specially related to the challenges posed by determinism. The Sociology of Scientific Knowledge in its two main manifestations can make possible further questions and new ways to Environmental History.

Keywords: Environmental History. Science. Nature.

¹ Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor de História UFU/FACIP. msavio@pontal.ufu.br

História Social, História Ambiental e as ciências sociais

A tradição da História, enquanto disciplina acadêmica, sempre esteve ligada à capacidade dessa área do conhecimento em incorporar técnicas e teorias advindas de outras áreas do saber. Essa capacidade de compreender os acontecimentos de seu tempo e encarnar rapidamente as questões colocadas pela sociedade para, através delas, tentar compreender o passado, foi de fundamental importância para o sucesso dessa disciplina dentro das estruturas universitárias ocidentais e pelo destaque a ela conferido como uma ciência capaz de refletir acerca dos dilemas de nosso tempo, estudando os processos históricos responsáveis pela construção de nossa realidade.

A tradição historiográfica do século XX tem como seu grande fiador a chamada *Escola dos Annales*. Enquanto fundadores de uma importante tradição da historiografia, à qual a historiografia brasileira tem uma grande dívida, os historiadores reunidos ao redor dos *Annales d'histoire économique et sociale* responderam às demandas de seu próprio tempo, dando visibilidade à questões prementes para a sociedade de sua época tendo que, para isso, buscar caminhos alternativos ao que propunha a tradição historiográfica de então.² Um dos pais fundadores dos *Annales*, Lucien Febvre,

² DOSSE, F. *A história em migalhas. Dos Annales à Nova História*. Campinas/São Paulo: UNICAMP/Ensaio, 1994, pp. 24-35.

publicou um livro chamado *Combates pela história*³ onde propunha novos caminhos para a historiografia, numa luta pela preponderância nas ciências humanas contra a nascente sociologia de Émile Durkheim. O trabalho em si foi uma resposta específica ao trabalho do sociólogo François Simiand, que pregava que a história deveria transformar-se numa linha auxiliar da sociologia, já que era uma ciência incapaz de interpretar a realidades, reduzindo-se a uma forma de narrativa. Foi um importante passo para a transformação do campo historiográfico rompendo com as tradições da escola metódica, que buscava uma história “como ela realmente foi”.⁴

Esses embates, como o de Febvre contra os sociólogos, possibilitaram à história, enquanto ciência acadêmica, uma preponderância nas áreas das humanidades, graças à sua capacidade de incorporar novas discussões e se lançar em novos campos de estudo, numa busca constante de encontrar novas questões e respostas acerca do passado, apontando para novos caminhos da historiografia. Os *Annales*, nesse sentido, responderam às demandas de seu tempo e como nos diz Dosse, plantaram em solo fértil. A preponderância da análise econômica, respondia aos problemas de uma economia mundial em crise, e as

³ FEBVRE, L. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

⁴ LIEBERSOHN, H. “German Historical Writing from Ranke to Weber: The Primacy of Politics. In: KARMER, L. & MAZA, S. (ed.). *A Companion to Western Historical Thought*, Oxford: Blackwell, 2002, pp. 167-8.

metodologias a partir de então desenvolvidas, iam ao encontro dos debates que as outras ciências humanas tratavam naquele momento.

Essa semente plantada pelos *Annales* frutificou e encontra hoje eco nas novas tendências da historiografia, que buscam respostas para novas questões colocadas por nosso tempo e que dirigem o nosso olhar acerca do passado. Entre essas diversas novas tendências que respondem aos apelos de seu tempo e às demandas de determinados grupos está a História Ambiental. Surgida nos Estados Unidos enquanto área específica do saber histórico, a História Ambiental encontra-se num momento de franca expansão dentro da produção da história, angariando seguidores dentre várias outras tradições historiográficas graças à amplitude de suas questões, que dizem respeito às multifacetadas relações do homem com a natureza, ou mesmo à sua capacidade de dialogar com especificidades de determinadas áreas do conhecimento que envolvem saberes que vão além das ciências humanas, como é o caso das ciências agrárias ou determinados ramos das ciências exatas, representados na tradição historiográfica pela história da ciência e da tecnologia.⁵

Essa capacidade da História Ambiental de agregar novas discussões acaba por congregar ao seu redor trabalhos das mais diversas vertentes que buscam,

de maneiras diversas, compreender as diversas interações entre os seres humanos e a natureza, numa relação complexa e que aponta para mais questões acerca de que forma o ser humano é influenciado pelo meio e até que ponto é possível explicar as formas de comportamento humano, seus modelos de organização, sua economia, suas práticas e saberes, enfim, a sua própria cultura, através dessa relação com o meio ambiente. Portanto, a História Ambiental, numa expressão consagrada por um de seus maiores expoentes, pode ser vista como a história do meio ambiente e sua relação com o ser humano ao longo do tempo.⁶

No entanto, a construção de uma historiografia sob essa perspectiva nos traz alguns impasses e perigos. Essa percepção não é exclusiva apenas na área da História Ambiental, é claro, mas os interesses por ela tratados nos obrigam a uma série de reflexões acerca de quais os sentidos e caminhos que essa área do conhecimento historiográfico vem seguindo, bem como de que forma a história tem se apropriado de discussões desenvolvidas por outras áreas do conhecimento para responder aos questionamentos postos pela problemática ambiental. É sobre essas questões que esse artigo pretende discorrer.

Entre vários problemas que podem ser destacados nesse campo do conheci-

⁵ DRUMMOND, J. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

⁶ WORSTER, Donald. (Ed.). *The Ends of the Earth. Perspectives on Modern Environmental History*, New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. vii.

mento historiográfico podem-se colocar em destaque os sentidos e usos da palavra “natureza”. A dificuldade conceitual de se tratar com a natureza reside em sua própria concepção que, na maioria das vezes – e por força de seu uso nas ciências exatas e biológicas – a coloca como uma entidade supra-histórica. Isso gera um problema epistemológico de difícil solução que muitas vezes leva o historiador a simplesmente obliterar o trato do homem com a natureza, aparecendo a última como agente meramente ilustrativo da ação humana, ora leva o historiador a sobre-determinar o papel da mesma, colocando a natureza como elemento central no desenvolvimento da história e levando o campo a perigosamente flertar com o determinismo, tão comum na historiografia do século XIX e tão bem ilustrado na vasta tradição positivista que em alguns campos da historiografia, principalmente na história da ciência, ainda encontram guarida. No entanto, a própria questão do determinismo não é algo simples de se apresentar, já que o que se discute é se podemos ou não ver a natureza enquanto agente histórico, ou apenas a ação humana na natureza, em seus diversos níveis, seria objeto de pesquisa histórica. Em outras palavras: a natureza e ou não um agente da história?

São perguntas como essa que levam à necessidade de se discutir um pouco mais acerca da história desse campo do conhecimento, além de uma breve discussão sobre as origens e caminhos da história ambiental, com o objetivo final

de apresentar um possível diálogo entre esse campo do saber historiográfico com outra área das ciências humanas que, desde os anos de 1970, têm também se debruçado sobre a construção da idéia de natureza e seus diversos usos. Trata-se da sociologia da ciência.

O objetivo deste artigo é o de fazer uma pequena reflexão acerca de como a sociologia da ciência pode apontar alguns caminhos para a História Ambiental no que diz respeito à reflexão acerca da natureza e de como o historiador pode melhor compreender o seu uso e de que forma ela interage com a história. Nesse sentido, as discussões e os longos embates travados pelos sociólogos e cientistas ao longo dos anos de 1980, também conhecidos como “Guerra das Ciências”, podem apontar para o historiador um caminho para se evitar as armadilhas que o determinismo pode colocar ao longo das trilhas seguidas pela História Ambiental, bem como propiciar um arcabouço teórico que possa apontar novos caminhos e relações entre a história humana e sua relação com o meio ambiente.

A historiografia e o meio-ambiente

A História Ambiental como se apresenta hoje é o resultado de uma série de discussões e embates que ganharam força, principalmente a partir dos anos de 1970, nos Estados Unidos da América. A historiografia estadunidense destacou-se nas últimas décadas como berço e mais fecundo local dessa corrente historiográfica, gerando alguns dos

principais nomes da área na atualidade e sendo a responsável por sua grande difusão e pela definição de seu campo conceitual.

No entanto, como é constituinte da própria história enquanto ciência, a História Ambiental é um campo com muitas indefinições e caminhos bastante díspares, começando pela própria indefinição acerca de sua gênese e de como esse campo se firmou dentro daquilo que chamamos genericamente de História Social.

Sem sombra de dúvida, a história ambiental sofreu uma fortíssima influência dos movimentos ecológicos que, principalmente a partir dos anos de 1960, se multiplicaram mundo afora (e nos Estados Unidos em especial), impulsionados pela contracultura e o movimento estudantil. Isso foi influenciado por uma série de fatores que, graças ao clima político do final do século XX, acabou ficando de fora da agenda principal de debates nos grandes fóruns, estando restrita a grupos dissidentes que protestavam contra os caminhos seguidos pelo mundo até aquele momento. Essa característica foi fundamental para a definição de um novo campo historiográfico que acabou por determinar o que é a História Ambiental.

A História Ambiental possuiu uma longa genealogia que culmina com a fundação da Sociedade Americana para a História Ambiental (*American Society for Environmental History*), em 1977. Como todo campo do saber historiográfico, é difícil definir o seu início ou mes-

mo como essa área ganhou os contornos que ganhou hoje. Num artigo de 1995, um famoso historiador ambiental dos Estados Unidos⁷ procurou mapear os caminhos da história ambiental, tendo como foco principal a historiografia estadunidense do século XX. Para o autor, a História Ambiental tem o seu início nos primórdios do século, quando uma série de publicações que tratavam da história da ocupação dos Estados Unidos e seu impacto no meio ambiente ganham corpo. Esses trabalhos tratam principalmente de aspectos que o processo de ocupação do território que hoje forma os Estados Unidos e da relação dos pioneiros com o novo ambiente que se descortinava à medida que o território era por eles ocupado. Desses desbravadores de uma proto História Ambiental surge, a partir do pós-guerra, uma nova geração de historiadores que incorpora um novo arcabouço teórico e novas perspectivas globais acerca do meio-ambiente. Entre esses historiadores destaca-se o trabalho Fernand Braudel que é sem dúvida, apesar de pouco citado como um dos precursores da História Ambiental, um trabalho de referência na área. A principal obra do grande historiador francês, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*⁸ é um desafiador trabalho que procura enveredar pelas relações entre as civilizações que cres-

⁷ CROSBY, A. "Past and Present of Environmental History". In: *The American Historical Review*, v. 100, n. 4 (Oct., 1995), pp. 1177-1189.

⁸ BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1984.

ceram às margens do Mar Mediterrâneo e as diversas formas que esses povos se relacionam com o ambiente ao seu redor, numa interpretação que aborda problemas ligados tanto à temporalidade quanto ao clima, ao relevo e às formas de organização cultural e econômica dessa sociedade.

No entanto, as preocupações acerca do ambiente, nos Estados Unidos, seguiram caminhos distintos daqueles propostos por Braudel em seu mais famoso trabalho. Nas palavras de Crosby, essa preocupação global acerca do meio-ambiente entre os historiadores nos Estados Unidos está diretamente ligada à percepção de que a civilização atingira um estágio de desenvolvimento onde se tornara possível a ela própria se autodestruir. Essa percepção, que se tornara aguda após Hiroshima e Nagasaki, acabou por influenciar tanto os movimentos ambientalistas nos Estados Unidos quando os historiadores cujos objetos estavam ligados às questões ambientais. Ao longo dos anos 1970 o movimento ambientalista ganhou corpo nos Estados Unidos não apenas através de movimentos ambientalistas, mas também com o surgimento de instituições que tinham como preocupação a conservação do meio-ambiente. Esse processo resultou na entrada permanente no debate político da questão ambiental que, a partir de então, só ganharia em tamanho e importância.

No entanto, não só nos Estados Unidos a História Ambiental ganhou espaço. Um dossiê especial dos *Annales*, o

número 03 de 1974, com a apresentação de Ignacy Sachs, trás uma avaliação da área, com uma apresentação bastante sugestiva chamada “Meio ambiente e estilos de desenvolvimento”⁹, dentro do espírito da revista e com forte inspiração de Braudel. Um número especial da mais célebre revista de história da França significou que a História Ambiental, enquanto campo historiográfico, de fato se firmou como uma corrente abrangente na historiografia contemporânea, propondo a mesclar diferentes tradições historiográficas.

Nos últimos anos, no entanto, a repentina expansão dos estudos ligados à área está diretamente relacionada à percepção de que o planeta passa por uma crise ambiental sem precedentes. Trata-se do processo de aquecimento global, ou “mudança climática” que mobiliza, atualmente, grande parte da opinião pública e incontáveis canais de debates públicos e acadêmicos. A história da construção da idéia de mudança climática coincide, em diversos aspectos, com a própria formação do campo da História Ambiental. Ao longo das últimas três décadas, principalmente, a compreensão acerca do impacto das ações humanas sobre o meio-ambiente resultou na construção de um discurso. Esse discurso foi fortemente ancorado na compreensão da ciência acerca de como se dá a interação do homem com o ambiente no qual ele habita.

⁹ SACHS, I. Environnement et styles de développement. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 29^e année, n. 3, 1974, pp. 553-570.

Nesse sentido a visão construída ao longo dos últimos trinta anos, e que foi fundamental para ampliar o alcance e o interesse sobre a história ambiental, é uma visão baseada numa interpretação acerca da natureza que não parte das ciências humanas, mas sim das ciências exatas sem, no entanto, refletir acerca das próprias inconsistências e disputas que envolvem esses conceitos que tratam das mudanças climáticas, dos impactos da ação humana no meio-ambiente e de como existem disputas acerca dessa construção. Para refletirmos acerca dos caminhos seguidos pelo campo da História Ambiental nos últimos trinta anos é importante pensarmos um pouco acerca do desenvolvimento das idéias ligadas ao conceito de “mudança climática”.

A ascensão da política ambiental

O conceito de “mudança climática” possui uma história que se inicia nos anos de 1970. Esse processo de construção foi, sem sombra de dúvida, influenciado pelo clima político resultado do impacto das idéias que, principalmente a partir de 1968, influenciaram o clima político em todo o Ocidente.¹⁰ Além disso, esse processo foi fundamental para impulsionar discussões acerca da relação do homem com o meio-ambiente, e influenciaram de forma direta a composição do campo da História Ambiental.

¹⁰ JUDT, T. *Pós-Guerra. Uma história da Europa desde 1945*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 396-453.

A história da construção do conceito de “mudança climática” não é apenas a história da evolução das pesquisas científicas nesse campo, mas sim a história de como as instituições políticas nacionais e internacionais passaram a lidar com problemas trazidos pelo discurso científico, que mobilizaram grupos cada vez mais significativos das sociedades de diversos países, transformando a agenda política. Para se compreender, portanto, esse processo é preciso observar de que forma criou-se um consenso que acabou por mobilizar as mais diversas instâncias sociais e resultou num movimento de caráter global. No entanto, deve-se atentar que essa construção é o resultado tanto do discurso científico, quanto do discurso político, quando do movimento ecológico em suas diversas vertentes, cada qual buscando uma interpretação acerca do que é a natureza e como o homem se relaciona, ou devia se relacionar, com ela.

A história da construção desse conceito se inicia no ano de 1972, com a chamada Conferência de Estocolmo. O encontro patrocinado pelo ONU e realizado na capital sueca abriu, pela primeira vez, espaço nas instâncias representativas internacionais para o debate acerca do meio-ambiente e dos limites do crescimento. Fortemente influenciado pelo discurso ambientalista, que foi fortemente impulsionado pelos movimentos que agitaram o Ocidente nos anos de 1960, e que já haviam resultado na formação do chamado Clube de Roma, em 1968, a reunião acabou por

apontar a necessidade de se definir melhor os limites do crescimento e a repensar os modelos.

Entre outros efeitos, o encontro em Estocolmo destacou as dificuldades que seriam enfrentadas em caso de mudança nos paradigmas do desenvolvimento. Pesquisas realizadas à época do encontro, na própria capital da Suécia, apontaram para a recusa da população local de substituir o transporte individual pelo coletivo, num exemplo de que as interpretações acerca de desenvolvimento e da relação do homem com a natureza são complexas e envolvem não apenas questões de ciência mas, principalmente, envolvem a política.

O resultado prático desse primeiro encontro foi a fundação do Programa Ambiental das Nações Unidas, cujos escritórios foram montados em Nairóbi, no Quênia, e a formação de um grupo de estudos multidisciplinar, o primeiro no estilo, cujo objetivo era a análise de dados e o desenvolvimento de um diagnóstico e de um plano de ação completo para casar as metas do desenvolvimento com os problemas que os modelos de desenvolvimentos ocidentais representavam para a natureza como um todo.

O resultado desse trabalho ficou conhecido no Relatório Brundtland, que deu as bases para as convenções climáticas futuras e para boa parte das soluções, ou sugestões, até hoje apresentadas. Basicamente, o Relatório, publicado em formato de livro com o título *Nosso Futuro Comum* propunha uma série de ações por parte não apenas dos

Estados-Nacionais, mas também das grandes empresas e da sociedade civil, para mudar as formas de organização econômica, propondo dar espaço para o surgimento de um mundo mais igual e cujos modelos de crescimento fossem menos agressivos ao meio-ambiente.

O Relatório convidava “todas as nações do mundo, tanto em conjunto quanto individualmente, a integrar o desenvolvimento sustentável aos seus objetivos e a adotar os seguintes princípios: retomada do crescimento; alterar a qualidade do crescimento; conservar e garantir os recursos básicos; garantir um nível de população sustentável; reorientar e tecnologia e administrar o risco; integrar o meio-ambiente e a economia na tomada de decisões; reformar as relações econômicas internacionais; reforçar a cooperação internacional”.¹¹

Se no ano de 1987, quando lançado, o Relatório não causou grande comoção no grande público, a partir do agravamento da crise da “mudança climática” ele se transformou numa espécie de mantra tanto para o desenvolvimento da nova economia dos créditos-carbono, como para grandes empresas ansiosas para capitalizar uma boa imagem por entre os cidadãos e mesmo para os países em desenvolvimento, quando clamam para condições simétricas nas regras internacionais de comércio.

Termos como sustentabilidade e responsabilidade social passaram, de

¹¹ Apud: CONNELLY, J. & SMITH, G. *Politics and the Environment. From Theory to Practice*, (2nd ed.). London/New York: Routledge, 2003, p. 237.

forma descontextualizada, a fazer parte do dicionário de grandes empresas transnacionais que constantemente pressionam a ONU a não adotar menções nem restrições às suas práticas. Além disso, a idéia de sustentabilidade baseia-se em algumas premissas que são contraditórias com a própria lógica dessas grandes companhias. A contradição que mais salta aos olhos está ligada ao fato de que, enquanto empresas de capital aberto, ou seja, com ações negociadas em bolsas de valores do mundo inteiro, o desempenho de seus balanços deve mostrar uma rentabilidade constante e uma atividade crescente com custos reduzidos ao mínimo possível. Essa lógica garante a manutenção de um alto valor acionário garantindo a vida e a capacidade de competição da empresa, o que significa que a empresa, para sobreviver num ambiente competitivo, deve manter sempre em expansão seus negócios. Como conciliar essa verdade do capitalismo contemporâneo com o discurso de sustentabilidade. Por outro lado, essas mesmas empresas propagandeam a idéia de responsabilidade social num ambiente em que a sonegação, o suborno e outras práticas parecem comuns.

Se o Relatório não causou grande impacto no mundo, ofuscado, em parte, pelo clima político do final dos anos 1980, outros fatores foram de fundamental importância para colocar a questão ambiental de forma mais incisiva na pauta internacional. O grande foco de mobilização para o tema foi a percep-

ção do iminente colapso da camada de ozônio.

Descoberto em dos meados dos anos 1980, o processo de diminuição acentuada dos níveis de ozônio na região Antártica seria, apontavam os relatórios científicos que estudavam o fenômeno, resultado do uso de produtos químicos lançados à atmosfera, que quando em combinação com o ozônio causavam a sua decomposição em outros gases. Os grandes vilões desse processo foram os chamados CFC's (Clorofluorcarbonetos), componentes químicos presentes, principalmente, em aerossóis e geladeiras, que comprometiam enormemente a camada que protege o planeta da radiação solar ultravioleta. As discussões que foram feitas ao redor desse processo resultaram no primeiro acordo internacional sobre questões ambientais, cujos termos foram firmados no chamado Protocolo de Montreal, de 1987.

Ao longo das discussões que antecederam a promulgação do Protocolo de Montreal, e de uma série de embates entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento (incluindo aí o Brasil), outra questão, maior e mais complexa, começou a tomar corpo acabando por assumir proporções até então impensadas. No ano de 1988, em meio às discussões sobre a camada de ozônio, os Estados Unidos passaram por uma série de experiências climáticas incomuns no país; com secas em várias regiões, principalmente no meio-oeste, e fortes ondas de calor atingindo as costas leste e oeste. Em meio a esses fenômenos

climáticos um renomado cientista da NASA (National Aeronautics and Space Administration), Dr. James Hansen, foi chamado para prestar esclarecimentos acerca do estranho comportamento do clima para o Comitê de Energia do Senado dos Estados Unidos, lá declarando que “o efeito estufa foi detectado [como causa] e está alterando o nosso clima neste momento”.¹² A afirmação do professor Hansen transformou-se rapidamente em manchete na imprensa estadunidense e mundial, iniciando um processo de discussões que, entre muitas lutas e jogos de interesse, acabou sendo traduzido¹³ pelo termo “mudança climática”.

O processo de alterações no clima planetário, que já era assunto obrigatório no meio acadêmico e de ecologistas desde os anos 70, transformara-se – num momento decisivo da história do século XX – no centro das atenções de boa parte da mídia mundial, reverberando nas instâncias decisórias de vários países e gerando um movimento internacional que culminou na Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, sigla em inglês), também chamado de Cúpula do Mundo (*World Summit*) ou simplesmente de Rio-92. O encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo mais de 160 países,

resultou em três importantes acordos que serviriam como parâmetro para o desenvolvimento de futuras negociações ao redor das questões climáticas, de meio-ambiente e de desenvolvimento. São elas a Convenção Climática, a Convenção de Biodiversidade e a Agenda 21¹⁴. A Convenção Climática reflete a construção de um consenso ao redor de uma série de problemas relacionados ao termo “mudança climática”, avaliando as políticas disponíveis e as respostas possíveis por parte de cada uma das instituições envolvidas. A Convenção de Biodiversidade traça estratégias para a preservação e manejo da biodiversidade ameaçada pelo desenvolvimento econômico e o avanço do homem sobre nichos até então intocados e, por fim, a Agenda 21, que trata das “metas para o novo milênio” e está dividida em quatro partes: dimensões sociais e econômicas, conservação e administração de recursos para o desenvolvimento, reforço ao papel de grupos sociais e, por fim, formas de aplicação das metas.

Apesar da Cúpula do Mundo ter sido de grande importância para a divulgação das questões sobre o clima, ela teve pouco efeito prático imediato. Porém, a Rio-92 abriu um caminho para discussões mais profundas que foram tratadas no chamado Protocolo de Kyoto, que foi a primeira grande tentativa organizada por uma instituição trans-

¹² Apud: WILENIUS, M. *Faust on Wheels. Conceptualizing Modernization and Global Climate Change*, 1997, Helsinki: Commentationes Scientiarum Socialium, 1997, p. 7.

¹³ LATOUR, B. *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

¹⁴ LEONARD, J. A. & MINTZER, I. M. *Negotiating Climate Change. The Inside History of the Rio Convention*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

nacional, no caso a ONU (Organização das Nações Unidas), para criar um foro propício para discussões e para a aplicação efetiva de metas com o intuito de enfrentar as mudanças climáticas, tanto em suas causas, como em seus efeitos. As discussões do Protocolo foram iniciadas no ano de 1997, na cidade japonesa que lhe deu nome, e ratificadas em 1999. No entanto, graças a algumas de suas determinações, como a contenção de emissões de dióxido de carbono para os níveis de 1990 nos anos seguintes à sua ratificação, além da dificuldade de determinar qual o papel que nações desenvolvidas e em desenvolvimento deveriam cumprir nos cenários descritos pelo documento, o Protocolo de Kyoto acabou por se transformar num ponto de discórdia em diversos países, deixando de fora a principal economia do planeta, e também a mais poluidora: os Estados Unidos; sob a alegação de que o Protocolo, da maneira como se encontrava, prejudicava o desempenho das empresas estadunidenses sem resolver questões centrais e incertas acerca do processo de mudança climática.

O Protocolo de Kyoto acabou por alinhar várias nações, industrializadas ou em desenvolvimento, no objetivo comum de conter e tratar dos resultados do processo de mudanças no clima que, ao que tudo indicava, era causado principalmente pela atividade humana. No entanto, no ano de 2007, foi publicado um relatório por parte do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, na sigla em inglês), formado

por diversos grupos de cientistas espalhados pelo mundo, com o objetivo de pesquisar de forma global os fenômenos climáticos. Esse relatório, o quarto de uma série iniciada em 1990, avaliou as razões e as principais causas do processo de mudança climática pelo qual o planeta passa desde a eclosão da era industrial. Depois de uma série de discussões acerca das razões que levavam o mundo a enfrentar tais mudanças, o que envolvia difíceis negociações e pressões de grupos políticos, o relatório foi divulgado, afirmando o que a comunidade científica a muito já sabia, porém com uma linguagem mais direta que aquela até então utilizada pelos cientistas ligados ao Painel e seus relatórios anteriores. Nesse comunicado, passado à imprensa, o Painel afirmava que havia quase que total certeza de que o processo de aquecimento que o planeta enfrenta é resultado do efeito estufa e que, por sua vez, o efeito estufa é resultado, quase que irrefutável, da atividade humana nos últimos duzentos anos.

Essa declaração feita pelo IPCC vinha ao encontro de outros relatórios que procuravam demonstrar o impacto catastrófico na economia mundial se nada venha a ser feito nos anos seguintes. Além disso, trouxe à tona questões que estavam adormecidas no Protocolo de Kyoto, impactando na política interna de países como os Estados Unidos – envolvidos então na “Guerra contra o Terror” –, e na Austrália, ambos não signatários do protocolo. Além disso, catástrofes naturais como o furacão

Katrina e a prolongada seca na região central australiana, acabaram por despertar mais uma vez as discussões sobre o impacto e o peso que cada um dos países deverá arcar para tentar conter esse processo de mudança que é, até agora, impossível de ser vislumbrado de forma mais completa.

No presente momento, discute-se mundo afora o pós-Kyoto. No entanto, as questões pendentes envolvendo os diversos tratados assinados até o momento aparentemente não se resolveram; o que ficou claro no fracasso da Convenção de Copenhague (COP15), no final de 2009, principalmente no que diz respeito aos países que estavam fora do Protocolo, foi a incapacidade de colocar metas mais específicas para nações em desenvolvimento e com grandes ecossistemas intocados, como é o caso do Brasil. Essas discussões envolvem poderosos interesses e um jogo de forças que acaba por interferir na vida de pessoas comuns que são obrigadas a arcar com o peso das decisões de alguns grupos de pressão, capazes de fazer valer seus pontos de vista e interesses, que nem sempre coincidem com os cidadãos de diversos países envolvidos nessas demandas.

Toda essa explanação acerca das discussões que nos últimos anos acabaram por nortear uma idéia acerca de natureza e da forma que nos relacionamos com a mesma, é o pano de fundo para a própria História Ambiental enquanto campo do saber historiográfico. É impossível negar a influência dessa

questão no meio dos historiadores nos últimos anos e, conseqüentemente, da produção historiográfica sobre o meio-ambiente. No entanto, juntamente com a História Ambiental desenvolveu-se num período muito similar (começando de forma oficial em 1977), uma série de estudos no campo da sociologia cujo objetivo era o de compreender uma forma muito específica de conhecimento produzido pelo Ocidente, o conhecimento científico, e as formas como esse tipo de conhecimento se valida tendo como principal fiador a natureza. Conhecer um pouco melhor os Estudos da Ciência e da Tecnologia pode auxiliar a reflexão no campo da História Ambiental.

Os Estudos da Ciência e da Tecnologia e o papel da natureza na produção do conhecimento

A história dos Estudos da Ciência e da Tecnologia, assim como a História Ambiental, possui uma data de nascimento incerta. Os primeiros trabalhos preocupados com o papel da ciência surgem no século XIX e possuem uma longa linhagem que se inaugura com Karl Marx e Karl Manheim¹⁵ e termina nas modernas correntes da Sociologia do Conhecimento Científico. Uma das preocupações fundadoras dessa corrente de estudos é o de compreender de que forma a ciência acaba por moldar nossa sociedade e como, utilizando-se do ar-

¹⁵ MARTIN, O. *Sociologie des Sciences*, Paris: Nathan, 2000.

gumento acerca do mundo natural, ela se isola como campo do conhecimento imune a críticas sociais ou a influências políticas. A ciência, portanto, só existe como tal graças á forma como ela constrói e divulgo um conceito acerca da natureza e como ela se coloca como sua única forma de interpretação.

O debate sobre a produção do conhecimento científico repousa num dilema que divide os pensadores das humanidades e ciências exatas acerca da origem do conhecimento científico e de que forma esse conhecimento é construído. Esse dilema opõe duas correntes que representam as tradicionais interpretações acerca da ciência (que envolve um conceito muito difundido de natureza, muito comum na historiografia) e as correntes que procuram desconstruir esse conceito. Trata-se do debate entre internalistas e externalistas. Esses termos distinguem duas concepções completamente opostas de se ver tanto a ciência quanto a natureza.

Para os internalistas a produção do conhecimento científico repousa na interação entre o intelecto humano e a natureza. Nesse sentido, essa relação se dá de forma direta baseada na capacidade humana de indução e de inferência. A natureza é um dado externo ao homem que pode ser apreendido pelo intelecto e, por ser imutável e atemporal, portanto imune às influências que afligem outras formas de conhecimento humano, é capaz de produzir um saber real, uma verdade incontestável, na acepção que essa forma de saber ganhou desde a sua

afirmação ao longo do século XVIII¹⁶. Para o internalista, a ciência só existe pela capacidade humana de compreender as verdades naturais através de uma relação direta e sem intermediários, traduzindo a linguagem da natureza, atemporal, na linguagem humana. Uma relação calcada na tradicional oposição sujeito/objeto, onde o sujeito garante uma interpretação real e exata do mundo natural. Para muitos, principalmente críticos, essa corrente é também conhecida como idealista.

Os externalistas, em sentido oposto, vêem o conhecimento científico não como o resultado da compreensão do intelecto humano acerca de uma natureza imutável, mas vêem sim essa forma de conhecimento como o resultado da interação de forças sociais que definem quais formas de conhecimento são passíveis de aceitação e quais não. Para os externalistas, toda a forma de conhecimento é resultado das estruturas e instituições que a própria sociedade cria, sendo assim, a natureza, da forma que é interpretada pelos internalistas, não aparece como um dado neutro e atemporal, mas sim como apenas um componente (muitas vezes menor), na construção desse conhecimento. Essas formas de reflexão são fundamentais quando falamos de natureza, já que a maneira como entendemos essa “entidade” determina a forma de interpretação que damos tanto

¹⁶ SCHAFFER, S. & SHAPIN, S. *Leviathan and the Air Pump. Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

ao conhecimento produzido pela ciência, como as próprias formas de interação do ser humano com o ambiente.

As correntes mais promissoras do debate acerca do que é o conhecimento científico são externalistas. Essas correntes possuem a sua origem no trabalho de três homens que, em momentos e com intenções diferentes, pensaram a ciência em seu tempo. São eles Robert K. Merton, Karl Popper e Thomas Kuhn. Esses autores deram contribuições de fundamental importância para compreender o trabalho da ciência e como essa forma específica do saber lida com o conhecimento acerca do mundo natural

Robert K. Merton, sociólogo estadunidense foi um dos pais dos estudos sociológicos acerca da ciência. Como fiel seguidor da escola funcionalista, Merton via a ciência como resultado da organização institucional das sociedades ocidentais, principalmente de língua inglesa e o sucesso desse empreendimento como resultado da liberdade de pensamento e daquilo que ficou conhecido como normas mertonianas.¹⁷ As normas mertonianas e a abordagem acerca de que forma as instituições moldam o conhecimento são de grande importância para as correntes externalistas.

Karl Popper foi um dos mais importantes pensadores do século XX. Seu

trabalho enriqueceu em muito a compreensão acerca da forma como a ciência funcionava e seu projeto era de uma forma de ciência democrática e acessível a toda a sociedade. A grande contribuição de Popper para o conhecimento das ciências humanas acerca do funcionamento das ciências exatas foi o famoso princípio do falseamento, que consistia em aplicar a lógica aos enunciados científicos, validando ou negando suas premissas. Nesse sentido, as teorias científicas poderiam ser falseadas, se não pudessem sê-lo não seriam então teorias científicas.¹⁸ O princípio do falseamento possibilitou uma visão da ciência e uma ampliação de sua compreensão, bem como de seu papel nas sociedades contemporâneas.

Por fim, o trabalho de Thomas Kuhn foi, sem sombra de dúvida, o mais influente em sua área. O seu principal livro, *A estrutura das revoluções científicas*, foi a obra acadêmica mais reeditada do século XX e até hoje influencia o pensamento acerca da ciência. Kuhn analisou a história das grandes mudanças da ciência através de revoluções que, vez por outra, abalavam as estruturas que mantinham os paradigmas. Para Kuhn, a ciência é plural, formada por paradigmas. Cada paradigma representa uma área específica do conhecimento científico e uma tradição de abordagem acerca do mundo natural. Quando o conhecimento gerado dentro do paradigma gera alguma

¹⁷ Cf. MERTON, R. M. "Science and Social Order", *Philosophy of Science*, v. 5, n. 3 (July 1938), pp. 321-337; MERTON, R. M. *Science, Technology and Society in Seventeenth Century England*. New York: H. Fertig, 1970.

¹⁸ POPPER, K. *The Logic of Scientific Discovery*. London/New York: Routledge, 2004, pp. 57-73.

anomalia, a tradição procura isolar a anomalia, depois excluí-la. Caso isso não seja possível, a ciência passa por um processo traumático de transformação, que Kuhn chama de revolução. Com a alteração de determinado paradigma, alterasse também a forma como a sociedade encara a natureza e a forma como esse conceito é por ela adaptado.¹⁹

As duas principais correntes contemporâneas da sociologia da ciência são herdeiras dessa tradição. Tanto o Programa Forte, fundado por David Bloor, quando a Teoria do Ator-Rede, criada por Bruno Latour, representam desdobramentos dessas discussões que já têm quase um século e mantêm vivas questões fundamentais acerca de como a sociedade ocidental constrói a sua visão acerca da natureza e do conhecimento científico. Compreendê-las um pouco melhor é importante para uma reflexão mais ampla da própria área da História Ambiental.

A Escola de Edimburgo e o Princípio da Simetria

No ano de 1977 foi publicado pelo sociólogo escocês David Bloor um livro que influenciaria profundamente a maneira como as ciências humanas viam as ciências exatas. A publicação de *Science and Social Imagery* acabaria por propor uma nova abordagem acerca do conhecimento científico baseado numa con-

troversa interpretação não apenas da ciência, mas também da própria relação do homem com a natureza. A proposta principal exposta pelo livro fundador do “Programa Forte”, assim intitulado pelo autor, propunha que a análise do conhecimento científico nas sociedades contemporâneas deviam se basear no chamado “princípio da simetria”. Esse princípio apresenta-se dentro da proposta do Programa Forte dividindo-se em quatro pontos, afirmando que a análise do conhecimento científico:

1. Deve ser casual, ou seja, preocupada com as condições que transformam as crenças em conhecimento. Naturalmente, haverá outras causas além das causas sociais que cooperam com a transformação das crenças;
2. Deve ser imparcial com respeito ao real e ao falso, ao racional e ao irracional, ao sucesso ou à falha. Ambos os lados dessa dicotomia precisam ser explicados;
3. Deve ser simétrica no estilo da explicação. As mesmas causas devem explicar crenças falsas e verdadeiras;
4. Deve ser reflexiva. Em princípio seus modos de explicação devem ser aplicáveis à sociologia. Como quesito da simetria isso é uma resposta à necessidade de se buscar explicações gerais. “Este é um quesito óbvio do princípio já que, de outra maneira, a sociologia negaria as suas próprias teorias”.²⁰

A proposta do Programa Forte, portanto, é bastante ambiciosa, já que o

¹⁹ KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*, (3rd Edition). Chicago: University of Chicago Press, 1996.

²⁰ BLOOR, D. *Knowledge and Social Imagery* (2nd edition), Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p.7.

“princípio da simetria” reclama que toda a explicação para os resultados da ciência e a transformação das crenças em conhecimento deve ser social. Nesse sentido, resgatando as tradições propostas por Merton, o Programa Forte e seu “princípio da simetria’ buscam de que forma a ciência se constitui enquanto instituição social, de forma que ela pode se reproduzir e garantir a primazia de seu discurso enquanto forma fiável de interpretação do mundo natural.

A existência da ciência em si dependeria de sua institucionalização, e esse processo requer não apenas a aceitação do discurso científico como o único capaz de explicar a natureza, mas também como forma de organização das estruturas do conhecimento e de sua forma de socialização. Portanto, o “princípio da simetria” se propõe a ver o conhecimento científico como resultado das forças sociais que o sustenta e dissemina.

Seguindo as afirmações de Kuhn, o Programa Forte busca compreender os fundamentos do conhecimento científico através da forma como as instituições de pesquisa se fundam e são geridas. Isso significa que as ciências são fiadoras de uma tradição (ou paradigma) socialmente aceita e reproduzida na forma que os cientistas são qualificados nas universidades e na maneira que a prática científica historicamente se constituiu.

Isso quer dizer que o conhecimento científico, enquanto derivado de instituições e de suas diversas formas de organização, reproduz crenças e saberes específicos, construindo ao redor de si

fronteiras²¹ que a separam de outras formas de conhecimento. Essas fronteiras, por serem institucionais, reforçam a autoridade de determinados centros em relação a outros. Dessa forma, cria-se uma espécie de competição para validação e disseminação dos discursos entre determinados locais do conhecimento, conhecimento esse que vai reverberar por toda a sociedade. O reconhecimento desses saberes vai garantir mais prestígio para a instituição difusora que concentrará mais recursos e atrairá pesquisadores, sobrevivendo às pressões de outras instituições.

Essa disputa de poder pelo controle do saber científico, através do “princípio da simetria” leva a uma afirmação radical de Bloor – amenizada em seus trabalhos mais recentes ²² – onde o autor afirma que “a natureza não importa”. Antes de negar a natureza como dado concreto, o que Bloor procura chamar atenção é que as formas do conhecimento são socialmente aceitas e dependem, portanto, de instituições que as amparem. Nesse sentido, qualquer forma de conhecimento científico é, antes de tudo, um produto social. Por isso, Bloor valoriza mais a história, a cultura e as forças políticas que tornam possível a ciência e, conseqüentemente, as interpretações acerca da natureza. Daí o termo simetria: todas as formas de crença

²¹ GIERYN, T. F. Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: Strains and Interests in Professional ideologies of Scientists, *American Sociological Review*, v. 48 (December 1983), pp. 781-795.

²² BARNES, B.; BLOOR, D. & HENRY, J. *Scientific Knowledge. A Sociological Analysis*. London: Athlone, 1996.

são sociais, suas manifestações verdadeiras ou falsas, as tentativas certas ou erradas, a sua aceitação ou não dependem de fatores sociais. Nesse sentido, a simetria coloca a sociedade à frente da natureza, a primeira como definidora da última, num discurso crescentemente sofisticado e profundamente enraizado nas instituições ocidentais através do programa experimental.

Como será analisado mais à frente, as propostas da Escola de Edimburgo trazem dados importantes para a compreensão de como se constrói o conhecimento acerca do mundo natural e, principalmente, de que forma esse conhecimento é socialmente disseminado e aceito. O Programa Forte, portanto, ancora-se numa tradição sociológica que não é distinta da tradição epistemológica da própria ciência, mantendo a partição entre sujeito objeto, mediado pela teoria, que é fundamental para o conhecimento experimental. Foi a partir de uma crítica mais profunda à própria epistemologia na qual se funda o Programa Forte que surgiu uma corrente alternativa de explicação acerca do conhecimento científico e da nossa compreensão acerca do mundo natural, trata-se da Teoria do Ator-Rede, formulada por um filho rebelde do Programa Forte: Bruno Latour.

A Teoria do Ator-Rede e a negação da modernidade

Bruno Latour é, sem sombra de dúvida, o nome mais controverso dos

Estudos da Ciência e da Tecnologia. Seu humor ácido e suas posições polêmicas angariam uma legião de fãs e de inimigos irreconciliáveis. Um fato é inconteste: é impossível ficar neutro diante das proposições de Latour. Nas palavras de seus defensores Latour encontrou um caminho para conciliar a natureza e o homem enquanto atores de um mesmo processo, sem os riscos do determinismo e sem negar o papel das forças naturais. Para seus detratores, o que o autor francês propõe é um jogo de linguagem epistemologicamente problemático e que apenas lança água ao moinho do obscurantismo²³. De qualquer forma, as propostas da Teoria do Ator-Rede propugnadas por Latour são vistas com simpatia na área da História Ambiental por possibilitar uma visão alternativa da natureza e ajudar a compreender, historicamente, a sua apropriação e a forma dos homens com ela se relacionarem.

O primeiro trabalho do autor francês a ganhar relevo entre os estudiosos da sociologia do conhecimento foi escrito em conjunto com o sociólogo britânico Steve Woolgar²⁴ e analisava a descoberta de um processo de síntese de uma proteína cerebral. *A vida de laboratório* foi considerada por David Bloor como um grande exemplo de como o Programa Forte poderia pro-

²³ BRICMONT, J. & SOKAL, A. *Imposturas intelectuais. O abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*, Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

²⁴ LATOUR, B. & WOOLGAR, S. *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

porcionar uma compreensão de como a ciência nos dá uma compreensão acerca do mundo natural, como resultado direto das interações sociais.

No entanto, de uma estrela em ascensão e seguidor do Programa Forte, Latour transforma-se em *persona non grata* em Buccleuch Place, o endereço da SSU (sigla em inglês para Unidade de Estudos da Ciência, da Universidade de Edimburgo). Na publicação de *Guerra e Paz dos micróbios*, posteriormente republicada com o título de *A pasteurização da França*²⁵, Latour rompe com os princípios do Programa Forte e propõe uma ousada interpretação não apenas para as pesquisas relacionadas aos Estudos da Ciência e Tecnologia, mas sim para toda a tradição crítica ocidental, de Kant a Durkheim; trata-se da Teoria do Ator-Rede.

O fato estudado por Latour e utilizado para exemplificar a sua Teoria se passa em Pouilly-le-Fort, no sudoeste da França. Uma crise sanitária que passou a vitimar os rebanhos na região levou a comunidade científica daquele país a uma luta para tentar identificar quais eram as causas daquelas doenças. O papel de Pasteur não seria apenas o de descobrir o que causava a doença, na interpretação de Latour, mas o de sim negociar com os diversos atores em questão (que incluem homens, micróbios, vacas, minhocas, fazendeiros, instituições governamentais, etc.), construindo

uma compreensão do mundo natural, e oferecendo para os atores envolvidos uma “tradução”, ou seja, uma explicação coerente e plausível acerca dos processos que estão envolvendo a causa estudada. O processo de “tradução” deve passar por uma série de “provas de força”, isso é, um processo de convencimento dos diversos atores envolvidos. Esse processo resulta na construção de uma complexa rede *sociotécnica*, que tem no laboratório, o centro da tradução, um “ponto de passagem obrigatório”. O laboratório, para Latour, enquanto uma forma de representação do contato entre o homem e o mundo natural é o centro produtor das realidades que damos o nome de modernidade. O autor utiliza uma série de poderosas metáforas para explicar a sua idéia de redes, chamando os fios (os fatores ordenados que levem à compreensão de um acontecimento) que tecem essas redes de fios de Ariadne (aquele que teceu os fios que tiraram Teseu do labirinto). O laboratório, então, é o responsável pela redefinição da realidade natural e o cientista é o responsável pela tradução desse mundo, que existe enquanto mundo compreensível apenas quando, através das “provas de força”, a realidade ali construída passa a existir para toda a sociedade que aceita a tradução e dela faz parte. Portanto, o mundo proposto por Latour é um mundo povoado por humanos e não-humanos, que são ambos atores que definem a realidade. Nesse mundo o que importa é quem traduz e quem é traduzido. Quem vence as

²⁵ LATOUR, B. *The Pasteurization of France*. Cambridge: Harvard University Press, 1993

“provas de força” define a realidade do mundo natural.

Sob esse ponto de vista, o mundo exterior que conhecemos é uma espécie de construção definida por alguns poucos agentes que controlam os “pontos obrigatórios de passagem” e são os responsáveis pela realização das traduções. Se essas traduções passam nas diversas “provas de força” que a sociedade impõe, então uma determinada realidade passa a existir. No caso de Pouilly-le-Fort, a doença que atinge as vacas passa a ter um nome após a tradução oferecida por Pasteur, *antrax*, e o agente causador passa a ser identificado como micróbio. Os interesses existentes ao redor do processo fazem com que todos os atores, incluindo os micróbios, expressem a sua vontade dentro das “redes sociotécnicas”, sendo, porém, traduzidos por Pasteur que se transforma num dos mais importantes nomes do século XIX na França.

A avaliação de Latour, apesar de metodologicamente correta e factível (tudo depende da forma como a rede é construída e explicada através dos e aos atores envolvidos – ou seja, traduzida), trás um problema epistemológico de difícil solução, que é o rompimento da oposição entre sujeito e objeto. Para Latour todos os envolvidos na construção das redes são atores e cada ator expressa sua posição dentro da rede tentando fazer valer os seus interesses. No entanto, como falar em interesses dos micróbios, das vacas, das minhocas, como propõe Latour em sua explicação sobre o fenô-

meno em Pouilly-le-Fort? Apesar dessas críticas a proposta de Latour rompe com uma das limitações do Princípio da Simetria ao dar à natureza um papel relevante e ativo na constituição da realidade. Como o autor francês chama a atenção, o que ele na realidade propõe é uma ruptura com a tradição crítica na qual as ciências sociais se ancoram no Ocidente, e o título de uma de suas principais obras, *Jamais fomos modernos*, é o sinal que o autor procura enviar aos seus leitores e críticos.

No fundo, ambas as correntes buscam explicações acerca de nossa compreensão da natureza através do discurso científico. Cada qual, através de suas proposições teórico-metodológicas, tem uma contribuição relevante para o debate acerca do mundo natural e pode ser grande valia para o campo da História Ambiental.

Contanto histórias sobre a natureza

Tanto os Estudos da Ciência e da Tecnologia quanto a História Ambiental têm uma preocupação de fundo: os significados e usos do conceito “natureza”. Uma reflexão mais detida acerca dos usos do conceito de natureza é um exercício fundamental para a História Ambiental como forma de se evitar as armadilhas colocadas pelo determinismo, além de possibilitar uma reflexão mais aguçada acerca de que forma cada época compreende a natureza e como essas idéias acabam por influenciar a

apropriação do território, seus usos e de que forma isso influencia na constituição econômica e social de grupos humanos ao longo da história.

Tendo em vista a dificuldade de se compreender a relação entre esse conceito, que revelasse com grande frequência como uma manifestação atemporal e de difícil historicização, compreender de que forma a produção do conhecimento que trata acerca de nossa compreensão da natureza, o conhecimento científico, é uma forma efetiva de se compreender os usos que fazemos da natureza e como a compreendermos ao longo da história.

Tratar da natureza como um agente histórico, mostra-se, como aqui colocado, um grande desafio, já que as narrativas históricas esbarram em dificuldades inerentes às formas de apreensão da relação do homem com o mundo natural. Euclides da Cunha, em sua obra prima *Os sertões*²⁶ mostrou as possibilidades e as dificuldades em observar-se a natureza e em tentar circunscrever o homem através do meio. Mesmo fortemente marcada pelo determinismo corrente em sua época, a obra ainda sim é um exemplo das possibilidades da História Ambiental. Euclides da Cunha usa do discurso científico de sua época para tratar do tema, mas foge do forte determinismo que imputava uma forte carga racial à análise através de uma grande erudição e de sua capacidade de

compreender e dialogar com a produção científica.

Nesse sentido, a cooperação entre os Estudos da Ciência e da Tecnologia e a História Ambiental é de fundamental importância, já que a primeira – em quaisquer de suas vertentes – fornece o arcabouço conceitual e metodológico que pode faltar, em alguns momentos à segunda, no que se refere à melhor compreensão do caráter histórico da ciência e de sua transitoriedade, além das diversas formas como a divulgação científica difunde uma idéia de natureza sociedade afora. Um dos trabalhos mais famosos da área, que trata do controle dos rios no Oeste dos Estados Unidos²⁷, chama a atenção para a importância da compreensão da tecnologia, mas a ausência de um debate acerca do significado dessa própria tecnologia e como o discurso tecnológico também reflete uma visão da natureza como força supra-histórica, torna ainda mais aguda a necessidade de um diálogo mais aprofundado entre as duas áreas

O próprio Donald Worster, atento ao problema, propõe uma fórmula para enfrentar, ao menos em parte, esse problema.²⁸ Essa forma consiste em três níveis de abordagem acerca do significado da natureza e do exercício da produção de uma História Ambiental. “O primei-

²⁶ CUNHA, E. *Os sertões. A campanha de canudos* (36. Ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

²⁷ WORSTER, D. *Rivers of the Empire. Water, Aridity, and the Growth of the American West*, New York/Oxford: Oxford University Press, 1985.

²⁸ WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade* - v. V, n. 2, ago./dez. 2002 - v. VI, n. 1, jan./jul. 2003.

ro envolve a descoberta da estrutura e distribuição dos ambientes naturais do passado”.²⁹ Essa análise antes de uma abordagem histórica propriamente dita depende de interpretações que outras ciências fazem acerca da natureza e a validade dessas interpretações também é historicamente dada. “O segundo nível da história ambiental é mais diretamente de responsabilidade do historiador e de outros estudiosos da sociedade, pois se concentra na tecnologia produtiva, na medida em que esta interage com o meio ambiente”.³⁰ Um problema que se apresenta para essa análise é uma questão amplamente estudada acerca do impacto da tecnologia nas sociedades contemporâneas e na forma como lidamos com essa tecnologia, um problema também conhecido como “determinismo tecnológico”³¹, ou seja, saber até que ponto a tecnologia influencia na nossa história e na forma que o homem se relaciona com a natureza. Por fim, Worster chama de terceiro nível “encontro mais intangível, puramente mental, em que as percepções, ideologias, ética, leis e mitos tornaram-se parte de um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza”. Esse processo de apreensão da natureza é, antes de tudo, guiado por um conjunto de idéias pré-definido não apenas do que se espera encontrar na natureza (e, portanto, aquilo que é apreensível ou

não), mas também das condições materiais que permitem essa apreensão e os interesses que a movem.

Se existem muitas questões em aberto acerca de como os historiadores devem tratar a natureza, os Estudos da Ciência e da Tecnologia através de suas discussões sobre a natureza e de como a ciência fornece um discurso sobre o mundo natural é de fundamental importância não apenas para o campo da História Ambiental, como também para todo o espectro de estudos historiográficos que tratam da ciência e da tecnologia. O historiador conta histórias sobre a natureza, mas essas histórias são, antes de tudo, histórias humanas que tem como personagem o mundo natural.

Referências bibliográficas:

BARNES, Barry; BLOOR, David & HENRY, John. *Scientific Knowledge. A Sociological Analysis*. London: Athlone, 1996.

BLOOR, David. *Knowledge and Social Imagery* (2nd edition). Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1984.

BRICMONT, Jean & SOKAL, Alan. *Imposturas intelectuais. O abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

²⁹ Idem. *Ibidem*, p. 26.

³⁰ Idem.

³¹ MARX, L. & SMITH, M. R. *Does Technology Drive History? The Dilemma of Technological Determinism*. Cambridge: MIT Press, 2001.

- CONNELY, James & SMITH, Graham. *Politics and the Environment. From Theory to Practice* (2nd ed.). London/ New York: Routledge, 2003.
- CROSBY, Alfred W. Past and Present of Environmental History. *The American Historical Review*, v. 100, n. 4 (Oct., 1995), p. 1177-1189.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões. A campanha de canudos* (36. ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- DOSSE, François. *A história em migalhas. Dos Annales à Nova História*. Campinas/São Paulo: UNICAMP/Ensaio, 1994.
- DRUMMOND, J. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1971.
- GIERYN, T. F. Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: Strains and Interests in Professional ideologies of Scientists. *American Sociological Review*, v. 48 (December 1983), p. 781-795.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra. Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. (3rd ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- _____. *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- _____. *The Pasteurization of France*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- LEONARD, J. A. & MINTZER, Irving M. *Negotiating Climate Change. The Inside History of the Rio Convention*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LIEBERSOHN, Harry. "German Historical Writing from Ranke to Weber: The Primacy of Politics. In: KARMER, Lloyd & MAZA, Sarah (ed.). *A Companion to Western Historical Thought*. Oxford: Blackwell, 2002, p. 166-182.
- MARTIN, Olivier. *Sociologie des Sciences*. Paris: Nathan, 2000.
- MARX, Leo & SMITH, Merritt Roe. *Does Technology Drive History? The Dilemma of Technological Determinism*. Cambridge: MIT Press, 2001.
- MERTON, Robert M. Science and Social Order, *Philosophy of Science*, vol. 5, n. 3

(July 1938), p. 321-337.

_____. *Science, Technology and Society in Seventeenth Century England*. New York: H. Fertig, 1970.

POPPER, Karl. *The Logic of Scientific Discovery*. London/New York: Routledge, 2004.

SACHS, Ignacy. "Environnement et styles de développement". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 29e année, n. 3, 1974. p. 553-570.

SCHAFFER, Simon & SHAPIN, Steven. *Leviathan and the Air Pump. Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

WILENIUS, Markku. *Faust on Wheels. Conceptualizing Modernization and Global Climate Change*. Helsinki: Commentationes Scientiarum Socialum, 1997.

WORSTER, Donald. *Rivers of the Empire. Water, Aridity, and the Growth of the American West*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1985.

_____. (Ed.). *The Ends of the Earth. Perspectives on Modern Environmental History*. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. "Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história". In: *Ambiente & Sociedade*, v. V, n. 2, ago./dez. 2002, v. VI, n.º1, jan./jul. 2003.

Submetido em 31 de março, 2011.

Aprovado em 4 de maio, 2011.



A natureza e o Império no Brasil: a história entre as flores e as pedras preciosas na construção da nação¹

Janaina Zito Losada²

Resumo

A história escrita no Brasil do século XIX trazia a cena os elementos variados do mundo natural. Tomar posse dos terrenos exigia aos nobres, investimento na organização de expedições e viagens, e, na formação de um grupo de intelectuais que explicasse e pudesse sugerir o melhor uso para as riquezas das matas, das montanhas e dos rios. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é constituído em 1839, com o intuito de construir a história pátria. Sua fundação marca o esforço do Império em configurar os traços de uma nação civilizada cuja matéria prima não foi o homem e sim a natureza. Na oficialidade da burocracia aí instituída são produzidos muitíssimos documentos cuja preocupação é o conhecimento das riquezas das minas, das madeiras, das flores, dos frutos e dos animais nos mais diversos ambientes naturais brasileiros. Neste sentido tomaremos aqui como exemplares os escritos de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Emílio Joaquim da Silva Maia e Manoel Ferreira Lagos, intelectuais que ajudaram a fundar e construir os alicerces da escrita de uma história na qual a natureza constituiu-se o personagem principal. Através deles encontramos uma geração que vai marcar de forma profunda o pensar e fazer a história no Brasil. Uma história construída de imagens românticas, grandiosas e heróicas, ao gosto do século XIX. Uma história trágica onde a fauna e a flora sofreram os impactos do comércio e da ciência, onde montanhas desapareceram frente ao voraz desejo da entrada na modernidade.

Palavras-chave: Natureza. IHGB. Império no Brasil.

Abstract

The written history of the nineteenth century in Brazil brought to the scene of various

¹ Este texto foi debatido no V Simpósio da SOLCHA (Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental) na cidade de La Paz, Baja Califórnia Sul/México em 2010 e para tanto teve o apoio financeiro da Fundação de Apoio Universitário/FAU/Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Agradeço os comentários de Lize Sedrez, Rogério Ribeiro de Oliveira, German Palacio, Inês Machline Silva, L. Ciro Marcano e Alexander Betancourt Mendieta.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta UFU/FACIP. janainalosa-da@pontal.ufu.br

elements of the natural world. Taking possession of land required to noble, investment in organizing expeditions and trips, and the formation of a group of intellectuals to explain and could suggest the best use for the riches of the forests, mountains and rivers. The Brazilian Geography and History Institute (IHGB) is formed in 1839 with the aim of building the nation's history. His effort marks the founding of the empire set up in the trappings of a civilized nation, whose raw material was not man but nature. Officers in the bureaucracy set up there are very many documents produced whose concern is knowledge of the riches of the mines, woods, flowers, fruits and animals in diverse natural environments in Brazil. In this sense we will take here as examples the writings of Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Emilio Joaquim da Silva Maia and Manuel Ferreira Lagos, intellectuals who helped to found and build the foundations of writing a story in which nature itself was the main character. Through them we find a generation that will mark so profound thinking and make history in Brazil. A story built of romantic images, grand and heroic, like the nineteenth century. A tragic story where the flora and fauna have suffered the impacts of trade and science, where mountains disappeared against the voracious desire for entry into modernity.

Keywords: Nature. IHGB. Empire in Brazil.

Os discursos históricos imperiais demonstram grande vitalidade ao analisar o mundo dos minerais e dos vegetais e neles o impulso e o desejo da industrialidade mostrou sua face mais acadêmica e também mais brutal. Amparados na constituição dos saberes e nas associações científicas do Império do Brasil, a mineração e a medicina exigiram dos cientistas do século XIX que se debruçassem sobre o mundo natural em toda a sua diversidade e riqueza até o esgotamento. Tais discursos hoje se tornam monumentos que versam sobre o passado da natureza, das sociedades e da nação.

Nas revistas publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir de 1839 há uma profusão de relatos que descrevem sementes ou minas, pedras e montanhas que necessitavam ser transportadas, transportadas e atravessadas pelo espírito cientificista. A imagem dos reinos naturais no interior

das descrições de viagens, nas memórias e mesmo nas Atas de reuniões é repleta de detalhes técnicos, bem como por um assombro pelo grandioso e pelo furor advindo das possibilidades econômicas que há muito dominavam o Atlântico sul, como bem podemos ver em Luis Felipe de Alencastro³.

Se tomarmos Cid Prado Valle veremos que a grandiosidade da representação da natureza no Brasil vai constituir parte fundante do pensamento político ao longo do período regencial (1831-1840) e do Segundo Reinado (1840-1889), reverberando inclusive no processo de constituição da representação política na república contemporânea. Na análise de obras de arte, o autor percebe a construção da natureza imperial atra-

³ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

vés da utilização de árvores símbolos de magnificência e poder, como, por exemplo, a palmeira imperial, e, na sua leitura da paisagem, percebe um universo repleto de elementos cariocas, as montanhas, os céus, a praia⁴. Percepções normalmente construídas pelo olhar europeu de muitos viajantes, cientistas e artistas que descreveram o Brasil e tentaram dar àquela vastidão territorial uma imagem única e, portanto, divergente da paisagem regional.

Aqui, entretanto, buscamos uma história que privilegia as paisagens interiores do Brasil, os pântanos, as serras e os rios dos sertões e dos cerrados, dos campos gerais e das matas densas que figuravam como imagem e como dados para a administração imperial. Na documentação analisada, tais paisagens estão o tempo todo em diálogo com a paisagem do litoral fluminense, tão presente no imaginário brasileiro e europeu. As imagens destes interiores constituem em si discursos de forte e intensa circulação. Diversas das paisagens da sede do Império, elas garantiam a imensidade territorial, a grandiosidade simbólica e a riqueza concreta que, legada ao futuro, significaria a manutenção e a possível ampliação da opulência dos barões escravocratas, dos comerciantes e do próprio Império.

Pode ser percebida a associação do pensamento ilustrado e romântico ao

pensamento utópico da terra sem mal, referências já apontadas por Sérgio Buarque de Holanda⁵ para o universo colonial e também por Cid Prado Valle, para quem as montanhas de ouro e a riqueza das plantações aprofundavam a força desta imagem, arraigando-a no “imaginário nacional”.⁶

Observemos a descrição anônima das terras do Mato Grosso, de 1797, chegada ao IHGB através do conselheiro imperial Antonio de Menezes Vasconcelos Drummond:

Eis aqui onde a natureza nos tinha preparado um maravilhoso espetáculo, porque olhado à primeira vista o todo que se me ofereceu, depois de distribuídas as luzes em proporcionadas distâncias, representou-se uma mesquita subterrânea, que observada por partes em cada uma d'ellas fazia saltar aos olhos uma diferente perspectiva; a que de fundo do grande salto se oferece à vista do espectador, collocado à entrada delle, é de um magnífico templo todo elle decorado de curiosísimos stalactites, uns dependurados de abobada que constitue o tecto, à maneira de outras tantas gotteiras (...)⁷

É o rio Paraguai que está sendo descrito, mas além de cavernas e cachoeiras,

⁴ VALLE, C. P. *Natureza tropical e imagem nacional no Império Brasileiro*. (tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense/ Editora da Universidade de São Paulo, 1969. (volume 333).

⁶ VALLE, C. P. Op. cit, 2001.

⁷ DESCRIÇÃO Geographica da Capitania de Mato-Grosso. Anno de 1797. MS. oferecido ao Instituto pelo Sr. Conselheiro Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX, 1857. 214/215.

era importante destacar que o rio era “(...) abundantíssimo de carnes, peixe, frutas e hortaliças, tudo por preço ainda mais commodo, do que nos portos de mar.” Para o viajante, esta era a terra própria para criar “homens robustos”; com ricas minas e poucas águas para se minerarem no tempo da seca. Ainda assim, afirmava que a extração de ouro girava em torno de 20 arrobas⁸ por ano. Estas minas foram descobertas em 1718 e, em 79 anos de produção, até 1789, delas foram extraídos 23 toneladas de ouro. A riqueza estava presente e a mineralogia a postos para explicar, indicar as potencialidades bem como para sustentar a exploração do recurso. As coleções e os laboratórios também fazem parte deste universo, onde a explicação do mundo é um dos maiores desejos e o enriquecimento da coroa uma necessária devoção.

No presente texto, escolhemos a explicação e o entendimento na leitura da documentação em pauta. Nela minérios e madeiras eram dissolvidos e consumidos como remédio no tratamento para a longevidade. Os estudos de Paulo Alves Porto⁹ demonstram que os antigos estudos de farmácia, circulados no Brasil nos séculos XVIII e XIX, afirmavam que minérios e vegetais eram fundantes na preservação da vida. Não é difícil imaginar o que isto significou na construção das ideias do século XIX. O ouro, a prata e a árvore da vida

ficaram amarrados simbolicamente à continuidade e a permanência da abundância, pois ligavam, através de suas propriedades, o indivíduo, o eterno e o natural.

Em 19 de janeiro de 1843, na reunião do IHGB, é lida uma carta de Francisco Adolfo Varnhagen, barão de Porto Seguro, defensor da erudição e da verdade na história como afirma Lúcia Maria Paschoal Gumarães na análise da História Geral do Brasil¹⁰. Adepto do historicismo, em sua carta, parece oportuna a preocupação com as paragens do interior e com o processo de “interiorização da metrópole”¹¹, marca contínua da sociedade que se organizou nos tempos do Brasil do Reino Unido. Observemos:

Porém, ainda que minhas averiguações hoje sejam relativas às épocas mui remotas, não me descuido de diligenciar e obter cópias do que é importante ainda mais moderno. Assim vou resumindo e colleccionando as informações, que por ordem da côrte davam por escripto no século passado os nossos sertanejos, que descobriram as Minas Geraes, o Cuiabá e o Mato Grosso. D'estas informações ou roteiros já remetti um ao Instituto, para o fazer publicar, se assim o julgasse conveniente. Esta colleção de roteiros será além d'isso um monumento à minha Província....¹²

⁸ 300 kg de ouro. (1 arroba – 15 kg).

⁹ ALFONSO-GOLFARB, A. M. & BELTRAN, M. H. R. (orgs.). *O Laboratório, a oficina e o ateliê, a arte de fazer o artificial*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002 p. 104.

¹⁰ GUMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Francisco Vanhagen – História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2002, p. 95.

¹¹ SILVA, Maria Odila Leite da. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

¹² ATA de 19 de janeiro de 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo V. 3.^a ed. 1885, p. 104.

Para Varnhagen, escrever sobre o passado, levantar a história é também fazer um monumento no qual o papel do historiador é compilar documentos e informações nos arquivos disponíveis no Brasil ou em outros países sobre uma determinada porção do país. Esta história, feita em roteiros, ensina aos administradores e iniciados no saber histórico sobre o país do século anterior e pode mesmo fundamentar viagens de reconhecimento, domínio e posse de seus contemporâneos. Parte destes discursos nos permite ver as paisagens de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Amazonas, do Pará, de Santa Catarina e de São Paulo, as quais descrevem riquezas e experiências cotidianas e científicas, inventariam minerais e vegetais e destacam-se nas variadas reflexões e artigos publicados nas Revistas do IHGB por refletirem muitos olhares em relação à sociedade. Um exemplo disso é Martim Francisco Ribeiro de Andrada que, na descrição da Capitania de São Paulo, testemunha:

(...) achei muitos cristaes de rocha lindos, cristalização prismada de seis faces, terminado por pirâmides hexagonaes. Quantas riquezas [dariam] estas lavras a seus possuidores, si ellas fossem trabalhadas segundo as regras da arte por homens industriosos, amigos do trabalho, homens livres e não vexados pelo pezo da escravidão!!¹³

¹³ Viagem Mineralógica pela província de São Paulo em 1805 por Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. IX, 1869. p. 11.

O ideal moderno tão perseguido pelo Império trazia em si a crítica à base de sustentação deste mesmo Império – a escravidão. Em *Memória sobre as minas de ouro* de 1804, publicado no IHGB em 1898, encontramos uma crítica à atividade das minas, afirmando que a exploração de minérios tirava os braços da lavoura¹⁴. Mas aí a natureza é apenas recurso. Esta discussão não é nova na historiografia brasileira. José Augusto Pádua, em *Um sopro de destruição*, já demonstrou a aproximação e o afastamento das ideias de natureza com as discussões e práticas relativas à escravidão e a abolição, em seus limites no pensamento político brasileiro, apontando diferentes experiências intelectuais.¹⁵

Em Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o intento era reafirmar a ordem imperial e, ao lado da descrição de cristais, vemos uma ordem moral¹⁶, pois a “miséria” provocada pela escravidão tornava-se um contra-senso em terrenos tão ricos. Assim, a industriosi-

¹⁴ Memória sobre as minas de ouro lida na Academia Real de Sciencias de Lisboa em 1804. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXI, 1898.

¹⁵ PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora 2002.

¹⁶ No tocante à moralidade, é importante lembrar de Cid Prado Valle, que afirma que o vocabulário indígena em relação à definição e nomenclatura da natureza e à paisagem é bastante mais rico que o vocabulário português. Assim, sertão, mata, campos podem ter diversas caracterizações que, no olhar do viajante, podem desaparecer. Mas aqui não estamos estabelecendo uma comparação com a compreensão indígena da natureza, o que constituiria um outro trabalho. O foco que tentamos trazer está nas ideias de história que se encontraram na academia.

dade dos homens mudaria a realidade na colônia atrelando os saberes necessários aos poderes devidos. O próprio Andrada atestava, em 26 de janeiro de 1803: “Si toda esta capitania situada debaixo do melhor ceo do mundo e tão cheia de riquezas naturaes, fosse habitada por homens industriosos e amigos do trabalho, em breve chegaria ao maximo da prosperidade; o povo seria feliz e abastado, e d’ella seria bannida a mendicidade...”¹⁷. Na construção desta ordem moral, vegetais e minerais tornaram-se bastante significativos, pois forneciam imagens moralizantes, úteis em uma sociedade utilitária que desejava a grandiosidade e a nobreza.

Além disso, a natureza influía diretamente na vida, cujas fases eram construídas a partir da leitura que se fazia das árvores. A imanência era característica do mundo das rochas. A força lembrava as serras. A explosão de vida, as sementes; universos naturais que ofereciam inúmeros símbolos, curiosas metáforas e marcaram passados e futuros tão distantes quanto profundos. Tais enfoques eram cobertos de métodos e técnicas, como ensina Wilton Carlos Lima da Silva¹⁸ e compostos a partir da curiosidade, da necessidade científica e política e do desejo da coleção do universo. Assim, a ideia de inventário parece de alguma forma explicar este processo.

¹⁷ *Jornaes das viagens pela capitania de São Paulo por Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 45 (64-65) p. 6/7.

¹⁸ SILVA, W. C. L. da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

Inventário de paisagens, como podemos recordar com a publicação anônima na qual o viajante contava que havia perdido o rumo: “(...)n’aquelles vastissimos sertões, por onde vagou muitos mezes, achando por acaso as minas de Goyas”, que já haviam sido vistas por seu pai e “que como todas as mais foram riquissimas nos seus principios.”¹⁹ O manuscrito do século XVIII sugere uma temporalidade da exploração das riquezas naturais que não se limita aos discursos e sua circulação, mas que a define. A viagem romântica e pragmática em sua face de aventura é marcada pelo acaso, pela incerteza e pela sorte de encontrar o caminho, ou manter-se vivo e, se possível, encontrar minas de ouro.

Convém lembrar que não foram apenas o ouro e o diamante os minérios desejados pela industriiosidade; outros metais e rochas também ocuparam as páginas da Revista do IHGB. Riquezas escondidas nas profundezas dos solos, no interior das montanhas, longe do olhar e próximo dos desejos e dos saberes que permitiram explorar os elementos da natureza até a sua exaustão. José Vieira Couto perguntava – “Amigo, que elevado Monte he este? (...) Que estrondo he este que atroa os meus ouvidos? Que espêsso fumo em rolos offusca os ares? Que risonhas povoações são estas, que rega este grande e manso rio? – Monte Rodrigo he o nome desta montanha; aqui se fabrica salitre e a pólvora...”²⁰

¹⁹ DESCRIÇÃO Geographica da Capitania de Mato-Grosso. op. cit., p. 188.

²⁰ MEMÓRIA sobre as nitradeiras naturais e arti-

Proprietário de terras no Brasil, ele era um destes homens que acreditava na mais interminável riqueza que a providência divina preparara para o ser humano, um universo cheio de leite e ouro. Ligado à corte portuguesa, ainda em tempos coloniais, seus escritos sobre a descoberta do Monte Rodrigo marcam uma personalidade que poderia se traduzir na imagem do pesquisador vassalo como descrito em Caetano Moura de Cláudio Veiga nos Anais do Congresso de História do Segundo Reinado²¹:

O Ceo Criador parece que de novo bafejou sobre a terra, outros metaes mais, alem do Oiro, apparecerão e montanhas inteiras de Cobre, derretendo-se, baixarão seus elevados e soberbos picos, para irem engrossar a nossa riqueza e suprir as nossas necessidades.²²

Os veios minerais, os afloramentos rochosos, as montanhas ou os rios são descritos durante as viagens, tais como as serras que, como o Monte Rodrigo, podem ser pedregosas.

José Vieira Couto descreve uma cordilheira de granitos, um mar que parte das Minas, formada de “huma terra vermelha, pesada e fértil, toda coberta de matas, ou de campinas”; de natureza “calcareas, de hum cinzento escuro,

ficiais de Monte Rodrigo na capitania de Minas Gerais, por José Vieira Couto, 1803. AHU_ACL_CU, Cod. 20951. vol.; 225x170 mm.; 46 fls. s/p

²¹ Anais do Congresso de História do 2º Reinado. Rio de Janeiro, 1975. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1884. p. 333.

²² MEMÓRIA sobre as nitradeiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo na capitania de Minas Gerais. Op. cit. s/p.

rochas que achavam-se mais ou menos cobertas de Estalactitas, assento ordinario do Nitrato de potassa”²³. Objeto de importação no século XIX, como estudou Maria Helena Mendes Ferraz,²⁴ as nitradeiras naturais e artificiais, matéria prima da pólvora e do salitre, eram uma preocupação comum aos naturalistas entre os séculos XVIII e o XIX. A paisagem e a riqueza das montanhas despertam o entusiasmo dos estudiosos do período e tal maravilhamento com os minerais marca, de forma muito precisa, as ideias e, de forma mais ampla, o imaginário no Brasil, como afirmou Júnia Furtado, desenvolvendo uma verdadeira adoração pelas pedras preciosas.²⁵

Couto, ao descrever um lugar “desamparado de terras” e repleto de rochas, afirma que:

²³ Nota de José Vieira Couto: “Toda a Grande Serra de Minas he huma Cordilheira de Granitos, porém os dominantes são huns Granitos areientos, resplandecentes aqui e ali com pequenas piscas de mica, cuja hora he mais, hora menos. Alguns destes Granitos são malles, de huma textura froxa, e que facilmente se esborão ao tempo, ou com qual quer pancada; outros duros, e outros durissimos e mui compactos; huns fendem-se em laminas, e outros quebrão-se em grandes massas irregulares. ...Em toda a encosta Oriental desta serra dominão estes Granitos; e he raríssima toda pedra calcarea, e pela Occidental, descambando para os Sertões, vê-se já destas pedras em quantidade, e á maneira de grandes rochas.” Op. cit. MEMÓRIA sobre as nitradeiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo na capitania de Minas Gerais, s/p.

²⁴ FERRAZ, M. H. M. A produção do salitre no Brasil Colonial. In.: Química Nova. vol. 23. No. 06. São Paulo, dez./2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=So100-40422000000600021&script=sci_arttext. Acesso em 26/06/2009.

²⁵ Furtado, J. F. Chuva de estrelas na terra: O paraíso e a Busca dos diamantes nas Minas setecentistas. In: *História e Meio Ambiente: o Impacto da expansão européia*. Funchal: CEHA, 1999. p. 447.

...tal he a fertilidade da terra [que] o monte se mostra frondoso, verde negro e cheio de viço. Causa maravilha ver ao longe, como estas rochas, branqueadas pelas Estalactites, sobrepujão, e mostram-se por cima das cabeças das arvores, á maneira de velhos edificios, cahidos já em ruínas, e de Architectura Gotica.²⁶

Montanhas, cavernas e catedrais confundem-se na experiência e nas letras. Na obra, *Paisagem e Memória*, Simon Schama aponta que a aproximação destes universos e sua sacralização fornecem aos indivíduos experiências sublimes. Em espaços extremos como montanhas e cavernas, o desafio da conquista esteve colocado mais que em outros, pois o desejo de conquistar a mais alta montanha, o mais íngreme fosso, o profundo interior das cavernas acompanhou os viajantes à natureza e esteve presente nos relatos que fundam a história nacional. Desse modo, nos séculos XVIII e XIX as montanhas tornam-se *locus* de uma “peregrinação científica”, como afirma a historiadora Alessandra Izabel de Carvalho.²⁷ Do sagrado das Igrejas e da morada dos Deuses ao profano do comércio, as montanhas ora são símbolos de riqueza, ora de apego à grandiosidade. Podem ser postas abaixo pela exploração de cobre e outros minérios ou podem se tornar templos nos quais o homem ajoelha-se, purifica-se e se transforma²⁸, mas tam-

bém a rasga e destrói. Frequentemente estas ideias podem ser encontradas em um mesmo relato, documento ou autor.

Paisagem, povoações, produções, esta é a lógica discursiva das descrições que trazem entre as riquezas minerais, adormecidas entre rochas, grutas e montanhas, os fósseis ou, como denominou Paolo Rossi,²⁹ estes documentos da natureza, pois, assim como as ruínas, mereceram particular atenção nesta revista de história, uma vez que constituíram parte de um gosto que será desenvolvido no século XIX de forma muito especial: o gosto pela coleção e pela curiosidade científica, ancorados em métodos e em formas de pensar rigorosas e sistematizadas.

Grandes descobertas que alteraram as formas de olhar, do perceber e do sentir foram feitas: o mundo, a história e o próprio planeta eram o seu objeto. Cada novo fóssil ou cada nova ruína recontavam a história e para cada história era necessário demonstrar as provas e dar o entendimento. Assim, a coleta destas provas incontestes de um longínquo passado dos homens, dos animais, dos vegetais e minerais torna-se o grande desejo entre os cientistas e indivíduos de letras, cujas referências são inúmeras dentro das Revistas do IHGB. Das coleções recebidas de pedras e minérios aos ossos e esqueletos petrificados, as cidades em ruínas lembravam a grandiosidade e a desgraça de seus habitantes, observados e lidos a exemplo dos documentos

²⁶ MEMÓRIA sobre as nitrateiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo. Op. cit. s/p.

²⁷ CARVALHO, A. I. de. *Montanhas e memórias: uma identificação cultural no Marumbi*. Campinas/SP: [s.n.], 2005. (Tese de Doutorado). P. 55.

²⁸ Ibid. p. 69.

²⁹ ROSSI, P. *Naufregios sem espectador*. Tradução de Álvaro Lourencini. São Paulo: Unesp, 2000. p. 90.

históricos que, em Joaquim Manoel de Macedo, transformavam os cadáveres em “thesouros da pátria”³⁰ e contavam a sua história.

Deparamos-nos com uma linha romântica de ideias similares. É o transitório herderiano da história que causa perplexidade e que se faz presente no IHGB. “Caducidade e apodrecimento” formavam a base sobre a qual aqueles homens caminhavam.³¹ Em seu pensamento, tudo era passado e tudo era documento de uma realidade vivida e experimentada que era relatada e descrita nas memórias dos minérios e das pedras, do mundo de Vulcano, interior, estável e ao mesmo tempo surpreendente e perigosamente explosivo.

Macedo fazia lembrar o historiador prussiano, Varnhagen, com o qual mantinha certa correspondência de idéias e uma curiosa parecença. A individualidade das nações, o caráter nacional e o meio ambiente, a decadência e crescimento são também preocupações semelhantes.

As minas de ouro e de outros minérios que se extinguíram podem refletir este processo de entendimento que relaciona glória e decadência criando um jogo de imagens que ofuscaram as distintas realidades e mesmo as compreensões da história. O prazer do erudito é sempre ambíguo, nos lembraria Arnal-

do Momigliano. E assim a ambiguidade constitui elemento da experiência e parte do movimento de ideias de outros tempos. Ambíguas e profundamente envolvidas em sua crença de nacionalidade.

Se tomarmos o caminho sugerido por Cid Prado Valle, podemos citar que “a representação de natureza confundeu-se com a da civilização, da história e do próprio Estado, numa solução imagética que autoriza o inesperado paradoxo nacional de imaginarmos ser justamente aquilo que destruímos para ser o que somos”.³² Paraíso tropical, império magnânimo, destruição do edênico nas palavras do autor, requerem do historiador hoje uma análise das relações políticas, da realidade física e da representação simbólica.³³ Através dos elementos da natureza pensada e descrita procuramos entender como a nacionalidade do século XIX construía-se.

Natureza convertida em espaço de intervenção, nos quais aterros, caminhos, o ambiente da urbe carioca e seus arredores até os espaços interiores, onde rios, prados, pântanos, lagoas e sertões são conquistados transformando montanhas em minas de riqueza. Estamos tratando da natureza que os indivíduos e as instituições pretenderam domar, explorar, vencer e para isto a descreveram, enfim uma natureza atravessada pelo o discurso, representada e interpretada

³⁰ Discurso do Orador Joaquim Manoel de Macedo. 1860. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1860. p. 686.

³¹ Herder. Ideias para a filosofia da história. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Tradução de Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 51.

³² VALLE, C. P. Op. cit. p. 178.

³³ “A referida natureza não podia ser representada e entendida como elemento dominador, mas sim como uma presença dominada e meramente alegórica. Acima dela deveria estar a própria civilização.” Ibid. p. 94.

nos muitos documentos publicados na Revista do IHGB entre 1839–1914.

Notemos os temas da Revista do ano de 1860: a descoberta de Netuno, com notícia de Washington, de 1850; uma Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima do Ceará; uma Memória sobre agricultura no Brasil e um documento sobre antiguidades peruanas. Mescla de preocupações e informações oficiais, datadas, precisas e marcadas pela circulação das idéias – científicas, antiquárias, românticas – de seu tempo e dos indivíduos que as registraram.

Neste sentido, podemos observar a carta, datada de 1844, escrita por Manoel José Pires da Silva Pontes à sombra da serra do Espinhaço, em Minas Gerais, para Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário perpétuo do IHGB. Ele acusa o recebimento do ofício que comunica a criação de um museu, que: “...não só collija e guarde os productos naturaes do paiz, mas ainda quando possa servir de prova o estado de civilização e industria, usos e costumes dos habitantes do Brasil...”. Para cooperar nesta obra, Pontes afirma que já havia coletado “mais de 60 amostras das minas de diamantes, ouro, ferro, e outros metaes, bem como das rochas, em que elles jazem, e dos mineraes que os acompanham, ou indicam.”³⁴

Como já demonstrou Lilia Moritz Schwarcz, esta era a conotação de an-

³⁴ ATA de 23 de maio de 1844. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. 2ª. ed., 1865. p. 259.

tiquário da coleção e da formação de Museus que tomou o século XIX e mesclou-se com o desejo de riqueza que nos permite fazer referência a um mundo mineral e, por fim, a um mundo dos vegetais. Recordemos de José Vieira Couto: “Immensas e inextinguíveis matas cobrem ainda estes arredores, matas tão preciosas para o costeiro de madeiras, lenhas e cinzas.”³⁵.

Para que possamos atravessar os reinos da natureza, advertimos, a partir de Sérgio Buarque de Holanda em seu *Visão do Paraíso* que: “teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, [...] até esgotar-se, [...] sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência ou sequer a República.”³⁶ À véspera do milagre econômico brasileiro o historiador marca as permanências de uma experiência que se forma a partir das ideias do colonialismo, da utilidade e da riqueza.

Ao voltarmos ao século XIX poderíamos também adicionar o desejo de modernidade que se verá desenvolver tão refinadamente. O desejo das letras de romper com o antigo patriarcalismo, mas sem perder as terras, as minas, as

³⁵ Memória sobre as nitradeiras naturaes e artificiais de Monte Rodrigo. op. cit. p. 40/49.

³⁶ HOLANDA, S. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora Universidade de São Paulo, 1969. Coleção Brasileira. Vol 333. p. 323.

plantações ou o braço escravo. Desejo de uma elite intelectualizada que se autoriza a escrever a história do Brasil. A temporalidade aqui, não é a da longa duração que sugere Holanda, mas, sem dúvida, percebemos algumas das permanências a que ele se refere.

Nos caminhos das viagens do século XVIII e XIX e da escrita da história no Brasil a observação das plantas era experiência necessária – tanto as espécies que corriam nas margens dos rios, as úteis para a medicina, alimentação ou o vestuário, quanto as belas e ornamentais, as da floresta e do cerrado. O território brasileiro era um grande laboratório a céu aberto e as formações vegetais – florestas, cerrado, pantanal e caatinga³⁷ – eram objeto das descrições realizadas. Na reunião de historiadores e geógrafos, lê-se que as margens do rio Branco, importante afluente do rio Amazonas, eram “vistas férteis pastagens [...] para a criação e sustento [...] de todas as espécies de gado que em poucos anos servirão de grandes recursos para a capital do Pará”³⁸. Entendemos, como em Silva Pontes, que as informações dos animais

e dos vegetais são paisagens, mescladas de progresso, negócio e cientificismo. As plantações são o desejo destes homens industriais, atravessado por antigas e profundas leituras sobre o meio vegetal.

A Natureza, que é meio, para estes homens, estava à disposição. Eles acreditavam em uma natureza divina, perfeita, mas, sobretudo, foram tomados pela ideia e pelo desejo de racionalidade e utilitarismo. Silva Pontes afirma seu desejo de substituir as florestas pelas plantações e também de utilizar os marcos deixados pela natureza para delimitar as fronteiras das terras da Coroa Portuguesa. São paisagens e limites que ele busca, mas essa busca está ancorada nas medições perfeitas que deseja realizar para a garantia da posse. Sua tomada de posse é também simbólica, uma vez que, por meio da demarcação do território com a cruz, ele marca a ideia da conquista sagrada.

Paisagem que também percebemos no diário da viagem de Lacerda e Almeida, ao afirmar que:

...vimo-nos no meio de um pantanal tão grande que só víamos água e uns montes que íamos buscando. O rio dificilmente se distinguia no meio deste Oceano. Todo o pantanal, de que tenho falado nos dias passados, é coberto do tal água-pé, e por isso não se distinguia o grande mar; mas este por limpo deixava ver as suas águas, que terminavam em um vasto horizonte.³⁹

³⁷ Na classificação proposta por Geoge Eiten, estas se subdividem em diversos subtipos. No caso da floresta, encontramos a floresta tropical perenifólia, a floresta tropical caducifólia e a floresta subtropical perenifólia. A floresta das araucárias pertence a este último subgrupo. Aqui não vamos detalhar estas construções, mas cabe lembrar que ele também se refere às restingas, aos campos, aos manguezais, aos brejos, à vegetação aquática, ao chaco e savana. EITEN, G. *Classificação de vegetação do Brasil*. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1983. p. 13.

³⁸ Documento oficial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. 2. edição. Rio de Janeiro, 1865. p. 86.

³⁹ ALMEIDA, F. J. de L. *Diários de viagem*. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Popular Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 41/42.

A experiência do indivíduo letrado era completada na imensidade de águas e pântanos – limpos, intermináveis, muitas vezes inavegáveis de tão rasos. O viajante pôde experimentar uma confusão de sensações causadas pelas águas e pelos vegetais emaranhados. Os campos e os montes também figuravam nas descrições nas quais as árvores e os desertos emolduravam o quadro da paisagem.

Descrições que nos permitem mirar uma paisagem do Rio Tapajós, “... a sua configuração é bem como quando impetuosa borrasca e furioso tufão de vento agita as águas do oceano, excavando n’ele profundos valles e erguendo as suas betuminosas agoas em elevadas montanhas”, em seus campos encontra-se o espectador em frente a

um distante e prolongado monte; [...] descendo um suave e largo declive, atravessava uma vargem e d’ella [...] outra escarpa igualmente doce, até se achar, sem lhe parecer que subira, no cume que viu, offerecendo-se-lhe logo à vista outra altura a que chega com as ponderadas, mas sempre sensíveis circunstancias...⁴⁰

A paisagem é cheia de informações sensoriais, de movimento, de sabor e de poderões. Ainda sobre o rio Tapajós, o viajante afirma,

a uniformidade destes largos sertões, regados por muitos rios, dando nascimento a mil e contíguas vertentes cobertas de lagos e pantanos, e por uma altíssima

e densa mattaria, que occulta os mesmos raios do sol, confundem-se os profundos valles com as altas montanhas, não offerecem mais do que uma semelhança de obstaculos a quem os penetra.⁴¹

A composição da paisagem florestal na descrição do viajante aparece como se o seu ponto de vista fosse à distância, como se ele não estivesse no meio da mata, do pântano ou do rio que descreve, mas à distância, à olhar a paisagem como composição, como quadro.

Cabe retomarmos Ulpiano Bezerra de Menezes quando afirma que a “transladação de natureza se dá quando a paisagem empírica passa a integrar as diversas dimensões do imaginário e a atuar como agente, mais que como cenário, na interação sócio cultural”⁴². As paisagens que percebemos nos documentos do IHGB são puramente paisagens culturais, pois nos explicam como as ideias de natureza podem constituir o corpo de uma nação. ⁴³ Menezes afirma que há muito tempo paisagens e florestas são utilizadas para marcar as nacionalidades⁴⁴. Tal afirmação nos remete imediatamente às discussões que associam caráter humano ao meio natural, a exemplo das reflexões de Immanuel Kant, nas quais o pertencimento a uma nacionalidade traria a uns mais sensibili-

⁴⁰ DESCRIÇÃO Geographica da Capitania de Mato-Grosso. Op. cit. P. 190.

⁴¹ Ibid. p. 194/195.

⁴² MENESES, U. B. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, E. (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002. P. 39.

⁴³ SOUZA, I. L. C. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. P. 233.

⁴⁴ MENESES, U. B. op. cit. p. 41.

dade, a outros mais honradez, a uns mais soberba, a outros extravagância⁴⁵.

O ideal dos trópicos marca a formação das experiências humanas oitocentistas. A esse exemplo, a Comissão Científica recebe, em 1856, uma solicitação de Manoel Araújo Porto-Alegre, publicada nas Atas da Revista do IHGB, na qual recomenda, acima de tudo, “avaliar as superfícies dos terrenos cultivados e incultos, e o valor das áreas ocupadas *ainda* com florestas virgens, por capoeiras e por pântanos...”⁴⁶ cujo objetivo eram as paisagens que correspondiam à história, as sociedades e a nações, que em certa medida as formavam.

Recordando Karl Friedrich Phillipp von Martius que catalogou mais de 6 mil espécies vegetais brasileiras em dois anos de viagem⁴⁷ e é o autor de *Como se deve escrever a história antiga e moderna do Brasil*, publicado pelo IHGB em 1844:

O historiador deve (...) levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos. (...) saber-se como e aonde se introduziram pelos colonos, pouco a pouco, arvores e plantas europeas; como, pouco a pouco, se desenvolveu o systema presente(...)⁴⁸

Se, nestas viagens despontavam as distâncias, a natureza seria, em tudo, distante. Meneses, cujo objeto também são os jardins e os espaços selvagens, aponta que os sertões e as florestas do imaginário brasileiro possuem um imenso potencial identitário. Espaço fronteiriço, o jardim, ligou a casa e a individualidade privada aos sombrios e desconhecidos espaços selvagens. As ambiguidades e os conflitos destas experiências culturais são o que mais chamam a atenção de Meneses, que aponta como categorias transformadas em paisagem: a montanha, a praia e o deserto. De qualquer forma, existem outros mundos a perceber: a floresta, o bosque, o campo, o sertão⁴⁹, o pântano, o pampa, etc.

As paisagens, imaginadas, observadas e produzidas, configuram-se como necessidades culturais de pertencimento e de territorialidade e marcam espacialmente os indivíduos e as comunidades e, como universos envoltos em mistérios e explicações, são objeto de estudos das ciências sociais e da história, como afirma Eduardo Yazigi.⁵⁰

O reino vegetal traz inúmeras contribuições para a história, metáforas que

⁴⁵ KANT, I. *Observaciones sobre el sentimiento de lo bello y lo sublime*. Traducción de Dulce Maria Granja Castro. México: FCE/UAM/UNAM, 2004. p. 53 e 58.

⁴⁶ Ata de 28 de novembro de 1856. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XIX. 1856. p. 73. Grifo da autora.

⁴⁷ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977. P. 261.

⁴⁸ Como se deve escrever a historia do Brasil, dissertação de Carlos Frederico Ph. de Martius. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. N. 24. 1845. P. 402/403.

⁴⁹ Para Victor Leonardi, a história dos sertões é a história da dilaceração das sociedades indígenas, sobretudo as amazônicas. História da complexidade cultural e psico-social que os conflitos econômicos da colonização e da ocupação das fronteiras, atravessadas pelo autismo da sociedade que se construiu a partir desta dilaceração, impuseram. LEONARDI, V. *Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: editora UNB/Paralelo 15, 1996.

⁵⁰ YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002. P. 18 e 23.

marcam as formas de compreensão do universo e, conseqüentemente, os papéis desempenhados na relação com os seres humanos. Plantas e homens se correlacionam em determinados tempos, na produção dos saberes dos naturalistas, dos geógrafos e dos historiadores, indivíduos que citam outros, formando processos discursivos.

A botânica será então uma ciência necessária no Império Brasileiro, formando conhecimentos envoltos num ideário de grandiosidade, como podemos ler em Saldanha Gama, para quem o Brasil seria o Império Floral da Terra que sepultaria em suas florestas verdadeiras grandiosas e utilíssimas. E nada mais justo a um império como este que muitos se debruçassem sobre as matas e as capoeiras. Nesse elogio feito ao botânico José Mariano da Conceição Velloso, em 1868, Saldanha afirma:

Quando na principal riqueza de uma nação reside nos ornamentos de seu reino vegetal, o maior esforço da intelligencia deve aplicar-se ao conhecimento dos seus predicados essenciaes, em harmonia com os fins para que foram creados. Este grande resultado das indagações do homem sôbre a natureza, reunido à necessidade palpitante das obras classicas e systematicas, que constituem uma das maiores glorias para qualquer nacionalidade, obtem-se sómente desenvolvendo-se o amor pela sciencia, mostrando-se incessantemente o seu lado util, e garantindo a vida espinhosa e sem ruido do naturalista contra os efeitos negativos da oratória abstracta! A penna e a palavra são os unicos meios de trans-

missão, para os contemporâneos e vindouros das impressões que o naturalista bebe na natureza, com o pensamento sagrado de brindar a patria com os fructos de suas observações. No professorado e na imprensa resume-se, pois, o grande fundamento para a propagação dos conhecimentos úteis.⁵¹

Conhecer as plantas e identificá-las vai constituir mais que a profissão do botânico: vai, no pensamento da época, formar a riqueza da qual a nação dispõe para o sustento e o progresso da sua população ou, pelo menos, das suas elites. A descrição da paisagem, das árvores, de seus frutos, de sua imponência e beleza e de sua utilidade foi marca peculiar dos olhares e dos discursos.

A natureza vegetal encontra-se nas sementes e nas plantações, assim o cânhamo, o tabaco, o arroz, o algodão e os campos de onde vêm são objeto para o naturalista e este para o historiador. As possibilidades de transplantação das sementes marcam uma comunicação entre as nações: sementes da Rússia, do Japão, da Inglaterra, dos Estados Unidos, frutificaram no Brasil. Lembremos que os homens do tempo do Império Colonial buscaram a utilidade dos elementos da natureza e as possibilidades de riqueza para seus reinos. As névoas que podem aparecer nas florestas tropicais desaparecem neste momento. É a ciência e a utilidade que se fazem presentes.

⁵¹ Biografia do Botânico Brasileiro José Mariano da Conceição Velloso. Memória lida no I.H. perante S. M. o Imperador por José de Saldanha da Gama. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXXI, 1868. p. 138.

Aí percebemos que a marca da temporalidade é a ingenuidade da crença na ilimitada ação e progresso humanos. Mas tenhamos claro que é apenas no século XX e XXI que se pode refletir sobre os significados ecológicos desta história de transposição⁵² e, também por isto, a necessidade de entender as ideias sobre o meio natural que circularam em outros tempos passados.

A verdade sobre o desejo dos discursos científicos e históricos no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, é a sua pretensão. Um universo repleto de referências aos outros e da experiência do colecionismo, como explica Ottmar Ette em sua análise da literatura de viagens.⁵³ Para este autor, “a descrição da paisagem re-

vela uma teoria que não se limita nem à paisagem nem à descrição”⁵⁴ e pode relevar uma temporalidade própria no interior do discurso. Assim, como modelo de entendimento, propõe ver uma circularidade onde partida/chegada/retorno dão o movimento e os encadeamentos dos discursos na construção das histórias.

Possivelmente os encadeamentos sucessivos da natureza tenham mesmo oferecido uma analogia discursiva que dava legibilidade à história tal como afirmou José M. Justo⁵⁵. As metáforas botânicas, as idades da vida eram preocupações visíveis desde os tempos de Kant e Herder e, mais uma vez, a natureza estaria emaranhada na construção do discurso da história: paisagens repletas de árvores sagradas,⁵⁶ simultaneamente eram o meio e o fim.⁵⁷ É o sublime da grandeza, da força e do poder de uma árvore centenária, como recorda Dulce Maria Castro. A metáfora da natureza, encontrada em muitos intelectuais do IHGB, fazia eco à metáfora da obra de Immanuel Kant⁵⁸, para quem o homem era a própria seiva vegetal, sem nenhuma dúvida, o melhor fruto da árvore sagrada da civilização.

Tais metáforas traziam o sentido do ciclo da vida para o ciclo da civilização, marcando profundamente uma ideia de

⁵² Sobre esta reflexão podemos citar CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico, a expansão biológica da Europa: 900-1900*. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. E também MARTINS, J. P. De São Vicente à Rio-92. Portugal e a devastação ecológica no Brasil. In: HISTÓRIA e Meio Ambiente: o impacto da expansão européia. Centro de Estudos de História do Atlântico. Funchal, 1999.

⁵³ Ette, O. *Os caminhos do desejo. Corografias na literatura de viagens*. In: Humboldt. No. 89. Goethe-Institut, 2004. p. 10. Ainda nele podemos ler: “O relato de viagens constitui-se num gênero textual, que como o romance, se caracteriza não somente por uma diversidade de vozes, mas também por uma grande heterogeneidade no nível dos gêneros incorporados. No nível desta dimensão, sabemos que o conjunto de um relato de viagens pode incluir tanto o diário de bordo quanto o tratado científico, tanto o ensaio literário, quanto uma análise geológica ou hidrográfica, sem esquecer as cartas (reais ou inventadas), as anedotas em forma de conto, os mapas ou – também em nível intermediário – as ilustrações, retratos literários de pessoas famosas, formas de escrita autobiográficas ou prognósticos acerca do futuro desenvolvimento econômico ou político das regiões visitadas. Por conseguinte, o relato de viagens é um gênero multifacetado e altamente heteróclito.” P. 12.

⁵⁴ *Ibid.* p. 12.

⁵⁵ Herder, J. G. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade (1774)*. Tradução de José M. Justo. Lisboa: Edições Antígona, 1995. P. 195.

⁵⁶ *Ibid.* p. 9.

⁵⁷ *Ibid.* p. 61.

⁵⁸ KANT, Immanuel. *Observaciones sobre el sentimiento de lo bello y lo sublime*. Traducción de Dulce Maria Granja Castro. México: FCE/UAM/UNAM, 2004. p. xlvi.

história. Podemos ver exemplos desta transposição nos relatos e nos discursos dos cientistas e historiadores no Império do Brasil, embora houvesse uma intensa luta em não permitir chegar à morte esta civilização de ciência ou do Império – seu patrono. Se a ideia fosse a circularidade, nos quadros do IHGB só existiram nascimento e amadurecimento, a morte jazia no elogio fúnebre. A circularidade se rompia.

As árvores que simbolizavam a fertilidade e o renascimento na Europa do século XVIII, como em Simon Shama⁵⁹, foram vistas de outra forma pelos vários cientistas brasileiros, que viam nelas lucros infundáveis, obstáculo a ser transposto; riqueza que estava sendo devorada.

Uma das mais citadas e controversas paisagens vegetais são os pântanos. Em Francisco José Lacerda e Almeida, podemos ler:

Com magoa minha me vi obrigado a retroceder, desistindo do intento que me tinha proposto, de chegar a examinar, quando me fosse possível, as suas vertentes: não me ficou também o remédio de ir a pé, porque os campos cheios de moutas e pequenos bosques eram totalmente pantanosos⁶⁰.

⁵⁹ SHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶⁰ MEMORIA a respeito dos rios Baures, Banco, da Conceição, de S. Joaquim, Itonamas e Maxupo; e das três Missões de Magdalena, da Conceição e de São Joaquim pelo Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XII, 2ª edição, 1874. p. 107. Também podemos citar: “O rio Baures, que conflue no Guaporé pela margem austral e na distancia de quatro leguas e tres quartos para cima do forte do Príncipe da Beira, é navegável em bo-

Encontramos alguns depoimentos interessantes, tanto de apoio da destruição quanto à sua crítica, como a retomada do naturalista setecentista José Vieira Couto, para quem a derrubada de árvores deveria ser proibida ao agricultor brasileiro⁶¹.

Paisagens que se tecem no texto, em janeiro de 1843, ouve-se a descrição dos campos do Paiquere, região norte do atual estado do Paraná, ao sul do Brasil:

A mesma margem é surtida de grandes barreiras, onde a caça é em abundancia, (...) além dos grandes laranjaes, que suas frutas alimentam a caça que allí se encontra, ella é surtida de um capim mais viçoso que o chamado d’Angola, conhecido no Cuyabá por capim da praia, que os animaes cavallares e muares devoram com sofreguidão, e os torna em pouco tempo mui nutridos: encontraram também muitos bananaes carregados de grandes e saborosas bananas...⁶²

Grandiosidade e fartura mesclam-se nas notícias tratadas na reunião deste mesmo dia, nas quais eram discutidas

tes de mediana grandeza pela distancia de cem leguas, pouco mais ou menos: cheguei sómente até este termo porque os matos, por entre os quaes desde então corre o rio formando varias boccas ou canaes estreitos, me obstaram a continuação da viagem: tentei avançar-me mais cortando algum mato miudo, por esperar que se acabasse este máo transito, e depois continuasse o canal desembarcado; mas á proporção que me ia adiantando, encontrava novas veredas mais acertadas e com menor fundo: com difficuldade naveguei mais uma legua, até que se fez impraticável a navegação por causa dos muitos troncos das arvores, que tendo as suas raizes dentro do mesmo rio, o atravessavam de parte a parte com diferentes direcções.” *Ibid.* p. 106/107.

⁶¹ Memória sobre as nitratreiras... op. cit. s/p.

⁶² Ata de 19 de janeiro de 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo V. 3ª ed. 1885. p. 110.

viagens, observando a fartura ou, em outros casos, a penúria, tão comum naqueles longos auto-exílios viajantes. A fartura poderia, além de alimentar os viajantes e seus companheiros de viagem, alimentar as “populações industriosas” que deveriam, segundo os desejos da época, formar plantações. Um exemplo desta vontade de encontrar as plantações já existentes, pode ser visto em João da Silva Machado, que na fazenda da Perituva, na bacia do rio Paranapanema descreve: “além dos grandes bananaes⁶³ e laranjaes, (...) acharam limões galegos, cidras, ananazes plantados em linha, mandioca, aipi, amendoim, feijão miudo, milho de diversas qualidades, melancias, abóboras, morangos, ...”⁶⁴

Ao contrário das florestas assustadoras, as paisagens mais desejadas pelos cientistas eram as plantações organizadas. Assim, esses dois universos ricos em vegetais, rivalizavam-se no desejo da industriiosidade. No IHGB, naquele espaço de poder, eram produzidas e reproduzidas ideias. Sentidos e sensibilidades foram despertados ou adormecidos, as paisagens criavam-se ao longe, nas academias que haviam sido, em outros tempos, consideradas efêmeras.⁶⁵

Belas letras e ciências naturais traziam um mundo de exaltação pátria, um

espírito sublime. Intensamente românticas, as ideias sobre os vegetais e os minerais ganharam símbolos na literatura, na poesia, na história e nas viagens. O liberal Vicente Ferreira Gomes, natural do Rio Grande do Sul, em sua viagem pelo rio Tocantins, ao norte do Brasil, descreve as sensações contrastantes em meio ao mundo natural:

N’este trajecto, que é onde se encontram as maiores difficuldades, onde se acha a cachoeira denominada – do arrependido – é justamente onde se observa maior variedade de scenas, onde se reúnem mil quadros diversos, dignos de contemplação e admiração; ahi, ora se vê a espessa floresta como que elevando os ramos ao céu para agradecer ao Creador sua fôrma, belleza, força, e prestimos, e então, se experimenta a escuridão, a frescura, apesar da claridade e ardor do sol; alli se vêem praias ao nível do rio cobertas de áreas mui claras, onde o sol, dardejando seus raios parece dobrar sua calma, e seu esplendor: muitas vezes em lugares mui proximos se experimenta esse contraste...⁶⁶

As paisagens vegetais e minerais, cuja descrição era a função dos intelectuais e muitas vezes o seu sentido de existir, surgiam nos documentos estudados como paisagem e como produto e eram ora tediosas, ora extremamente verdes e coloridas a ponto de causar excitação. A influência herderiana sugeria aos ho-

⁶³ É curioso lembrar que no sistema de Linneo, a banana é chamada de *Musa paradisiaca*. Cf. Fauna e Flora Brasileira – século XVIII. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1986. P. 258.

⁶⁴ Ata de 19 de janeiro de 1843. Op. Cit. p. 112.

⁶⁵ SANTOS FILHO, L. Sociedades Literárias do século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*. vol 267, abril/junho de 1965. p. 43.

⁶⁶ Itinerário da cidade de Palma em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantins, pelo Dr. Vicente Ferreira Gomes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXV. 1862. p. 496/497.

mens de letras que recolhessem “materiais de todos os confins do planeta” para um dia descobrir aquilo que menos se procurava, os “comentários à margem da história do mundo humano que mais importam”.⁶⁷ Manoel Ferreira Lagos, segundo secretário do Instituto, no Relatório dos trabalhos do ano de 1844 atesta:

A terra que a geographia nos ensina a descrever, pôde ser offerecida a nossas vistas com todo o esmalte que a embeleza: o desejo que temos de conhecer seus climas, seus graus, sua partilha com o mar, e todos os accidentes de sua superfície, não cerra nossos olhos sobre a variedade e pompa dos quadros que ella nos offerece. Eu vejo, em torno da geometria que a mede, as plantas que a adornam, os animaes que sustentam, e as nações que a fecundam ou destroem.⁶⁸

Assim a procura pela natureza oitocentista deixa seus rastros, mostramos seu mundo e, na variedade de seus interesses e em sua vaidade intelectual, permite o resgate de ideias. A percepção de viagens e essa busca por comentários sobre o mundo natural, suas flores e seus diamantes, resgata documentos para uma história das ideias e das sensibilidades em relação à natureza, e, ao se encontrarem, muitas vezes à margem, contam uma história.

⁶⁷ Herder. op. cit. p. 105.

⁶⁸ Relatório dos Trabalhos do Instituto, no sexto ano acadêmico, pelo 2º Secretário Perpétuo o Sr. Manoel Ferreira Lagos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol VI. Tomo 6. 1844. p. 548.

Fontes:

ALMEIDA, F. J. de L. *Diários de viagem*. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Popular Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

ANAIS do Congresso de História do 2o Reinado. Rio de Janeiro, 1975. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1884.

ATA de 19 de janeiro de 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo V. 3.^a ed. 1885.

ATA de 23 de maio de 1844. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. 2.^a ed., 1865.

ATA de 28 de novembro de 1856. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XIX. 1856.

BIOGRAFIA do Botânico Brasileiro José Mariano da Conceição Velloso. Memória lida no I.H. perante S. M. o Imperador por José de Saldanha da Gama. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXXI, 1868.

COMO se deve escrever a história do Brasil, dissertação de Carlos Frederico Ph. de Martius. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. N. 24. 1845.

DESCRIPÇÃO Geographica da Capitania de Mato-Grosso. Anno de 1797. MS. oferecido ao Instituto pelo Sr. Conselheiro An-

- tonio de Menezes Vasconcellos de Drummond. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX, 1857.
- DISCURSO do Orador Joaquim Manoel de Macedo. 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1860.
- DOCUMENTO oficial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. 2. ed. Rio de Janeiro, 1865.
- ITINERÁRIO da cidade de Palma em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantis, pelo Dr. Vicente Ferreira Gomes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXV. 1862.
- JORNAES das viagens pela capitania de São Paulo por Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 45 (64-65).
- MEMÓRIA sobre as minas de ouro lida na Academia Real de Ciências de Lisboa em 1804. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXI, 1898.
- MEMÓRIA sobre as nitradeiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo na capitania de Minas Gerais, por José Vieira Couto, 1803. AHU_ACL_CU, Cod. 20951. vol.; 225x170 mm.; 46 fls. s/p
- RELATÓRIO dos Trabalhos do Instituto, no sexto anno acadêmico, pelo 2º Secretário Perpétuo o Sr. Manoel Ferreira Lagos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol VI. Tomo 6. 1844.
- SANTOS FILHO, L. Sociedades Literárias do século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol 267, abril/junho de 1965.
- VIAGEM Mineralógica pela província de São Paulo em 1805 por Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. IX, 1869.

Referências bibliográficas:

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALFONSO-GOLFARB, A. M. & BELTRAN, M. H. R. (org.). *O Laboratório, a oficina e o ateliê, a arte de fazer o artificial*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, A. I. de. *Montanhas e memórias: uma identificação cultural no Marumbi*. Campinas/SP: [s.n.], 2005. (Tese de Doutorado).

CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico*,

- a expansão biológica da Europa: 900-1900. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ETTE, O. *Os caminhos do desejo. Co-rografias na literatura de viagens*. In: Humboldt. No. 89. Goethe-Institut, 2004.
- FAUNA E FLORA BRASILEIRA – SÉ-CULO XVIII. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1986.
- FERRAZ, M. H. M. A produção do salitre no Brasil Colonial. In.: Química Nova. vol. 23. No. 06. São Paulo, dez./2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-40422000000600021&script=sci_art-text. Acesso em 26/06/2009.
- FURTADO, J. F. *Chuva de estrelas na terra: O paraíso e a Busca dos diamantes nas Minas setecentistas*. In: HISTÓRIA e Meio Ambiente: o Impacto da expansão européia. Funchal: CEHA, 1999.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Francisco Vanhagen – História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- HERDER, J. G. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade (1774)*. Tradução de José M. Justo. Lisboa: Edições Antígona, 1995. P. 195.
- HERDER. Ideias para a filosofia da história. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Tradução de Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- HISTÓRIA e Meio Ambiente: o impacto da expansão européia. *Centro de Estudos de História do Atlântico*. Funchal, 1999.
- HOLANDA, S. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora Universidade de São Paulo, 1969. Coleção Brasileira. Vol 333.
- KANT, Immanuel. *Observaciones sobre el sentimiento de lo bello y lo sublime*. Traducción de Dulce Maria Granja Castro. México: FCE/UAM/UNAM, 2004.
- LEONARDI, V. *Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: editora UNB/Paralelo 15, 1996.
- MENESES, U. B. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, E. (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- ROSSI, P. *Naufrágios sem espectador*. Tradução de Álvaro Lourencini. São Paulo: Unesp, 2000.
- SILVA, Maria Odila Leite da. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São

Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

Unesp, 1999.

SILVA, W. C. L. da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

VALLE, C. P. *Natureza tropical e imagem nacional no Império Brasileiro*. (tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, I. L. C. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da

YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

Submetido em 7 de fevereiro, 2011.



Linhas de força de *Os Sertões*

Marcos Rogério Cordeiro¹

Resumo

O presente trabalho procura analisar a obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, identificando suas linhas de força: o estatuto da ficção, a transformação de uma linguagem científica em motivação poética e os problemas de formação da sociedade brasileira. A questão inicial diz respeito ao problema da forma. Veremos que aliando tradição literária e científica a uma atenta preocupação com os problemas do país, *Os sertões* ocupam um lugar singular no acervo de nossa cultura.

Palavras-chave: *Os sertões*. História. Ciência. Literatura.

Abstract

This study tries analyse the masterpiece of Euclides da Cunha, *Os sertões*, identifying some of their main lines of force: the fiction, the transformation of a scientific language into poetic motivation and the analysis of the most important matters of Brazilian society formation. The inicial issue refers to the problem of form. We will notice that allying literary and scientific tradition to a careful preoccupation with the country objective problems, *Os sertões* occupie an unique place in our culture file.

Keywords: *Os sertões*. History. Science. Literature.

¹ Doutor em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto III da UFMG. r.cordeiro1@bol.com.br

Quando foi publicada, em 2 de dezembro de 1902, a obra-prima de Euclides da Cunha, *Os sertões*, obteve reconhecimento imediato e alcançou um sucesso até então inédito no Brasil. Para se ter uma ideia, o livro esgotou em seis meses, recebendo uma nova edição em julho do ano seguinte. Dois anos depois, mais três edições ganharam as ruas e a procura do público continuava a crescer, alimentada por notícias que saíam nos jornais quase diariamente. Chamou a atenção de intelectuais e publicistas o fato de um quase desconhecido no âmbito da cultura letrada conseguir tamanho reconhecimento em tão pouco tempo, sendo eleito para a concorrida Academia Brasileira de Letras e tomado posse no prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro menos de um ano após o lançamento do livro. Comentando esses feitos, um dos críticos mais respeitados da época – e certamente o mais severo deles – escreveu que Euclides “deitou obscuro e acordou célebre. Merecia-o.”² A partir da análise do livro, uma série de questões foram levantadas e logo se tornou motivo de debates profundos e acalorados. Foram tantos os artigos e tão relevantes as questões que a Laemmert & Co., responsável pela primeira edição de *Os sertões*, publicou, em 1903, uma coletânea com alguns desses trabalhos. No editorial, enfatizou-se o “espírito erudito” do autor, que “imprimiu à sua análise feição original, sem subordina-

² ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL-MEC, 1980, vol. 5, p. 1777.

ção que não a obediência à evolução dos estudos históricos (...) obedecendo ao método científico mais consuetâneo com a natureza do empreendimento.”³ Os artigos, escritos por intelectuais renomados, como Coelho Neto, Araripe Júnior, José de Campos Novas, Medeiros e Albuquerque, Múcio Teixeira e José Veríssimo, entre outros, versam sobre os mais variados assuntos, dando maior destaque, no entanto, a três temas: o estilo empregado pelo autor, tido por raro e incomum, mas sempre louvado pelo primor e pelo engenho; o aparato científico, usado com discernimento e sempre a favor da descoberta do meio físico e natural do país; e a visão histórica, que abria em perspectiva uma concepção crítica sobre nossa formação social. É o que fica registrado no artigo de Leopoldo de Freitas, por exemplo: “Opiniões diversas mostraram que o autor conjuntou no seu livro os mais profundos conhecimentos de geografia do interior brasileiro, da geologia, da etnologia e também da sociologia, cujas teorias ele expõe numa linguagem fluente e formosa”.⁴ Múcio Teixeira destaca algo parecido quando afirma: “O livro de Euclides da Cunha, como ficou demonstrado, é uma obra histórica, uma obra científica e uma obra

³ A citação é colhida da reedição desse livro. Ver NASCIMENTO, José Leonardo, FACIOLI, Valentim (org.). *Juízos críticos: os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin; UNESP, 2003, p. 25.

⁴ FREITAS, Leopoldo de. “Os sertões”, in: NASCIMENTO, José Leonardo, FACIOLI, Valentim (org.). *Juízos críticos: os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin; UNESP, 2003, p. 35.

de arte. Analisando sob qualquer destes pontos de vista resiste vitorioso às exigências da crítica e merece os mais sinceros louvores”.⁵ Outros artigos foram pelo mesmo caminho, com alguma variação quanto ao peso ou importância que dão a alguma dessas características apontadas. Merece destaque – pela perspicácia dos argumentos e pelo avanço nas questões mais importantes – o artigo assinado por José Veríssimo:

O livro, por tantos títulos notáveis do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo um livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato com o homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d’alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as ‘secas’ que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos.

Pena é que conhecendo a língua, como a conhece, esforçando-se por escrevê-la bem, possuindo reais qualidades de escritor, força, energia, eloquência, nervo, colorido, elegância, tenha o Sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo, já pessoal e próprio, não obstante de um primeiro livro, sobrecarregando a sua linguagem

de termos técnicos, de um boleio de frase como quer que seja arresado, de arcaísmo e sobretudo de neologismos, de expressões obsoletas ou raras, abusando frequentemente contra a índole da língua. (...) Em uma palavra, o maior defeito do seu estilo e da sua linguagem é a falta de simplicidade; ora, a simplicidade que não exclui a força, a eloquência, a comoção, é a principal virtude de qualquer estilo. Mas este defeito é de quase todos os cientistas que fazem literatura, até mesmo de alguns afamados escritores nossos, que mais sabem a língua, é quase um vício de raça, o qual no Sr. Euclides da Cunha, por grande que seja, não consegue destruir as qualidades de escritor nervoso e vibrante, nem sobretudo, o valor grande de seu livro.⁶

Como se pode ver, o artigo leva a análise a um ponto mais profundo e necessário, saindo do comentário, seja de elogio ou censura, para um nível mais qualificado de interpretação. Ademais, note-se que o crítico, referindo-se aos três temas acima mencionados, revela e discute a pertinência de sua articulação, mostrando os limites e impasses que ela traz. Atento aos fatos culturais de seu tempo e cioso de sua obra, Euclides acompanhou esses artigos e comentou muitos deles, inclusive o de Veríssimo.

Ao ler no ‘Correio’ de ontem a notícia do seu juízo crítico sobre *Os sertões*, tive, renascida, uma velha comoção que já supunha morta – a de calouro, nos bons

⁵ TEIXEIRA, Múcio. “Os sertões (Euclides da Cunha – Campanha de Canudos), in: NASCIMENTO, José Leonardo, FACIOLI, Valentim (org.). *Juízos críticos: os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin; UNESP, 2003, p. 42.

⁶ VERÍSSIMO, “Uma história dos sertões e da campanha de Canudos”, in: NASCIMENTO, José Leonardo, FACIOLI, Valentim (org.). *Juízos críticos: os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin; UNESP, 2003, p. 46-47.

tempos passados, em véspera de exame. E não era para menos, dada a competência do juiz. Felizmente este foi generoso. Demonstra-o o belo artigo que acabo de ler, no qual, atendendo principalmente às observações relativas à minha maneira de escrever, colhi proveitosos ensinamentos.

Num ponto apenas vacilo – o que se refere ao emprego de termos técnicos. Aí, a meu ver, a crítica não foi justa.

Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras – sobretudo se considerarmos que o consócio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano. Um grande sábio e um notável escritor, igualmente notável como químico e como prosador, Berthelot, definiu faz poucos anos, o fenômeno, no memorável discurso com que entrou na Academia Francesa.

Segundo se colhe de suas deduções rigorosíssimas, o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências.

(...) Eu estou convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta – e que, nesse caso, a comedia intervenção de uma tecnografia própria se impõe obrigatoriamente – e é justo desde que não se exagere ao ponto de dar ar de compêndio ao livro que se escreve, mesmo porque em tal caso a feição sintética desapareceria.⁷

Euclides sustenta suas idéias e as fundamenta, explicitando as bases intelectuais de sua obra. O uso mesclado de ciências diferentes, o empenho da descoberta, a defesa de uma linguagem ao mesmo tempo técnica e artística etc. são qualidades fortes do livro e permaneceram no centro dos debates por muito tempo. Com o passar dos anos, as críticas literárias, históricas e científicas que foram surgindo continuaram se voltando para esses princípios fundamentais da obra, renovando a cada vez o leque de problemas que despertaram o interesse por ela. Esses são os elementos internos que estruturam *Os sertões* e os organizam como um todo, constituindo aquilo que aqui chamamos de *linhas de força*. Esses elementos não se justapõem nem se sobrepõem uns aos outros, não existe a sobredeterminação de algum tema diante dos demais; o que ocorre é uma integração orgânica na qual todos eles se articulam entre si, perfazendo-se um ao outro com reciprocidade. Reconhecer essa particularidade formal significa compreender *Os sertões* como um todo e em seu dinamismo.

Como se verá, a análise da obra exige levar em consideração o dispositivo de estruturação do livro, que, neste caso, apresenta mais de um fator de causa. Postos em relação, esses fatores se desdobram, multiplicam e variam seu raio de ação, e assim garantem uma unidade coerente em si mesma, mantendo, muito

⁷ CUNHA, Euclides da. “Carta a José Veríssimo de

3 de dezembro de 1902”, in: *Obra completa*, vol. 2, p. 620-621.

embora, um vínculo de esclarecimento mútuo com relação ao mundo.

História social e filosofia da natureza

Os sertões apresentam um conjunto epistemológico muito rico e variado, manipulando livremente o conteúdo de diversas disciplinas, sempre, é claro, em benefício da compreensão problematizada do país. Tal diversidade se deve à formação de Euclides da Cunha, primeiro na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde se aprendia matérias técnicas e humanísticas; depois, durante suas atividades como engenheiro de carreira e professor, quando manteve um contato contínuo com cientistas pelo Brasil afora, através de cartas ou por meio de reuniões em diversos institutos científicos (históricos, geográficos, geológicos, biológicos, politécnicos etc.).

É preciso enfatizar que Euclides não trabalhou no sentido simplesmente de armazenar aleatoriamente uma infinidade de matérias diferentes – o que atestaria a erudição do autor, mas não explicaria a envergadura da obra – e sim no de transpassar os diversos conhecimentos, articulá-los de maneira que eles pudessem se mesclar entre si, algo só possível de ser conseguido por intermédio de uma rigorosa disciplina de escrita, a qual chamaremos de *composição*. Dentre essas diferentes matérias, podemos destacar duas, que, na verdade, reúnem e sintetizam as demais. Por isso, optou-se aqui em dar ênfase a elas: a história so-

cial e a filosofia da natureza. Essa escolha se deve sobretudo pela forma como as matérias são trabalhadas em *Os sertões*, ou seja, procurei seguir a lógica de raciocínio presente no livro. Nele, a história pode ser relacionada à antropologia, à etnologia e à psicologia, porque essas disciplinas apresentam uma perspectiva crítica historicamente constituída; quanto à filosofia da natureza, abrange facilmente a geomorfologia, a geologia, a geografia, a botânica e a climatologia.

A correlação dessas duas disciplinas é óbvia no livro, suas implicações, no entanto, apresentam dificuldades aos estudiosos e abre as portas da controvérsia. Alguns, como Luiz Costa Lima, Regina Abreu, Nísia Trindade Lima, Nicolau Sevcenko e Robert Levine⁸ – para citar apenas alguns – defendem, de alguma maneira ou em alguma medida, a ideia de uma sobredeterminação das ciências naturais sobre as históricas, vindo aí uma adaptação das concepções filosófi-

⁸ LIMA, Luiz Costa. “Nos sertões da oculta mimesis”. In: *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; e “Os sertões: ciência ou literatura”, In: Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, no 144; ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Rocco; Funart, 1998; *Um sertão chamado Brasil*; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989; LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995. Importante esclarecer que Luiz Costa Lima e Nísia Trindade Lima relativizam suas posições iniciais e retomam o problema por outra perspectiva. Ver, respectivamente, *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; e “A sociologia desconcertante de *Os sertões*”, In: NASCIMENTO, José Leonardo (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2002.

cas e científicas então vigentes, especialmente o determinismo. Outros, como Olympio de Souza Andrade, Franklin de Oliveira, Roberto Ventura e Leopoldo Bernucci⁹, renegam a influência desses fundamentos cientificistas e, em alguns momentos, chegam a desfazer as correlações dessas áreas, atribuindo a cada uma delas um alto grau de autonomia. Sem querer me antepor a nenhuma dessas tendências críticas, levando-as mesmo em consideração e me aproveitando de muitas de suas conclusões, acredito, porém, que uma crítica integradora, que vise articular as linhas de força do livro (e, ao mesmo tempo, compreendê-las em sua autonomia), deve presidir o processo de análise da obra. Esse procedimento, como se verá, não é uma prerrogativa do método de investigação aqui utilizado, mas uma exigência da matéria, algo sobre o que a própria obra demanda.

Começemos com a análise do início da segunda parte do livro, “O Homem”, acompanhando a exposição clara da teoria antropológica adotada por Euclides da Cunha a respeito dos grupos étnicos que compõem o quadro humano do país e sua formação em escala histórica. Partindo das pressuposições de Lund, Hartt, Trajano de Moura e Nina Rodrigues, o

autor descreve caso a caso as características definidoras de cada etnia. Importante notar que encontramos o desenho de um perfil intrincado de cada grupo, compreendidos – cada um – como um amálgama razoavelmente complexo. Assim, o índio, “o homo americanus” como Euclides o caracteriza, resulta do “‘homem de lagoa santa’ cruzado com o pré-colombiano dos ‘sambaquis’; ou [deriva], altamente modificado por ulteriores cruzamentos e pelo meio de alguma raça invasora do Norte”.¹⁰ O “homo afer”, por sua vez, apresenta uma tipologia ainda mais difusa, sendo “o banto ou cafre, com suas várias modalidades”¹¹, apenas um exemplar entre outros. Também o europeu, que, apesar de apresentar “o fator aristocrático de nossa gens”, não aparece puro, pois “emerge de um complicado caldeamento [de raças]”¹². O leitor escolado na sociologia posterior reconhecerá aqui a base da argumentação de *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, que, aliás, nunca escondeu sua admiração por Euclides e sempre reconheceu-lhe a influência em sua própria obra.¹³ As semelhanças, no entanto, encerram aqui, pois o esquematismo combinatório de um fica distante e aquém da liberdade associativa do outro.

Voltando ao texto, repare-se que, apesar do juízo de valor que o escritor manifesta, atribuindo traços de ingenui-

⁹ ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de Os sertões*. São Paulo: Edart, 1960; OLIVEIRA, Franklin de. *Euclides: a espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: esboço biográfico*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003; BERNUCCI, Leopoldo. “Cientificismo e aporia em *Os sertões*”, In: BERNUCCI, Leopoldo (org.). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 139.

¹¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 139.

¹² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 139.

¹³ Ver: FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

dade e barbarismo nos primeiros grupos étnicos e elevação intelectual no último – o que confirma a acusação que lhe pesa de escalonar as raças em termos evolutivos – o que sustenta toda sua tese é principalmente uma lógica de raciocínio que relaciona cada elemento da análise em perspectiva histórica. Apesar dos vícios científicos da antropologia e da etnografia de seu tempo, Euclides apresenta uma forma de equação dos elementos; é o extrato dessa forma que interessa discutir. Como se verá, sua lógica de raciocínio (restrita ao âmbito das ciências utilizadas) nasce de outra ou dela depende: a lógica de argumentação. Isso quer dizer que a complexidade da teoria está relacionada com o método de composição, com os recursos argumentativos e expressivos dos quais o autor se serve. Foi preciso encontrar um estilo de escrita que pudesse expor, em sua totalidade e em seu movimento, a massa de dados que causaram e que resultaram da miscigenação que ocorreu no Brasil desde o início da colonização. O interessante é compreender como a forma de argumentação vai reunindo essas implicações, relacionando uma com outra num crescendo sem fim, até chegar ao ponto em que se torna possível a teorização de todo material analisado.

Conhecemos, deste modo, os três elementos essenciais, e, imperfeitamente embora, o meio físico diferenciador – e ainda, sob todas as suas formas, as condições históricas adversas ou favoráveis que sobre ele reagiram. No considerar, porém, todas as alternativas e todas as

fases intermédias desse entrelaçamento de tipos antropológicos de graus díspares nos atributos físicos e psíquicos, sob os influxos de um meio variável, capaz de diversos climas, tendo discordantes aspectos e opostas condições de vida, pode afirmar-se que pouco nos temos avantajado. Escrevemos todas as variáveis de uma fórmula intrincada, traduzindo sério problema; mas não desvendamos todas as incógnitas.

É que, evidentemente, não basta, para o nosso caso, que postos uns diante de outros o negro banto, o indo-guarani e o branco, apliquemos ao conjunto a lei antropológica de Broca. Esta é abstrata e irreduzível. Não nos diz quais os reagentes que podem atenuar o influxo de raça mais numerosa ou mais forte, e causas que o extingam ou atenuem quando ao contrário da combinação binária, adstritos às vicissitudes da história e do clima. É uma regra que nos orienta, apenas no indagarmos a verdade. Modifica-se, como todas as leis, à pressão dos dados objetivos. Mas ainda quando por extravagante indisciplina mental alguém tentasse aplicá-la, de todo despeada da intervenção daqueles, não simplificaria o problema.

É fácil demonstrar.

Abstraiamos de inúmeras causas perturbadoras, e consideremos os três elementos constituintes de nossa raça em si mesmos, intactas as capacidades que lhes são próprias.

Vemos, de pronto, que, mesmo nesta hipótese favorável, deles não resulta o produto único imanente às combinações binárias, numa fusão imediata em que se justaponham ou se resumam os seus caracteres, unificados e convergentes num tipo intermediário. Ao contrário, a combinação ternária inevitável, determina, no caso mais simples, três outras,

binárias. Os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se; originam número igual de subformações – substituindo-se pelos derivados, sem redução alguma, em uma mestiçagem embaralhada onde se destacam como produtos mais característicos o *mulato*, o *mamaluco* ou *curiboca*, e o *cafuz*. As sedes iniciais de indagações deslocam-se apenas mais perturbadas, graças a reações que não exprimem uma redução, mas um desdobramento. E o estudo destas subcategorias substitui o das raças elementares agravando-o e dificultando-o, desde que se considere que aquelas comportam, por sua vez, inúmeras submodalidades consoante as dosagens variáveis do sangue.

O brasileiro, tipo abstrato que se procura, mesmo no caso mais favorável acima firmado, só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo.¹⁴

A citação é longa, mas necessária, porque nos permite compreender a lógica de pensamento de Euclides como um todo e seu método de argumentação científica. É difícil não relacionar suas conclusões com as demandas do determinismo científico e do positivismo filosófico, tanto quanto é difícil não reconhecer as bases dos preconceitos sobre raças que agiam no pano de fundo histórico.¹⁵

Para além desse quadro, que é real e tem função no texto, existe um apanhado de fatores de causas no plano do discurso

que é relevante e também apresenta função. Constata-se a presença de um método de composição que amarra e ordena o assunto de que se trata, acompanha os movimentos de sua origem e o desenvolvimento, dramatiza seus momentos de impasse e de transformação. Em outras palavras, a linguagem não serve somente como sinal de virtuosidade do escritor, mas se justifica principalmente por decalcar, plasmar a forma do seu material. Uma vez interpretada, essa linguagem revela o modo de pensar de Euclides, esclarecendo a respeito da sua maneira de expor e explicar o problema. Observada a sua forma, o extrato da forma de composição se aproxima muito do método dialético; não o modelo hegeliano ou marxista que estabelece a determinação de causas concatenadas e superações teleológicas de fases e etapas, mas o modelo clássico, adotado pelo idealismo e pelo romantismo dos séculos XVII e XVIII, base intelectual dos naturalistas que Euclides lia e consultava regularmente – especialmente Alexander Von Humboldt. A dialética euclidiana – se pudermos falar assim – está baseada na suspensão da finalidade; trata-se de uma dialética antitética, sem síntese. Daí, a conclusão que ele chega algumas linhas adiante: “Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca”.¹⁶

Aceitando-se as afirmações acima, vamos de encontro às teses que defendem ser Euclides um adepto convicto das

¹⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 138-139.

¹⁵ Sobre esse contexto histórico, as bases da ciência e da filosofia, ver: SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

¹⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 140.

doutrinas científicas e filosóficas de seu tempo. Não que ele não tivesse de fato feito uso dessas doutrinas, mas porque seu método de pensamento não coaduna com os fundamentos operatórios delas. Existe um *imbróglio* armado nesta questão: se, por um lado, Euclides compartilhou tais ideias, se com elas dialogou ou se utilizou os seus jargões, por outro ele as manipulou de modo diverso, se não antagônico. A questão que se impõe é saber onde localizar o ponto da virada. A resposta, salvo engano, reside no conjunto multifacetado de disciplinas que dão lastro à inteligência de Euclides, ou seja, está no reconhecimento pleno das linhas de força do texto e suas implicações. Para entender por que e como Euclides torce os fundamentos das ciências históricas é preciso refletir bem sobre os fundamentos das ciências naturais que ele adota, ou, mais precisamente, o sentido de sua filosofia da natureza.

Tomemos como ponto de partida um fragmento da primeira parte, “A Terra”, dedicada ao escrutínio dos agentes físicos do Brasil, especialmente do sertão.

É uma paragem impressionadora.

As condições estruturais da terra lá se vinculam à violência dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupegados. O regime torrencial dos climas excessivos, sobrevindo, de súbito, depois das insolações demoradas, e embatendo naqueles pendores, expôs há muito. Arrebatando-lhes para longe todos os elementos degradados, as séries mais antigas daqueles últimos rebentos das montanhas; todas as variedades

cristalinas, e os quartzitos ásperos, e os filades e calcários, revezando-se ou entrelaçando-se, repontando duramente a cada passo, mal cobertos por uma flora tolhiça – dispondo em cenários em que ressalta, predominante, o aspecto atormentado das paisagens.

Porque o que estas denunciam – no enterroado do chão, no dismantêlo dos cerros quase desnudos, no contorcido dos leitos secos dos ribeirões efêmeros, no constricto das gargantas e no quase convulsivo de uma flora decídua embaralhada em esgalhos – é de algum modo o martírio da terra, brutalmente golpeada pelos elementos variáveis, distribuídos por todas as modalidades climáticas. De um lado a extrema *secura* dos ares, no estio, facilitando pela irradiação noturna a perda instantânea do calor absorvido pelas rochas expostas às soalheiras, impõe-lhes a alternativa de alturas e quedas termométricas repentinas; e daí um jogar de dilatações e contrações que as disjunge, abrindo-as segundo os planos de menor resistência. De outro, as chuvas que fecham, de improviso, os ciclos adurentes das secas, precipitam estas reações demoradas.

As forças que trabalham a terra atacam-na na contextura íntima e na superfície, sem intervalos na ação demolidora, substituindo-se, com intercadência invariável, nas duas estações únicas da região.

Dissociam-na nos verões queimosos; degradam-na nos invernos torrenciais. Vão do desequilíbrio molecular, agindo surdamente, à dinâmica portentosa das tormentas. Ligam-se e completam-se e consoante o preponderar de uma e outra, ou o entrelaçamento de ambas, modificam-se os aspectos naturais.¹⁷

¹⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra com-*

Entre o texto de Euclides da Cunha e as ideias filosóficas acerca da natureza, existe uma confluência pertinente, que vale a pena comentar. Sabe-se que durante cerca de trezentos anos, a partir da metade do século XV, predominou no âmbito nada limitado da filosofia da ciência – com raras exceções, como Bacon e Vico – uma concepção mecanicista, finalista e teológica a respeito da natureza. Para Descartes, por exemplo, o mundo natural é uma engrenagem movida por energia regular e exata, dona de uma precisão rigorosa, que garante sua perfeição: “como um relógio composto de rodas e contrapesos não se observa menos exatamente todas as leis da natureza.”¹⁸ O mesmo princípio pode ser encontrado nos trabalhos de Newton, que atribui ainda à essa regularidade, a possibilidade de previsão de um resultado lógico: “As razões de quantidades, que em qualquer tempo finito tendem continuamente à igualdade (...) aproximam-se uma da outra [e] acabam fazendo-se em última instância iguais”.¹⁹ Como bons filósofos da ciência, não apenas cientistas, não bastava a eles identificar e descrever o fenômeno natural, mas também, ou principalmente, buscar sua essência, sua fundamentação última, penetrando mais profundamente nos pontos mais misteriosos que ele guarda. Nessa busca,

Descartes procurou demonstrar e explicar a origem da natureza e sua razão de ser: “Fiz ver quais eram as leis da natureza; e, sem apoiar as minhas razões em nenhum outro princípio, a não ser no das perfeições infinitas de Deus, procurei demonstrar todas aquelas que pudessem suscitar qualquer dúvida e mostrar que elas são tais que, mesmo que Deus houvesse criado muitos mundos, não poderia haver nenhum onde elas deixassem de ser observadas.”²⁰ Essa concepção, assumida pela ciência pelo menos desde a acusação de heresia levantada contra Galileu, era dominante na época, dando encaminhamento à noção religiosa que prevalecia no plano ideológico. O dogma cristão de criação a partir do nada (*creatio ex nihilo*), que prevê que Deus antecede a natureza – cuja existência, aliás, depende de sua vontade, pois ele a fez existir – pode ser encontrado em quase todos os filósofos deste período. Leibniz escreve a respeito, corroborando a visão de outros: “A noção mais aceita e mais significativa que possuímos de Deus exprime-se muito bem nestes termos: Deus é um Ser absolutamente perfeito. (...) Convém notar que há na natureza várias perfeições muito diferentes, possuindo-as Deus todas reunidas e que cada uma lhe pertence no grau supremo.”²¹

No início do século XVIII, a corrente idealista irá se contrapor a esses fundamentos, mudando a concepção de

pleta. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 105.

¹⁸ DESCARTES, Rene. *Meditações*. In: *Obra escolhida*. São Paulo: Difel, 1962, p. 193.

¹⁹ NEWTON, Isaac. *Principios matemáticos de la filosofia natural*. 2 ed. Madrid: Tecnos, 1997, p. 61.

²⁰ DESCARTES, Rene. *Discurso do método*. In: *Obra escolhida*. São Paulo: Difel, 1962, p. 75-76.

²¹ LEIBNIZ, Gottfried W. *Discurso da metafísica*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1974, p. 77.

natureza e o modo conhecê-la. O axioma mecanicista, por exemplo, passou a ser entendido como uma noção excessivamente exterior com relação à natureza, um amontoado de teses construídas *a priori* do seu objeto, capaz de afirmar-se enquanto lógica da física matemática ou geométrica, mas insuficiente para descobrir o verdadeiro âmago da natureza. Contra ele, o idealismo construiu um sistema exegético que apreendia a natureza a partir dela mesma, elaborando para isso uma proposição imanentista: “O idealismo, em seu sentido subjetivo, pretende que o Eu é todas as coisas, e o idealismo, em seu sentido objetivo, pretende que tudo é Eu e que não existe nada que não seja Eu”²², escreve o filósofo mais radical do círculo idealista alemão. Para Schelling, a natureza é uma forma absoluta, na qual ocorre plenamente a fusão entre a subjetividade e o objeto. Segundo esse preceito, a natureza é dotada de valores interiores, subjetivos eles mesmos; sua forma não é nem foi criada à sua revelia, mas se mostra como o resultado de sua própria ação.²³

Contra o criacionismo, os idealistas irão promover a ideia de autoprodução e autotransformação da forma. A natureza garante a reciprocidade desses dois princípios: ela é, ao mesmo tempo, forma formante (*Bildung*) e forma formada (*Gestalt*). Esse arranjo é uma demonstração

da dialética da natureza, um arranjo de forças cuja origem e fim se constituem como seus dispositivos internos: o primeiro dispara o movimento de ação e reação, enquanto o segundo, manifestando sua forma acabada, na verdade retroalimenta o movimento. Não existe uma finalidade no processo de produção e reprodução da natureza, mas uma força de transformação contínua. Essa idéia preside o sistema filosófico de Goethe para explicação da botânica: “Conhecemos as leis da transformação, segundo as quais a natureza produz uma parte de outra e apresenta as mais diversas formas pela modificação de um único órgão.”²⁴

Voltando ao texto de Euclides da Cunha, notamos que na última citação esses problemas são postos de maneira convincente, internalizados de um modo que acabam por adquirir uma expressão própria. Sob todos os aspectos, *Os sertões* se impõem por força de sua erudição, devido a uma série de referências e citações de escritores, filósofos, cientistas e naturalistas. A menção direta ou indireta a alguns dos nomes mencionados acima não significa necessariamente que Euclides os tenha usado para abonar qualquer de suas próprias conclusões, o que pode se realizar de diversos modos, alguns bastante mediados. Não restam dúvidas, porém, de que suas ideias se encontram em diálogo clivado com as das principais correntes de filosofia da natureza. Talvez – e vai aqui mais que uma

²² SCHELLING, Friedrich W. J. *Sistema del idealismo transcendental*. Barcelona: Antropos, 1988, p. 374.

²³ Ver: SCHELLING, Friedrich W. J. *Escritos sobre filosofia de la naturaleza*. Madrid: Alianza, 1996.

²⁴ GOETHE, Johann W. *A metamorfose das plantas*. 4 ed. São Paulo: Antroposófica, 1997, p. 10.

simples suposição – a referência direta a esse quadro heterogêneo de noções e axiomas filosóficos e científicos tenha lhe chegado por intermédio da leitura atenta dos escritos de Humboldt, que também procurou conciliar tendências científicas opostas, a mecanicista e a imanentista.²⁵

De fato, podemos encontrar certos traços fundamentais dessas duas correntes como vetor de estruturação de toda exposição, análise e argumentação de *Os sertões*. No fragmento supracitado, vemos a exposição rigorosa de todo um sistema de manifestações das forças da natureza e suas causações mutuamente implicadas. Podemos inferir que o rigor de sua prosa não é propriamente resultado de sua mentalidade de engenheiro nem de sua pretensão científica afinada com as leis incoercíveis do positivismo, mas o decalque mesmo do objeto descrito, ou seja, da natureza. Por outro lado, que desdobra e completa o anterior, existe um esforço de imaginação – igual, se não maior que o de observação – que o leva a conjecturar sobre todas suas fases e ciclos, criando a partir daí uma série de perspectivas sobre o processo de transformação como um todo: a natureza é descrita por dentro, por fora, de cima, pelos lados, antes, durante e após qualquer fator de mudança. Nota-se ainda que a descrição vai além do esforço da mera descrição, assumindo a forma narrativa: dramatizando o processo físico de

modo a lhe dar unidade e inteireza, vemos – por assim dizer – a auto-morfose e metamorfose da matéria, isto é, acompanhamos em ato a forma da natureza se formando e já formada, num entrelaçamento descrito num estilo dialético impressionante. O que a narração nos mostra é a transformação incessante da matéria mediante o jogo de forças contraditórias, que se produz e se reproduz continuamente: “A natureza se compraz em um jogo de antíteses.”²⁶ Também aqui a comparação – para aproximação ou contraste – com as correntes filosóficas analisadas antes se mostra pertinente. Ambas partem do princípio de que a natureza é a manifestação da coalescência de forças misteriosas, que permanecem ocultas ao homem e que, por isso, faz-se necessário descobrir os meios para sua compreensão. Mas, enquanto os filósofos da ciência apresentam uma solução externa à essência da natureza – para Galileu somente a matemática, cujos “caracteres são triângulos, círculos e outras figuras geométricas”²⁷, oferece uma possibilidade segura de entendimento da linguagem do mundo natural – os idealistas, coerentes com seus princípios imanentistas, defendem a ideia de que a natureza possui sua própria linguagem: “Igualmente lhes fala a Natureza a outros sentidos conhecidos, mal reconhecidos ou ainda desconhecidos; assim fala con-

²⁵ LABASTIDA, Jaime. “La aportaciones de Humboldt a la investigación científica”. In: *Humboldt: ciudadano universal*. México: Siglo Veintiuno, 1999.

²⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 128.

²⁷ Apud KOIRÉ, Alexandre. “Galileu e Platão”. In: *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. p. 177.

sigio mesma e conosco através de milhares de fenômenos. Para o homem atento, não está a Natureza morta nem muda em parte alguma; mesmo no rígido corpo da Terra, ela pôs um confidente, um metal, em cujas menores partes se pode perceber o quanto ocorre com a massa inteira.”²⁸

Essa perspectiva imanentista, que reconhece e explora o significado da natureza como uma força vital, marcou o pensamento de Humboldt profundamente e, depois, toda uma geração de naturalistas por ele influenciada, a começar por Darwin. Para Humboldt, a compreensão desimpedida da natureza exige o domínio de suas formas de expressão, algo só possível com o uso combinado de ciência e arte: “Descrições da natureza podem ser definidas com rigor e precisão científica, sem delas subtrair o sopro vivificante da imaginação. O poético nasce do sustento e da coesão do sensível com o intelectual.”²⁹ Essas palavras, que coadunam perfeitamente com a proposição defendida por Euclides em sua carta a José Veríssimo (ver nota 6), deixam claras os pontos de semelhanças entre eles, mostrando um padrão de composição cultivado à força da poética, que se consolidou em uma certa tradição de pensadores do mundo natural.

Retornando à questão inicial – a correlação entre as ciências históricas e

as naturais – podemos dizer que Euclides se serviu meticulosamente dessas como modelo para problematizar aquelas e, a partir daí, formulou uma tipologia de análise que as tornassem homólogas. Assim, tal como sua argumentação sobre múltiplas forças em ação no mundo natural se especifica na forma de um entrebater antitético contínuo e variado, também na caracterização do homem brasileiro, com o cruzamento complexo de diversos grupos étnicos, ocorre um jogo permanente de causações e reações diferenciadas: “Impotente para formar qualquer solidariedade entre as gerações opostas, de que resulta, reflète-lhes os vários aspectos predominantes num jogo permanente de antíteses.”³⁰

Quando mudamos o assunto, ampliando a perspectiva de análise do escritor, e voltamos a atenção para o tema capital do livro, a guerra de Canudos, notamos que o modelo permanece, sendo reproduzido em outra escala, mas conservando os mesmos princípios já analisados. No terceiro capítulo, “A Luta”, dedicado à narração dos momentos mais tensos do conflito, observa-se uma alteração significativa no ritmo e no desenvolvimento da prosa: mistura-se reflexões sobre a guerra, considerações sobre o contexto político, resgata-se alguns momentos da história do país etc. Em meio a tudo isso, sobressai uma narração minuciosa dos lances da luta, com muitas descrições, que, no entanto,

²⁸ GOETHE, Johann W. Teoria de las colores. In: *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1957, vol. 1, p. 436.

²⁹ HUMBOLDT, Alexandre Von. *Cosmos: essais d'une description physique du monde*. Paris: Gyde et J. Baudry, 1968, vol. 1, p. 250.

³⁰ CUNHA, Euclides da. Os sertões. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 167.

adquirem uma forma dramatizada. O leitor perceberá que as três últimas partes do capítulo – que juntas somam mais de duzentas páginas – são marcadas por uma monotonia atroz, variando pouco o assunto, denotando assim a falta dele. A impressão que fica é que os últimos dias de guerra – com a vitória já garantida pelo exército, mas com uma resistência tenaz, apesar de vaga, por parte dos habitantes de Canudos – são marcados por uma inércia que, de algum modo, é estilizada pela escrita.³¹ A falta de desenvolvimento reconhecida na prosa é a reprodução, em outro nível, da situação encontrada nos campos de batalha, onde nada parece acontecer. Embora se trate de um quesito estilístico difícil de destacar no texto, pode-se encontrar uma ou outra passagem em que isso fique mais explícito, mais marcado no texto. Um exemplo pode ser recolhido na descrição de um confronto entre conselheiristas e soldados, quando esses acreditavam ter vencido uma batalha recém travada:

É que nada pode assustar [os soldados]. Certo, se os adversários imprudentes com eles se afrontarem, serão varridos em momentos. Aqueles esgalhos far-se-ão em estilhas a um breve choque de espadas e não é crível que os gravetos finos quebrem o arranco das manobras

³¹ Esse dado pode ser constatado na leitura das reportagens enviadas por Euclides para o *Estado de S. Paulo*, diretamente de Canudos durante os últimos dias de combate. A comparação dessas pequenas notas com a matéria do livro confirma a monotonia dos eventos e revela o processo de estilização de *Os sertões*. Ver: CUNHA, Euclides da. Diário de uma expedição. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 491-572.

prontas. E lá se vão marchando, tranquilamente heróicos...

De repente, pelos seus flancos, estoura, perto, um tiro...

A bala passa, rechinante, ou estende, morto, em terra, um homem. Sucedem-se, pausadas, outras, passando pelas topas, em sibilos longos. Cem, duzentos olhos, mil olhos perscrutadores, volvem-se, impacientes, em roda. Nada vêem.

Há a primeira surpresa. Um fluxo de espanto corre de uma a outra ponta das fileiras.

E os tiros continuam raros, mas insistentes e compassados, pela esquerda, pela direita, pela frente agora, irrompendo de toda banda.

Então estranha ansiedade invade os mais provados valentes, ante o antagonista que não vê e não é visto. Formam-se celeremente em atiradores uma companhia, mal destacada da massa de batalhões constricto na vereda estreita. Distende-se pela orla da caatinga. Ouve-se uma voz de comando; e um turbilhão de balas rola estrugidoramente dentro das galhadas...

Mas constantes, longamente intervalados sempre, zunem os projéteis dos atiradores invisíveis batendo em cheio nas fileiras. (...)

De repente cessam. Desaparece o inimigo que ninguém viu.

As seções voltam desfalcadas para a coluna, depois de inúteis pesquisas nas mecegas. E voltam como se saíssem de recontro braço a braço, com selvagens.

Reorganiza-se a tropa. Renova-se a marcha. A coluna estirada a dois de fundo, deriva pelas veredas em fora, estampando no cinzento da paisagem o traço vigoroso das fardas azuis listradas de vermelho e o coruscar intenso das baionetas ondulantes. Alonga-se; afasta-se; desaparece.

Passam-se minutos. No lugar da refrega, então, surgem, dentre muitas esparsas, cinco, dez, vinte homens no máximo. Deslizam, rápidos, em silêncio, entre arbúsculos secos... (...)

Desce por ali a guarda da frente. Seguem-lhe os primeiros batalhões. Escoam-se, vagarosas, as brigadas pela ladeira agreste. Em baixo, coleando nas voltas do vale estreito está toda a vanguarda, armas fulgurantes, feridas pelo sol, feito uma torrente escura, transudando raios.

E um estremecimento, choque convulsivo e irreprimível, fá-la estacar de súbito. Passa, ressoando, uma bala.

Desta vez os tiros partem, lentos, de um só ponto, do alto, parecendo feitos por um atirador único.³²

E os combates se renovam indefinidamente, numa rotina extenuante que envolve o leitor e o prende. O jogo dos contrastes, já observado na descrição da terra e de outros elementos da natureza e na exposição do processo de miscigenação, também aparece aqui, pois comanda o livro como um todo, cuidadosamente incorporado que foi à narrativa. Em outro nível, essa é construída de modo a obedecer ao padrão e estabelecer a mesma *forma*. Note-se como o uso excessivo da pontuação trava o desenvolvimento da narração, que, em um processo de virtuosidade estilística, vai se enredando em uma estrutura de *mise-en-abyme*, colhida pela sucessão incansável de orações coordenadas. Mais que uma questão de

performance verbal, essa estrutura paratática da narração representa um recurso mimético de captação e internalização da ação, tornando-a o dispositivo que dispara o processo de disciplina da escrita.

Podemos tomar outros exemplos que contrariam em alguma medida os argumentos aqui apresentados, mostrando que a visão histórica de Euclides era sim orientada pelos preceitos filosóficos da época, mormente os do positivismo. O livro está cheio de passagens que confirmam a veia evolucionista e determinista do autor: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos.”³³ Esse ponto de vista – sem dúvida relevante do ponto de vista sociológico ou ideológico, pois demarca um dos contornos históricos da obra – no entanto escapa ao interesse aqui apresentado, que é o estudo de uma *forma*. Neste caso, o que se encontra em evidência é o método narrativo, que prima pelo transpassamento de pressupostos distintos construídos em favor de se alcançar um certo efeito: a junção formal dos princípios de análise da filosofia da natureza são decalcados, ou plasmados, sobre os da história social. A homologia resultante favorece a compreensão ampla de um estilo de pensamento, voltado para a conciliação de temas e questões separados pelo rigor que cada ciência impõe ao seu próprio conteúdo, mas que, uma vez confrontados entre si, adquirem uma nova *forma* de problematização.

³² CUNHA, Euclides da. Os sertões. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 252-254.

³³ CUNHA, Euclides da. Os sertões. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 141.

O método de composição

As premissas acima ensinam que, não obstante a presença funcional das teorias evolucionistas e deterministas em *Os sertões* como dado explicador de nossa formação histórica, existe o uso meditado de um método de análise que a elas se sobrepõe, método esse inspirado na filosofia da natureza. O extrato desse método, por outro lado, funciona ao arpejo das tais teorias, o que contribuiu muito para o arranjo global do livro. A questão agora é analisar os meios que possibilitam esse arranjo, que garantem sua unidade e sua coerência, apesar das contradições. Na verdade, a contradição é o dispositivo estruturador do livro: identificada como força estruturadora dos elementos da natureza, ela é também parte constitutiva do desenvolvimento histórico. Compreendendo o problema assim, fica claro que para Euclides da Cunha a história e a natureza se qualificam como duas formas distintas de coalisão de forças que se dispõem dialeticamente; uma dialética – como explicado antes – antitética, sem síntese, sem télos, que põe e repõe seus elementos constitutivos segundo os princípios de formação, acumulação, transformação e reprodução que se lhes são próprios.

Os exemplos anteriores e a análise que lhes seguiu mostraram como o movimento do tema ou problema tratados foi incorporado ao movimento da prosa, tornando-se marca de um estilo de escrita. O modo de narração, exposição e argumentação utilizado pressupõe, como

vimos, a internalização dessa *forma da contradição* no nível mais complexo e abstrato do estilo. Esse é responsável por tornar a contradição um agente da linguagem, dramatizando-a por meio do uso sistemático de parataxes, recurso estilístico que se caracteriza pelo emparelhamento e justaposição mais ou menos articulados dos elementos díspares e contraditórios dispostos em um período, frase ou oração.³⁴ O interesse agora é mostrar e interpretar como certos procedimentos de escrita aprofundam e tornam mais complexa a relação recíproca de princípios científicos diferentes.

Tomemos como ponto de partida a passagem a seguir, na qual Euclides descreve e interpreta certas condições físicas de meio natural e depois as desdobra, tomando-as como modelo de explicação da evolução histórica do país.

Mesmo na maior parte dos sertões setentrionais o calor seco, altamente corrigido pelos fortes movimentos aéreos provindos dos quadrantes de leste, origina disposições mais animadoras e tem ação estimulante mais benéfica.

E voltando ao sul, no território que do norte de Minas para o sudoeste progride até o Rio Grande, deparam-se condições incomparavelmente superiores:

Uma temperatura anual média de 170 a 200, num jogo mais harmônico de estações; um regime mais fixo das chuvas que, preponderantes no verão, se distribuem no outono e na primavera

³⁴ Sobre a parataxe, ver: AUERBACH, Erich. *Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 60-62, 94-98, 100, 152-153.

de modo favorável às culturas. Atingindo o inverno, a impressão de um clima europeu é precisa; sopra o SO frigidíssimo sacudindo chuvisqueiros finos e esgarçando garoas; a neve rendilha as vidraças; gelam os banhados, e as geadas branqueiam pelos campos...

A nossa história traduz notavelmente estas modalidades mesológicas.

Considerando-a sob uma feição geral, fora da ação perturbadora de pormenores inexpressivos, vemos, logo na fase colonial, esboçarem-se situações diversas.

Enfeudado o território, dividido pelos donatários felizes, e iniciando-se o povoamento do país com idênticos elementos, sob a mesma indiferença da metrópole, voltada ainda para as últimas miragens da 'Índia portentosa', abriu-se separação radical entre o sul e o norte.

Não precisamos rememorar os fatos decisivos das duas regiões. São duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas. Duas sociedades em formação, alheadas por destinos rivais – uma de todo indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, evoluindo-se sob os influxos de uma administração única. Ao passo que no sul se debuxam novas tendências, uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista em suma – tudo isto contrastava com a agitações, às vezes mais brilhantes mas sempre menos fecundas, do norte – capitânicas esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função estreita dos alvarás da corte remota.³⁵

Novamente ocorre um processo de decalque, no qual uma maneira de pensar ou analisar a matéria é plasmada no exame de outra. Assim, os princípios explicativos dos condicionamentos do clima e da temperatura do sertão e seu contraste com os do litoral são conservados e reproduzidos no esforço de elucidação das causas históricas das desigualdades entre a parte pobre e arcaica do norte e a rica e progressista do sul. Novamente aqui os traços de determinismo, mas também novamente o método de análise sobressai em favor da descoberta da forma que torna homólogas natureza e história social, um método que estabelece termos de comparação, justaposição e relação mútua dos pressupostos de interpretação. Essa transposição de noções diversas possui uma extração literária inequívoca e é isso que permite a correspondência ampla e dinâmica entre o mundo natural e o histórico. No meio da citação, no ponto de virada, quando se passa de um tema para outro ("A nossa história traduz notavelmente estas modalidades mesológicas"), encontra-se o recurso de linguagem empregado para o alcance do efeito que estamos analisando. O princípio poético utilizado é o da arbitrariedade do sentido – garantido por meio do uso de metáforas, metonímias ou sinédoques – no qual a linguagem cria no ato, o significado dos termos. A boa, mas truncada, teoria de Nietzsche sobre o papel da linguagem na constituição do saber científico e filosófico, dá subsídio para o que se quer aqui demonstrar. Ela nos ensina que o valor

³⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 148-149.

de um conceito vale pela performance de uma metáfora e que ambos possuem uma mesma raiz, cuja diferenciação se deve menos à essência mesmo de um e outra e mais à força que a tradição impõe.³⁶ Assim, malgrado as diferenças óbvias, história e mesologia resultam semelhantes, indistintas, como se fossem uma única disciplina, pois os princípios formais de investigação de uma pode ser e foi utilizada na outra sem restrições. O resultado mais imediato é a renovação epistemológica das ciências históricas, buscando-se novos paradigmas para a compreensão das disparidades do país. Outro, trabalhado no campo da linguagem, é o processo de ressemantização do sentido (tornando uma coisa, a mesologia, outra, a história), recurso estilístico que traduz a prerrogativa do método de escrita, sem o qual toda a argumentação teórica se desmanchava.

O mesmo, embora de maneira diferente, pode ser identificado no fragmento seguinte, no qual Euclides ensaia uma interpretação da figura de Antônio Conselheiro e do grupo que o seguia.

É natural que estas camadas profundas de nossa estratificação étnica se sublevassem numa anticlinal extraordinária – Antonio Conselheiro...

A imagem é corretíssima.

Da mesma forma que o geólogo, interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações, esboça o perfil de uma montanha

extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares.³⁷

Acompanhando a citação, nota-se o interesse inicial de compreender a figura do Conselheiro segundo os parâmetros da antropologia e da psicologia, logo mudando para os da sociologia. Três ciências de fatura humanística, portanto, assumem a função de explicação. Não se trata de alternar as disciplinas ou substituir uma por outra para encontrar a mais adequada, mas sim de conjugá-las, articulá-las com o fim de alcançar o meio mais seguro de analisar o personagem da maneira mais ampla e diversificada possível. No entanto, quando se atenta para o uso dos conceitos em pauta, notamos que aquele que foi utilizado (“anticlinal”) não corresponde a nenhuma das ciências mencionadas. Extraído das ciências da terra, o conceito de anticlinal define um tipo de dobra convexa dos estratos internos do solo; os extremos de suas camadas internas se movimentam em sentido contrário na direção de um centro, ocasionando sua contratura. Consequentemente, por causa da pressão exercida em um único ponto, essas camadas forçam a curvatura, que é empurrada para cima, ocasionando uma mudança na superfície: “Desenterram-se montanhas.”³⁸

³⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1974, p. 51-60.

³⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 193.

³⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, vol. 2, p. 99.

À primeira vista, o conceito de anticlinal se mostra inadequado, utilizado de maneira imprópria, talvez equivocada. Levando em consideração que o uso científico dos conceitos exige precisão, torna-se surpreendente que Euclides – dedicado cultor da cientificidade – o tenha manejado de maneira distorcida: a rigor, o conceito de anticlinal não serve absolutamente para uma análise de cunho sociológico, antropológico ou psicológico, como o que se propõe. Procurando mais fundo, porém, observa-se o que se quer dizer: com a personalidade comprimida por tensões de toda ordem, o Conselheiro parece sucumbir diante das próprias contradições; sua loucura é desentranhada, se manifesta exteriormente e contagia toda uma comunidade, tornando-se coletiva. O movimento tectônico que força o movimento de ascensão da anticlinal é compreendido como homólogo à força incontrolável que agem e reagem nas “camadas” mais profundas da psique do Conselheiro, e, ato contínuo, é também da mesma ordem que alvoroça uma sociedade inteira, criada ao redor do seu mentor. Assim compreendido, o trecho é cheio de sentido, cujas implicações se multiplicam à medida que alteramos a visão sobre ele: no plano psicológico, analisa-se a personalidade de um dos personagens mais controvertidos de nossa história; do ponto de vista sociológico, a análise é dirigida a uma fração da sociedade brasileira, descobrindo-lhe a ideologia mística e seus meios de vida; do ponto de vista

da ciência, supera-se efetivamente as diferenças entre disciplinas, mesclando-se princípios e procedimentos de análise. Toda essa variedade de pontos de vista, entretanto, é proporcionada por uma questão formal, tudo se deve ao método de composição que, operando livremente o conceito, procede a partir dos ditames da poética. Assim, em vez de usá-los com o rigor instrumental típico das ciências correspondentes, Euclides manipula os conceitos como se fossem metáforas, ressemantizando o seu sentido, atribuindo-lhe um significado que a princípio não lhe é próprio.

Considerações finais

Tudo o que foi levantado e discutido no curto espaço deste ensaio tem por objetivo decupar a complexa e intrincada forma de *Os sertões*. De capa a capa, somos levados a descobrir a confluência entre o meio físico e natural do Brasil e sua história. O papel que as ciências correspondentes assumem nesse itinerário, demonstram sua função explicadora. No entanto, o entrelaçamento de causas diversas não permite discernir com clareza a sobredeterminação de nenhum dos fatores aventados. A confluência formal de *Os sertões* não estaria garantida se não fosse pelo poder ordenador da escrita, que garante a unidade e a coerência geral da obra. Assim se constitui as linhas de força do livro, como algo capaz de garantir a reprodução em níveis diferentes de um mesmo princípio de pensamento.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Rocco; Funart, 1998.
- ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de Os sertões*. São Paulo: Edart, 1960.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BERNUCCI, Leopoldo. “Cientificismo e aporia em *Os sertões*”, In: BERNUCCI, Leopoldo (org.). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 23-39.
- CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. 2 vols.
- DESCARTES, Rene. *Obra escolhida*. São Paulo: Difel, 1962.
- FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- GOETHE, Johann W. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1957. 2 vols.
- GOETHE, Johann W. *A metamorfose das plantas*. 4 ed. São Paulo: Antroposófica, 1997.
- HUMBOLDT, Alexandre Von. *Cosmos: essais d’une description physique du monde*. Paris: Gyde et J. Baudry, 1968. 4 vols.
- KOIRÉ, Alexandre. “Galileu e Platão”. In: *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- LABASTIDA, Jaime. *Humboldt: cidadão universal*. México: Siglo Veintiuno, 1999.
- LEIBNIZ, Gottfried W. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1974.
- LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- LIMA, Luiz Costa. “Os sertões: ciência ou literatura”, In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, n° 144, p. 5-16.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Revan, 1999.
- LIMA, Nísia Trindade. “A sociologia desconcertante de *Os sertões*.” In: NASCIMENTO, José Leonardo (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogo*

- gos. São Paulo: UNESP, 2002, p. 73-98.
- NASCIMENTO, José Leonardo, FACIOLI, Valentim (org.). *Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin; UNESP, 2003.
- NEWTON, Isaac. *Princípios matemáticos de la filosofia natural*. 2 ed. Madrid: Tecnos, 1997.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1974.
- OLIVEIRA, Franklin de. *Euclides: a espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL-MEC, 1980. 5 vols.
- SHELLING, Friedrich W. J. *Sistema del idealismo transcendental*. Barcelona, Antropos, 1988.
- SHELLING, Friedrich W. J. *Escritos sobre filosofia de la naturaleza*. Madrid: Alianza, 1996.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: esboço biográfico*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

Submetido em 31 de março, 2011.

Aprovado em 4 de abril, 2011.



A requalificação ambiental dos igarapés de Manaus (2005-2008): um contínuum das políticas de urbanização do século XIX?¹

*Waldemir Rodrigues Costa Júnior*²
*Amélia Regina Batista Nogueira*³

Resumo

O objetivo do presente artigo é discutir como as políticas de urbanização dos igarapés de Manaus vêm se processando como “herança” dos modelos econômicos e das administrações públicas que têm se sucedido desde o século XIX, apontando como essas transformações remodelam a relação homem-ambiente. O recorte temporal de análise compreende o período que vai de 1892 a 2008 cujas transformações têm sido engendradas nas microbacias hidrográficas urbanas de Manaus pelas intervenções das “políticas de embelezamento” do poder público municipal ou estadual. Neste sentido, analisa-se de forma crítica as continuidades destas intervenções na paisagem de Manaus, bem como as descontinuidades na construção das espacialidades, levando-se em consideração os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais. As intervenções urbanas realizadas nos igarapés de Manaus vêm se processando desde a administração do Presidente da Província do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896), e têm sido pautadas na remoção de inúmeras famílias das proximidades dos igarapés que entrecortam o centro histórico de Manaus, bem como na canalização, aterro e compactação nas margens e ou na totalidade destes cursos d’água. A preocupação maior do poder público tem sido a efetivação de projetos de urbanização direcionados para a construção de uma Manaus esteticamente “bonita” e moderna, em detrimento da relação cotidiana dos sujeitos com os seus lugares de vida.

Palavras-chave: Manaus. Política de Embelezamento. Igarapés. Paisagem. Lugar.

Abstract

The aim of this paper is to discuss how urbanization policies of the creeks have been going on

¹ O artigo é parte da pesquisa de iniciação científica “Reconstruindo uma identidade com o lugar: Os removidos dos igarapés em Manaus” desenvolvida no período de 2007 a 2008 com o apoio do CNPq.

² Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGGEOG/ UFAM e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira- NEPECAB/ UFAM. junior.wrc@gmail.com

³ Graduada em Geografia pela UFAM. Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo, e Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEOG/ UFAM. ab.nogueira@uol.com.br

in Manaus as heritage of economic models and governmental management practices since the nineteenth century, showing how these transformations reshape the relationship between man and environment. The time frame of this analysis covers the period from 1892 to 2008 whose transformations have been engendered in the Manaus urban watersheds through interventions of “sanitation policies” by municipal or state government. In this sense, we analyze critically the continuities of these interventions in the landscape in Manaus, as well as the discontinuities in the construction of spatiality, taking into account the environmental, social, economic and cultural aspects. The interventions carried out in urban streams of Manaus have been occurring since the administration of Eduardo Gonçalves Ribeiro, president of the province of Amazonas (1892-1896), and have been guided by the removal of many families in the vicinity of the creeks that intersect the historical center of Manaus as well as in channeling of creeks and compaction on the banks or landfill full of these water-courses. The biggest concern of public power has been put into effect policy of urbanization directed to the construction of a aesthetically “beautiful” and modern Manaus, at the expense of everyday relationship of population with their places of life.

Keywords: Manaus. Grooming Policies. Creeks. Landscape. Place.

O “divisor de águas” entre a administração do Presidente da Província do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896), e o governo de Eduardo Braga, tem pouco mais de um século. Enquanto o primeiro viveu num tempo impregnado de *ares* de beleza, progresso e civilização, quando a modernidade imprimiu as suas marcas na paisagem de Manaus, considerada àquela época a “Paris dos Trópicos”, o outro vive a Manaus da Zona Franca, das novas tecnologias, onde as cidades reproduzem uma lógica globalizada pautada no desenvolvimento industrial. Apesar dessas diferenças, ambos pensaram a cidade para o Outro.

Eduardo Gonçalves Ribeiro propôs construir a cidade mais “bela” e urbanizada. Programou, entre outros aspectos, uma administração tecnocrática no intuito de “vencer” os igarapés e colocar Manaus como uma das capitais da modernidade, ideal este também almejado

pelos governos posteriores. No intuito de melhorar a aparência da orla de Manaus para atender, por conseguinte, aos ideais do Parque Industrial de Manaus em 1967, o governador do Amazonas naquela época, Arthur Reis, removeu os moradores da Cidade Flutuante, um povoamento típico sobre as águas do Rio Negro, defronte à cidade de Manaus.

Embelezar os lugares aquosos tornou-se, entre outros aspectos, meta das administrações públicas ao longo da história de Manaus. Em 1997, uma das “bandeiras” do prefeito de Manaus, Alfredo Nascimento, foi o embelezamento da cidade. Elaborou-se o projeto “Nova Veneza” com o objetivo de intervir no igarapé de Manaus, localizado no centro histórico da cidade. Esse projeto, porém, não foi totalmente efetivado, sendo retomado e ampliado a partir de 2005 pelo governador Eduardo Braga, sob fóruns de PROSAMIM – Programa

Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.

A discussão aqui intitulada “A requalificação ambiental dos igarapés de Manaus (2005-2008): um *continuum* das políticas de embelezamento do século XIX?” vem analisar uma Manaus que teve a sua paisagem natural alterada para atender aos anseios da modernidade. Essa transformação foi intensa com Eduardo Gonçalves Ribeiro que implementou projetos urbanísticos ambiciosos, recorrendo ao padrões urbanísticos europeus daquela época. Adotou o estilo tabuleiro de xadrez⁴, aterrou igarapés que até então representavam barreiras à expansão urbana de Manaus e os transformou em ruas, avenidas e até praças.

O objetivo do presente artigo é de discutir como as políticas de urbanização dos igarapés de Manaus vêm se processando no intervalo de mais de cem anos (1892 a 2008) como “herança” dos modelos econômicos e das administrações públicas que se sucedem, apontando as conseqüências das similaridades entre estas mudanças na relação homem-ambiente.

A cidade em diferentes tempos: as intervenções urbanas nos igarapés de Manaus

Com as intervenções urbanas implementadas pelo prefeito Haussman em Paris no século XIX, a capital francesa

seria denominada, devido ao seu modelo urbanístico invejável com bulevares, ruas e avenidas largas e arborizadas, além de praças com chafarizes, como a “capital” mundial do urbanismo moderno⁵. Essa concepção de se planejar as cidades se difundiu pelo mundo, criando-se estereótipos, sobretudo, da capital francesa. Inúmeros lugares tiveram que rapidamente “negar” a si, as suas características que lhes tornavam lugares singulares, para se inserirem nos moldes daquele urbanismo remodelador de costumes, modos de vida e patrimônios naturais⁶.

Manaus tem sido um destes lugares. Entrecortada por extensa rede de drenagem composta por “cursos d’água amazônicos de primeira ou segunda ordem, componentes primários de tributação de rios pequenos, médios e grandes”, encravados em terrenos datados do terciário com profundidade entre sete e doze metros⁷, Manaus teve que passar por intenso processo de transformação de seus igarapés para atender aos anseios da modernidade e do progresso. Aterrizar, canalizar e transformar igarapés em ruas,

⁴ MESQUITA, Ottoni Moreira de. *MANAUS: História e Arquitetura--1852- 1910*. 3.ed. Manaus: Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006. p.141- 203.

⁵ PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização. In: ANGOTTI-SALGUEIRO, H. (Org.). *Cidades Capitais do século XIX*. Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001. p.65-102.

⁶ LEPETIT, Bernard. Das Capitais às Praças Centrais- Mobilidade e Centralidade no Pensamento Econômico Francês. In: ANGOTTI-SALGUEIRO, H. (Org.). *Cidades Capitais do século XIX*. Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001. p.41-64.

⁷ AB’SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus. *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 15, São Paulo, out/1953. p.18-45.

avenidas e praças têm se constituído ao longo dos séculos XIX, XX e, adentrando, o XXI na bandeira do poder público aliada às preocupações estéticas.

Nesse sentido, a raiz das intervenções urbanas que atualmente se processam em torno das paisagens de Manaus é datada do século XIX. Trata-se do período em que esta cidade possuía incipiente quadro de serviços e equipamentos urbanos sobre terreno com topografia

irregular e entrecortado por igarapés, conforme a observou o naturalista Alfred Wallace em 1849⁸. Uma cidade que, portanto, carecia de melhoramentos urbanos, cuja política de saneamento urbano, pautada na idéia de embelezamento, começou a ser delineada por volta de 1852, em decorrência da elaboração da planta croquis da capital amazonense (**Figura 01**) pelo Presidente da Província João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

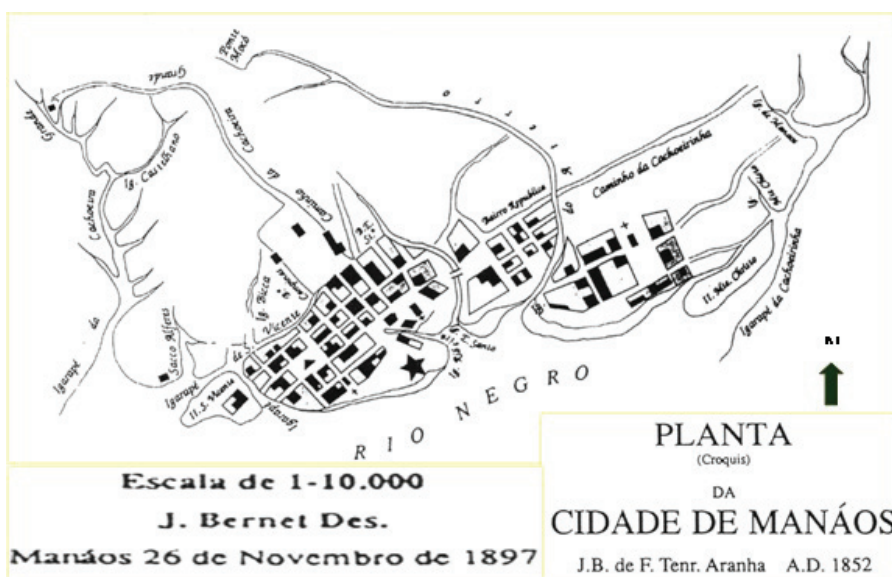


Figura 01: Planta croquis de Manaus (1852), administração de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

Fonte: Artemisia Valle (1999).

Na planta croquis, os igarapés apresentam-se como nítidos obstáculos à expansão da malha urbana da cidade. As ruas e suas respectivas edificações acompanhavam a subida e descida das ondulações do terreno. Acrescidas a estas, delineavam-se as sinuosidades dos igarapés.

Assim, os bairros como Remédios, República, Espírito Santo, Campinas e Ilha de São Vicente eram separados pelos igarapés de São Vicente, da Ribeira, do Espírito Santo e do Aterro⁹ que, posteriormente, desapareceriam da paisagem de Manaus.

⁸ MESQUITA, op. cit.

⁹ MESQUITA, op. cit.

Os igarapés indicavam os caminhos da floresta adentro (porção norte) para a expansão urbana de Manaus, enquanto impossibilitavam tal crescimento para as porções leste e oeste¹⁰. O novo conteúdo da cidade no século XIX era a circulação o que seria atingida¹¹, por conseguinte, permitindo a expansão da cidade a partir da implementação das pontes, os vetores de expansão urbana¹² em detrimento dos igarapés.

Além dessas mudanças, no plano jurídico mediante à criação dos códigos de posturas municipais, foram legitimadas várias restrições ao usufruto das águas destes cursos d'água. Por volta de 1868, na administração de Jacintho Pereira Rêgo, criava-se o código de posturas da cidade, proibindo-se a retirada da água de igarapés pela população para atender as suas necessidades diárias¹³.

Mas as intervenções nos igarapés de Manaus só tornaram-se possíveis com o período áureo da borracha, em fins do século XIX, quando se procurou fazer de Manaus uma “Paris dos Trópicos”. De 1892 a 1900, no glamoroso período co-

nhecido como a *Belle Époque*, Manaus passou por profundas transformações em seu terreno. Com Eduardo Ribeiro na presidência da Província do Amazonas, tornou-se possível, mediante os montantes de capital gerados com o ciclo econômico da borracha, a efetivação de projetos urbanísticos¹⁴. Assim, entre outros objetivos, visava-se ultrapassar os acidentes geográficos, entre os quais estavam os igarapés, vistos desde as primeiras administrações provinciais como empecilhos ao crescimento urbano de Manaus.

Eduardo Ribeiro lançou-se na empreitada de estabelecer uma Manaus conforme os padrões europeus de civilização. Implementando ainda o modelo tabuleiro de xadrez¹⁵ (**Figura 02**), aterrou, canalizou e transformou alguns igarapés da área central em ruas, avenidas e praças. Artemisia Valle¹⁶ destaca os igarapés que, localizados no centro histórico de Manaus, sofreram profundas transformações até seu total desaparecimento: Igarapé da Bica do Monte Cristo que, conhecido como igarapé Monte Cristo, localizava-se entre as ruas Izabel e Pedro Botelho, do qual restou apenas um pequeno trecho; Igarapé do Aterro ou Remédios, aterrado e transformado nas Avenidas Getúlio Vargas e Floriano Peixoto; Igarapé do Espírito Santo, aterrado para a criação da avenida hoje intitulada Eduardo Ribeiro; Igarapé das Ribeiras das Nauss, totalmente aterrado onde hoje se localiza a praça 15 de Novembro e a rua Tamandaré.

¹⁰ VALLE, Artemisia. *Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental*. 1999. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

¹¹ VALLE, op. cit.

¹² OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, Governo do Estado do Amazonas, EDUA, 2003. 176 p.

¹³ VALLE, Artemisia Souza do; OLIVEIRA, José Aldemir de. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos Igarapés. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. *et al.* (Org.). *Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: EDUA, 2003.p. 151-184.

¹⁴ MESQUITA, op. cit.

¹⁵ MESQUITA, op. cit.

¹⁶ VALLE, op. cit.



Figura 02: Carta Cadastral de Manaus (governo de Eduardo Ribeiro) com ênfase para o modelo tabuleiro de xadrez da estrutura urbana da cidade.

Fonte: Artemisia Valle (1999).

Sobre os igarapés não aterrados, por terem vazões fluviais elevadas como o de Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Cachoeira Grande, foram construídas, respectivamente, as pontes de ferro Romana I e II, Benjamin Constant (ambas interligando atual Avenida Sete de Setembro no centro histórico) e de Flores (interligando atual Avenida Constantino

Nery) que, além de possibilitarem a expansão da cidade para as porções leste e oeste, também se incluíam na política de embelezamento¹⁷.

Construir uma cidade bela consistiu para Eduardo Ribeiro atrair investidores estrangeiros e mão-de-obra para a economia do látex. Nesse sentido, fez-

¹⁷ MESQUITA, op. cit.

-se necessária a remoção de pessoas das margens de igarapés para os lugares mais distantes da área central para satisfazer aos interesses da elite do látex. Criava-se assim uma “cidade do fausto” que compreendia uma “maquiagem” visando esconder a sociedade excludente dos menos favorecidos financeiramente, oriundos do ciclo da borracha¹⁸.

Além da questão estética e implícita nesta, houve certa preocupação com a saúde da população local, tendo-se iniciado, no governo de Fileto Pires Ferreira (1896-1900), o aterro de igarapés de onde irradiava o mosquito da febre palustre. Essas obras trouxeram, conseqüentemente, danos ambientais na medida em que grande quantidade de solo era escavada da área do centro histórico da cidade para o aterro dos canais. As águas pluviais não escoavam e tampouco desaguavam no rio, formando-se os pântanos. Começaram a surgir críticas às políticas de intervenções, pois como acentuou o médico Hermenegildo de Campos tais medidas acarretavam desequilíbrios ambientais¹⁹.

Assim, a modernidade era traduzida na cidade pela substituição da madeira pelo ferro, do igarapé pela avenida e, entre outras, da palha pela telha²⁰. Nem mesmo as residências às margens do igarapé Manaus foram intactas a estas mudanças. As transformações foram dessa forma tão intensas nos aspectos sociais,

econômicos, ambientais e culturais que “Manaus, a partir dos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do XX, não era mais a cidade observada por Bates, em 1850; Avé-Lallemant, em 1859; e Agassiz em 1865. Antes do apogeu da borracha, na área central de Manaus, conviviam ricos e pobres, brancos, índios, mamelucos e mestiços”²¹.

Na primeira década do século XX, quando a Ásia assume a primeira posição no cenário mundial da exportação do látex, a economia gomífera em Manaus passa a entrar em colapso. A escassez de recursos financeiros nos cofres públicos tornou inviável a efetivação de dispendiosos projetos de intervenções urbanas, como aqueles do período da administração de Eduardo Ribeiro em fins do século XIX.

Desses projetos não implementados, merece destaque a planta de embelezamento do igarapé de Manaus (**Figura 03**) que, elaborada pelos ingleses para 1906, consistia na “conservação do igarapé canalizando-o, arborizando e ajardinando um raio de 100 metros no fim dos quais seria construída uma via paralela ao igarapé e só a partir da parte posterior dessa via seria permitida a construção de casas”²².

José Aldemir de Oliveira²³ argumenta que não são os aspectos naturais da cidade que a ela dão forma, mas é a partir das relações sociais que a mesma tem uma existência real. Com isso, o au-

¹⁸ DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890- 1920*. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.

¹⁹ VALLE & OLIVEIRA, op. cit.

²⁰ DIAS, op. cit.

²¹ DIAS, op. cit., p.27.

²² OLIVEIRA, op. cit., p.33.

²³ OLIVEIRA, op.cit.

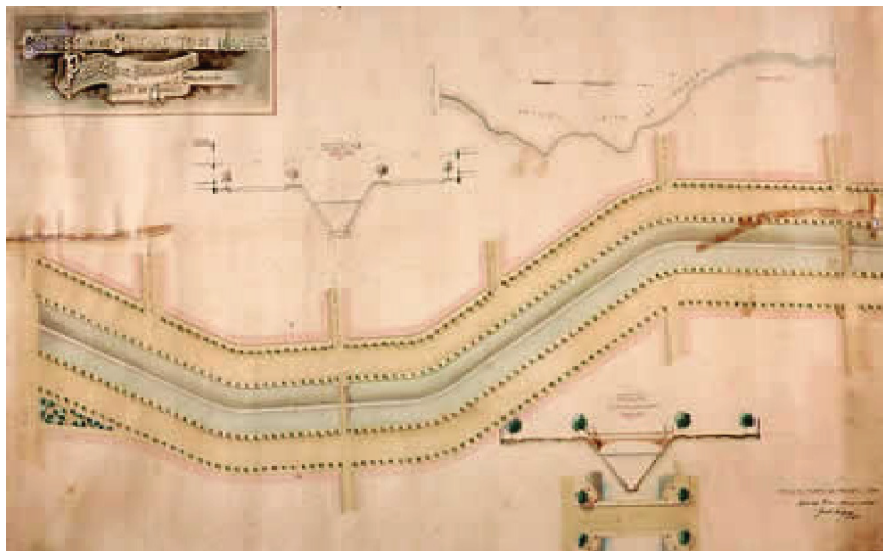


Figura 03: Planta de embelezamento do Igarapé de Manaus (1906).

Fonte: Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em:

<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/materiais_especiais> Acesso em: Jan. 2008.

tor destaca que são os segmentos mais pobres que residem nas margens dos igarapés, enquanto que os mais abastados habitam as áreas de terra firme. Essa abordagem define o espaço urbano de Manaus como fruto das relações sociais de produção engendradas no seio do modo de produção capitalista.

Contudo, é importante frisar que não foi somente a falta de opção por moradia que levou as pessoas a ocuparem as margens dos canais fluviais urbanos. Agregada às questões financeiras, em alguns casos, há uma relação simbólica trazida pelas pessoas vindas de outros lugares. Por outro lado, existem aqueles que já moravam em vias públicas próximas dos igarapés e depois foram morar próximo a estes lugares. Em outras palavras, parte das pessoas reside próximo

aos igarapés devido à identidade que elas desenvolveram com outros lugares e com o entorno, sendo mediada tanto pela relação intencional (proximidade com o trabalho e escola, por exemplo) quanto intersubjetiva (moram próximo aos parentes, amigos, enfim, conhecidos).

A criação da Zona Franca de Manaus a partir do decreto-lei n.º 288, de 28 de Fevereiro de 1967²⁴ imprimiria rumos outros à cidade de Manaus. Mas, antes havia a necessidade, sob o ponto de vista do poder público, de oferecer uma boa aparência à cidade de Manaus. Por volta de 1965, foi a orla de Manaus que passou a incomodar as classes abastadas devido à aparência indesejável emprestada pela “Cidade Flutuante”, um povoamento sobre as águas do rio Negro defronte à Ma-

²⁴ OLIVEIRA, op.cit.

naus (**Figura 04 e 05**). Passou-se a reforçar o discurso de remoção das famílias residentes nos flutuantes.

Porém, parte da população era composta por funcionários públicos que tinha os seus lugares de trabalho próxi-

mos às moradias, ou melhor, 22, 2% dessas pessoas “alegaram facilidade de vida [tudo é perto e não se paga nada]” como o principal motivo de terem ido morar nos flutuantes. João Ribeiro Guimarães, um dos atuantes diretos no processo de



Figura 04: Vista aérea da “Cidade Flutuante” (1960). Fonte: Michiles (2005, p.279).

extinção dos flutuantes, destacou que “a cidade flutuante surgiu por falta de habitação em Manaus [...]”, reconhecendo, todavia, que “a causa mais importante eram as facilidades, perto do centro, perto do mercado [...]”²⁵.

Assim, as pessoas utilizavam o “próximo” e o “distante” para designarem a distância com o entorno e não as distâncias metrificadas, já que estas

“não são [...] experimentadas como quantidade, mas simplesmente como

²⁵ SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.74

²⁶ UAN (1978; 1983). In: HOLZER, Werther. *O lugar na Geografia Humanista. Território*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 67-78, jul./ dez. 1999.p.73.



Figura 05: O cotidiano na “Cidade Flutuante”(1960). Fonte: Michiles (2005, p.278).

a qualidade de se estar perto ou longe de algo”²⁶. O estar “perto” ou “longe” demonstra como os lugares eram vividos e percebidos pelos moradores da “Cidade Flutuante”. Esse povoamento, teve sua origem relacionada à proximidade com os lugares de trabalho informais ou não²⁷, o que permitiu às pessoas um enraizamento com os flutuantes, embora estes emprestassem a Manaus uma aparência “feia e mal-cheirosa”.

Antes da administração de Arthur César Ferreira Reis, o governador Gilberto Mestrinho, ao propor “melhorias” para a população dos flutuantes, não se absteve em comparar o “problema” daquelas moradias ao das

favelas cariocas: “Não há pois, como fugir a gravidade da questão, tornando-se claro a necessidade de construção das referidas habitações, objeto pedido, como primeira providência para resolver tal problema, similar ao das favelas cariocas”²⁸.

Além dos anseios governamentais em extinguir os flutuantes, estavam as ações da Capitania dos Portos para proibir tanto os reparos nos flutuantes quanto a construção de outros, afetando o mercado imobiliário destas habitações. Sucessor de Gilberto Mestrinho, Arthur Reis reforçou a idéia de remoção dos flutuantes, camuflando parte do discurso de seu antecessor (Gilberto Mestrinho) no

²⁷ SALAZAR, op.cit.

²⁸ MESTRINHO (1961) In: SALAZAR, op. cit, p. 78 (grifos do autor).

Plano Biental empreendido para o período 1965-1966 ²⁹.

A questão estética foi o que realmente motivou a proposta de remoção dos flutuantes: “a única preocupação era de dar melhor aparência à entrada da cidade, que [...] fazia parte do [...] centro turístico de compras de artigos estrangeiros, a Zona Franca de Manaus.” Nesse sentido, “não era mais a segurança da população que estava em jogo, mas a segurança dos transatlânticos que logo aportariam, trazendo centenas de turistas que não poderiam presenciar [...] a existência de uma população miserável” ³⁰. Mas, muitos turistas já vinham bem antes da pretensão de retirada dos flutuantes, por curiosidade, conhecer este tipo de povoamento sobre as águas.

Todavia, para além de uma mera “mancha social” e atraso cultural como foi concebida tanto pelo poder público quanto pela mídia, a Cidade Flutuante foi o *lócus* das relações intersubjetivas e intencionais do homem amazônico³¹. Equivaleu ao lugar da vida cotidiana e do reconhecimento das pessoas que fincou nela suas bases de reprodução da vida tendo como reconhecimento o espaço e o tempo socialmente vividos e (re)construídos. Os moradores dos flutuantes tinham, portanto, um lugar de existência cotidiana. Percebiam e viviam intensa-

mente os lugares que não foram apenas reflexo de uma sociedade desigual, mas também foram construídos pela identidade das pessoas com o entorno da área central.

De “Paris dos Trópicos” a “Nova Veneza”: Projeto “Nova Veneza” e PROSAMIM, e a “requalificação ambiental” dos igarapés de Manaus

A expressão “Nova Veneza” do projeto de intervenção nos igarapés de Manaus, elaborado pela Prefeitura de Manaus em 1997, alude possivelmente à semelhança entre Veneza e Manaus, por serem cidades que têm em comum extensa rede de drenagem, e repleta de edificações, entrecortando os seus espaços intra-urbanos. Mesmo a “Cidade Flutuante”, anteriormente discutida, com sua “má fama [feia e mal-cheirosa], havia quem a comparasse com Veneza. Das muitas cidades existentes, Manaus possuía a sua [Cidade Flutuante], feita sobre as águas, caracterizando uma espécie de Veneza dos Trópicos” ³².

O Projeto “Nova Veneza” que não chegou a ser concretizado, seria efetivado em duas fases. Na primeira o objetivo era melhorar a infra-estrutura viária, com obras de terraplanagem, pavimentação

²⁹ SALAZAR, op. cit.

³⁰ SALAZAR, op. cit, p. 88.

³¹ MICHILES, Aurélio. O quintal da minha casa. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24093.pdf>> Acesso em 11 de Dez. 2007.

³² AGUIAR (2002) In: ALMEIDA, Larissa Christine Melo de. *Habitabilidade na cidade sobre as águas: desafios da implantação de infra-estrutura de saneamento nas palafitas do igarapé do Quarenta- bairro Japiim- Manaus/ Am. 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p.77.*

ção e macrodrenagem. A segunda fase visava à construção de 1.120 unidades habitacionais, distribuídas em pelo menos setenta blocos de apartamentos, entre a Rua Ipixuna e Avenida 7 de Setembro no Centro de Manaus, para as quais deveriam ser remanejadas as famílias que moravam próximas aos igarapés. Os custos estimados eram de R\$ 35.633.576,37 para as duas fases³³.

A esperança dos moradores inseridos no Projeto “Nova Veneza” traduzia-se na busca por melhorias como, por exemplo, abastecimento de água e esgoto sanitário. Se o projeto tivesse sido cumprido, muitas famílias teriam sido removidas involuntariamente, devido à relação existencial desenvolvida com o centro histórico de Manaus. Por outro lado, havia moradores que, por terem desenvolvido uma identidade com o lugar, reivindicavam por melhorias desde que fossem realizadas onde residiam, sem que fossem removidos.

Quanto à remoção dos moradores, o “Nova Veneza” apresentava duas propostas: (1) indenização e (2) reassentamento das famílias em áreas próximas às antigas moradias³⁴. A última proposta é semelhante ao que o atual projeto em execução (PROSAMIM – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus) vem efetivando à medida que as unidades habitacionais estão sendo construídas no centro histórico, entre as Ruas Ramos Ferreira e Ipixuna, ao passo que as obras

já foram concluídas entre a Rua Tarumã, Avenida Leonardo Malcher e Ramos Ferreira, também localizadas na área central.

Contudo, em virtude da não existência de espaço suficiente naquelas localidades, para lá tornou-se inviável o remanejamento de todas as pessoas. A “solução” consistiu na indenização, levando as pessoas a procurarem novas moradias em outros bairros. Esse fato provocou nos moradores certa decepção como é possível perceber no relato de uma removida que disse o seguinte, sobre o “Nova Veneza”: “a primeira proposta dele [Projeto “Nova Veneza”] era que eles iam tirar o pessoal de lá e iam fazer os apartamentos lá mesmo. Já ficar uma maravilha, aí foi modificando [o referido Projeto] [...] Vimos parar aqui [unidade habitacional em área relativamente distante da antiga moradia]”³⁵.

Outra moradora também deixa claro que o “Nova Veneza” foi remodelado, tornando-se PROSAMIM. Além de Z.L., a senhora M.E. relatou que as moradias deveriam ser construídas pelo primeiro projeto “lá mesmo, onde nós morávamos. Mas, mudou tudo. Era pra ser assim: fazer o canal do igarapé, mas [com] os apartamentos tudo lá, nos lugar onde eram as casas da gente”³⁶.

A senhora L.S. também compara como seria o Projeto “Nova Veneza”, fornecendo detalhes de que existe uma

³³ VALLE, op. cit.

³⁴ VALLE, op. cit.

³⁵ Z.L.. *Os removidos dos igarapés em Manaus*. Manaus, Jan.2008. Entrevista concedida a Waldemir Rodrigues Costa Júnior.

³⁶ M.E.. *Os removidos dos igarapés em Manaus*. Manaus, Jan.2008. Entrevista concedida a Waldemir Rodrigues Costa Júnior.

semelhança entre esse Projeto e o PRO-SAMIM, embora não soubesse de qual governo era a autoria da primeira proposta. O governador Eduardo Braga “foi além porque foi dois governos né? oito anos. Aí deu tempo de ele repensar porque o projeto era “Nova Veneza”. [...] Foi diferente, ele mudou alguma coisa [que foi de] fazer moradia [...]”.³⁷

O que se pode verificar é que o PRO-SAMIM constitui-se numa inovação da política de embelezamento precedente

em Manaus. Portanto, o Projeto “Nova Veneza” teria ganhado recentemente uma nova “roupagem” com o nome PROSAMIM, já que as duas propostas têm em comum: canalização dos igarapés, construção de galerias (estruturas subterrâneas em concreto armado para esgoto sanitário) e unidades habitacionais (**Figuras 06 e 07**). Trata-se, em última instância, de características que são semelhantes às intervenções urbanas efetivadas por Eduardo Ribeiro (século



Figura 06: Trecho do igarapé de Manaus (Centro) canalizado e com margens aterradas/compactadas entre a Avenida 7 de Setembro e igarapé Bittencourt. Fonte: Waldemir Costa Júnior, 2007.

XIX) nos igarapés que, como destacado anteriormente, desapareceram da paisagem de Manaus.

Contudo, a diferença entre o “Nova Veneza” diz respeito às escalas de área de

abrangência, serviços implementados, recursos financeiros envolvidos e quantitativo de famílias removidas das proximidades de igarapés denominados como Manaus, Mestre Chico, Bittencourt,



Figura 07: Trecho do igarapé Manaus (Centro) canalizado e aterrado entre as Av. Tarumã e Leonardo Malcher, no qual foram construídas as unidades habitacionais. Fonte: Waldemir Costa Júnior, 2007.

Quarenta, Cachoeirinha, Franceses e Passarinho.

O PROSAMIM tem buscado, entre outros objetivos, melhorar a vida das pessoas tanto inseridas nos canais dos igarapés quanto residentes nas proximidades destes. Estimava-se que o Programa, na sua primeira fase (2005-2008), contemplaria diretamente cerca de vinte e uma mil famílias totalizando cento e cinco mil pessoas. Os gastos financeiros totais foram previstos em duzentos milhões de dólares, sendo sessenta milhões deste montante oriundos dos cofres do Governo do Estado do Amazonas e o res-

tante (cento e quarenta milhões de dólares) proveniente do BID – Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

Todavia, tal Programa tem considerado as histórias de vida das pessoas com os seus lugares no processo de “requalificação ambiental” dos igarapés. Grande parte das famílias residentes às margens desses cursos d’água no bairro do centro histórico estava sendo reassentada em áreas demasiadamente distantes como, por exemplo, nos Conjuntos Nova Cidade e João Paulo II, ambos localizados na zona norte de Manaus, dada a falta de espaços suficientes na área central para o reassentamento das famílias. Removê-las para distante de suas antigas moradias, tem sido outra característica

³⁷ L.S. *Os moradores a serem removidos dos igarapés em Manaus*. Manaus, Dez.2007. Entrevista concedida a Waldemir Rodrigues Costa Júnior.

em comum entre as políticas de urbanização do então governador Eduardo Braga e do ex-governante, Eduardo Ribeiro.

Uma moradora deixa claro que possivelmente o PROSAMIM esteja dando continuidade a satisfação desses interesses burgueses: “[...] a gente ouviu até umas histórias meio cabeludas e absurdas que o dono dessa faculdade [Uninorte] quer nos retirar daqui. Se o PROSAMIM não nos retirar, ele [o proprietário] vai nos retirar porque ele não quer nenhum baraco na frente da Faculdade dele [...]”³⁸.

Os removidos dos igarapés, em grande maioria, estão optando pelo bônus moradia no valor de vinte e um mil reais, uma das formas de “indenização” oferecidas pelo PROSAMIM aos moradores listados para serem removidos. Contudo, o dinheiro é insuficiente para

que estas pessoas consigam comprar uma casa lá mesmo na área central, pois as casas em venda no mercado imobiliário ultrapassam em mais de dez vezes o valor do bônus. Os únicos lugares nos quais as casas têm valores compatíveis com o do bônus são os bairros mais distantes do centro histórico, localizados na periferia de Manaus como a zona leste.

Além disso, o PROSAMIM tem construído os Parques Habitacionais (lugares de reassentamento dos moradores) com casas no estilo duplex, terminando por inserir as famílias numa área com arquitetura padronizada e sem quintais. As residências em muito se assemelham às casas que foram construídas na cidade de Belém do Pará pelo Projeto Vila Nova da Barca (**Figuras 08 e 09**) que também tem removido inúmeras famílias das mar-



Figura 08: Vila Nova da Barca-Belém/ PA. Fonte: Waldemir Costa Júnior, 2008.

gens de igarapés desconsiderando o lugar enquanto história de vida das pessoas.

Em se tratando das questões ambientais, em outro estudo sobre as intervenções do PROSAMIM no igarapé da

³⁸ A.A.O.. *Os removidos dos igarapés em Manaus*. Manaus, Dez.2007. Entrevista concedida a Wal-

demir Rodrigues Costa Júnior.



Figura 09: Visão geral das unidades habitacionais do PROSAMIM no bairro do Centro.
Fonte: Waldemir Costa Júnior, 2007.

Cachoeirinha em Manaus, apontaram-se alterações no eixo do canal como o desvio do curso d'água, canalização, retilinização e retirada da rugosidade do canal³⁹. Tem-se removido, primeiramente, as famílias das margens, para em seguida se retirar toda a matéria orgânica do canal⁴⁰. Procede-se depois às obras de terraplanagem que consiste no processo de distribuição e compactação de solos argilo-arenosos (textura média ou supe-

rior) na área escavada. Trata-se de solos criados sobre os quais têm sido construídos os eixos viários.

O processo de aterro e compactação das margens do igarapé compuseram um conjunto de transformações do canal original que era desviado para se adequar às vias públicas previstas pelo Programa. Antes das intervenções do PROSAMIM o eixo do igarapé era sinuoso, o qual já se encontra deslocado, uma vez que após ter sido retilinizado, foi canalizado para conter a vazão das águas, cuja velocidade é aumentada, carreando sedimentos e depositando-os no seu curso d'água superior, o igarapé do Quarenta ⁴¹.

³⁹ COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues; CASSIANO, Karla Regina Mendes; MATOS, Luciana Lima de. Sustentável? As intervenções do PROSAMIM no igarapé da Cachoeirinha. In: *Anais do II Seminário de Ciências do Ambiente na Amazônia e III Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte*. Manaus, 2008.

⁴⁰ Superfície irregular da base da base do canal a partir da qual tem-se um controle sobre a velocidade das águas do canal.

⁴¹ COSTA JÚNIOR, CASSIANO & MATOS, op. cit.

Por outro lado, suas margens sendo deslocadas e compactadas, tem ocasionado uma redução do índice de porosidade do solo, já que a densidade é elevada com a compactação do terreno. Com o índice de porosidade reduzido, logo o solo tem se tornado saturado dada a interferência no processo de infiltração da água pela superfície ⁴².

Aterrados, canalizados e transformados em ruas, avenidas e praças. Este tem sido, em síntese, o resultado impresso às estradas fluviais da capital amazonense por um projeto modernizador que continua tomando como estandartes os ideais de beleza, progresso e civilização. Essas políticas vieram desde o período provincial, chegando a atual administração estadual, em novas roupagens, quando tem sido implementado o PROSAMIM. A remoção de pessoas das proximidades dos igarapés de Manaus pelo Programa tem quebrado a relação cotidiana e simbólica entre as pessoas e o entorno destes cursos d'água.

Os igarapés sempre marcaram a paisagem de Manaus, somando-se a sua topografia irregular. As histórias de vida no entorno desses lugares se fizeram também em virtude do simbolismo trazido pelas pessoas de outros rios, lagos ou igarapés de outras cidades ribeirinhas ou à beira rio do interior do Amazonas, pois há uma simbiose das pessoas com os cursos d'água na Amazônia⁴³.

⁴² COSTA JÚNIOR, CASSIANO & MATOS, op. cit.

⁴³ SANTIAGO, Socorro. *Uma poética das águas*. Manaus: Puxirum, 1986.

As experiências com os lugares poderiam subsidiar o planejamento urbano em busca da qualidade ambiental do entorno dos igarapés. Se o “problema” maior tem correspondido à poluição ou contaminação das águas destes canais devido o lançamento da rede de esgoto e de lixo, logo não é a remoção dessas pessoas que se entende como caminho para a requalificação ambiental. É preciso que se reconheça a “raiz” do “problema”, ou seja, a falta de conscientização ambiental, que é da sociedade como um todo, visto que a culpa da degradação ambiental não pode recair apenas sobre os pobres, quando se verifica áreas residenciais de médio a elevado poder aquisitivo em Manaus lançando sua rede de esgoto nos igarapés.

Essas famílias têm sido removidas como se elas fossem responsabilizadas pela degradação ambiental dos igarapés, quando na realidade parte delas encontra-se às margens da sociedade. Nesse sentido, sugere-se que a efetivação de políticas públicas em igarapés da cidade deve se dá considerando o entorno dos igarapés como lugar vivido, gerado pelas relações intersubjetivas e pelas aspirações das pessoas, além ainda do simbolismo que as mesmas trazem de outros lugares aquosos.

As obras de aterro dos igarapés, portanto, têm sido freqüentes ao longo da história de Manaus, sendo sucedidas de governo a governo. Nesse sentido, tem sido intensa ao longo de mais de cem anos em torno dos igarapés, copiando-se, para tanto, modelos de urbanização avessos

à realidade local em termos ambientais e culturais. Portanto, requalificar os igarapés e as áreas adjacentes a estes, não significa embelezá-los, visando-se passar uma aparência estética agradável da paisagem, como tem se verificado no equivocado lema “requalificação ambiental” do PROSAMIM. É preciso se pautar no conteúdo dos lugares, as bases de existência cotidiana, cujo verdadeiro conteúdo reflete a identidade das pessoas como um dos componentes fundamentais do tão mencionado bem estar social.

Referências bibliográficas:

AB’SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus. *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 15, São Paulo, out/1953. p.18-45.

ALMEIDA, Larissa Christinne Melo de. *Habitabilidade na cidade sobre as águas: desafios da implantação de infra-estrutura de saneamento nas palafitas do igarapé do Quarenta - bairro Japiim- Manaus/ Am.* 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues. *Reconstruindo uma identidade com o lugar: os removidos dos igarapés em Manaus.* Manaus: UFAM/ CNPq, 2008. Relatório de pesquisa de iniciação científica. 89p.

COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues; CASSIANO, Karla Regina Mendes; MA-

TOS, Luciana Lima de. Sustentável? as intervenções do PROSAMIM no igarapé da Cachoeirinha. In: *Anais do II Seminário de Ciências do Ambiente na Amazônia e III Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte.* Manaus, 2008.

_____; LIMA, Susane Patrícia Melo de; ALVES, Juliana Araújo. Requalificação Urbanística: as intervenções nos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico. In: *Anais do II Seminário de Ciências do Ambiente na Amazônia e III Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte.* Manaus, 2008.

DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890- 1920.* 2.ed. Manaus: Valer, 2007. 170 p.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. *Território*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 67-78, jul./ dez. 1999.

LEPETIT, Bernard. Das Capitais às Praças Centrais- Mobilidade e Centralidade no Pensamento Econômico Francês. In: AN-GOTTI- SALGUEIRO, H. (Org.). *Cidades Capitais do século XIX.* Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001. p.41-64.

MESQUITA, Ottoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910.* 3. ed. Manaus: Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006. p.141- 203.

MICHILES, Aurélio. O quintal da minha casa. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v.

19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24093.pdf> Acesso em 11 de Dez. 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, Governo do Estado do Amazonas, EdUA, 2003. 176 p.

PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização. In: ANGOTTI- SALGUEIRO, H. (Org.). *Cidades Capitais do século XIX*. Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001. p.65-102.

SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus*.

1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTIAGO, Socorro. *Uma poética das águas*. Manaus: Puxirum, 1986. 142p.

VALLE, Artemisia Souza do. *Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental*. 1999. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente)- Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

_____; OLIVEIRA, José Aldemir de. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos Igarapés. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. *et al.* (Org.). *Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: EDUA, 2003.p. 151-184.

Submetido em 28 de fevereiro, 2011.

Aprovado em 4 de março, 2011.



Globalização, sociedade civil e recursos hídricos no noroeste paulista

Waldemir Bueno Camargo¹

Resumo

A participação da sociedade civil na gestão dos recursos hídricos é o objeto de estudo do presente trabalho, uma vez que a legislação assegura tal participação. O ponto de partida é a análise da questão ambiental quanto ao conceito de meio ambiente, os problemas ambientais do mundo contemporâneo, o processo de urbanização no Brasil e seus reflexos na qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos.

Em seguida, realiza-se uma avaliação da legislação brasileira, que aponta o comitê de bacia hidrográfica como unidade de gestão dos recursos hídricos e estabelece um sistema tripartite de composição para o mesmo. Destaca-se o histórico de caráter tecnocrático na tomada de decisões dentro dos respectivos órgãos, o que tende a dificultar o efetivo exercício da cidadania. O trabalho também aponta os problemas relativos à valoração da água, dentro dos parâmetros neoclássicos adotados na gestão de recursos hídricos, que não parecem ser suficientemente adequados, pois deixam de considerar importantes questões simbólicas do tema.

E, por fim, faz-se uma apresentação das características da micro-bacia hidrográfica do Rio Preto, o estudo do processo de ocupação sócio-econômica da região, onde está inserida a bacia, e o levantamento de dados sobre a gestão das águas. Destacam-se, ainda, os projetos desenvolvidos na área da micro-bacia, que visam à melhoria da qualidade ambiental em torno dos mananciais e da oferta de água de qualidade para a população local.

Palavras-chave: Cidadania. Gestão de recursos hídricos. Questão ambiental.

Abstract

The participation of civil society in water resources management is the aim of the current study, once the legislation ensures such participation. The starting point is the analysis of the environmental issue concerning the environment concept, the environmental problems of the contemporary world, the urbanization process in Brazil, and their effects on water resources quality and availability.

After that, there is an evaluation of the Brazilian Legislation that points out the river basin committee as the water resources management unit and establishes a tripartite composition system to it. Stands out a technocratic-oriented history in decision-making within

¹ Mestrando em Geografia Física. Universidade de São Paulo. gigiocamargo@click21.com.br

those institutions, what tends to harm the citizenship effectiveness. This paper also highlights some problems related to water valuation within neoclassic parameters adopted in water resources management, which don't seem to be appropriate enough, as they don't take into consideration important symbolic issues surrounding the theme.

Finally, Rio Preto's river basin characteristics are presented, the study of the socio-economic occupation process in the region where the watershed is located, and data collection on water management. Stands out, as well, the projects developed in the micro watershed area, which aim at improving the environment quality around the sources and the high-quality water offer to local population.

Keywords: Citizenship. Water resources management. Environmental issue.

A escalada dos problemas ambientais do mundo moderno, em boa parte causada pela industrialização e massificação do consumo, acaba se refletindo nas águas, pois as mesmas são depositárias dos resíduos finais de praticamente todas as atividades humanas, o que coloca a sua disponibilidade e a sua oferta em quantidade e qualidade adequada sob ameaça. Embora haja consenso a respeito da existência desse problema ambiental que afeta a todos, são muitas as dificuldades para implantação de uma nova mentalidade quanto ao consumo, ocupação de espaços rurais e urbanos e também quanto aos critérios adotados para a valoração dos recursos hídricos.

No que diz respeito ao consumo, o problema consiste em eliminar a cultura do desperdício, baseada na crença da inesgotabilidade dos recursos hídricos; quanto à ocupação do solo, o aspecto mais preocupante é seu caráter eminentemente econômico, com visão especulativa e predatória; e quanto à valoração, nos defrontamos com um modelo que se baseia nos princípios neoclássicos da economia ambiental, que

não contemplam importantes questões simbólicas relacionadas aos mesmos.

A abordagem do tema tendo como objeto de análise a micro-bacia do rio Preto é uma escolha metodológica que busca, com base em uma análise sistêmica, estudar uma problemática global que, guardadas as peculiaridades da rugosidade do espaço², pode ser observada a partir de uma escala local. Nosso objetivo, portanto, antes de tudo, é entender a relação dialética entre espaço e sociedade, traçando uma crítica ao modelo urbano-industrial de sociedade e ao arquétipo liberal de democracia.

O ambiente brasileiro e os recursos hídricos

“Há lá muitas palmeiras. A terra em si é de muitos bons ares frescos e temperados como os do Douro e Minho (...) e as águas são muitas, infinitas”³.

² Termo empregado por Milton Santos para explicar a dialética entre tempo, espaço e cultura na construção do meio geográfico em: Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

³ Citado por ARROYO (1971, p.177.)

O processo de apropriação humana do espaço, com vistas a atender às necessidades do Homem, produz uma segunda natureza, que projeta nossas formas de organização social e cultural. As formas espaciais produzidas pela sociedade são projeções de homens reais, que nela imprimem suas marcas histórico-culturais, seus sonhos e ambições, enfim, seus projetos e suas necessidades.

Dessa forma, podemos dizer que meio ambiente é um espaço determinado no tempo, procurando-se delimitar as fronteiras e os momentos específicos que permitem um conhecimento mais aprofundado de uma sociedade, mas também é algo percebido de forma pessoal e subjetiva, uma vez que cada indivíduo o delimita de acordo com suas representações, especificidade de conhecimento e experiências cotidianas de vida.

Para uma melhor compreensão do fenômeno ambiental é necessário que se estabeleça uma perspectiva temporal extensa, por meio da observação dos modos como se processa a recorrência das sociedades humanas ao mundo natural em busca da supressão de suas necessidades.

Desse modo, observa-se que, após quinhentos anos de ocupação capitalista do território brasileiro, a disponibilidade dos recursos hídricos está diminuindo, tanto quantitativa como qualitativamente, provocando grandes problemas para a sociedade como um todo, mas, de forma muito mais crítica, para as camadas sociais menos favorecidas, que convivem diretamente com a escassez de água para seu abastecimento e com a falta de sane-

amento básico, responsável pela proliferação de doenças infeto-contagiosas.

Mesmo em áreas interioranas, como os chapadões de Cerrado e partes da Amazônia, onde as densidades populacionais são bem menores, o processo de ocupação econômica de caráter predatório se intensificou, de tal forma, que já ocorre sobrecarga sobre os recursos hídricos.

O desequilíbrio é um dos traços característicos da ordem sócio-econômica brasileira, havendo, de um lado, grande concentração de riquezas e recursos, e de outro, grande escassez. O processo de ocupação do território segue essa lógica, a distribuição da renda nacional e dos meios técnicos também⁴.

Rebouças frisa também que a questão do abastecimento e disponibilização de água de qualidade boa e de condições satisfatórias para a vida nas regiões urbanas não está relacionada com a escassez do recurso, mas com a má administração do mesmo, fruto de um processo histórico de apropriação que carece de uma visão mais sustentável, que considere as necessidades das atuais e futuras gerações⁵.

⁴ Em termos socioeconômicos, o Brasil apresenta megalópoles modernas e cidades de vários portes onde moram, atualmente, mais de 75% do contingente nacional; há grande riqueza numa ponta e condições de vida extremamente precárias na outra e há grandes extensões pouco povoadas onde a população tem hábitos primitivos caracterizados pela baixa produtividade. (REBOUÇAS, 2003, p. 196).

⁵ Em decorrência da natureza do relevo, onde planaltos e serras ocupam cerca de 58% do território, predominam os rios de planalto, que apresentam rupturas de declive, vales encaixados, entre outras características que lhe conferem um alto potencial

As práticas predatórias da sociedade brasileira em relação aos recursos hídricos, evidenciadas no processo de urbanização, na produção industrial e agrícola, e a ineficiência dos serviços de captação e tratamento de esgoto doméstico vêm colocando em risco a condição de recurso natural renovável das águas do Brasil.

Discordando de Rebouças, apenas quanto ao processo de urbanização no período colonial, Carvalho destaca que, por razões técnicas, econômicas e militares, os portugueses criaram os primeiros núcleos urbanos brasileiros no topo dos espigões, morros e colinas de forma a não ocupar as áreas situadas no interior dos vales fluviais⁶.

para a geração de energia hidrelétrica. As condições de navegabilidade desses rios, contudo, são prejudicadas devido aos seus perfis não regularizados. Dos grandes rios nacionais, apenas o Amazonas e o Paraguai são predominantemente de planície e largamente utilizados para navegação. (REBOUÇAS, 2003, p.196).

⁶ Em decorrência da natureza do relevo, onde planaltos e serras ocupam cerca de 58% do território, predominam os rios de planalto, que apresentam rupturas de declive, vales encaixados, entre outras características que lhe conferem um alto potencial para a geração de energia hidrelétrica. As condições de navegabilidade desses rios, contudo, são prejudicadas devido aos seus perfis não regularizados. Dos grandes rios nacionais, apenas o Amazonas e o Paraguai são predominantemente de planície e largamente utilizados para navegação. (REBOUÇAS, 2003, p.196).
Desmistifica-se assim o mito, ainda vulgarmente corrente, que o desrespeito às águas seria uma herança portuguesa, seguindo a linha do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda (1986), e verifica-se que o discernimento de Nestor Goulart Reis Filho (1968), sobre a questão, é mais plausível. De início, os portugueses geralmente preferiam os espigões, montes e colinas para se asentarem, devido a razões militares, simbólicas e aos poucos recursos em transformar a natureza". (CARVALHO, 2003, p.19).

Para Carvalho, a ocupação urbana desenfreada das áreas de várzeas, mangues e restingas, pelo processo de urbanização, ocorreu após a independência⁷, quando a expansão das atividades teria dado início a um processo mais denso e veloz de expansão dos núcleos urbanos⁸.

Ao analisar o processo de expansão urbana das duas maiores cidades brasileiras, Carvalho destaca a desconfiguração dos corpos hídricos que são aterrados, drenados ou canalizados para dar lugar à infra-estrutura urbana. Na construção dos espaços urbanos modernos, as cidades invadiram as águas⁹. Citando Toledo (1983), Carvalho demonstra que, em São Paulo, o mesmo processo aconteceu¹⁰.

⁷ De certo modo, as águas (suas várzeas, matas ciliares, encostas e nascentes) entre estes núcleos eram preservadas e tinham serventia pública múltipla, isto se pode dizer até logo após a independência do país. (CARVALHO, 2003, P.19).

⁸ A quebra dos laços coloniais permitiu um maior crescimento econômico das cidades principais (sobretudo, as portuárias, capitais de províncias) pela fixação de excedentes, pela abertura de mercados que favoreciam o comércio com outras nações e as tornavam atrativas para o investimento estrangeiro. (IBIDEM)

⁹ Some-se o aterro das águas, particularmente no caso do Rio de Janeiro, a prática do desmonte de morros, por diversas razões (continuidade de vias, remoção de bairros proletários, criação de espaços públicos dominicais e de bem comum do uso do povo) que propiciaram, por sua vez, não apenas os aterros dos mangues no continente, mas também na orla marítima, com a expansão das praias, que muitas vezes não se instalaram de pronto, mas em etapas: vide o caso da diminuição da Lagoa Rodrigo de Freitas e as praias ao longo do aterro do Flamengo. (CARVALHO, 2003, p.13).

¹⁰ A cidade tanto cresceu densificando-se, ocupando intensivamente seu sítio histórico, um promontório elevado entre o córrego Anhangabaú e o rio Tamanduateí, pressionando essas águas, como se estendendo, amalgamando as freguesias, ocupando primeiramente os espigões e, mais tarde, também densificando-se e ocupando intensivamente as vertentes em direção das águas, sufocando-as,

A implantação das relações capitalistas industriais mudou a forma de relacionamento da sociedade com o espaço, transformando-o em mercadoria submetida à lógica da acumulação de mercado. Os espaços urbanos se expandem sem levar em consideração as limitações dos espaços naturais, movidos apenas pela necessidade de reprodução do capital¹¹.

Podemos apontar também a ocupação desenfreada e predatória dos espaços urbanos como a principal causa da degradação dos recursos hídricos nas cidades e da ocorrência de catástrofes como as enchentes que assolam muitas áreas urbanas do país. Esse processo de ocupação urbana extensiva, juntamente com a intensificação do uso do solo, tem provocado o agravamento dos problemas de gestão de águas nas cidades em seus vários aspectos: abastecimento, esgotamento, drenagem, elemento urbano de lazer e paisagismo, etc.

No entanto, não são as águas que invadem as cidades; as cidades invadem as águas. Da relação harmoniosa, passou-se à relação conflituosa, com catástrofes cada vez mais frequentes. Hoje, convive-se com as catástrofes das enchentes e dos deslizamentos que causam não somente transtornos cotidianos, mas graves prejuízos materiais sobre bens

aterrando-as. O córrego do Anhangabaú hoje está sob várias camadas de solo urbanizado acumulando sucessivamente desconstruções radicais. (CARVALHO, 2003, p.14).

¹¹ Como observa Carvalho (2003, p.15): o modo de urbanização mudou com a industrialização capitalista, da qual a terra urbana, com suas externalidades intrínsecas, é condição para a acumulação em curto prazo, abandonando-se o convívio menos conflitante com as águas nas cidades.

privados e públicos, além das perdas de vidas humanas, cada vez mais comuns e banalizadas.

A intensificação dos impactos sobre os sistemas fluviais com a modernização das cidades sofreu um novo surto de urbanização pós-1964 através da implantação de sistemas viários ao longo e no fundo de vales, ou seja, ocupando as planícies de inundação, conjugada com a canalização/confinamento em concreto dos cursos d'água, o que prossegue até hoje, embora em um ritmo menor, mas com igual ou maior impacto, devido ao efeito acumulativo.

Carvalho destaca que, se na época colonial, o acesso a terra era ainda pródigo, a implantação de relações capitalistas fez desta uma mercadoria. A falta de transporte coletivo, ou a sua existência precária, faz intensificar o uso do solo em áreas alagadiças dos centros urbanos¹².

Ocupação sócio-econômica do noroeste paulista e os recursos hídricos

O noroeste do estado de São Paulo é uma região de ocupação relativamen-

¹² O Estado passa a ter mais dificuldades para adquirir terras para os edifícios públicos, áreas públicas, serviços urbanos, sistema viário, os quais são conquistados às custas das águas, ocupando áreas alagadiças, inadequadas à edificação urbana, mas importantes como tais para a minimização de impactos ambientais. Processos que aconteciam durante a colônia, intensificados durante o império, presentes até a década de 70 do século XX, mas ainda em moda, apesar de uma consciência ambiental maior e da própria legislação ambiental que protege estas áreas, de eficácia restrita porque submetida à lógica da acumulação capitalista que ora extrai renda diferencial, ora viabiliza menor custo da reprodução do trabalho. (CARVALHO, 2003, p. 17-18).

te recente, seus primeiros ocupantes foram os índios caiapós que a dominavam até o início do século XIX. Com a crise econômica provocada pela decadência da mineração em Minas Gerais, muitos mineiros foram atraídos para as novas plantações de café do Planalto Ocidental Paulista. A Guerra do Paraguai também parece ter contribuído para a ocupação do Noroeste Paulista, pois muitos mineiros preferiam arriscar a vida nos sertões paulistas a terem de se alistar para a guerra.

De acordo com Monbeig, a maioria dos migrantes preferiu os municípios localizados nas áreas onde o café já estava firmemente estabelecido, mas uma parte destes procurou ocupar terras mais distantes, onde poderiam viver como criadores de gado, tirando proveito das grandes extensões de terras desabitadas e da distância dos poderes constituídos¹³.

Por aqueles tempos, as águas exerciam importante papel na demarcação

das propriedades rurais, os cursos de rios eram utilizados como referências para a delimitação das mesmas. Ao narrar a história do mineiro José Teodoro de Sousa, um dos maiores proprietários de terras do oeste paulista, pioneiro na região de Botucatu, Monbeig afirma que o mesmo utilizava os cursos d'água como referência para demarcar as glebas que vendia para outros¹⁴.

Os pioneiros liderados por José Teodoro de Sousa dedicaram-se a pecuária, o cultivo de café não era realizado por estes, uma vez que necessitava de meios de transporte eficientes e a região não dispunha dos mesmos. A criação de mulas, bovinos e carneiros encontrava certas facilidades proporcionadas pelas extensões planas de terra e presença de campos para pastagens, mas era a criação de porcos a principal atividade econômica, tradição trazida de Minas.

De acordo com Monbeig, os pioneiros da região de Rio Preto seguiram o mesmo caminho¹⁵ e também observa que a penetração nas áreas de matas só teve início a partir do momento em que se evidenciava a possibilidade de estabele-

¹³ Fixara-se a maioria desses imigrantes nos municípios onde o café já estava solidamente implantado; outros, porém, tinham procurado regiões mais longínquas, onde poderiam mais facilmente continuar a viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente à distância dos poderes constituídos. Encontravam tudo isso, além das escarpas da cuesta. Vê-se um homem de Minas fundar São Simão, antes de 1850; seus conterrâneos formavam quase toda a população da vila que devia tornar-se a cidade de Ribeirão Preto. Vão mais longe ainda: em 1852, é um mineiro que constrói a primeira cabana em São José do Rio Preto, enquanto outros se instalam além do Ribeirão de São João, afluente do São José dos Dourados; ali desatrelavam os bois do seu carro, depois de o fazer virar e logo davam a esse lugar o nome de Viradouro, adiante da atual cidade de Tanabi. Foi igualmente obra de gente de Minas, a tentativa de penetração nos campos de Avanhandava. (MONBEIG, 1984, p. 133).

¹⁴ Esforçava-se José Teodoro de Sousa por vender seus vastos domínios; dividia-os em aguadas, isto é, terras compreendidas entre duas linhas de crista e correspondentes a uma pequena bacia hidrográfica. Era a posse da água o elemento indispensável de toda propriedade. (MONBEIG, 1984, p.134-135)

¹⁵ "Comportavam-se os pioneiros mineiros da região de Rio Preto como os companheiros de José Teodoro. Criadores de porcos, eles os levavam a Araraquara e São Carlos. Estabeleceram-se nas manchas de campos e nos solos medíocres em Rio Preto e Tanabi". (MONBEIG, 1984, p.136)

cerem-se cultivos de café, e isso, segundo o autor, só ocorreu com a aproximação da estrada de ferro. A região de Rio Preto, situada ao norte do vale do rio Tietê, também se beneficiou da marcha expansiva do café, deixando de ser um simples ponto nos sertões paulistas¹⁶.

De acordo com Vasconcelos, com a decadência dos cafezais, especialmente após a Crise de 1929, outras culturas seriam introduzidas na região, como foi o caso do algodão, consolidando as bases econômicas do oeste pioneiro e lançando as bases para o seu processo de industrialização no pós-guerra¹⁷.

Dessa forma, a região foi incorporada definitivamente ao padrão de desenvolvimento da agricultura comercial do estado de São Paulo. Seus habitantes já não podiam mais contar com a plena liberdade de ocupação das terras ou com a ausência dos poderes constituídos. Também o meio natural sofrera profundas modificações impostas pela chegada da

cafeicultura, a derrubada das matas e a intensificação do uso dos solos seguiram um padrão predatório que iria, obviamente, afetar o ciclo hidrológico.

A pecuária voltaria a ocupar um lugar de destaque na economia regional e o desenvolvimento de atividades comerciais nos centros urbanos também. Na década de 1970, o estado de São Paulo se transformou no maior produtor brasileiro de cana-de-açúcar, destacando-se as antigas zonas cafeeiras formadas pela Depressão Periférica e pelo Planalto Ocidental.

A moderna agro-indústria do açúcar e do álcool se estabeleceu na região, se constituindo, atualmente, em um de seus principais fatores de geração de riqueza e o desenvolvimento urbano irá se beneficiar da pujança econômica da região. Porém, a ocupação e expansão dos sítios urbanos seguem o mesmo padrão de urbanização verificado nas grandes cidades costeiras do país. Inicialmente foram ocupadas as áreas e espigões que servem de divisores de águas e, na medida em que o desenvolvimento econômico se intensificou, a mancha urbana progrediu na direção dos fundos de vales, ocupando as planícies de inundação, aterrando, canalizando e sufocando os cursos de água.

Juntamente com a poluição provocada por esgoto doméstico, resíduos industriais e agrícolas e destruição de matas ciliares, as enchentes constituem um dos maiores problemas ambientais enfrentados pelas cidades. Todos os anos a chegada das chuvas traz consigo a preocupação com as enchentes, o período

¹⁶ “O mesmo aconteceu com o espigão que, a partir de Matão, contém os municípios de Taquaritinga, Santa Adélia, Catanduva, Rio Preto e Mirassol. Rio Preto, com 17.793.760 cafeeiros, deixaria de ser um posto avançado perdido no sertão e, mais adiante, Mirassol já possuía dez milhões de arbustos”.

¹⁷ Ao longo da década de trinta, o ritmo do processo de recuperação econômica da crise cafeeira foi marcadamente influenciado (...) pela expansão do cultivo e pela produção algodoeira. Os efeitos desse fenômeno sobre a dinâmica econômica do Brasil e de São Paulo foram extensos e profundos. De um lado as exportações de algodão conseguiam recuperar em parte o nível das exportações que sofrera violenta queda a partir de 1929 em função da depressão cafeeira. De outro, a expansão algodoeira gerava impactos diretos sobre o ritmo do processo de industrialização e da urbanização em curso no estado de São Paulo. (VASCONCELOS, 1992, p. 19).

mais crítico consiste nos meses de janeiro, fevereiro e março, quando as chuvas se tornam frequentes e torrenciais.

Aspectos legais e sócio-ambientais da Bacia do Turvo-Grande

O Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo foi criado a partir da Constituição Estadual promulgada em 1989 no seu artigo 205, visando a preservação dos Recursos Hídricos. A lei Estadual de Recursos Hídricos (nº 7663/91) fundamentou o gerenciamento descentralizado, integrado e participativo cuja célula básica é o Comitê de Bacia Hidrográfica.

O Comitê da Bacia Hidrográfica Turvo/Grande instalado em 15/12/1995, já elaborou o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos e seu Plano da Bacia Hidrográfica, a partir dos quais define as ações necessárias para o aproveitamento e controle da água na bacia hidrográfica e delibera sobre aplicação de recursos financeiros do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos destinados à bacia.

As ações desenvolvidas pelo CBH-TG são a de gerenciamento, estudos, projetos, serviços e obras, objetivando a qualidade dos recursos hídricos, e totalizam, até o ano de 2004, 175 empreendimentos, absorvendo recursos superiores a R\$ 13.400.000,00, provenientes do FEHIDRO.

O Comitê também desenvolve um amplo programa de divulgação, conscientização e capacitação técnica voltada para a melhoria dos recursos hídricos e da ga-

rantia da seguridade hídrica da bacia e, em especial desde o ano de 2003, com o programa pelo uso racional da água.

O CBH-TG, fundado em 15/12/1995, tem como área de atuação a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 15, Bacia Hidrográfica Turvo/Grande, e localiza-se na região noroeste do Estado de São Paulo. Possui uma área de aproximadamente 15.925 km² (IPT/2004), abrangendo 75 municípios, sendo 64 com sede na UGRHI, e 11 com sede em outras UGRHIs. A população dos 64 municípios com sede na UGRHI é de 1.117.250 habitantes (IBGE-2000).

Os municípios que compõem o comitê são ao todo 66 e estão listados de acordo com o mapa 01: Álvares Florence, Américo de Campos, Ariranha, Aspásia, Bálsamo, Bebedouro, Cajobi, Cândido Rodrigues, Cardoso, Catanduva, Catiaguá, Cedral, Cosmorama, Dolcinópolis, Embaúba, Estrela d'Oeste, Fernando Prestes, Fernandópolis, Guapiaçu, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Ipiruá, Jales, Macedônia, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Mirassol, Mirassolândia, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Nova Granada, Novais, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Ouroeste, Palestina, Palmares Paulista, Paraíso, Paranapuã, Parisi, Paulo de Faria, Pedranópolis, Pindorama, Pirangi, Pontes Gestal, Populina, Riolândia, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste, São José do Rio Preto, Severínia, Tabapuã, Taiacu, Taiúva, Tanabi, Turmalina, Uchôa, Urânia, Valentim Gentil, Vitória Brasil, Vista Alegre do Alto e Votuporanga.

Mapa 01 - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 15 (UGRHI 15)



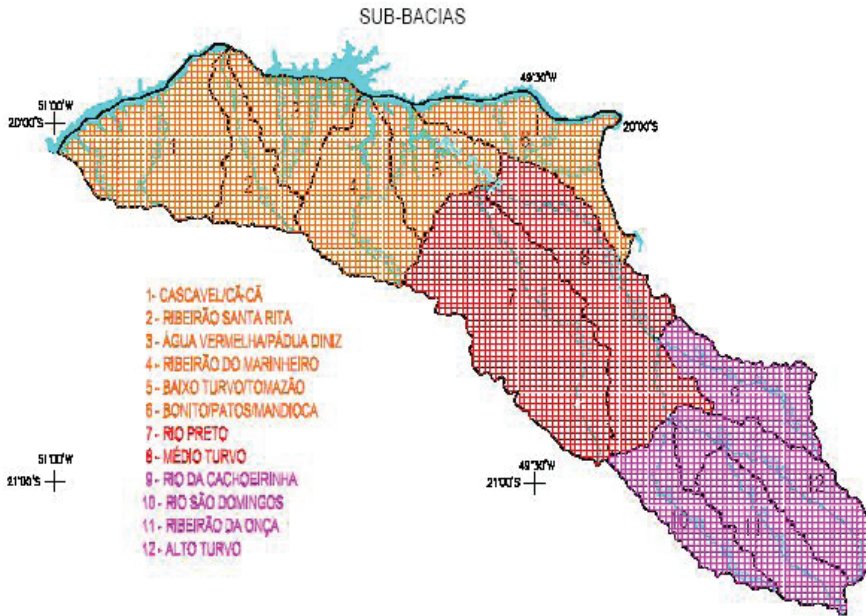
Fonte: DAEE/BTG

A UGRHI está sub-dividida em 12 Sub-UGRHIs, como apontam os dados da tabela 01 e do mapa 02.

Tabela 01 – Divisão da UGRHI em sub-unidades

Nº	SUB-BACIA	ÁREA (Km ²)	Nº	SUB-BACIA	ÁREA (Km ²)
01	Cascavel/Cã-Cã	1.760,7	07	Rio Preto	2.866,6
02	Ribeirão Santa Rita	767,9	08	Médito Turvo	2.112,6
03	Água Vermelha/Pádua Diniz	913,1	09	Rio da Cachoeirinha	952,5
04	Ribeirão do Marinheiro	1.395,7	10	Rio São Domingos	855,0
05	Baixo Turvo/Tomazão	903,0	11	Ribeirão da Onça	970,0
06	Bonito/Patos/Mandioca	1.131,8	12	Alto Turvo	1.354,1

Mapa 02 – Sub-bacias



Fonte: Relatório Zero (IPT/1999)

A disponibilidade hídrica superficial total da bacia é de 23,3 m³/s, sendo que a sub-bacia do Rio Preto conta com a maior disponibilidade, ou seja, uma vazão mínima igual a 4,3 m³/s. As sub-bacias com menor disponibilidade são as do Ribeirão Santa Rita e da Água Vermelha/Pádua Diniz com 1,2 m³/s de vazão mínima.

A ocorrência das águas subterrâneas é condicionada pela presença de três unidades aquíferas: Bauru, Serra Geral e Guarani. O Aquífero Bauru, o mais explorado, ocupa 90% da área da bacia e apresenta profundidade de até 125 m, na UGRHI 15.

O Aquífero Guarani ocorre em superfície em toda a área da bacia, sendo

explorado em diversos municípios, principalmente em São José do Rio Preto, e sua profundidade varia, aproximadamente, de 700 a 1.400 m, o que acarreta alto custo para sua utilização.

Dos municípios que compõem a Bacia do Turvo/Grande, em 76,6% (49 municípios), o abastecimento acontece exclusivamente por água subterrânea. Os aquíferos Bauru e Guarani são de excelente qualidade e lhes conferem boa disponibilidade hídrica subterrânea.

A região apresenta problemas ambientais que contribuem para a degradação dos recursos hídricos superficiais. Citam-se, entre eles, a alta suscetibilidade dos solos à erosão, associada à atividade agrícola sem critérios técnicos ade-

quadros; crescimento desordenado dos municípios, provocando a poluição por esgoto doméstico, e a escassez dos recursos hídricos devido à intensidade de sua utilização.

Dentre as atividades econômicas da bacia, existe uma interação entre as atividades agrícolas e industrial, sendo esta uma das características principais do desenvolvimento regional. No setor agrícola, as atividades de maior intensidade são: cana-de-açúcar, laranja, seringueira e a fruticultura, de modo geral como supridoras de matéria prima para a agroindústria, voltando-se tanto para a exportação como para o mercado interno.

A composição do CBH-TG atende ao princípio da gestão tripartite (Estado, Município e Sociedade Civil), tendo 18 representantes de cada segmento com direito a voz e voto. Para auxiliar e subsidiar os trabalhos do CBH-TG, foram criadas 5 Câmaras Técnicas: Assuntos Institucionais, Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, Águas Subterrâneas, Usos Múltiplos e Assuntos de Saneamento.

A origem da atual legislação brasileira de gestão dos recursos hídricos remonta a década de 1930. Naquela época, os princípios norteadores da gestão de águas no Brasil foram estabelecidos pelo Código das Águas (Decreto Federal 24.643/1934), sendo que tais princípios permanecem os mesmos até os dias atuais, quais sejam:

1.o uso direto para necessidades essenciais a vida;

2.a necessidade de concessão e/ou

autorização para derivação de águas públicas;

3.o conceito poluidor-pagador, que previa a responsabilização financeira e penal para atividades que contaminassem os mananciais hídricos.

A dificuldade de regulamentação do Código da Águas, desde a década de 1920 até o início dos anos 1980, esteve relacionada ao problema de geração de energia elétrica, primeiramente atrelado a ação da iniciativa privada e posteriormente a presença do Estado no setor de geração e distribuição de tal insumo¹⁸.

A crescente demanda de energia elétrica, a partir da década de 1920, em virtude dos processos de industrialização vivenciados pelo país, justificam a prevalência dos interesses do setor elétrico sobre a gestão das águas. Até meados da década de 1920, tal setor esteve sob controle da iniciativa privada, duas empresas gerenciavam o setor, Anforp e Light. Após revolução de 1930, ocorre uma mudança no critério de gestão dos recursos hídricos, que passam a ser encarados como de interesse nacional, desse modo, seu controle passa a ser exercido pelo Estado, que assume o poder concedente dos direitos de uso de qualquer curso ou queda de água.

¹⁸ Atribui-se a dificuldade de regulamentação do Código da Águas às necessidades de intervenção estatal na regulação e uso das águas para fins de geração de energia elétrica, que demandou grandes obras e investimento em infra-estrutura a partir de meados do século passado. De fato, o grande mandatário da regulação hídrica desde a década de 1920 até os anos 1980 foi o setor de geração hidrelétrica, a princípio em iniciativa do setor privado e posteriormente sob orientação do Estado. (JÚNIOR, W., 2004, pág.48).

Após um período de redução de investimentos no setor de geração elétrica, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, os investimentos voltam a crescer iniciando um novo ciclo, que culmina na década de 1970 com a construção de grandes usinas hidrelétricas.

A Constituição de 1988 estabelece o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e fundamenta os princípios da política nacional de recursos hídricos, que viria a ser promulgada em 1997. Até então, toda a política nacional de recursos hídricos esteve voltada para o setor de geração de energia elétrica, contempladas, inclusive, com a criação em 1965, do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE, lei nº 4.904/1965), que depois foi renomeado Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE, Decreto 63.951/1968).

Somente com a reestruturação do Estado, do ponto de vista político e administrativo, provocada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreram mudanças na gestão de recursos hídricos¹⁹. Diferentemente das demais legislações que tratam de meio ambiente e recursos naturais, que apresentam fóruns de formulação política de bases ampliadas, o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, proposto pela

Constituição de 1988, juntamente com a política nacional de recursos hídricos, implementada pela Lei nº 9.433/1997, foi discutida e formulada pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), com destaque para o caráter tecnocrático desse processo²⁰.

A criação dos comitês do rio dos Sinos e do rio Gravataí, afluentes do rio Guaíba, é vista como marco na participação social na gestão hídrica no Brasil, tendo sido a primeira experiência de criação de comitês sem a participação exclusiva do poder público instituído. Em 1988, usuários de ambas sub-bacias, em conjunto com usuários da indústria e da agricultura, com a participação de representantes dos municípios e do Estado, fundaram o comitê de bacia hidrográfica do rio Guaíba, de caráter consultivo, objetivando a melhoria da qualidade das águas e do meio ambiente.

A Lei 9.433/1997 distingue a água como bem de valor econômico, institui a gestão por bacia hidrográfica e determina a participação da sociedade na gestão hídrica, tendo sido muito influenciada pela iniciativa pioneira do Rio Grande do Sul.

Em uma relação direta com os princípios estabelecidos pela lei, temos, em primeiro lugar, a determinação pela cobrança por uso da água; em segundo, a

¹⁹ Essa hegemonia do setor elétrico sobre a gestão das águas só viria a ser afetada a partir da reestruturação do Estado, do ponto de vista político e administrativo, e da promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe mudanças significativas para a administração dos recursos naturais. (IBIDEM, p. 49)

²⁰ A participação de profissionais vinculados àquela entidade nas esferas públicas federais e estaduais, associada aos princípios estabelecidos pela gestão dos recursos hídricos em suas assembleias gerais, denota um caráter tecnocrático que se internalizou nas atividades de gestão hídrica no país desde então. (JÚNIOR, W., 2004, p.51)

compartimentação do território nacional em bacias hidrográficas, como unidades básicas de gestão dos recursos hídricos; e, por fim, a sociedade civil fica estabelecida como componente fundamental da gestão de recursos hídricos.

A lei paulista que definiu a política estadual de recursos hídricos é de 1991 (Lei nº 7.663), portanto anterior à lei federal. Em virtude de seu caráter pioneiro, a legislação paulista foi usada como referência para a formulação da legislação federal e das legislações estaduais posteriores. A lei paulista baseou seus princípios na Constituição Federal de 1988 e detalhou o sistema de gestão hídrica baseado:

1. na gestão participativa e descentralizada;

2. na bacia hidrográfica como unidade de gestão, com base nos comitês de bacias e suas células executivas (as agências de bacia)

3. na implementação de instrumentos econômicos de gestão, com ênfase na cobrança da água, tida como bem de valor econômico.

O sistema de gestão previa ainda a existência de um conselho estadual de recursos hídricos (COFEHIDRO) e de um fundo para a gestão hídrica, que seria alimentado por verbas de compensação do setor elétrico, aportes diretos do governo federal e estadual, e pela arrecadação com base na aplicação de instrumentos econômicos de gestão.

A legislação paulista estabeleceu a participação tripartite como base de funcionamento dos comitês, tal participação

conta com representantes do Estado, municípios, representantes da sociedade civil e usuários dos recursos hídricos, em condições paritárias²¹. No entanto, também alerta para o fato de que a falta de discriminação do termo usuário em relação aos demais setores da sociedade civil pode não garantir a participação paritária, uma vez que o usuário representa interesses econômico-financeiros específicos, e os demais segmentos da sociedade civil, interesses dispersos e difusos²².

A lei paulista só é clara com relação a paridade entre Estado e municípios, quanto a participação na gestão dos comitês de bacias (*caput* do artigo 24 da Lei 7.663/1991). No artigo III da mencionada lei, o aposto “respeitado o limite máximo de um terço do total de votos” pode ser interpretado como sendo válido para as três categorias de entidades da sociedade civil descritas. Caso isso ocorra, a base de implementação da gestão de recursos hídricos do estado de São Paulo, que prevê igualdade entre as partes, sofre profunda alteração, podendo beneficiar o setor mais organizado politicamente em torno de interesses mais concretos.

²¹ A legislação paulista cunhou o termo ‘tripartite paritário’ para a separação da estrutura de decisão em três segmentos (tripartite) com a mesma taxa de representação (paritário). (JÚNIOR, W., 2004, pág. 57).

²² Apesar de a lei paulista contemplar o termo “usuário” de recursos hídricos como detentor da outorga para o uso dos recursos, não discrimina esse setor, cujos interesses são em geral de cunho econômico-financeiro, das demais representações da sociedade civil, cujos interesses são difusos, diversos e, muitas vezes, sem um ponto focal aglutinador, diferentemente do primeiro [...] . Sobre essa questão pairam dúvidas em relação à questão da paridade. (IBIDEM, pág. 58).

Após estudar a questão dos recursos hídricos no Brasil e em especial no âmbito do comitê de bacia hidrográfica do Turvo-Grande, concluímos que a superação de visões extremas, tanto com relação ao senso comum, que encara a água como um recurso natural inesgotável e que deve ser conquistado pelo homem, quanto com relação a visões excessivamente técnicas, alimentadas por paradigmas econômico-financeiros ou pela busca de soluções de engenharia para a gestão das águas, é de fundamental importância para a efetiva participação da sociedade civil no processo, de acordo com o que está previsto na legislação brasileira.

Apesar de prevista na legislação, a participação da sociedade civil na gestão dos recursos hídricos no Brasil esbarra em muitos detalhes, entre eles a falta de divulgação desse direito para a sociedade e o incentivo a sua participação, inclusive na tomada de decisões no âmbito do respectivo comitê.

Isso depende, a nosso ver, da elaboração de novos métodos de escolha dos representantes da sociedade civil para compor os comitês, uma vez que os critérios atuais acabam por dar a eles um caráter excessivamente técnico-academicista, político e econômico-financeiro, devido ao maior poder de mobilização e grau de acesso às informações desses meios.

E, ainda, a idéia largamente difundida pelos meios de comunicação de que as dificuldades para a disponibilização de água de boa qualidade e o desperdício são geradas pelo consumo doméstico

excessivo e não pelos processos urbano-industriais representados por usuários, detentores do direito de outorga, é parte de uma estratégia para desviar a atenção e desmobilizar a sociedade civil quanto à reivindicação de seus direitos relativos a um ambiente justo e equilibrado.

Referências bibliográficas:

ARROYO, L. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

CARVALHO, R. B. P. F de (Org.). *Recursos hídricos e planejamento urbano regional*. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal, Deplan, UNESP, IGCE, 2003.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

CONTE, M. de L.; LEOPOLDO, P. R. *Avaliação de recursos hídricos: Rio Pardo, um exemplo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FERREIRA, L. C. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

JÚNIOR, C. P. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

- JÚNIOR, W. C. de S. *Gestão das águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios*. São Paulo: Peirópolis, 2004.
- LÖWY, M. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARTINS, R. C. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.15, p.288-325, jan./jun.2006.
- _____. O agrário e o ambiental na gestão das águas. *Raízes*, Campina Grande, v.26, n.1 e 2, p.35-45, jan./dez.2007.
- _____. Utilitarismo, política e cultura na agenda das águas. *Revista internacional de desenvolvimento local*, v.8, n.2, p.203-211, set.2007. MARTINEZ, P. H. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- REBOUÇAS, A. C. O ambiente brasileiro: 500 anos de exploração – os recursos hídricos. In: RIBEIRO, W. C. (Org.) *Patrimônio ambiental Brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 2008.
- VASCONCELOS, L. A. T. *Desenvolvimento econômico e urbanização nas regiões administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba*. Campinas: Unicamp, 1992.

Submetido em 21 de maio, 2011.

Aprovado em 1 de junho, 2011.





Artigos



De escola agrícola a instituto penal: a polêmica criação do IPA de São José do Rio Preto na década de 1950

*Matheus Moreira Marques*¹
*Raquel Discini de Campos*²

Resumo

O presente artigo procura reconstruir, pela análise do jornal *A Notícia* (1945-1956), a polêmica instalação do Instituto Penal Agrícola (IPA), na cidade de São José do Rio Preto, SP, no ano de 1955. O IPA foi construído numa área de grande extensão e se encontra, atualmente, envolvido pelo perímetro urbano, fazendo divisa com condomínios residenciais de luxo. No entanto, seu prédio foi construído para ser uma Escola Prática de Agricultura (EPA), conforme desejo de parte da população local dos anos de 1940, e não um instituto penal. Por intermédio da leitura de *A Notícia*, considerado o grande palco da opinião pública local na primeira metade do século XX, podemos nos aproximar dos (des)caminhos que fizeram a EPA se transformar em IPA – ainda hoje considerado um dos maiores obstáculos simbólicos para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Instituto Penal Agrícola. São José do Rio Preto. História e impressos paulistas.

Abstract

The current article tries to rebuilt, through the analysis of the newspaper *A Notícia* (1945-1956), the controversial installation of the Agricultural Penal Colony – APC, seated in São José do Rio Preto – SP, in 1955. The APC was built on a huge stretching area and is nowadays surrounded by the city limits, bordering luxury residential areas. However, the building was raised to be an Agricultural Practice School - APS, as the wish of part of the local population during the 40's, instead of a penal colony. Through the reading of *A Notícia*, considered the most important means of communication at the time for local public opinion during the first half of 20th century, we can come closer to the (mis)paths which were responsible for changing the APS in to the APC – still supposed to be one of the biggest symbolical obstacles to the regional development.

Keywords: Agricultural Penal Colony. São José do Rio Preto. History and papers from São Paulo.

¹ Graduado em ciências sociais pelo UNICERES, São José do Rio Preto. matheusmmm@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Araraguara). Docente da Faculdade de Educação - UFU. raqueldiscini@uol.com.br

O Instituto Penal Agrícola de São José do Rio Preto é assunto da atualidade. Com frequência, notícias relacionadas à instituição são veiculadas pela mídia e pelos jornais paulistas abordando desde as polêmicas “saidinhas” dos internos, em que parte dos reeducandos é liberada para passar os feriados com suas famílias, até as especulações políticas e econômicas criadas em relação a sua área de grande extensão encravada em plena zona sul da cidade, que se vê cada dia mais cercada pelo perímetro urbano e pelos condomínios residenciais de luxo.

A Prefeitura Municipal, inclusive, já providenciou por meio do Decreto nº 13.075, de 16 de fevereiro de 2006, e da Lei nº 9.909, de 26 de junho de 2007, a doação de terreno em área afastada, às margens da rodovia BR – 153, próxima ao município de Onda Verde, para a construção do Centro de Progressão Penitenciária – CPP. Tal centro irá acolher a instituição que se tornará a segunda maior do Estado, com capacidade para 1.080 reeducandos, criando, assim, um complexo penitenciário no local, já denominado pela mídia como “barril de pólvora”, visto que outras duas instituições penais já se encontram aí instaladas, quais sejam: o Centro de Detenção Penitenciária – CDP e Centro de Ressocialização Feminina – CRF. As obras tiveram início em 2009, mas não possuem previsão de término.

A história da instituição no espaço onde se encontra, portanto, está com os

dias contados. Um projeto municipal³, elaborado com a finalidade de incluir a cidade no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, prevê a instalação no local de vários empreendimentos, como uma Fazenda Experimental da FATEC, um Parque Tecnológico com empresas inovadoras de diversas áreas de produção, bem como a ampliação da Estação Ecológica do Noroeste Paulista em área pertencente à Universidade Estadual Paulista.

O IPA de Rio Preto, juntamente com o Instituto Penal “Professor Noé Azevedo” de Bauru, são os únicos Institutos Penais Agrícolas do Estado de São Paulo. Nele, atualmente, se encontram 911 reeducandos cumprindo pena em regime semi-aberto, muito embora a estrutura permita abrigar apenas 610, conforme informações obtidas junto à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado⁴. Todos os detentos desenvolvem trabalhos em áreas diversificadas, na própria instituição ou em empresas colaboradoras, o que também favorece a redução gradativa da pena. O Instituto possui rebanho de bovinos, ovinos, suínos e eqüinos, além de tanques para piscicultura. A produção de hortifrutas, leite e carne é destinada ao consumo interno e o excedente atende às instituições sociais do município.

³ Projeto da Prefeitura para a inclusão da cidade no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos e ampliação da Estação Ecológica do Noroeste Paulista obtido junto à Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica.

⁴ As informações encontram-se disponíveis no site da SAP <http://www.sap.sp.gov.br/common/unidades.html> e se referem a acessos realizados no mês de setembro de 2010.

Com 258 funcionários, a instituição promove ainda cursos de alfabetização e profissionalizantes, em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), a FUNAP (Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paulo Souza. Além disso, desenvolve várias outras atividades direcionadas à reabilitação social dos internos.

Interessante notar, entretanto, que desde sua origem o IPA está fortemente marcado por uma grande polêmica, posto que o prédio no qual se encontra instalado foi erguido no ano de 1945 para abrigar uma Escola Prática de Agricultura – EPA, durante a administração do então interventor federal, Fernando Costa. Em um período de grande entusiasmo com o crescimento econômico vivido no interior paulista, a criação da Escola Prática de Agricultura representou importante sinal de progresso para o município, reforçando ainda mais o ideal de desenvolvimento voltado para as regiões mais afastadas da capital.

Porém, a demora na finalização das obras da escola e as sucessivas trocas de governo ocorridas na época deram origem a uma série de polêmicas sobre outras destinações possíveis para a EPA, que não uma escola. Tais polêmicas envolveram os vereadores da Câmara Municipal e representantes das associações

de comércio e agricultura locais, todos profundamente atentos à real destinação dada à área de 600 alqueires desapropriada pelo governo estadual para a criação da EPA.

Quando as especulações em torno do destino de tais terras se voltaram para a instalação de uma penitenciária agrícola ao invés de uma escola, as manifestações se intensificaram, a ponto de diversos setores da sociedade local, ligados sobretudo às elites e camadas médias urbanas, apelarem às autoridades e à população em geral para discutir o assunto. Além disso, várias sessões na Câmara foram utilizadas para que os vereadores debatessem a questão, uma vez que a proposta desagradou a muitos edis renomados daquele período, entre eles Bady Bassitt, José Jorge Cury e Felipe Lacerda⁵. Todas essas manifestações refletiram na imprensa local, sobretudo na sua forma escrita, sendo acompanhadas com grande destaque pelos jornais da época.

A inexistência de fontes variadas sobre o assunto fez com que nos detivéssemos na análise do jornal *A Notícia*⁶, um

⁵ Bady Bassitt (29/11/1917 a 07/09/1960), médico, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de 1948 a 1951, prefeito de Rio Preto durante os alguns meses entre os anos de 1949 e 1950 e deputado estadual para as legislaturas de 1955 a 1958 e 1959 a 1960; José Jorge Cury (20/09/1925 a 06/09/1986), advogado e comerciante, foi vereador riopretense durante os anos de 1952 a 1959 e deputado estadual de 1963 a 1971; e Felipe de Paula Cavalcanti de Albuquerque Lacerda (03/05/1900 a 07/03/1959), advogado, foi vereador de 1948 a 1951.

⁶ O jornal *A Notícia* circulou na cidade durante os anos de 1924 a 1996. Fundado por Nelson da Veiga e Dario de Jesus, em 30 de novembro de 1924, foi logo vendido para Manoel dos Reis Araújo Netto e Olympio Rodrigues dos Santos e, mais tarde,

dos mais influentes da época e porta-voz autorizado das camadas médias urbanas locais. Vale destacar que boa parte das edições daquele jornal pode ser facilmente consultada na Hemeroteca “Dario de Jezus” localizada na Casa de Cultura “Dinorath do Valle” de São José do Rio Preto que abriga também vários outros jornais e periódicos da cidade.

Tais publicações podem ser transformadas, nos dias atuais, em importantes fontes de estudo para compreensão daquela época e, conseqüentemente, do episódio específico da criação do IPA. Podem ser utilizadas ainda para (re)construirmos os acontecimentos, porquanto consideradas como representações e portadoras de significados para compreendermos melhor aquele contexto⁷.

Partindo-se do pressuposto de que todo documento é verdadeiro e falso; e que todo documento é também um monumento, porque é um produto da sociedade que o fabricou e está atravessado por relações de força⁸, realizamos a nossa operação historiográfica, nos moldes preconizados por Michel de Certeau⁹ ao

transformarmos antigos impressos em fontes para contar a história do IPA. Assim demos voz a materiais adormecidos e fizemos falar aquilo de quem não se espera ouvir a voz.

Segundo LODI¹⁰, os anos de 1940 representaram para a cidade de Rio Preto um período de grande entusiasmo com o crescimento econômico vivido. A cidade se caracterizava como produtora das principais culturas exportáveis da época, como o café e o algodão, ao mesmo tempo em que ganhava expressiva importância na produção de alimentos como arroz, feijão e milho, destinados em sua maioria aos núcleos urbanos mais centrais do Estado.

Além disso, outras referências, não necessariamente econômicas, também são significativas para a contextualização da realidade da cidade durante essa década. Entre elas, certamente, estão as comemorações em torno do seu cinquentenário de emancipação celebrado em julho de 1944 e amplamente divulgadas pelo jornal A Notícia.

Desmembrada oficialmente de Jaticabal após 27 anos de pertencimento àquela vila, a freguesia de São José do Rio Preto se tornava independente em 19 de julho de 1894, por força da Lei nº 294, elevando-se, assim, à categoria de município. Para as comemorações de seu cinquentenário, várias homenagens foram prestadas e veiculadas no referi-

em 5 de abril de 1936, para Leonardo Gomes que o dirigiu até a década de 1970. Sua última edição circulou em 12 de março de 1996, sob a direção de Marco Antônio dos Santos. É o editorial de vida mais longa do município.

⁷ CAMPOS, R. D. A princesa do sertão na modernidade republicana: Urbanidade e Educação na Rio Preto dos anos 1920. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2003; e *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920 – 1940)*. Educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

⁸ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

⁹ CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.) *História novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco

Alves, 1988.

¹⁰ Produção Agrícola após 1930. Diário da Região, São José do Rio Preto, 29 de junho de 2008a. Diário História.

do matutino, patrocinadas pelos mais diversos estabelecimentos comerciais, empresas nacionais e multinacionais, associações e até mesmo por famílias tradicionais da cidade e região. Em comum, o enaltecimento à prosperidade da jovem municipalidade e a reiteração do espírito de “cooperação com o progresso de Rio Preto através do trabalho pela grandeza de São Paulo e do Brasil” (A Notícia, 19 de julho de 1944, pg. 6)¹¹.

Algumas homenagens eram prestadas também pelas cidades vizinhas que se originaram dos desmembramentos ocorridos no município a partir dos anos de 1920 e que por isso se denominavam orgulhosamente como sendo da “prole de Rio Preto”. Entre elas estão Mirassol, José Bonifácio, Uchoa, Monte Aprazível, Nova Granada, Palestina e Cedral.

Nas mais diversas áreas era possível perceber como as notícias demonstravam o entusiasmo com o progresso vivido. A Santa Casa de Misericórdia completava 32 anos de existência “com instalações aprimoradas” e se transformava em hospital regional, enquanto a Casa de Saúde Santa Helena anunciava dispor de “vinte quartos e apartamentos, cozinha dietética especial”, além de “aparelhos ultra modernos de radiografias, da marca GE, com capacidade de 250 miliampères, e transformador próprio – o maior e melhor aparelho do interior do estado”. O próprio jornal A Notícia celebrava essa

fase de transformações e anunciava com euforia a inauguração de sua própria oficina de zincogravura, “para atender não só o nosso diário, mas também a todo o público”, afirmando que com isso “Rio Preto conquista um melhoramento ainda não alcançado pela imprensa de nenhuma outra cidade do interior”.

A cidade dispunha ainda de bancos, hotéis, casa lotérica, biblioteca, uma delegacia do tesouro do Estado, lojas de produtos variados, mercado municipal, indústrias, seminário diocesano e fórum. A rádio PRB-8 que funcionava desde 1936, também inaugurava sua própria sede, em 1940, na Rua Siqueira Campos. Essas e muitas outras atrações justificavam, portanto, o reconhecimento de Rio Preto como a “capital da Araraquarense”, em referência à estrada de ferro que ligava a cidade até Araraquara.

Dentro desse contexto, a criação da Escola Prática de Agricultura, em 1945, reforçava ainda mais o aparente caminho de progresso trilhado pelo município.

Desde junho de 1942, o Decreto-Lei estadual nº 12.742 dispunha sobre a criação de dez Escolas Práticas de Agricultura localizadas nas cidades de Amparo, Araçatuba, Bauru, Guaratinguetá, Itapetininga, Marília, Presidente Prudente, Pirassununga, Ribeirão Preto e Rio Preto. Um dos marcos da administração do então governador-interventor do estado, Fernando Costa, as Escolas Práticas de Agricultura constituíram elemento importante para a qualificação da mão-de-obra interna naquele período, considerando as dificuldades acarretadas pela

¹¹ As aspas utilizadas de agora em diante no decorrer do texto indicam que os fragmentos foram extraídos do matutino *A Notícia* durante os anos de 1944 e 1955.

2ª Guerra Mundial (1939 – 1945), pois, como ressalta ROMANELLI (2003, p. 155) “a guerra estava funcionando como um mecanismo de contenção da exportação de mão-de-obra dos países europeus para o Brasil”.

Cabia ao Estado, portanto, proporcionar a devida qualificação e engajar as indústrias, o comércio e a agricultura no treinamento de pessoal, uma vez que já não era possível depender da especialização estrangeira. Foi assim que a partir de 1942, por iniciativa de Gustavo Campanema, ministro da Educação e Saúde durante o Estado Novo, começaram a ser promulgadas as leis orgânicas do ensino técnico-profissional nas áreas de indústria, comércio e agricultura, respectivamente, em 30 de janeiro de 1942 (Decreto-Lei nº 4.073 – Lei Orgânica do Ensino Industrial), em 28 de dezembro de 1943 (Decreto-Lei nº 6.141 – Lei Orgânica do Ensino Comercial) e, também, em 20 de agosto de 1946 (Decreto-Lei nº 9.613 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola), já findo, portanto, o Estado Novo.

O referido decreto-lei nº 12.742 começou a se tornar realidade na cidade apenas em meados de 1944, ocasião em que *A Notícia* divulgava a chegada de engenheiros agrônomos da Secretaria da Agricultura do Estado à região com o fim de acertar as medidas atinentes ao início dos trabalhos de desapropriação das terras em que seria instalada a instituição, escolhidas pessoalmente pelo Sr. Fernando Costa em local situado “à esquerda da linha férrea de Rio Preto a Gonzaga de Campos, à direita e à margem de im-

portante rodovia que está sendo construída para Pereira Barreto e tomando larga parte das vertentes do riacho Piedade”.

O jornal passava a se utilizar, assim, dos acontecimentos relacionados à implantação da Escola Agrícola para demonstrar que a cidade era contemplada pelas dádivas concedidas pelo governo do estado, reforçando sua característica acentuadamente agrícola, sem deixar de favorecer a disseminação de um imaginário de progresso entre seus leitores. A partir daí, uma série de manchetes seriam publicadas quase que diariamente pelo matutino, demonstrando a grande importância dada pelo jornal ao assunto.

Em audiência especial ocorrida na cidade de São Paulo em 19 de janeiro de 1944, no gabinete do interventor, José Beolchi e Leonidas da Cunha Viana, vice-presidente e secretário, respectivamente, da Associação Agro-Pecuária de Rio Preto, receberam a confirmação de que uma área de 600 alqueires seria desapropriada para o levantamento da escola, além do que duzentos mil cruzeiros seriam destinados para auxiliar na construção de uma sede própria para aquela entidade.

De acordo com o jornal, o fato exprimia “o vivo interesse do governo do Dr. Fernando Costa para com os nossos problemas rurais e agrícolas, grande número dos quais encontrará solução nas próximas e inestimáveis conseqüências do ensino que será ministrado na Escola Prática de Agricultura” e justificava “a zelosa atenção do ilustre chefe do governo de nosso Estado, sabido como é que a

Araraquarense ocupa a primeira posição, entre todas as zonas de São Paulo, quanto à produção de cinco ou seis dos mais importantes produtos rurais de nossa terra”.

Em entrevista publicada na data de 13 de fevereiro de 1944, Francisco Iglesias, diretor do ensino agrícola estadual, mencionava que “a escola de Rio Preto custará uns 15 milhões ou um pouco mais, porque haverá instalações para 300 alunos internos e 150 externos, além das dependências apropriadas para cursos de ensino de agricultores adultos que desejem aprender ou aperfeiçoar-se”. Realçava também que “as escolas práticas vão exercer uma influência muito benéfica na vida do campo e, portanto na economia de nossa terra, influenciando em todo o conjunto do nosso progresso”.

A instalação da EPA em Rio Preto, no entanto, não foi pacífica em sua totalidade, seja por conta da resistência de alguns proprietários de terras, seja por conta das relações políticas existentes na época com outros municípios do interior paulista que disputavam as conquistas obtidas junto ao governo estadual. A Notícia, por sua vez, mostrava-se atenta a todas essas questões, procurando manter o assunto em pauta, de acordo com as necessidades da ocasião.

Para regularizar as desapropriações necessárias às instalações da EPA, o governo do Estado promulgou em 13 de julho de 1944 o Decreto nº 14.073 e, em 18 de agosto de 1944, o Decreto-Lei nº 14.139, declarando de utilidade pública os imóveis para serem adquiridos

pela Fazenda do Estado. Logo em seguida, outro Decreto-Lei, de nº 14.210, de 29 de setembro, dispunha sobre a desapropriação de novos terrenos para a ampliação da área destinada. A despesa com a execução das desapropriações, até a importância de CR\$ 3.747.305,00 (três milhões, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e cinco cruzeiros) correria por conta do crédito especial aberto pelo Decreto-Lei nº 13.983, de 16 de maio de 1944.

Apesar de todos os desencontros e atrasos nas negociações, no dia 05 de outubro de 1945 foram realizadas as solenidades de início das obras para construção da Escola Prática de Agricultura. A Notícia publicava na ocasião convite da Prefeitura Municipal à população para assistir a chegada do ilustre Secretário da Agricultura do Estado no campo de aviação local, bem como para participar da cerimônia e do churrasco oferecido, colocando à disposição vários ônibus que sairiam da praça São José, em frente à catedral local, às 9 horas.

Homenagens publicadas, fotos estampadas em primeira página e um cerimonial cumprido à risca conforme planejado, tudo a fim de enaltecer o novo estabelecimento que surgia e trazia consigo a certeza de um futuro promissor para a população da cidade e da região.

No entanto, poucos dias depois do lançamento da pedra fundamental da EPA, em 27 de outubro de 1945, Fernando Costa deixava o governo estadual assumindo em seu lugar Sebastião Nogueira de Lima e, logo em seguida, José

Carlos de Macedo Soares que governou até março de 1947, enquanto se processavam as eleições para a escolha do titular através do voto popular.

Após a promulgação da Constituição de 1946, no período de 14 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951, Adhemar Pereira de Barros ocupou o cargo de governador estadual, tendo sido eleito diretamente. Durante seu mandato, pouco se publicou na imprensa local a respeito da EPA, muito embora tenha nele ocorrido a primeira tentativa explícita de alteração da sua finalidade, por meio do Projeto de Lei nº 325, de 1950, enviado à Assembléia Legislativa em 27 de março daquele ano.

De acordo com o projeto, caberia ao governo estadual adotar providências que favorecessem a instalação de imigrantes europeus no país a fim de suprir as demandas existentes de mão-de-obra na agricultura, sobretudo, em consonância com acordo celebrado entre os governos federal e o italiano em 31 de julho de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.534. Para tanto, a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado estava autorizada a arrendar ou vender, entre várias outras, as terras situadas no município de São José do Rio Preto desapropriadas para a instalação da EPA. Apesar de alguns pareceres favoráveis durante sua longa tramitação, o projeto foi abandonado em julho de 1954, por ordem do então governador Lucas Nogueira Garcez.

Iniciava-se, então, certo desconforto por parte de alguns vereadores e de associações locais com relação ao assunto,

de modo que as discussões começaram a ganhar espaço cada vez maior na cidade.

Outra manifestação ocorreria já em 27 de março de 1951, quando o vereador Felipe Lacerda cobrou na Câmara pressão política junto ao novo governador, Sr. Lucas Garcez, para concluir as obras da EPA – o que já vinha sendo solicitado desde idos de 1948. Na ocasião, foi aparteado por seu colega João Mangini, que o advertiu sobre o andamento normal das obras.

Começava, assim, uma nova fase na história da EPA, repleta de boatos e especulações em torno da sua utilização e que logo refletiriam em intensos debates na Câmara Municipal e mobilizações por parte de associações locais, todas reportadas com a mesma intensidade e entusiasmo pelo matutino.

As especulações cada vez mais fortes a respeito da destinação diversa que seria dada a Escola motivaram o vereador Felipe Lacerda a sugerir, em sessão da Câmara do dia 15 de maio de 1951, a formação de uma comissão especial, integrada até pelo prefeito, para se dirigir ao governador a fim de impedir que a EPA fosse transformada em instituto penal.

Dias depois, o governador estadual da época, Lucas Nogueira Garcez, visitava Rio Preto e Mirassol em caráter oficial e não pôde se esquivar das reivindicações apresentadas, sobretudo em relação à situação da Escola Prática de Agricultura. Na ocasião foi proferido importante discurso amplamente divulgado pela imprensa local por parte do então vereador

Bady Bassitt, com forte apelo emocional. Tal discurso foi rapidamente estampado integralmente por A Notícia, na edição de 23 de setembro de 1951.

É em nome dessa Rio Preto magestosa, pujante, desenvolvida e organizada, centro geográfico, político e econômico de uma das mais ricas e prósperas regiões do Estado, que eu tenho a honra de vos saudar [...] de vos apresentar algumas das nossas reivindicações que escaparam ao admirável Plano Quadrienal do Governo que em boa hora elaborastes para o nosso Estado. I - A Escola Prática de Agricultura sempre foi um desejo, uma aspiração de Rio Preto e de toda a Alta Araraquarense. Depois de iniciada, com grandes dificuldades e a custa da desapropriação de centenas de alqueires das melhores terras do nosso município, ficou ao abandono durante mais de cinco anos. Agora se fala em transformá-la em Penitenciária Agrícola. Será isto oportuno, será isto justo para conosco? O que nós desejávamos, o que nós desejamos é que aquele próprio do Estado seja aproveitado para os fins que animaram e justificaram sua construção inicial. Servir à lavoura; dotar nossa região de técnicos agrícolas, para maior riqueza de São Paulo e do Brasil (A Notícia, 23 de setembro de 1951).

O discurso do vereador Bady Bassitt, muito elogiado pelo matutino, logo se transformou em plataforma de seu governo para as eleições municipais que ocorreriam em outubro daquele ano.

Restam evidentes nele as intenções do vereador não só de retomar a vocação agrícola local, condenando a instalação da penitenciária, como também de re-

forçar toda a mitologia construída em torno da cidade que era conhecida pelas expressões “Nova Canaã”, “Novo Eldorado”, “Capital do Sertão” e “Princesa do Sertão”, recorrentemente utilizadas pelos jornalistas nos matutinos para se referirem a Rio Preto e que traziam consigo uma grande carga simbólica relacionando o local como lócus de prosperidade e abundância – onde não cabia, certamente, uma penitenciária agrícola¹².

Diante das reivindicações apresentadas, o governador decidiu cautelosamente “levar a cabo os dois empreendimentos, a saber, a Escola Agrícola, ainda que reduzida a proporções de caráter prático e útil, de acordo com seus objetivos, e a Penitenciária Agrícola, cuja imensa utilidade dispensa qualquer apreciação” (A Notícia, 26 de setembro de 1951).

A proposta apresentada servia exclusivamente para acalmar os ânimos dos mais exaltados e buscar o agrado de todos os interessados, uma vez que não foram tomadas quaisquer providências para tal fim nos dias que se seguiram. Tanto que logo em outubro o jornal apelava ainda uma vez para o “próvido governo estadual” a fim de fosse dado “sem mais delongas” um emprego útil às obras da EPA que se encontravam interrompidas.

¹² CAMPOS, R. D. *A Princesa do Sertão na Modernidade Republicana: Urbanidade e Educação na Rio Preto dos anos 1920*. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2003; e *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920 – 1940)*. Educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

Ao contrário das manifestações iniciais, criticando aqueles que demoravam em entregar suas terras ao governo, o matutino agora alterava drasticamente seu discurso e censurava de forma veemente a lentidão do Estado na finalização das obras e definição do seu futuro.

Nesse hiato temporal que durou aproximadamente dez anos, desde o início das obras em 1945 até 1955, o governo do Estado de São Paulo havia passado pelas mãos de quatro pessoas até ser assumido por Jânio Quadros em 31 de janeiro de 1955.

Pouco se comentou a respeito da EPA no jornal *A Notícia*, que divulgava apenas alguns artigos cobrando das autoridades o andamento das obras. Nitidamente percebe-se a mudança no tom dos discursos que passaram dos agradecimentos e elogios enaltecendo aos governos estadual e municipal às críticas e cobranças diretas, sempre na defesa dos interesses da cidade.

Diante das insinuações cada vez mais presentes de que seria dada uma finalidade à obra diversa da esperada, a Associação Rural de Rio Preto, presidida por Luiz Duarte da Silva, iniciou a partir de meados de 1955, intensa campanha pública contra a transformação da EPA em Instituto Penal, divulgando no jornal o local das reuniões e conclamando a população a participar dos debates e das mesas redondas para discutir o “palpitante assunto”.

Em uma delas, realizada em 26 de março de 1955, com a presença do prefeito Philadelpho Gouveia Neto e outros

nomes importantes da política local ficou assentado que a cidade continuaria discordando da transformação pura e simples da EPA em Penitenciária. O deputado Aloysio Nunes Ferreira afirmava na ocasião que “pertence a um partido que está empenhado em dar toda sua cooperação ao atual governo do Estado, mas nesta questão da Escola Agrícola, estaria ao lado de Rio Preto”, demonstrando, assim, o desconforto entre as esferas de poder estadual e municipal.

No dia 13 de abril de 1955, uma reunião com a comissão oficial do Estado nomeada diretamente pelo Sr. Governador definia a situação em favor da instalação do Instituto Penal. Logo no dia seguinte, *A Notícia* publicava longa matéria expressando sua opinião.

Sempre sentimos que repugna ao bom senso, pensar no fechamento de um educandário para abrir uma prisão. O atual governo do Estado quer resolver com urgência o problema planteado. É um louvável propósito e para o conseguir, visto como não conta com recursos econômicos para construir mais presídios, lembrou-se das Escolas Práticas de Agricultura instaladas em vários pontos do Estado. [...] Como primeiro passo, nomeou a comissão que nos visitou. Não podia o governo ter agido com mais acerto para conseguir o que pretende: ver, sem maiores barulhos, transformadas em presídios as Escolas Práticas de Agricultura – porque a referida comissão argumenta de modo tão veemente e por vezes tão sentimental e patético que chega a emocionar os demais concorrentes das mesas redondas a que comparece. Mas a verdade na prática

é outra. É mera fantasia, por exemplo, afirmar-se que os quinhentos ou mil presos que se pretende instalar ali na nossa Escola Agrícola, o que querem é regenerar-se na lavoura, para a lavoura. [...] Se o governo não tem recursos para administrar, peça-o ao Poder Legislativo. Peça novos impostos, sugira novas taxas, lembre novos selos, quer dizer: onere por igual os nove milhões de habitantes do Estado, a fim de sacrificar menos a população de Rio Preto. Porque diga-se o que quiser em sentido contrário, o certo é que a instalação aqui da penitenciária agrícola há de atingir por muitos meios e modos os interesses de Rio Preto. E isso, se se considerar que a nossa cidade nada, mas absolutamente nada deve ao Estado, que sempre nos foi padastro – chega a parecer demais, abusivo, humilhante (A Notícia, 15 de abril de 1955).

Em 13 de julho, porém, uma manchete curiosa era publicada na primeira página do jornal, dando conta de que “o Sr. Governador do Estado não tinha, até há três dias, o menor conhecimento do que se concertou aqui, com a comissão presidida pelo Sr. Viana de Morais, com relação à Penitenciária Agrícola”. Em uma reunião realizada em São Paulo, no gabinete do governador, com o presidente da Associação Rural, Sr. Luiz Duarte da Silva e o deputado Aloysio Nunes Ferreira, com o propósito de procurar esclarecer a posição da cidade em relação à Escola Agrícola que estava sob a ameaça de ser transformada em presídio, o Sr. Jânio Quadros “estranhamente” desconhecia a questão, uma vez que as atas das reuniões realizadas pela

comissão estadual não lhe haviam sido entregues.

Diante da situação inusitada, o jornal descreve que “felizmente, o Sr. Luiz Duarte tinha à mão, na pasta, uma cópia completa, com fotografias, inclusive, o que valeu para que o Sr. Governador tomasse conhecimento da situação”, com a qual se mostrou “muito interessado, ficando de estudar detidamente o assunto”.

No entanto, a despeito de todas as manifestações em sentido contrário e do eventual desconhecimento da questão por parte do governo estadual, logo em seguida, no dia 16 de julho, *A Notícia* publicava a informação de que “o Instituto Penal Agrícola de Rio Preto começará a funcionar na próxima segunda-feira com os primeiros 20 detentos”, tendo sido nomeado para diretor o Sr. Javert de Andrade que já organizava o corpo de funcionários da Administração e enaltecia o “comportamento exemplar dos condenados” que estavam por chegar, ressaltando que todos possuíam penas “relativamente pequenas”, na tentativa de abrandar a situação e acalmar a comunidade local.

Coincidentemente, no mesmo dia em que a cidade completava o seu 61º aniversário de emancipação política – uma vez que fora desmembrada de Jaboticabal em 19 de julho de 1894 – tinha início oficialmente a nova instituição da cidade que representava, em grande parte, o oposto de todo o ideal de progresso até então buscado, contrariando, assim, os interesses de vários setores da população local e que já se originava trazendo

consigo uma grande discórdia em relação a sua criação.

Em pequena nota no corpo do editorial de 19 de julho de 1955 e sem maiores esclarecimentos, lia-se a notícia de que “Com solenidades realizadas ontem, passou a funcionar o Instituto Penal Agrícola de Rio Preto. Conforme já é do conhecimento geral e segundo deliberação do governo estadual, entrou em funcionamento a partir de ontem o Instituto Penal Agrícola de nossa cidade”.

Terminava assim, depois de mais de dez anos desde a publicação de sua criação, em 1942, a grande polêmica em torno da Escola Prática de Agricultura com sua transformação no atual Instituto Penal Agrícola de São José do Rio Preto.

O sentimento de traição anunciado pelo matutino era evidente, a ponto de ser publicado nessa mesma edição do dia 19, uma coluna assinada por Celen Orives e intitulada “Conversando com... Judas Iscariote”, em referência a coluna denominada “Conversando com o candidato”, na qual se remete o leitor claramente às promessas feitas pelo governo do estado e às suas práticas contraditórias, muito embora inexista qualquer citação direta e expressa em relação a criação do instituto penal durante todo o texto.

Depois de tanto tempo passado, ainda nos lembramos de você Judas Iscariote. Sim, porque por sua causa ainda choramos [...]. O que mais nos faz lembrar hoje de sua velha e indesejável existência são os seus seguidores, os seus discípulos. Seus conceitos e sua filosofia formou escola.

E que escola, velho Judas! [...] Enquanto você pediu apenas uns trinta dinheiros pela sua traição, eles pedem milhões. [...] Suas fisionomias não traduzem o negror de suas almas, podem e são confundidos com os amigos leais, eles fazem a entrega publicamente e ainda riem, dão gargalhadas e passam à história, não como você Judas, como estigma de traidor. Eles são chamados espertos, inteligentes, golpistas e a turba os aplaude. Curvam-se ao seu saber, a sua manha; são condecorados. Como o sucesso da impunidade é estimulante eles vão sempre, melhorando seus métodos de traição. Já não se contentam em trair o amigo da véspera, o benfeitor da manhã daquele dia. Porque tempo e tática só com um apenas? Passam a trair multidões! [...] Profissionais da mentira, locupletam-se às custas do povo, e depois desse povo se dizem defensores. Velho Judas, você está desmoralizado. Se não acreditar nisto venha dar uma olhadela aqui na terra e passe pelo meu Brasil e verá como você precisará melhorar sua doutrina para poder reconquistar o título de traidor número um (A Notícia, 19 de julho de 1955).

Somente a partir do final de agosto, *A Notícia* divulgava matéria sobre o Instituto Penal Agrícola informando que representantes dos jornalistas locais visitaram o estabelecimento a convite da direção, percorrendo todas as dependências do local e conversando com os presos e funcionários, ocasião em que “tomaram conhecimento da obra de recuperação social que o Dr. Javert em boa hora encetou e está realizando”, concluindo que “a impressão geral foi magnífica”.

Em 23 de agosto, na coluna denominada “A vida que a gente leva”, assi-

nada por Demóstenes Gonzalez, mais uma vez merecia destaques a “prisão sem grades”, enaltecendo a figura do diretor da instituição e sua proposta de trabalho que incluía trazer as famílias dos presos para ali dar-lhes casa e conforto a fim de favorecer a reabilitação de forma digna e o quanto antes.

Dessa forma, o matutino iniciava inédita abordagem a respeito da nova instituição municipal deixando de lado, ao menos por ora, toda a polêmica em torno de sua criação e buscando elementos que favorecessem a sua imagem perante a comunidade.

Dentro desse contexto, a edição de primeiro de setembro anunciava que o Centro Estudantil Rui Barbosa (CERB) havia realizado uma partida de futebol amistosa com os internos do IPA e vencido pelo placar de 3 a 1, ressaltando que “uma visita dessa estirpe aquele estabelecimento vem sobremaneira enaltecer e por a prova o espírito regenerado dos reeducandos e ainda mais o alto grau de idoneidade dos moços de Rio Preto”.

A matéria demonstra de forma emblemática a dificuldade em se relacionar com a instituição e a superioridade com que se refere aos “moços” do Centro Estudantil cujo patrono, coincidentemente, era referência na luta pela liberdade, em especial, pelo abolicionismo.

Outra longa matéria intitulada “O Novo Sistema Presidiário”, assinada por Chiquinha S. Domingues e publicada nessa mesma época, expressava de forma conclusiva toda a questão. A autora, figura importante do cenário da época, uma

vez que casada com o ex-prefeito Ernani Pires Domingues, responsável pelo início das negociações em torno da criação da Escola Agrícola, era grande defensora da educação e dos interesses da cidade e, na ocasião, anunciava de forma entusiasmada como havia modificado sua opinião em relação ao assunto. A razão da mudança de opinião estava relacionada a uma visita feita por ela ao instituto penal em uma noite de festa oferecida pelo seu diretor, Dr. Javert de Andrade, com a presença de músicos famosos, além de uma orquestra, da qual os internos também participaram.

Quando li os debates pelos nossos jornais se se deveria ou não, transformar a escola em presídio, imediatamente me revolttei: sou sempre pela escola. Com ela, não precisamos de presídios. Mas, infelizmente, a escassês delas pelo nosso país arrosta-nos a situação em que nos encontramos. Mergulhamo-nos na confusão, na miséria, no desentendimento. Falta termos um povo que, alfabetizado, com a consciência esclarecida por uma análise correta, apertidária, livre, ponha na sua governança homens que dêem maior atenção a esse problema. Por isso, achava, não deveríamos nunca transformar em instituto presidiário, a escola agrícola que não chegou a funcionar como tal. Vendo, porém, a organização do dr. Javert de Andrade estabeleceu para aquêle – hoje Instituto Penal de Reforma Agrícola – minha opinião se modificou. Nesse diretor, os presos encontram uma criatura de grande compreensão filantrópica que humanamente está oferecendo aos – antes encarcerados – uma vida de liberdade conduzida por caminhos amenos, fazendo com

que a consciência desperta daqueles homens, seja grade intransponível, substituindo os costumeiros grilhões de aço que os isolavam do convívio social. [...] Dr. Javert compreendeu que com carinho e confiança oferecida a um criminoso, nós conseguimos mais que pela violência. [...] Por isso fiquei emocionada no Instituto Agrícola por ter encontrado na pessoa de seu diretor a mesma afinidade de sentimentos sobre esse assunto. Dr. Javert está revolucionando o sistema de tortura moral e física, pelo trabalho, carinho e assistência humana dada aos prisioneiros. E o efeito desta reforma já se faz sentir em tão pouco tempo! Todos os presos sentiam-se satisfeitos e, numa grande ovação, afirmaram encontrar no dr. Javert um pai e não um superior. (A Notícia, 25 de agosto de 1955).

A matéria resume de forma precisa o desfecho de toda a questão, demonstrando como variaram as posturas nessa trajetória de quase dez anos de negociações, desde o anúncio da instalação da EPA em idos de 1944 e, mais tarde, o início da sua construção em 1945, até o seu abandono e posterior transformação em Instituto Penal em 1955. Expressa também com clareza a posição assumida pelo jornal *A Notícia* em relação à questão. Assim como D. Chiquinha, o matutino também havia mudado de opinião.

O IPA era uma realidade e sua história começava a ser escrita juntamente com a do município. Era preciso, portanto, naquele momento, enaltecer a nova instituição e a pretensão existente por trás dela, apesar de toda a polêmica em torno da sua origem.

Sem pretender discutir aqui as características dessa instituição penal ou se sua criação foi positiva ou negativa para a cidade, o importante é trazer à tona todo o ambiente cultural, político e social conturbado que envolveu a sua criação para podermos analisá-la de forma mais crítica. A partir daí, cabe perguntarmos quais os valores defendidos pelo *A Notícia*, afinal? E porque o IPA ameaçava tais valores?

A resposta surge na medida em que observamos a postura do jornal diante dos fatos. A *Notícia* defendia os interesses de classes sociais que estavam relacionadas com a manutenção e a valorização das características agrárias do município, razão pela qual assumia os valores que lhes são correspondentes. Cabia ao jornal, portanto, através da veiculação dos fatos e das idéias, a disseminação também desses valores a fim de legitimar determinada visão de mundo que favorecesse a criação de um imaginário que lhe fosse peculiar. E o IPA, nesse ponto, representava uma ameaça real a tais valores pelo fato de não corresponder aos interesses dessas classes, ao contrário, representava o oposto dos seus anseios.

Da mesma forma, devemos nos perguntar hoje se a desocupação do prédio no qual se encontra atualmente instalado e a construção de nova unidade em lugar mais afastado da cidade representa uma solução para os problemas da instituição? E que problemas são esses? Sua transferência irá beneficiar as pessoas diretamente envolvidas ou apenas aten-

derá às demandas da especulação imobiliária e da segregação social?

O fato é que a nova instituição perderá sua característica agrícola, principal responsável pela ocupação e fonte de trabalho para os reeducandos, além do que terá sua capacidade ampliada significativamente, tornando-se assim a segunda maior do estado, atrás apenas do CPP de Franco da Rocha. E sua localização demandará ainda uma reorganização das empresas contratantes dessa mão-de-obra já tão marginalizada e de todos os envolvidos com a instituição. Vale lembrar também que quando da criação da EPA, o terreno escolhido para a sua construção era considerado acertado por se tratar de “local para onde não há probabilidades de estender-se a cidade” (A Notícia, 23 de janeiro de 1944).

É evidente, pois, não ser possível prever o que está por vir. Mas a história nos ajuda a mostrar como os acontecimentos de outras épocas revelam valores de uma sociedade que podem ser percebidos ainda hoje ecoando em nossa sociedade. O jornal A Notícia cumpriu papel de destaque ao longo das negociações em torno da construção da EPA e depois quando da criação do IPA, assumindo não apenas a posição de simples divulgador de fatos e idéias. Ele foi, muitas vezes, contraditório na defesa dos interesses que lhe pareciam ser os mais corretos, e se tornou, ao mesmo tempo, um fator desencadeante dos acontecimentos.

Observando a posição do impresso a respeito de toda a questão, nos aproximamos de parte da sociedade da época.

Aproximamos-nos também das representações construídas historicamente em torno do IPA, da cidade de São José do Rio Preto e dos leitores de *A Notícia*.

Referências bibliográficas:

ALVES, O. R. *Homens que governaram São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1986.

ARANTES, L. *Quem faz história em São José do Rio Preto*. SP: THS Arantes Editora, 2006.

_____. *Dicionário Rio-pre-tense, a história de São José do Rio Preto de A a Z*. 2. ed. Casa do Livro, 2001.

CAMPOS, R. D. *A Princesa do Sertão na Modernidade Republicana: Urbanidade e Educação na Rio Preto dos anos 1920*. São Paulo: Annablume; São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Cultura, 2003.

_____. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920 – 1940)*. Educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CARVALHO, J. G. *Formação e Desenvolvimento Regional: evolução econômica da Região Administrativa de São José do Rio Preto*. In: CARVALHO, J.G. (Org.). *Dimensões regionais e urbanas do desenvolvimento socioeconômico em São José do Rio Preto*. 1. ed. São José do Rio Preto, SP: Editora Microlins Brasil, 2007.

- CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.) *História novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- HILSDORF, M. L. S. *História da Educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX – 1914 – 1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003
- LODI, N. Nasce um Município. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 30 de julho de 2006. *Diário História*.
- _____. Definições Históricas. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 20 de agosto de 2006. *Diário História*.
- _____. A história da Swift – um bem cultural. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 20 de julho de 2008. *Diário História*.
- _____. Produção Agrícola após 1930. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 29 de junho de 2008a. *Diário História*.
- _____. Chiquinha Domingues. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 24 de fevereiro de 2008b. *Diário História*.
- OLIVEIRA, M. R. P. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na primeira república*. Estudos CDAPH. Série historiografia; EDUSF: Bragança Paulista, 2003.
- PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SANTOS, J. A. A Trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 205-224.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.
- VALLE, D. *Jornais de Rio Preto de 1903 a 1994*. São José do Rio Preto: A Notícia, 1994.

Submetido em 25 de abril, 2011.

Aprovado em 12 de maio, 2011.

São Paulo e o Brasil: comemoração, regionalismo e construção social do espaço nacional na década de 1920¹

*Marcelo Santos de Abreu*²

Resumo

O artigo analisa as comemorações do Centenário da Independência em São Paulo (1922). Procura-se compreender como os rituais cívicos instituíam certa imagem do espaço nacional baseada numa interpretação peculiar da história nacional. Esta interpretação instituiu o Estado de São Paulo e sua capital como centro a partir do qual o passado e o futuro nacionais se delineavam. A criação e difusão desta percepção do espaço nacional correspondia simultaneamente à afirmação simbólica da hegemonia das elites regionais no cenário político na década de 1920. Trata-se, portanto, de estabelecer a relação entre as comemorações, a construção social do espaço e a política.

Palavras-chave: Comemorações. Construção social do espaço. São Paulo na década de 1920.

Abstract

The paper analyses the commemoration of the Centennial of Brazilian Independence in Sao Paulo (1922). The aim is to understand how the civic rituals instituted an image of the national space based on a particular interpretation of national history. This interpretation asserts the centrality of Sao Paulo State and its capital in national history as if this space were the very place where the Nation past and its future were created. The creation and diffusion of this perception of the national space corresponded to the symbolic assertion of the hegemony of the regional elites in the political scene in the 1920s. Thus, the historical perspective enlightens the relationship between the commemorations, the social construction of space, and politics.

Keywords: Commemorations. Social construction of space. São Paulo in 1920's.

¹ Uma versão deste texto foi apresentada durante o 14th Cultural Studies Workshop – Urban Cultures, organizado pelo Center for Studies in Social Sciences (Calcuta, Índia) na North-Eastern Hill University, Shillong, em fevereiro de 2009. Agradeço aos organizadores e ao SEPHIS (South-south Exchange Programme for Research on the History of Development) pelo custeio das despesas de viagem e estadia que permitiram a participação no seminário – oportunidade ímpar de colaboração sul-sul na criação do conhecimento. Agradeço, assim, aos leitores críticos do CSSCAL e demais participante pelas sugestões. É preciso ressaltar, ainda, que estas reflexões também foram possíveis graças à bolsa de doutorado concedida pela CAPES.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto I da Universidade Federal de Uberlândia UFU/ FACIP. mabreu@pontal.ufu.br

A cidade de São Paulo tornou-se uma imagem do Brasil moderno na primeira metade do século XX. Hoje, a segunda maior metrópole da América Latina representa a integração desta parte do mundo no processo de globalização. Essa representação da metrópole paulista como espaço síntese da riqueza nacional se constituiu a partir do crescimento industrial da cidade decorrente do desenvolvimento da economia agrícola de exportação no estado de São Paulo. O processo de concentração econômica que elevou São Paulo à suposta condição de liderança no espaço nacional foi acompanhado pela construção simbólica da cidade e da região como centro a partir do qual a Nação e o Estado brasileiro se formaram. A partir da análise das comemorações da Independência brasileira, em 1922, busca-se discutir o processo de delimitação desta imagem do espaço nacional.

O espaço não é uma grade neutra onde os processos sociais se desenvolvem, ao contrário, ele é resultado dos processos sociais que nele se inscrevem. Além disso, os espaços são lugares imaginados que devem ser lembrados para que se tornem “âncoras simbólicas para gente dispersa”³. Nesse sentido, quando a comemoração de um evento político evoca a centralidade de uma cidade ou uma região na história é que a hierarquia do espaço nacional se estabelece. Ao mesmo tempo, os autores

desta representação do espaço instituem as possibilidades de liderança das elites regionais no cenário político nacional. As comemorações, como outros processos rituais, dão visibilidade e instituem relações sociais existentes ou desejadas. Ao mesmo tempo, também, os ritos não são apenas celebração da coesão, subsistindo neles os conflitos inerentes às sociedades. Interpretá-los a partir de uma perspectiva processualista implica reconhecer no seu desenvolvimento temporal as tensões que eles procuram elidir ao passo que revelam relações sociais já estabelecidas, e que se transformam pela ritualização, ou seu poder de instituir relações novas⁴. Nesta perspectiva, o centenário da Independência na cidade e na região de São Paulo configura um processo ritual que se baseia *nas* e visa à instituição das delimitações do espaço social. Assim, espera-se demonstrar neste artigo que as comemorações evidenciam os movimentos complexos que caracterizaram aquele ritual cívico, sendo possível afirmar que a ritualização da história que se desenrolou tendo a cidade de São Paulo como centro projetou duas representações significativas que se perpetuaram no tempo para além daquele momento: a imagem da cidade e da região como lugar de constituição do Estado Nacional uma vez que lá se deu o evento decisivo para a emanci-

³ GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papiрус, 2000. p. 36.

⁴ Sobre os ritos como processos sociais ver TURNER, Victor. *O processo ritual; estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974; Turner, Victor. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press, 1974; e TURNER, Victor. Mukanda: the politics of a non-political ritual. In: SWARTZ, Marc J. *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968. p. 135-185.

pação política em 1822; e o direito à liderança das elites paulistas na arena política que tornaria possível o desenvolvimento nacional, possibilitado por uma liderança que se cria estabelecida desde o início da nacionalidade.

O trabalho divide-se em quatro partes. Na primeira, descreve-se o processo de metropolização da cidade de São Paulo como decorrência das transformações da economia regional. Espera-se, assim, estabelecer as bases sobre as quais a representação de São Paulo como centro tornou-se possível na década de 1920. Na segunda parte, trata-se das visões de São Paulo que emergiram naquele momento, buscando contrastar a auto-imagem promovida pelas elites políticas com outras apreensões do papel de São Paulo no cenário nacional. Nestas duas primeiras partes do texto, as fontes utilizadas são as análises históricas sobre as transformações da cidade e da região de São Paulo, bem como algumas obras literárias produzidas no período. Na terceira parte, utiliza-se as narrativas da imprensa diária e documentação oficial para recompor o cenário e o clima das comemorações de 7 de Setembro de 1922. De caráter conclusivo, a última parte retoma o desenvolvimento da encenação do passado e discute teoricamente o processo de construção social do espaço nacional.

São Paulo no espaço nacional

São Paulo hoje se apresenta como uma das maiores metrópoles do mundo. Pode ser entendida como uma cidade

mundial porque concentra os fluxos de capital que atravessam os continentes em suas localizações temporárias na periferia. Seu caráter metropolitano não se deve exclusivamente à sua integração aos fluxos econômicos do sistema capitalista. A cidade também compartilha, e apresenta-se orgulhosa disso em representações sancionadas pelos poderes políticos, a cultura comum às metrópoles: a impessoalidade nas relações sociais; a diversidade dos grupos que compõem o tecido social urbano, contando ainda um grande número de estrangeiros, coreanos e bolivianos principalmente; o consumo de bens materiais e simbólicos produzidos em outros espaços, desde a mais simples camiseta, automóveis sofisticados e aparelhos eletrônicos até a gastronomia, cinema, artes visuais; e, finalmente, as formas da cidade construídas segundo os padrões da arquitetura contemporânea internacional⁵. É como se estas evidências que conectam a cidade de São Paulo às principais metrópoles do mundo ocultassem seu papel subalterno nos circuitos globais.⁶

A cidade é lugar de desigualdades que assumem tons dramáticos. É possível ver nas ruas uma Ferrari ao lado de um ônibus lotado de trabalhadores que chegam a viajar 3 ou 4 horas em seus deslocamentos para o trabalho diária-

⁵ MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas metodológicas sobre metropolização e a metrópole paulistana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 26-27.

⁶ SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005. Cap. 3. p. 55-75.

mente. Em uma colina de um dos bairros mais ricos da cidade, o Morumbi, há uma favela que resiste às tentativas de remoção. Nos edifícios desocupados há anos do centro da cidade, grupos de sem teto tentam garantir o direito à moradia⁷. As diferenças na distribuição de serviços e condições de habitação entre as regiões centrais e a periferia de São Paulo são uma evidência das desigualdades na construção do espaço metropolitano paulista.⁸ O fato é que a imagem da metrópole que se difunde no espaço nacional e além destas fronteiras oculta as disparidades internas e os conflitos sociais que caracterizam o cotidiano. Na periferia, São Paulo se apresenta como centro de onde os valores da modernidade irradiam⁹.

A centralidade de São Paulo não é, contudo, um fato recente. A imagem da cidade como pólo de desenvolvimento econômico, centro político e de difusão da alta cultura torna-se recorrente a partir da década de 1920. Deste momento até a década de 1950, a capital paulista ganha contornos metropolitanos, tal como estes são definidos por Lewis Mumford em *A cidade na história*¹⁰. A economia do interior do estado e do resto do país passa a depender cada vez mais

de São Paulo, que concentra o parque industrial e as atividades financeiras. As atividades de planejamento técnico da ação governamental concentram-se em São Paulo. As instituições culturais situadas na cidade, como a Universidade de São Paulo (1934), passam a centralizar a formação das elites intelectuais e políticas em escala regional e nacional com o correr do tempo. A indústria cultural localizada na cidade começa a ditar os costumes e padrões de consumo nacionalmente. Estes processos conjugam-se e estabelecem a centralidade de São Paulo no cenário brasileiro¹¹. As representações sociais sobre a cidade e seu lugar no espaço nacional acompanham estes processos e constituem parte decisiva deles.

As representações da cidade são formas de delimitação que “organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de apreensão e de apreciação do real”¹². Tais representações aspiram à universalidade de um diagnóstico verdadeiro do real, mas são “determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”¹³. Nesse sentido, estas representações acerca de São Paulo amparam-se no processo histórico vivenciado por seus habitantes e apreendido pelas elites intelectuais e políticas. O que estes pensam sobre a cidade de São

⁷ À MARGEM DO CONCRETO. Evaldo Morcazel. Brasil: 2006. (85 min).

⁸ NOGUEIRA, Aída Pompeo. Desvendando o habitar no espaço urbano periférico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.). *op.cit.* p. 375-376.

⁹ SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1996.

¹⁰ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1991.

¹¹ MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970; e ARRUDA, Maria Aparecida do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.

¹² CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. – 1ª ed. – Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 17.

¹³ Idem.

Paulo e a região converte-se em práticas, em esquemas incorporados, num *habitus*¹⁴. As imagens sobre a capital paulista são parte das *lutas de representação* que procuram estabelecer um espaço legítimo de atuação e a projeção de um futuro para o conjunto do espaço nacional. A Nação deveria espelhar a racionalidade e eficiência que a história de São Paulo evidenciava. Parecia ser esta a percepção das elites culturais e políticas paulistas na década de 1920. O que as elites intelectuais e políticas viam na história e no presente e imaginavam como futuro para o Brasil?

Entre as décadas de 1890 e 1940, a cidade de São Paulo transforma-se em ritmo vertiginoso. Tudo começa com a acumulação de capital decorrente do comércio do café produzido nas terras férteis do interior do estado¹⁵. A partir da década de 1870, a abertura de novas áreas de plantio aumentou as possibilidades de exportação de café, principal produto da balança comercial brasileira. A cidade desempenha, então, outro papel na organização do espaço regional. Além de centro político e tímido pólo cultural, São Paulo passava a concentrar as atividades de comercialização e financiamento da produção agrícola. Na década de 1890, as transformações tornam-se visíveis: pouco a pouco a forma da cidade se altera e o ritmo do cotidiano se acele-

ra. Ainda não se trata de uma multidão febricitante a ocupar os espaços públicos, mas a população paulistana saiu de 31.385 habitantes, em 1872, para 64.934 em 1890. O salto mais significativo ocorreu num espaço de 10 anos: em 1900, a população da capital contava mais de 200 mil habitantes. Nesse momento, as atividades industriais passam a ter um peso mais significativo na economia urbana, atraindo trabalhadores do interior do estado e estrangeiros. Os dados sobre as proporções de habitantes da capital no conjunto da população do estado evidenciam o processo de migração: em 1886, a cidade de São Paulo continha 6,1% da população regional; em 1900, 12,3%. A onda de imigrantes contratados para trabalharem nas fazendas de café foi acompanhada por uma imigração voluntária. Boa parte dos italianos, portugueses e espanhóis que chegavam pelo porto de Santos se dirigia à capital. Esperavam encontrar oportunidades diferentes de seus compatriotas presos às obrigações contratuais nas fazendas do interior¹⁶.

Neste fluxo migratório, chegaram à cidade de São Paulo mais de 200 mil estrangeiros, em sua maioria italianos, entre 1908 e 1920¹⁷. Estes trabalhadores tornaram-se a mão-de-obra e os empreendedores da indústria paulista. Sob condições de renda, mordida e transporte precários, estes trabalhadores fizeram a indústria paulista crescer. Grande parte das indústrias do estado de São Paulo situava-se na

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. p. 61-62.

¹⁵ LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 64 e ss.

¹⁶ MORSE, Richard. *op.cit.* p. 301.

¹⁷ Idem.

capital, aproveitando as possibilidades de acesso à mão-de-obra a preços baixos, matérias primas e mercado consumidor interno graças à extensa rede de transportes que ligava a capital ao interior do Estado e ao resto do país. Em 1907, a produção industrial paulista correspondia a 16% do total nacional; em 1919, as indústrias paulistas produziam 32% dos manufaturados; em 1939, a produção paulista correspondia a 43% do total nacional¹⁸. O crescimento da industrialização em São Paulo, como de resto no Brasil, liga-se à substituição de importações durante a I Guerra Mundial e ao impulso industrial orientado pelo Estado depois da crise de 1929. A tese mais aceita entre os historiadores da economia conjuga estes eventos políticos e econômicos à conversão dos capitais utilizados no cultivo do café, produto sujeito a oscilações cíclicas nos preços devido ao fechamento do mercado internacional ou à superprodução¹⁹. É significativo que uma das saídas para os plantadores de café – os *lavradores* – tenha sido a substituições dos cafezais por lavouras de algodão, enquanto os grandes fazendeiros e comerciantes do produto – os *comissários de café* – optavam por

converter o capital acumulado no sistema de transportes e na indústria²⁰. A reconversão da agricultura de exportação para o abastecimento de matérias-primas para a indústria crescente é um dos temas de *Marco Zero*, romance do escritor modernista Oswald de Andrade escrito nos anos de 1940. Atento às contradições daquele processo, o autor recriou a decadência das elites rurais agro-exportadoras, os conflitos com posseiros e pequenos sítiantes, o fascínio exercido pela cidade para a gente do campo²¹.

As mudanças na economia alteravam a paisagem regional e a cidade de São Paulo surgia como centro articulador deste espaço em mutação. A vida na cidade se altera marcada pela presença das multidões nas ruas, ritmada pela velocidade do tempo do trabalho, dos modernos meios de transporte, do lazer dirigido às massas como o cinema e o futebol²². O ponto de inflexão na vida urbana paulistana é a década de 1920. Nesse momento, a cidade já contava cerca de 600 mil habitantes, número que saltaria para mais de 1 milhão em 1933²³. Parte

¹⁸ LOVE, Joseph. *op.cit.* p.81-83.

¹⁹ Sobre o debate acerca da industrialização ver: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977; DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991; OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação da economia brasileira da República Velha. In: FASUTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*; O Brasil Republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. t. III, v. 1. p. 391-414

²⁰ MORSE, Richard. *op.cit.* p. 382-384.

²¹ ANDRADE, Oswald. *Marco Zero I: a revolução melancólica*. São Paulo: Globo, 1991; e *Marco Zero II: chão*. São Paulo: Globo, 1991. Sobre estas obras de Oswald que caminhavam na contramão do romance histórico que dava forma à épica bandeirante, ver: FERREIRA, Antonio Celso. *Um Eldorado errante*: São Paulo na ficção histórica de Oswald de Andrade. São Paulo: Ed.UNESP, 1996.

²² ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. –16ª ed. – São Paulo: Martins, 1978; MACHADO, Antonio de Alcântara. *Novelas paulistanas*. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

²³ LOVE, Joseph. *op.cit.* p. 44; e MORSE, Richard. *op.cit.* p. 365.

significativa dos moradores da metrópole que surgia era de origem estrangeira, sobretudo italiana. A existência das colônias estrangeiras na cidade despertou o interesse de observadores da vida urbana²⁴. Para as elites intelectuais e políticas esse elemento novo ressaltava o aspecto cosmopolita da cidade em crescimento.

O apelo ao cosmopolitismo encontrava-se em vários aspectos da vida urbana. Além da fala estrangeira que se ouvia nas ruas da cidade, a arquitetura dos edifícios públicos e privados também simbolizava a inserção da capital paulista no mundo. O Teatro Municipal (1903-1911), projetado pelo arquiteto italiano Claudio Rossi e pelo paulista Ramos de Azevedo, evidenciava o gosto das elites paulistas pelo ecletismo historicista em voga na Europa. Outra expressão significativa do gosto arquitetônico como marca do cosmopolitismo das elites locais era a nova catedral (1913) que seguia o neogótico apropriado às construções religiosas. A introdução do *art nouveau* desenhava as residências das elites enriquecidas desde o início do século. Na década de 1920, o apelo nacionalista das comemorações do centenário transmutava-se no estilo neocolonial utilizado nas residências urbanas e casas de campo dos novos-ricos e em alguns edifícios públicos²⁵. As alterações na paisagem física da cidade

eram acompanhadas pelo afluxo de novidades modernas e estrangeiras, desde o mais prosaico gramofone ao automóvel Ford, das apresentações de companhias de ópera italianas ao cinema norte-americano²⁶. Ao mesmo tempo, por mais assustadoras que fossem, as manifestações das classes subalternas, como nas greves operárias de 1917 a 1920, também indicavam que São Paulo vivia o tempo novo da política de massa²⁷. Tudo parecia indicar que a prosperidade local colocava a cidade de São Paulo em compasso com os ritmos do mundo.

Na aceleração da história nacional, preconizando a superação do atraso colonial, as elites paulistas viam a cidade e a região de São Paulo como a locomotiva a puxar os outros estados da federação, meros vagões de um trem que se dirigia ao futuro. O uso freqüente desta metáfora somava-se a outra comparação igualmente significativa: os paulistas seriam os *yankees* da América do Sul²⁸. A comparação com o espírito empreendedor dos colonos e pioneiros norte-americanos amparava-se na própria história de São Paulo. As elites sentiam-se herdeiras de uma tradição que remontava ao período colonial. Tratava-se de enfatizar os laços entre os paulistas contemporâneos com os desbravadores do sertão dos séculos XVII e XVIII – os bandeirantes.

²⁴ ALMEIDA, Guilherme de. *Cosmópolis, São Paulo/29, 8 reportagens*. São Paulo: Nacional, 1962. *apud*. MORSE, Richard. *op.cit.* p. 333-334; ANDRADE, Mário. *op.cit.* p. 105; MACHADO, Antonio de Alcântara. *op.cit.*

²⁵ BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 38-41; p. 52-61.

²⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. Cap. 2. p. 89-152.

²⁷ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. – 4ª ed. - São Paulo: Difel, 1986.

²⁸ LOVE, Joseph. *op. cit.* Cap. 3. p. 107-148.

A marcha para o interior para apresiar índios e encontrar ouro teria alargado o território colonial e desenvolvido uma sociedade original sustentada na integração dos elementos europeus e nativos. No século XX, esse impulso era conceituado como o primeiro movimento de São Paulo para desenvolver o país, como se este existisse como unidade desde os tempos coloniais. Diante das realizações do presente, a elite paulista se via como cumpridora desse espírito empreendedor. O tempo de prosperidade da cidade e da região era visto como o cumprimento de um destino manifesto. Parte deste destino implicava transformar a realidade nacional que deveria ser reformulada segundo a imagem de São Paulo.

Visões de São Paulo

Em *Os Bruzundangas*, um viajante inventado por Lima Barreto descreve o curioso “país da encrenca”. Neste país, que é uma caricatura do Brasil da Primeira República²⁹ e uma nota de sarcasmo sobre a grandiloquência dos diversos discursos nacionalistas elaborados no período³⁰, há uma “*província tida por modelar*”, a província de “*Kaphet*”, to-

pônimo imaginário que fazia referência ao principal produto de exportação brasileiro majoritariamente produzido em São Paulo, o café. O viajante imaginário descreve aspectos diversos da vida social da região, como o costume da “*gente rica da província*” que construía suas genealogias remontando aos antropófagos primitivos habitantes da província – alusão evidente a uma das marcas do regionalismo paulista que traçava a continuidade histórica entre os bandeirantes e os paulistas contemporâneos³¹. Além do estranho costume dessa “*singular nobreza*”, a população também se tinha em alta conta. Segundo o viajante inventado por Lima Barreto:

O traço característico da população da província de Kaphet, da República da Bruzundanga, é a vaidade. Eles são os mais ricos do país; eles são os mais belos; eles são os mais inteligentes; eles são os mais bravos; eles têm as melhores instituições, etc. etc.³²

Esta visão de São Paulo integra a imagem caricatural do Brasil elaborada através dos quadros da *Bruzundanga*. Lima Barreto não poupa a “*província modelar*”, assim como não deixa de ser sarcástico com todos os aspectos da vida social do

²⁹ BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto, precursor do romance moderno. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001. p. 93.

³⁰ Sobre as comemorações das datas cívicas na Primeira República v. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 172-189, 1989; e sobre o nacionalismo brasileiro no mesmo período v. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

³¹ ABUD, Kátia Maria. *O Sangue Itimorato e as nobílimas tradições*: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. 1985 Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985; e FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

³² BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *op.cit.* p. 819.

país, mas é preciso dizer que a caricatura de Lima Barreto coincide com a auto-imagem construída pelos intelectuais e políticos paulistas no mesmo período.

Em seu estudo sobre as comemorações do centenário na cidade do Rio de Janeiro, Marly Motta destaca uma questão importante naquela ocasião: São Paulo ou Rio de Janeiro, qual das cidades melhor representava a nação? A autora, a partir do debate que se instituiu na virada das décadas de 1910 para 1920, traça um quadro das representações sobre as duas cidades que circulavam nos meios intelectuais naquele momento.

São Paulo era associada à eficiência, ao trabalho, tanto no passado como no presente, como se o etos bandeirante se revelasse em cada nova atividade criada que compunha a cidade – a indústria, o comércio, as artes e a arquitetura. Sua localização assentava o moderno na tradição, uma vez que o Brasil profundo, verdadeiro, se encontrava no interior³³. A composição étnica dos seus habitantes se caracterizava pela mestiçagem original, que deu forma à raça brasileira no mameluco, capaz de incorporar novos contingentes como os trabalhadores imigrantes. O Rio de Janeiro, ao contrário, era o lugar dos negros e portugueses, associados ao atraso e a valores tradicionais incompatíveis com a modernidade. Na cidade deitada à beira mar e dominada pela natureza, a força de seus habitantes sucumbia à contemplação e admiração acrítica dos valores estrangeiros que

importava³⁴. Em poucas palavras, São Paulo era o trabalho e o Rio a preguiça³⁵.

Esta imagem de São Paulo como lugar do trabalho se confirma na aceleração do tempo da nova metrópole. Imerosos nas transformações da vida social que se materializam no espaço da cidade em crescimento, a elite paulistana nutria em seus dias de descanso uma predileção pela velocidade como nas exibições do aeroplano de Edu Chaves e nas corridas de automóvel e motocicletas. A mesma elite cultuava espetáculos de corpos atléticos, como nas partidas de futebol, enquanto no subterrâneo da cidade, sob o peso do calor que se dissipava pelas chaminés das novas fábricas, uma multidão de operários produzia a riqueza que poucos consumiam³⁶.

Como contraponto a esta angústia de futuro, o gosto pelo passado também tomava conta dos corações e mentes da “singular nobreza” paulistana. Na década de 1920, aumentam as investigações históricas sobre o passado das bandeiras ao mesmo tempo em que o bandeirante é convertido em arquétipo do paulista operoso e destemido

³³ MORSE, Richard. *op.cit.* p. 349.

³⁴ MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1992. p. 102.

³⁵ Em *Retrato do Brasil*, Paulo Prado define a preguiça como um dos traços do caráter brasileiro. O mesmo tema é retomado na construção do anti-herói Macunaíma por Mário de Andrade. v. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.; e ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. – 16ª ed. – São Paulo: Martins, 1978.

³⁶ SEVCENKO, Nicolau. *op.cit.* Cap. 2 e 3; p. 89-152; p. 153-222.

do presente³⁷. Não só a literatura histórica contribuía para a construção da imagem do bandeirante como símbolo integrador dos paulistas, outras iniciativas caminhavam no mesmo sentido. A reforma do Museu Paulista sob a direção de Afonso d'Escragnonle Taunay concentrou-se sobre criação da seção de história e materializava a intenção de traçar a continuidade histórica entre o bandeirismo e o presente, passando por momentos cruciais da vida brasileira que aconteceram em São Paulo, como a proclamação da Independência em 1822³⁸. Os “festejos” do centenário em São Paulo tornaram-se ocasião para combinar a tradição já estabelecida de culto ao bandeirismo com a celebração da Independência política.

São Paulo na história

Desde 1912, o governo do Estado preocupava-se com a organização dos “festejos”. Uma das primeiras iniciativas foi a proposta de construir um mo-

numento que perpetuasse “na colina do Ipiranga, a proclamação da Independência Nacional”³⁹. No texto da lei, manifestava-se o desejo de fazer da es-cultura pública um esforço de toda a Nação, pois autorizava o governo estadual a “entender-se com o Governo da União e dos Estados, de modo que o monumento projetado tenha caráter nacional”⁴⁰.

Nos anos seguintes, a partir de 1917 e prolongando-se até as vésperas da celebração de 1922⁴¹, a área em torno da “colina histórica” do Ipiranga foi preparada para servir de cenário aos rituais que culminariam com a reabertura do Museu Paulista e a inauguração do *Monumento à Independência*. O bairro do Ipiranga, até então um lugar distante, ganhou uma larga avenida. O ponto de fuga da avenida Independência era o edifício do Museu Paulista, instituição estabelecida na década de 1890 às margens do riacho onde a emancipação política fora proclamada⁴². Em frente ao edifício do museu

³⁷ ABUD, Kátia. op. cit. p. 133-135.; e FERREIRA, Antonio Celso. op.cit

³⁸ ELLAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. 1996. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 246. Ver ainda os artigos: BREFE, Ana Cláudia. Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10/11. p. 79-103, 2002-2003. Disponível em <http://132.248.9.1:8991/hevila/Anaisdomuseupaulista/2003/no10-11/5.pdf>. Acesso em: 20 fev 2011; e OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.3 p.195-208 jan./dez. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a18v3n1.pdf> Acesso em 20 fev. 2011.

³⁹ Lei no. 1324 de 31 de outubro de 1912. Autoriza o Governo a promover a ereção de um monumento, no Ipiranga, que perpetue a proclamação da Independência. In: SÃO PAULO. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1912*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1913. t. XXII. p. 10.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Decreto no. 2861 de 31 de outubro de 1917. in: SÃO PAULO. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1917*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1918. t. XXVI; Lei 1719 de 30 de dezembro de 1919. Estabelece providências necessárias à comemoração do centenário da Independência do Brasil. in: SÃO PAULO. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1919*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1920. t. XXIX. p. 164.

⁴² PEREIRA DE SOUZA, Washington Luiz. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1922*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1923. p. 107-110.

reformado para a ocasião ficaria o *Monumento à Independência*.

A imagem que se criava, então, valorizava a participação dos paulistas nos eventos da independência através das estátuas de José Bonifácio e Diogo Antonio Feijó. Além da posição do monumento, fixado nas margens do Ipiranga como a lembrar que foi na terra paulista que a Independência se fez, a valorização dos personagens também sugeria que os paulis-

tas foram co-autores do gesto libertador. Soma-se a isso a interpretação republicana do evento ao representar a Insurreição Pernambucana e a Inconfidência Mineira como fatos que sustentavam e realizavam a idéia superior de liberdade que, representada na alegoria da vitória da independência no topo da composição escultórica, conduzia a história.

Curiosamente, o *Monumento à Independência* só seria visto em sua tota-

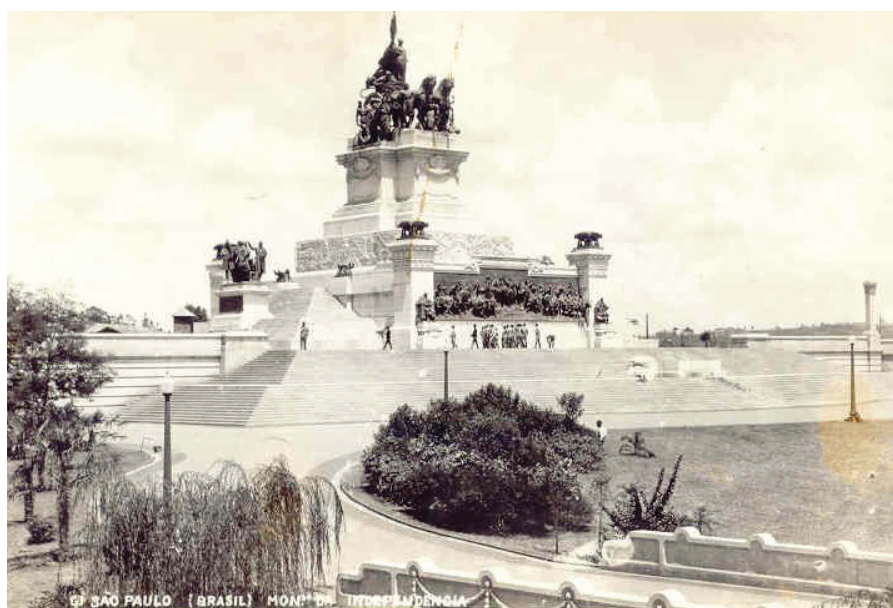


Figura 1: *Monumento à Independência* depois de concluído.

Imagem disponível em: <http://www.historia.uff.br/labhoi/image/tid/81>

lidade em 1925, pois as obras não foram concluídas a tempo. Em 1922, os paulistas tiveram apenas um vislumbre do monumento através de uma fotografia de sua maquete publicada no *Correio Paulistano* no dia 7 de setembro. A fotografia compunha um grande artigo de Afonso d'Escragnolle Taunay intitulado *Brasil*

*que se ergue, Brasil-Nação*⁴³ e era acompanhada de um pequeno texto que dizia:

Esse monumento, em grandes e belas proporções, será, em breve, uma das

⁴³ TAUNAY, Afonso d'E. Brasil que se ergue, Brasil-nação. 1500-1822 – 1822-1922. *Correio Paulistano*, São Paulo, 5^a feira, 7 de setembro de 1922. p. 4-11.

mais imponentes e grandiosas obras de arte comemorativa do Continente. Além dos grupos laterais históricos e do grande baixo relevo de sua fachada, destaca-se, no alto, o carro da vitória, simbolizando a marcha da nacionalidade para os seus altos e gloriosos destinos.⁴⁴

É preciso lembrar que, no imaginário dos paulistas, os altos e gloriosos destinos aos quais o texto se refere nasceram em São Paulo. Os rituais do dia 7 de Setembro de 1922 comprovam este sentido.

Dias antes da celebração do dia sete, a imprensa diária noticiava os preparativos para a comemoração do centenário: conferências no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, reabertura do Museu Paulista com sua nova seção de história, participação dos paulistas na “*turma nacional*” de futebol que formaria para o torneio sul americano na capital, chegada dos comboios vindos do interior para os “*festejos*”⁴⁵. A julgar pelas notícias publicadas, São Paulo era tomada de um novo movimento, ritmado, talvez, pelo “*poema entoado pelas hélices das possantes aeronaves*” que realizavam “*raids*” aéreos partindo de Santiago, Buenos

Aires e Nova Iorque até São Paulo⁴⁶.

O clima de celebração vinha crescendo à medida que se aproximava o dia 7 de setembro. Gradativamente, a partir do dia primeiro, passa-se das notícias relativas aos festejos aos comentários sobre a empolgação que tomava conta das ruas, passando pelo “*entusiasmo patriótico*” do dia quatro e culminando no “*alvorço*” notado no dia seis pelo *Correio Paulistano*⁴⁷. Neste dia, além de noticiar o programa dos festejos na capital estadual, o texto afirmava que os paulistas comemorariam com justificado alvorço a data do centenário porque ela teria o caráter de celebração nacional e local, pois foi na terra de São Paulo que d. Pedro “*soltou o grito memorável*” e porque

[...] foram os paulistas os que, com maior denodo e mais decidido afincio, se bateram pela libertação, apoiando os pensamentos do príncipe regente, dando-lhes horizontes e fazendo germinar, na alma brasileira, a confiança que nos armava para as lutas do futuro e a fé em nosso esforço, que havia de frutificar (sic), depois, em tão belos pomos para a árvores portentosa da nacionalidade.⁴⁸

Palavras de sentido semelhante foram ditas pelo orador escolhido para a cerimônia de inauguração do *Monumento à Independência*. No dia sete, por

⁴⁴ O Monumento da Independência. *Correio Paulistano*, São Paulo, 5^a feira, 7 de setembro de 1922. p. 10.

⁴⁵ Instituto Histórico. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6^a feira, 1 de setembro de 1922. p. 5; REABERTURA DO MUSEU PAULISTA. *Correio Paulistano*, São Paulo, Dom., 3 de setembro de 1922. p. 3; As festas do Centenário. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6^a feira, 1 de setembro de 1922. p. 6; O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, Sábado, 2 de setembro de 1922. p. 3 e 4

⁴⁶ O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2^a feira, 4 de setembro de 1922. p. 2.

⁴⁷ O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2^a feira, 4 de setembro de 1922. p. 2; e O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 4^a feira, 6 de setembro de 1922. p. 3.

⁴⁸ O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 4^a feira, 6 de setembro de 1922. p. 3.

volta das oito horas da manhã, uma multidão se avolumava nas proximidades da escultura apesar da chuva fina que caía e do lamaçal em que se transformaram os acessos ao Ipiranga não concluídos em tempo. Junto ao monumento, um coral de mais de 4500 vozes de escoteiros e praças da Força Pública entoaria o Hino Nacional no momento em que o presidente do Estado chegasse para cortar a fita que prendia a bandeira nacional cobrindo o alto-relevo *Grito do Ipiranga*, explicitamente baseado no famoso quadro de Pedro Américo exibido no salão de hora do Museu Paulista desde 1920⁴⁹. Após o hino, Washington Luís desvelou a imagem sob aplausos. Em seguida, o deputado estadual Roberto Moreira, nascido em Pindamonhangaba, iniciou seu discurso⁵⁰ que ressaltava o duplo sentido da homenagem para os paulistas, destacava os personagens de São Paulo envolvidos no processo de emancipação política – José Bonifácio e Diogo Antonio Feijó – e lembrava mais uma vez o vínculo entre o bandeirismo e a independência ao afirmar: “*Primeiro foi a conquista da terra, a delimitação da pátria. Porque, como sabeis, o Brasil foi feito pelos brasileiros, ou melhor, pelos paulistas*”.⁵¹

Logo depois do discurso, aplaudido fervorosamente pela assistência que

pode ouvi-lo graças aos alto-falantes instalados, foi executado o *Poema Sinfônico da Independência*. A imagem da história manifesta no monumento e nos textos, como no discurso de Roberto Moreira, também se transformava em música e gesto. A própria escolha do orador não era gratuita: representante do 1º distrito eleitoral, nascido em Pindamonhangaba⁵², Moreira representava a guarda de honra que partira daquela cidade acompanhando d. Pedro até São Paulo em 1822. Os passos que se seguiram à inauguração parcial do monumento também corroboravam o papel atribuído aos paulistas na história nacional.

Depois de visitarem o Museu Paulista reformado e de inaugurarem o *Monumento a Olavo Bilac* na avenida Paulista, as “*autoridades*” estaduais, como numa viagem de volta ao passado, desceram até Santos. O primeiro gesto foi a inauguração do *Monumento aos Andradas* e depois, como numa viagem de volta ao presente e às promessas de futuro, retornaram à São Paulo pela Serra do Mar, refazendo ao longo do caminho os passos de d. Pedro I, mas não só dele. Toda a história de São Paulo e do Brasil era recuperada e resignificada nos diversos monumentos inaugurados ao longo da serra. Na saída de Santos, o *Cruzeiro Quinhentista* representando a abertura do caminho entre Santos e Piratininga e a catequese de José de Anchieta. Mais à frente, os *Marcos do Lorena* dispostos à

⁴⁹ BREFE, Ana Claudia. Fonseca. *op.cit.* p. 90.

⁵⁰ O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5ª feira, 7 de setembro de 1922. p. 41.

⁵¹ AS COMEMORAÇÕES EM S.PAULO. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 6ª feira, 8 de setembro de 1922. p. 2; e O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6ª feira, 8 de setembro de 1922. p.3.

⁵² O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2ª feira, 4 de setembro de 1922. p. 2.

margem da estrada, representando a reabertura do caminho entre 1560 e 1757. Em seguida, na “curva da Maioridade”, painéis de azulejos representavam a passagem de Pedro II em visita a São Paulo em 1844. Depois de passarem pelos primeiros anos da nacionalidade, alcançarem o período do Império quando “o país já era um organismo completo em plena evolução”⁵³, os viajantes chegaram ao cume da serra onde tiveram: “a visão do Brasil presente, da nossa época atual. Acha-se ali construído um edifício vistoso que se harmoniza com a beleza pitoresca da paisagem.”⁵⁴

Neste edifício, os viajantes daquele dia puderam contemplar, de um lado, o mar e a serra vencidos pelos antepassados, e, do outro, o planalto paulista. Nesta encenação, a história justificava as pretensões hegemônicas do presente. Na visão dos poucos paulistas que protagonizaram os eventos daquele dia 7 de setembro, São Paulo era a metonímia de um Brasil desejado. Talvez nunca tenham chegado a ler a crítica velada na descrição da *Bruzundanga* que, ironicamente, foi publicada ao final de 1922, quando seu autor, uma das tantas vozes dissonantes naquele momento político conturbado, já havia suspirado⁵⁵.

⁵³ O CENTENÁRIO DA INDEPENDENCIA. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5ª feira, 7 de setembro de 1922. p. 41; e AS COMEMORAÇÕES EM S.PAULO. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 6ª feira, 8 de setembro de 1922. p. 2; e O CENTENÁRIO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6ª feira, 8 de setembro de 1922. p.3.

⁵⁴ CENTENÁRIO DA INDEPENDENCIA. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5ª feira, 7 de setembro de 1922. p. 41

⁵⁵ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *op.cit* p. 24.

Ritual cívico e construção social do espaço nacional

O espaço não é uma grade neutra sobre a qual os processos sociais se desenrolam. Ele é um resultado destes processos, a manifestação física e observável do tempo humano. Seria igualmente limitado compreendê-lo apenas como resultado de transformações econômicas. No caso da cidade, estas mudanças se traduzem na alteração da paisagem: as vias de comunicação, as formas arquitetônicas, a variedades das personagens urbanas que circulam pelas ruas. O espaço se altera materialmente e esta transformação se faz acompanhar da construção de significados, de sentidos para a experiência vivenciada. Ao mesmo tempo em que o espaço materializa as mudanças ele também precisa ser imaginado. Diante dos fluxos que atravessavam a capital paulista e a região que representava, era preciso instituir um sentido que unificasse a experiência de diferentes grupos sociais. A imaginação de São Paulo como centro visava a unificação dos significados da cidade e da região, tão diversos quanto eram os grupos que dela faziam parte, frente a um lugar imaginado mais amplo, o espaço nacional brasileiro.

Não foi por acaso, portanto, que o centenário da Independência servisse de pretexto para a afirmação da centralidade da cidade e da região de São Paulo no conjunto do Brasil. Afirmar a proeminência de São Paulo e de suas elites no cenário nacional exigia um significante amplo, um fato que ultrapassava a história local.

Ao mesmo tempo, a emancipação política deveria ser interpretada a partir do regional, combinando-se a outros temas de cor local que remetiam à longevidade do compromisso paulista com a construção do Brasil. À retórica da epopéia das bandeiras somava-se a construção paulista da independência política.

Esta leitura do passado deveria ter visibilidade no tecido mesmo da cidade. Daí a construção do *Monumento à Independência* e os planos para o *Monumento às Bandeiras*. Além destas esculturas públicas, outras foram inauguradas por ocasião do centenário. Duas delas expressavam a gratidão das colônias estrangeiras ao país e à região que adotaram: o *Monumento à Amizade Sírio-Libanesa*, homenagem da colônia sírio-libanesa de São Paulo executada pelo mesmo escultor do *Monumento à Independência*; e o *Monumento à Carlos Gomes*, de autoria de Luigi Brizzollara⁵⁶ que lembrava o compositor erudito paulista que fez seus estudos e carreira na Itália, uma iniciativa da colônia italiana. Outra escultura pública, inaugurada na ocasião dos festejos do centenário, homenageava o poeta Olavo Bilac. Bilac havia estudado na Faculdade de Direito de São Paulo e fundara a Liga de Defesa Nacional em 1917, momento de forte apelo nacionalista com o envolvimento do Brasil na I Guerra. A homenagem partiu dos estudantes da escola de direito. É compreensível, então,

⁵⁶ Brizzollara havia também participado do concurso internacional para o *Monumento à Independência*. v., AHMWL. PASTA MONUMENTOS I – Monumento à Independência.

que um dos momentos importantes do 7 de Setembro de 1922 fosse a inauguração do busto do 8assem o corpo político composto por cidadãos desiguais: os funerais de grandes personagens, as datas cívicas e as comemorações tornavam manifesto o passado que se acreditava compartilhado⁵⁷. Neste sentido, as comemorações da Independência objetivavam uma leitura do passado brasileiro cultivada pelas elites paulistas segundo a qual o Brasil teria emergido como nação – povo, território e Estado – pelas mãos dos paulistas. O povo e o território nacionais teriam se formado durante a epopéia bandeirante. Situada no período colonial, esta fase da história se inicia com a ocupação do litoral e avança com os núcleos de povoamento no interior. A própria cidade de São Paulo era uma evidência desse processo: primeiro núcleo colonial estabelecido no planalto (1554) depois da transposição da Serra do Mar. Nos séculos XVII e XVIII, os moradores do núcleo urbano do planalto avançaram para o oeste na conquista de índios para a lavoura canieira do litoral e ouro. Implantaram núcleos de povoamento nas futuras capitânicas de Minas Gerais e Mato Grosso, fizeram recuar o meridiano que separava as possessões espanholas e portuguesas desde o Tratado de Tordesilhas. Avan-

⁵⁷ CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In TORRAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal, secs. XIX – XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671; GILLIS, John R. (ed.) *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994; CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. s.l./ Celta Editora: 1993.

çaram ao sul e ao norte, estabelecendo a ocupação portuguesa no que viria a ser o Rio Grande do Sul e alcançaram o rio Amazonas. Nesse processo de avanço para o interior, uma nova “raça”, tipicamente brasileira, teria se plasmado com a mestiçagem de índios e europeus⁵⁸. No século XIX, a Independência e a formação do Estado também seriam obras de paulistas como José Bonifácio e Diogo Antonio Feijó, dois dos personagens representados no monumento. Os paulistas cultos do século XX acreditavam-se herdeiros desta tradição. Mas como manifestar estas representações do passado brasileiro? Mais precisamente, como tornar visível a continuidade entre a formação do território e do povo e a construção do Estado nacional?

Todo o ritual cívico do sete de Setembro se sustenta numa retórica da caminhada que demarca o território do Estado de São Paulo a partir daquela leitura do passado, reunindo num mesmo ato a predileção das elites pela história e a geografia, saberes que davam fundamento aos projetos de modernização para o conjunto da nacionalidade⁵⁹. Cor-

respondendo a uma escritura peculiar, era como se o espaço se tornasse um livro em que a história paulista e brasileira podia ser visualizada por todos. Os relatos da imprensa diária sobre as comemorações ampliavam a visibilidade dos rituais, fazendo chegar à imaginação de um público mais extenso aquilo que apenas as “autoridades” puderam ver em sua viagem metafórica ao passado. As autoridades estaduais partiram do lugar onde a Independência fora proclamada, do tempo presente da comemoração que fazia reviver o momento mítico da fundação do Estado Nacional. Desceram a Serra do Mar em direção a Santos. Nesta cidade, inauguraram o *Monumento aos Andradas*, homenagem à família de políticos paulistas envolvida nos momentos decisivos da emancipação e de construção do Estado. Regressaram à capital pela mesma Serra do Mar, refazendo os passos dos antepassados e celebrando em cada parada uma personagem ou fato da história: a obra de catequese e pacificação dos índios pelo padre José de Anchieta no século XVI; a abertura do caminho da baixada litorânea ao planalto, obra de Bernardo José de Lorena governador da capitania de São Paulo no século XVIII; a parada na Curva da Maioridade, alusiva à elevação de d. Pedro II à direção do Estado imperial; e finalmente a chegada ao Rancho de Paranapiacaba, momento de

país. Formulada pelas elites cultas que colaboravam na *Revista do Brasil*, esta visão espraia-se, configurando-se como parte do pensamento das elites políticas estaduais, até porque alguns de seus representantes colaboravam no órgão dirigido por Monteiro Lobato.

⁵⁸ TAUNAY, Afonso d’Escragno. *Na era das bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos, 1922; TAUNAY, Afonso d’ Escragno. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Ideal, 1924-1950. 11 v.; RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EUDSP, 1970; ELLIS Jr., Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.

⁵⁹ Sobre esta questão ver: DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed.UNESP, 1999. Cap. II. p. 85-130. Neste capítulo a autora analisa a conformação de um discurso sobre o saber histórico e geográfico como fundamentos para transformar o

contemplanção do presente republicano, tempo inaugurado com a fundação do Partido Republicano Paulista em 1870. Os discursos proferidos nesse momento enfatizavam a linha evolutiva, a marcha civilizatória protagonizada pelos paulistas desde o século XVI até o século XX⁶⁰. A expressão máxima deste desenvolvimento seria a cidade de São Paulo. Não por acaso, ao cair da noite, a comitiva do governador do Estado regressara de automóvel à capital regional, símbolo do novo tempo.

A ritualização da história efetuada no dia sete de Setembro pelos mais altos representantes da elite política de São Paulo sustentava-se na demarcação do espaço regional que instituiu São Paulo como *lugar*. Michel de Certeau estabelece uma distinção entre *espaço* e *lugar* que parece útil para pensar os rituais cívicos. O *lugar* seria a ordem, uma indicação de estabilidade para as relações entre os elementos que constituem um dado espaço. Um lugar é uma “configuração instantânea de posições”⁶¹. O espaço, por sua vez, define-se pelo movimento, pelos deslocamentos físicos e de significado que a retórica da caminhada cria. Por isso, pode-se dizer que o “o espaço é um lugar praticado”⁶². Quando, ao caminhar, determinados pontos são demarcados, o espaço converte-se

novamente em lugar⁶³. Recria-se, ainda que de forma momentânea, uma ordem das posições. No caso dos rituais cívicos do sete de Setembro que descrevi, qual é a ordem que se pretendia recriar? Qual sistema de posições o relato do ritual desejava instituir?

Tratava-se de estabelecer a hierarquia do espaço nacional que não se define por um território, por uma grade física determinada por fronteiras mais ou menos naturais. Antes, existe mesmo uma naturalização das fronteiras que resultam de delimitações arbitrárias do mundo social⁶⁴. Se as nações podem ser pensadas, na fórmula consagrada de Benedict Anderson⁶⁵, como comunidades imaginadas, os espaços que servem de base para sua identificação são *lugares imaginados* que estabelecem os limites do outro⁶⁶. O espaço nacional, portanto, resulta de operações políticas em que diferentes atores regionais defendem suas posições e procuram impor uma ordem que assegura a legitimidade de sua proeminência frente aos outros. Portanto, as elites intelectuais e políticas que protagonizaram os rituais do sete

⁶⁰ FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*; *op.cit.* p. 282-283.

⁶¹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1, Artes de Fazer. – 9ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1994. p. 201.

⁶² Idem. p. 202.

⁶³ Ibidem. p. 203.

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *op.cit.* p. 114.

⁶⁵ Anderson mesmo parece atento a esta relação entre a imaginação espacial e a criação de sentimentos nacionais ao analisar a vinculação dos nacionalismos oficiais pós-coloniais às técnicas de controle do espaço dos territórios coloniais que precederam a constituição das novas nações, ver: ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the history and spread of nationalism*. London, New York: Verso, 2006. Cap. 10. p. 163-185.

⁶⁶ GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. *op.cit.*

de Setembro em São Paulo sinalizavam a sua liderança para o conjunto dos grupos sociais que compunham a região. Além disso, no sistema de posições do Estado federativo, caberia a São Paulo e suas elites a condução dos destinos nacionais⁶⁷.

Por isso, o ritual cívico criava uma imagem da história em que a prosperidade do presente, representada pela pujança econômica da cidade de São Paulo, resultava de um processo evolutivo iniciado nos tempos coloniais e da fundação do Estado nacional. O caminho que percorreram era a metáfora desta evolução linear da história nacional conduzida pelos paulistas. No caso analisado, o uso do passado serve a esta delimitação do espaço político. A encenação da história calcada na prática do espaço surgia assim como uma narrativa de legitimação⁶⁸ da hegemonia paulista no contexto brasileiro dos anos de 1920.

⁶⁷ SHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República no Brasil (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978; KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. 1986. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988; VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2000.

⁶⁸ HARTOG, François & REVEL, Jacques. Note de conjuncture historiographique. In: *Les usages politiques du passé*. Paris, Editions EHESS, 2001. p. 14.

Referências bibliográficas:

ABUD, Kátia Maria. *O Sangue Itimorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1985. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the history and spread of nationalism*. London, New York: Verso, 2006.

ANDRADE, Mário de. *Macunáima: o herói sem nenhum caráter*. -16ª ed. - São Paulo: Martins, 1978

ANDRADE, Oswald. *Marco Zero II: chão*. São Paulo: Globo, 1991.

_____. *Marco Zero I: a revolução melancólica*. São Paulo: Globo, 1991;

ARRUDA, Maria Aparecida do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.

BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto, precursor do romance moderno. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Libsoa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- BREFE, Ana Claudia. Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10/11. p. 79-103, 2002-2003. Disponível em <http://132.248.9.1:8991/hevila/Anais-domuseupaulista/2003/no10-11/5.pdf>. Acesso em: 20 fev 2011.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal, secs. XIX – XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de Fazer*. – 9ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. –1ª ed. – Lisboa: Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. s.l./ Celta Editora, 1993.
- DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed.UNESP, 1999.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. 1996. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ELLIS Jr., Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. – 4ª ed. - São Paulo: Difel, 1986.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- _____. *Um eldorado errante; São Paulo na ficção histórica de Oswald de Andrade*. São Paulo: Ed.UNESP, 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- GILLIS, John R. (ed.) *Commemorations: the politics of national identity*. Pinceton: Princeton University Press, 1994.
- GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- HARTOG, François & REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: Editions EHESS, 2001.

- KNAUSS, Paulo. *Imaginária urbana e poder simbólico*; escultura pública no Rio de Janeiro e Niterói. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 1998.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícilhe-gemonia; um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. 1986. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MACHADO, Antonio de Alcântara. *Novelas paulistanas*. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas metodológicas sobre metropolização e a metrópole paulistana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 26-27.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*: de comunidade à metrópole. São Paulo: Difel, 1970.
- MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos*: a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1992.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. – 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- NOGUEIRA, Aída Pompeo. Desvendando o habitar no espaço urbano periférico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 375-403.
- OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação da economia brasileira da República Velha. In: FASUTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*; O Brasil Republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. t. III, v. 1. p. 391-414
- O CORREIO PAULISTANO*
- O ESTADO DE SÃO PAULO*
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.3 p.195-208 jan./dez. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a18v3n1.pdf> Acesso em 20 fev. 2011.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- _____. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p. 172-189, 1989.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.
- PEREIRA DE SOUZA, Washington Luiz. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1922*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1923.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EUDSP, 1970.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SÃO PAULO (Estado). *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1912*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1913. t. XXII.
- _____. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1917*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1918. t. XXVI.
- _____. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1919*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1920. t. XXIX.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SHILS, E. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1996.
- SHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *República e federalismo: um estudo da implantação da República no Brasil (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Ideal, 1924-1950.
- _____. *Na era das bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.
- TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- _____. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.
- _____. Mukanda: the politics of a non-political ritual. In: SWARTZ, Marc J. *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968. p. 135-185.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2000.

Submetido em 24 de fevereiro, 2011.

Aprovado em 25 de abril, 2011.



Re-configurando os valores tradicionais da cultura goiana: os espetáculos *Goiânia* e *Dia e Noite*

Rejane Schifno¹

Resumo

Neste artigo, pretende-se demonstrar como os valores tradicionais da cultura goiana sofreram um processo de positivação ao longo do tempo proporcionado pela dança. Para tanto, é comparado, aqui, a representação destes valores feita por uma revista musical produzida no final da década de 1930 e apresentada em 1942, e por um espetáculo de dança produzido e apresentado em 1983, ambos realizados na cidade de Goiânia. Ao mesmo tempo, se tenta alcançar um entendimento inicial de como a dança produzida e apresentada na cidade e a cultura local dialogam entre si, e se (re) configuram nesta relação, de acordo com a teoria proposta por Marshall Sahlins.

Palavras-chave: Dança. Cultura de Goiás. Representação.

Abstract

In this article, it's intended to show how Goiás' culture traditional values suffered a revalorization process through time proportioned by the art of dance. To reach this goal, it's compared, here, the representation of these values did by a revue produced in the latest 1930's and presented in 1942, and also by a dance presentation produced and presented in 1983, both realized in the city of Goiânia. At the same time, it's also tried to reach an initial understanding how the produced and presented dance in this city and the local culture talk to each other, and suffer changes in this relation, according to Marshall Sahlins' theory.

Keywords: Dance. Goiás' culture. Representation.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). rejanebonomi@hotmail.com

Dança: representando os valores da tradição

No presente momento, a dança teatral, enquanto objeto de pesquisa, se encontra em ascensão nos mais diversos tipos de estudo sobre Goiânia e Goiás. Aos poucos, pesquisadores de diversas ciências, como História, Educação Física, Dança, Antropologia, entre outras, têm divulgado pesquisas que, ao serem articuladas com essa arte, fornecem uma compreensão maior sobre os seus desdobramentos na cidade e articulações com a cultura regional.

Mesmo existindo somente no tempo exato de sua execução, a dança produz inúmeros registros e testemunhos de sua existência: relatos, depoimentos, fotografias, *releases* de coreografias e de espetáculos, programas, filmagens, certificados de cursos. Entre tais fontes, chamam a atenção os vestígios deixados, especificamente, pelos espetáculos de dança. Para executá-los, não basta apenas coreografar sobre determinado tema para um grupo de bailarinos, é preciso que se faça uma pré-produção bem feita para que o mesmo seja realizado: para agendar o aluguel do teatro, é preciso enviar uma prévia, um resumo, do que será apresentado para a administração do estabelecimento, com o argumento do espetáculo, número estimado de bailarinos, de cenários, de pessoas na produção, e mapa de iluminação, por exemplo; a pesquisa do argumento e

da trilha sonora do espetáculo pode envolver diversos profissionais além do coreógrafo e diretor; é preciso pagar as devidas taxas e impostos à prefeitura, ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), que lida com direitos autorais, e ao Sindicato dos Artistas, que representa contra-regras, iluminadores, cenógrafos e outros profissionais; a divulgação precisa ser feita com antecedência, seja por meio de cartazes, *folders*, notícias publicadas na imprensa ou divulgação em rádio e televisão. Estes são apenas alguns exemplos do trabalho de produção de um espetáculo que deixam testemunhos visíveis da existência desta arte.

Baseando-se nestes rastros, escolheu-se falar, neste artigo, sobre dois espetáculos: *Goiânia*, uma revista musical cuja estreia ocorreu em 1942, e *Dia e Noite*, um espetáculo de dança apresentado em 1983. Ambos os espetáculos foram produzidos e apresentados por grupos artísticos goianos, e ambos representaram no palco valores da cultura goiana que são considerados tradicionais (como a religiosidade do povo, a simplicidade do viver, a emotividade do goiano). Entretanto, a análise dos relatos, reportagens, programas e gravação das duas apresentações demonstra que estes mesmos valores foram representados de maneira distinta, fornecendo uma possibilidade de vislumbre de como a dança e a cultura local dialogam entre si, e se (re) configuram nesta relação.

Goiânia: a validação do discurso do progresso

Goiânia foi a primeira revista musical realizada e apresentada por um grupo goiano no então Cine-Teatro Goiânia. Apesar de sua estreia ter ocorrido, naquele teatro, em 04 de julho de 1942, Borges² afirma que ela já havia sido apresentada em 1938, nas cidades de Anápolis, Goiânia e Trindade.

Dividida em um prólogo e dois atos, ela foi escrita por Vasco dos Reis, musicada por Joaquim Édison de Camargo e dirigida por Walfredo Maia. Seu tema principal era a mudança da capital do estado, embora não tenha deixado de retratar também os fatos considerados, até aquele momento, mais importantes da história de Goiás:

[...] Goiás selvagem, índios descuidosos entoando o seu canto pacífico, a entrada das Bandeiras, com a tradicional cerimônia do álcool queimando em um prato, Couto de Magalhães e o Araguaia, as belezas de nossas paisagens, os contornos suaves de nossa terra, serenatas goianas, os costumes simples e belos de nossa gente, a procissão solene das samaritanas de Vila Boa, conduzindo os seus cântaros d'água, foram cenas belas e encantadoras passadas em revista por sobre o Gigante Adormecido. Depois, fatos mais recentes se apresentaram. Num cenário alegre, entra cantando, vitoriosa, a Revolução de 30, trazendo o progresso

para Goiás. O Gigante se desperta, tocado pela música festiva dos clarins revolucionários, e amparado pelo valor de um goiano, que troca as algemas pelo bordão de guia para o seu povo. Os quadros continuam na sua sucessão. Surge a idéia da mudança da capital. Os municípios se postam ao lado dessa iniciativa. Um cordão carnavalesco, numa sátira sóbria e suave, relembra os debates na câmara entre os dissidentes e a maioria. Vêem-se, depois, o coro dos trabalhadores, de serra e martelo em punho, atacando a construção da cidade, os três primeiros prédios de Goiânia, Palácio, Secretaria e Grande Hotel. As cenas cômicas e interessantes do transporte e, finalmente, um lindo conjunto de senhoritas representa as belezas do jardim de Campinas. Foi este um dos mais lindos quadros, em que sobressaiu a Srta. Lurdinha Maia, comandando o cortejo de bailarinas.

Encerrou a peça uma linda apoteose de todo o elenco, quando Goiás, o Gigante já em atividades, tece hosanas e glórias ao seu libertador³.

No que se refere às partes técnica e artística, se percebe a existência de uma preocupação com o uso coerente das diversas linguagens e técnicas artísticas – como o sapateado, o canto e a dança – para a construção da narrativa sobre a história de Goiás proposta pela revista. Apesar disto, é difícil dizer claramente que tipo de dança foi apresentado nesse espetáculo. Por exemplo, o sapateado se espelhava na catira, ou foi influenciada

² BORGES, Gilson P. *Teatro Goiânia: história e estórias*. Goiânia: Editora da UCG, 2007. p. 25.

³ OBTEVE grandioso sucesso peça teatral do Dr. Vasco dos Reis. *Correio Oficial*, Goiânia, 07 jun. 1938, apud, ibidem, p. 24-25.

pelo sapateado americano? E que dança executava o cortejo de bailarinas? São questões que permanecem abertas, até o momento.

Já em relação à dança, em geral, entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1940, ainda existia uma forte censura sobre ela, exercida principalmente pela religião, que a considerava como um fator desviante para os jovens do caminho da boa moral e dos bons costumes vigentes naquele período, e que correspondiam aos valores interioranos trazidos para a nova capital pelas famílias pioneiras, oriundas de famílias tradicionais da Cidade de Goiás, Rio Verde, Anápolis, e demais cidades do interior do estado⁴. Apesar destas restrições, a dança que se encaixava na vertente teatral não podia deixar de ser considerada como uma arte, devidamente localizada na noção de cultura equivalente à ideia de erudição⁵.

⁴ Apesar da migração para uma cidade vista, naquele momento, como símbolo do progresso e do ingresso do estado na civilização, tais famílias não deixaram de reproduzir os costumes e valores simples aos quais estavam habituados, mesmo que estes não correspondessem à ideia de modernização proposta pela nova capital. Cf. OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *História cultural de Goiânia*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003, p. 15: “[...] a elite de Goiânia, apesar de heterogênea, era formada por famílias tradicionais e de nível socioeconômico semelhante, provenientes de diversas cidades goianas (Goiás, Rio Verde, Anápolis, Pires do Rio, Catalão etc.). Uma das principais preocupações das famílias pioneiras era desenvolver espaços para a integração social, escassos na nova capital naqueles tempos. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a criação do primeiro Clube Social, o Automóvel Clube, criado em 1935 e que, a partir de 1943, se tornou o Jôquei Clube de Goiás, e passou a ser o ponto de encontro da elite social de Goiânia.”

⁵ Cf. SAHLINS, Marshall. *O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção*

A ideia de *cultura* como *refinamento intelectual*, cuja manifestação mais visível se verifica na produção de obras consideradas de arte para uma parcela da sociedade, acabou por ser absorvida pelo discurso da modernização e do progresso propagado pelo grupo político que, após a Revolução de 1930, derrubou a antiga oligarquia dos Caiado e assumiu o poder, liderados por Pedro Ludovico Teixeira. A análise da historiografia goiana referente a este período permite afirmar que, nas décadas de 1930 e 1940, havia uma grande preocupação com a questão cultural em Goiânia, quando esta se tornou a nova capital. Procurava-se não só trazer cultura de outros lugares, mas também “produzir” uma cultura que, ao mesmo tempo, se alinhasse ao modelo de cultura proveniente deste ideal de progresso e modernização propalado pelo grupo político ligado a Teixeira, e que fosse reconhecida, ao mesmo tempo, como goiana. A negociação que se fazia entre o que ficava e o que saía da cultura goiana, naqueles anos, se relaciona diretamente com a busca do então interventor do estado em inserir Goiás no novo projeto

(parte I). In Revista Mana, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131997000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 mai. 2010. p. 41: “a cultura em seu sentido antropológico foi capaz de transcender a noção de refinamento intelectual (aquela “cultura” que tem como adjetivo “culto”, e não “cultural”, e que ainda é uma acepção comum do termo) da qual descende [...]”. Neste período, em Goiânia, entretanto, era a acepção comum do termo que correspondia ao significado de cultura.

de nação imposto por Getúlio Vargas⁶ a partir da Revolução de 1930⁷.

Wolf⁸ assinala que “a construção,

desconstrução e reconstrução de conjuntos culturais abrangem também a construção e destruição de ideologias.” Nesse sentido, se observa que Pedro Ludovico Teixeira reproduziu, em escala regional, os mecanismos de seleção e unificação culturais usados por Vargas a todo o país, não só para “ingressar” o estado no projeto de modernização do Estado Novo, mas para forjar uma outra goianidade que se fizesse mais representativa do mesmo. A interpretação e o entrelaçamento das ideias de civilização, progresso, modernização e cultura, nesta perspectiva, contribuíram para a valorização da arte local cujos produtos se vinculassem à noção de cultura como refinamento intelectual, e com a qual se buscava adjetivar a sociedade local. *Goiania*, então, foi aceita como:

[...] uma espécie de delicioso prato histórico, onde se encontra uma pequenina amostra de tudo o que possuímos, inclusive a própria revista, que bem demonstra o grau de cultura e progresso que já desfruta a nossa terra.⁹

Se a dança teatral ainda não era a principal linguagem artística da revista, ela passou, ao longo da década, a ser cada vez mais valorizada enquanto arte, a ponto de ter uma professora de balé radicada na cidade no início dos anos 1950¹⁰. Mas

⁶ Cf. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. *Tempos de Capanema*. São Paulo: FGV / Paz e Terra, 2000, p. 181-182, apud, PEREIRA, Roberto. *A formação do balé brasileiro: nacionalismo e estilização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 277: “o projeto nacionalista do Estado Novo valorizava, em outras palavras, a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade, que não fosse na forma de corporações rigorosamente perfiladas com o Estado. Daí seu caráter excludente e portanto, repressor. A formação do Estado Nacional passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia.”

⁷ Nesse sentido, também é possível identificar o reaproveitamento e a apropriação de práticas políticas, econômicas e culturais já existentes pelo grupo revolucionário de Teixeira. Cf. CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1984. p. 66: “naquele momento, representava para o plano político do Estado uma bandeira de luta, um símbolo de ascensão ao poder, uma ideologia global que poderia estar representada na transferência da capital, enquanto essa significasse o novo, o progresso, a centralização e a esperança. Uma nova capital seria a aspiração nacional transformada também em desejo individual, no momento histórico propício. Seria um sistema trabalhando em perfeita harmonia em prol do desenvolvimento capitalista. Enfim, estava se pegando o bonde da história. Enquanto tais idéias iam sendo viabilizadas, a base da economia goiana continuava ligada à terra, conseqüentemente aos grupos oligárquicos. Tal fato demonstra a interação entre o “velho” e o “novo” em Goiás.”; Cf. idem. *Caminhos de Goiás: da construção da “decadência” aos limites da modernidade*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995. p. 145: “os arautos de 30 em Goiás, subestimaram a tradição, negaram o passado histórico e propuseram uma completa ruptura, acreditando que incorporavam o “novo”, o “moderno”, em nome do progresso.”

⁸ WOLF, Eric R. Cultura: panacéia ou problema? In FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. trad. Pedro Maia Soares. Brasília/Campinas/São Paulo: Editora da UnB, Editora UNICAMP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 298.

⁹ OBTEVE, op. cit, apud, BORGES, op. cit. p. 24.

¹⁰ Seria essa professora Karin Gesatzkaz. Entretanto, a leitura da entrevista concedida por Norma Lília no final daquela década fornece a hipótese de já no final dos anos 1940 terem existido outros professores atuando em Goiânia. Cf. *Jornal de Notícias*. Goiânia, 21 set. 1952; Norma Lília – “Guarani” foi o meu maior êxito. *O Popular*, Goiânia, 13 fev. 1959.

este crescimento se deveu muito mais ao discurso produzido pelo poder,¹¹ e à sua subsequente ideia de cultura, que por uma integração dos elementos culturais da dança aos elementos culturais goianos já existentes. *Goiânia* retratou a simplicidade, a religiosidade e outros valores da tradição dando-lhes uma feição idealizada e bela, mas lhes demarcando a incapacidade de fazer progredir a terra. Coube à dança, portanto, crescer em técnicas, mas separada destes valores, em consonância com o discurso cultural produzido naquele período.

***Dia e Noite*: um diálogo com os valores da tradição**

Nas palavras do Grupo Energia,

do entrosamento de bailarinos oriundos de várias academias de Goiânia, surgiu a idéia de formar um grupo de dança, onde todos buscavam um caminho revelador para a realização de um trabalho com linguagem própria¹².

Isto aconteceu em 1982, mas somente no ano subsequente é que eles começaram a apresentar seus trabalhos

na cidade, no estado e no restante do país. Ecléticos, tinham elementos vindos tanto da dança acadêmica quanto da dança moderna; também havia espaço para outras técnicas de dança, como o jazz e a dança contemporânea. Concomitante à formação do grupo, foi fundada a Academia Energia Núcleo de Dança, na qual eram ministradas aulas de balé, jazz e dança expressiva.

Dia e Noite foi o espetáculo de estreia do grupo, apesar de eles já terem se apresentado em outras coreografias, algumas premiadas em festivais de projeção nacional. Ele foi apresentado em duas curtas temporadas, de 20 a 23 de outubro de 1983, e de 02 a 03 de dezembro do mesmo ano.

Na primeira parte do espetáculo, e que foi coreografada por Tarcísio Clímaco, a temática era a fé – ou, mais precisamente, a Festa do Divino Pai Eterno, que ocorre anualmente em Trindade:

[...] Tarcísio começou a desenvolver um trabalho mais regional, mais brejeiro, falando basicamente do homem do campo, de sua fé exagerada que vem em forma de manifestações religiosas, como uma válvula de escape para suas solidões. [...] Consegue desenvolver, a nível coreográfico, uma linguagem popular fundamentada na técnica clássica com alguns elementos da capoeira, da mímica, etc. com uma forte preocupação com o lado interpretativo e expressivo¹³.

¹¹ Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24ª ed. org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. p. 08: “o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ela não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.”

¹² ENERGIA NÚCLEO DE DANÇA. *Projeto: temporada 86*. Goiânia, 1986. p. 03.

¹³ RODRIGUES, Conceição. No Teatro Goiânia, o popular e o subjetivo de “Dia e Noite”. *O Popular*, Goiânia, 20 out. 1983a. Caderno Dois. p. 20.

A análise da gravação do espetáculo¹⁴ mostrou uma coreografia com bases na dança acadêmica e no balé moderno. Observou-se que existiam limitações de ordem técnica, mas que estas não dificultaram a precisão dos gestos nem a transmissão da temática, que foi reforçada pela composição musical de João Caetano e Otávio Daher. A ausência de cenários foi compensada pelo uso de diversos adereços cênicos (enxada, bandeira do Divino Pai Eterno, bateias, pipa). Os figurinos também eram simples, calças e camisetas para os homens, e vestidos curtos para as mulheres, com o predomínio da cor branca.

Já a segunda parte, coreografada por Julson Henrique, a temática era mais abstrata, sem ter um fio condutor que servisse de guia para as ações. As emoções, e como elas conduzem o ser humano no contato com o outro e consigo mesmo, era o mote deste segundo momento. Mas a interpretação sobre seu(s) significado(s) coubera a cada um dos espectadores fazer. Nesta parte, mais uma vez, se encontrou coreografias com bases acadêmicas e modernas. A trilha sonora, porém, já era composta por artistas internacionais, enquanto que os figurinos passaram a ser predominantemente negros. E, mais uma vez, não havia cenários.

Segundo Rodrigues¹⁵, o espetáculo recebeu este nome porque:

quando foi apresentado na Oficina Nacional de Dança Contemporânea realizada em Salvador (BA), no último mês de julho (mostrado de forma condensada), o espetáculo ainda nem tinha nome, mas valeu o comentário de uma bailarina carioca que, caracterizou o popular de Tarcísio e as músicas bem brasileiras, como uma coisa que acontecia de dia e, a temática implícita de Julson foram por ela ligada à noite.

A iluminação do espetáculo, composta de iluminação geral na primeira parte, e do uso de refletores específicos para produção de focos de luz realçaram essa premissa. O espetáculo foi muito bem aceito pela crítica, que o classificou como a união de:

[...] experiências distintas que resultam em um fruto forte, de sabor bem goiano. Trata-se de uma proposta nova, onde a emoção flui livremente em todos os instantes, sensibilizando a equipe e buscando levar à platéia algo mais que a simples perfeição da técnica¹⁶.

A leitura e análise do grupo de reportagens encontrado sobre o espetáculo sugerem que o grupo partiu de seus próprios referenciais de dança externos para a construção de novos referenciais, que se fizessem capazes de articular o técnico universal ao cultural regional, alçando a possibilidade de se fazer uma dança *de* Goiás, e não *em* Goiás:

¹⁴ DIA e noite. Produção: Energia Núcleo de Dança. Goiânia, 1983. 01 DVD (120 min), son., color.

¹⁵ RODRIGUES, Conceição. O Energia arriscando em cima de suas próprias experiências. *O Popular*, Goiânia, 22 out. 1983b. Caderno Dois. p. 19.

¹⁶ AZEREDO, Rachel. Amor; Ódio; Corpos em conflito; É o Dia e Noite. *Diário da Manhã*, Goiânia, 20 out. 1983a. Caderno DM Revista. p. 23.

Buscar caminhos nem sempre é fácil. Principalmente quando se trata de campos onde a influência exterior é marcante, considerada quase que tradicional por profissionais e leigos. É o caso da dança, que normalmente segue os ditames do clássico. Algo mais europeu. Distante da realidade brasileira e totalmente desligada de realidades regionais.

Mesmo assim o Grupo de Dança Energia resolveu arriscar. Unindo experiências distintas partiu para a montagem de um trabalho que resultasse em uma maior contribuição para com a dança que é feita em Goiás. Sem seguir modelos pré-determinados, mas valorizando os aprendizados anteriores. Sem deixar de lado a música que se faz fora das fronteiras do Brasil, mas realçando a gostosa canção goiana, feita por aqueles que pisam nosso cerrado. Que conhecem arroz com pequi e guariroba. Que vivem a beleza dos becos de Goiás e as tradições dos casarios de Pirenópolis.

E da união de Julson Henrique e Tarcísio Clímaco, que vivem armados de coragem, começou a surgir Dia e Noite. Dividido em duas fases. Tal qual a divisão existente entre o dia e a noite. O claro e o escuro. O preto e o branco. Com diferenças imensas, mas que fazem do todo um espetáculo que eleva a dança em Goiás. Que renova as esperanças dos que amam a arte. Qualquer que seja ela. Qualquer que seja a manifestação¹⁷.

Desconsiderando-se certo ufanismo local evidenciado, às vezes, pela linguagem jornalística, se observa que, nestas reportagens, são listadas como características da cultura goiana

¹⁷ ibidem, p. 23.

a brejeirice, a religiosidade e a fé, a simplicidade do viver, a leveza da terra, a agilidade e a ingenuidade do goiano, a luta em busca de uma vida melhor, no campo ou na cidade. Características estas que foram, segundo estas reportagens, muito bem captadas pelas coreografias, principalmente, da primeira parte da apresentação. Há, aqui, uma inversão: a dança teatral, que cresceu aos poucos durante os anos 1950 e 1960, e que se estabeleceu definitivamente na cidade nos anos 1970 tanto através da institucionalização acadêmica¹⁸ quanto do seu ensino em academias, atraindo professores estrangeiros e produzindo trabalhos cujas temáticas não se vinculavam à cultura regional, foi vista em uma outra profundidade ao representar, pelas técnicas e pelos corpos, os valores dessa cultura nos palcos¹⁹, através do diálogo entre o

¹⁸ Em 1973, a professora Lenir Miguel de Lima introduziu em Goiânia a dança moderna e contemporânea através da disciplina Rítmica, componente da grade curricular do curso de graduação em Educação Física da então Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (ESEFE-GO), hoje incorporada à Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cf. LIMA, Lenir Miguel de. *Um momento da Dança em Goiás*. In *Pensar a Prática – Revista da Pós-Graduação em Educação Física Escolar*. Goiânia, n. 1, v. 1, FEF – CEGRAF / UFG, 1998. p. 74-80.

¹⁹ A presente análise foi feita baseando-se na leitura de reportagens e dos programas de espetáculos das seguintes academias, no recorte 1970-1980: *Musika! Centro de Estudos, Movimento Academia de Dança e Estética, Energia Núcleo de Dança, Studio Dançarte, Academia D'talhe*. As danças moderna e contemporânea seguiram por outros caminhos antes de passarem a ser ensinadas nas academias de dança: da disciplina universitária na qual surgiu, derivou grupos de dança vinculados às universidades como o *Gru-*

universal / cosmopolita e o específico / local.

Paralelamente a este processo de crescimento da dança, Oliveira²⁰ relata que durante os anos 1960 e 1970 novas relações sociais impuseram mudanças culturais importantes em Goiânia, causadas principalmente pelo crescimento populacional e a construção de Brasília. Ele aponta que mudanças ocorridas nas formas de lazer (com a troca das idas aos clubes sociais para a busca de diversão nas nascentes discotecas), a criação de condomínios verticais (que contribuíram para o distanciamento das relações sociais entre vizinhos), e a fundação da Universidade de Goiás (mantida pela Igreja Católica), em 1959, e da Universidade Federal de Goiás, em 1960, contribuíram para a individualização das relações sociais e para a troca dos valores tradicionais locais pelos valores universais da ciência moderna. A partir de 1980, o mesmo autor aponta a ocorrência de novas mudanças:

[...] Nos anos 80 e 90, a relação entre Goiânia e as cidades situadas ao seu entorno veio influenciar na mudança de

po de Dança Unívérstica (ESEFEGO), *Grupo de Dança da Universidade Federal de Goiás* (UFG), posteriormente denominado *Grupo Dançarte*, e o *Grupo Via Láctea* (Faculdade de Arquitetura da UFG), todos formados durante a década de 1970. Apesar de LIMA, op. cit, p. 77-79, afirmar que o *Grupo de Dança Unívérstica* trabalhou em conjunto com artistas goianos, e que os temas da cultura brasileira, principalmente as lendas do folclore nacional, eram o foco temático deste grupo específico, não se sabe, até o momento, de trabalhos destes grupos cujas temáticas se referiam à cultura goiana.

²⁰ OLIVEIRA, op. cit. p. 24-36.

muitos valores de seus habitantes.

Esta relação foi marcada por uma troca desigual, pois tratava-se de uma interação social entre uma metrópole moderna, como Goiânia, e as pequenas cidades do Entorno, permeadas de valores tradicionais – diferente da relação igualitária entre Goiânia e Campinas nos anos 40 (duas pequenas cidades) e Goiânia e Brasília (duas cidades planejadas pelas modernas teorias urbanísticas) nos anos 60. Isso produziu duas conseqüências: em primeiro lugar, intensificou o processo de modernização das cidades do Entorno; por outro lado, propiciou um contato maior dos goianienses com os valores tradicionais das cidades do Entorno²¹.

Ainda segundo este historiador:

O acidente com o Césio-137 contribuiu para que Goiânia repudiasse suas características progressistas e se voltasse para uma postura pós-moderna (no sentido de crítica à ideologia do progresso). Desse modo, foram rejeitadas, pelo menos no discurso, suas características de metrópole, tais como crescimento populacional, desenvolvimento industrial, verticalização, poluição ambiental. Houve uma mudança nos discursos dos administradores da cidade, que passaram a utilizar na propaganda da cidade palavras-chaves, tais como respeito ao meio ambiente, qualidade de vida, recuperação da memória histórica etc²².

Observa-se que os acontecimentos da década e este novo contato com os

²¹ ibidem, p. 42.

²² ibidem, p. 46.

valores tradicionais da cultura do Estado permitiram que novas elaborações se produzissem sobre eles, numa perspectiva menos depreciativa que a cunhada pelo discurso político mudancista da década de 1930. Não se percebe nas fontes a existência de um saudosismo ou de uma rememoração utópica, mas sim uma releitura crítica dos seus símbolos e significados a partir do presente que se fazia real no início da década de 1980.

Ao trazer para o palco estes valores, que se tornaram reconhecíveis para o público e com o qual eles se identificaram, o Grupo Energia demonstrou que, se os referenciais técnicos da dança eram externos, os referenciais culturais eram duplos, contendo elementos tanto de fora da cultura do estado quanto de dentro, e que as bases do espetáculo foram, justamente, as releituras de ambos e as trocas efetuadas entre eles.

Rodrigues²³ diz que:

[...] há ainda aqueles que ficaram fascinados pelo nível do espetáculo em seu todo, como o maestro Brás Wilson Pompeo de Pina, para quem o trabalho foi “de alto nível e penso que com ele, firma-se mais a maturidade cultural dessa região. Creio até que este foi o melhor espetáculo que já assisti em Goiânia.”

Nesse sentido, percebe-se que a citada maturidade cultural não se relaciona com a importação e implantação

de uma cultura e arte considerada civilizada para que se pudesse afirmar que a cultura regional também era erudita; ao contrário, a maturidade cultural pode ser notada, aqui, pela capacidade apresentada de re-significação dos valores locais no diálogo com os elementos externos que lhes eram acrescentados, resultando em novas possibilidades de crescimento e reconhecimento para a dança.

Dança e os valores da tradição: a ampliação da erudição

Procurou-se demonstrar, na análise destes dois espetáculos, como as diferentes representações de um mesmo conjunto de valores culturais vistos como tradicionais não ocorreu somente como reação a mudanças ocorridas em outras esferas, como a política e econômica, embora não se desconsidere a importância de tais fatores para a existência das mesmas. O objetivo, aqui, foi demonstrar como estas representações reverberaram na dança teatral estrangeira à cultura local, e como ela interagiu com esta cultura.

Foi observado que *Goiânia*, ao representar esse conjunto de valores, os idealizou em um passado acabado pela ideia de modernização e civilidade que permeou a mudança da capital, legando-lhes a via da utopia, do saudosismo, de algo que teve seu momento e lugar, e que não cabia mais existir no presente que se anunciava entre os anos 1930 e 1940. A dança até poderia representá-los, mas tomando a perspectiva do pitoresco, tomando-os como mote para a demonstração de

²³ RODRIGUES, Conceição. O retorno do “Dia e Noite” ao palco do Teatro Goiânia. *O Popular*, Goiânia, 02 dez. 1983c. Caderno Dois. p. 18.

sua face estética e lúdica²⁴. Essa perspectiva, até o momento, parece ter sido o fator determinante para uma convivência lado a lado, sem muitas interações, da dança com estes valores tradicionais, na cidade, desde sua construção até final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Dia e Noite, ao contrário, demonstrou com sua representação que estes valores tradicionais não só não se extinguiram como também passaram a integrar com outros elementos culturais e artísticos, ora se moldando a eles, ora moldando-os a si. E, embora esta apresentação tenha sido, aparentemente, a primeira a mostrar publicamente esta relação, isso não significa que esta interação tenha se iniciado somente no início dos anos 1980 – muitos espetáculos começam a ser pensados, às vezes, anos antes de sua apresentação, e muitas vezes de forma solitária: ao ler um livro, ao ouvir uma música, ao ver o vislumbre de uma movimentação que liga todas essas referências diante de um espelho após o encerramento das aulas, numa sala à meia-luz e prestes a ser fechada.

²⁴ Tal perspectiva ainda se faz visível atualmente: em 2007, foi apresentado pela academia Dança & Cia. o espetáculo *Melodias brasileiras, canções goianas...*, no qual canções folclóricas goianas serviram de mote para a apresentação de coreografias cujo intuito era mais mostrar as habilidades técnicas das alunas de balé clássico, jazz e sapateado que trabalhar, de forma pedagógica com as alunas, esse universo pretensamente levado ao palco pela música selecionada e pelo cenário representativo da Cidade de Goiás. Ele foi apresentado no Teatro Goiânia, nos dias 29 e 30 de novembro, por ocasião do encerramento do ano letivo da academia. Cf. MELODIAS brasileiras, canções goianas...Produção: Academia Dança & Cia. Goiânia: Tela Viva Áudio e Vídeo, 2007. 02 DVDs (120 min), son., color.

Entre estes dois extremos, identificou-se o processo de posituação daquilo que era considerado negativo, ao longo do tempo. Nesse sentido, Sahlins²⁵ diz que, assim como a história é ordenada culturalmente de acordo com a sociedade a qual se refere, os esquemas culturais são reordenados historicamente de acordo com essa mesma sociedade. Partindo da ideia de que os significados são reavaliados com a sua realização, ele fala que a cultura é historicamente produzida na ação, reformulando a ideia de Clifford Geertz de evento como atualização única do fenômeno geral ao afirmar que a cultura é historicamente transformada na ação, através da revisão de esquemas culturais convencionais. É esta revisão, segundo o primeiro, que permite a sobrevivência da cultura.

De certa maneira, pode-se estender esta afirmação para a dança, neste caso específico: ela, ao representar esses valores de formas distintas nestes espetáculos, demonstrou que o diálogo ocorrido entre eles, ao longo do tempo, foi mais profundo que a máscara superficial da técnica e da erudição e que fora colocada sobre si. A dança soube se dar outras possibilidades de existência ao se permitir contaminar com esses valores e re-configurar os seus próprios. Dizendo que a verdadeira erudição, talvez, esteja na convivência, lado a lado, do novo e do velho, do universal e do local, do moderno e da tradição, e naquilo que eles produzem juntos.

²⁵ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. trad. Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Fontes:

**Arquivo da Academia Dança & Cia.
- Goiânia / GO**

DANÇA & CIA. *Programa do espetáculo Melodias Brasileiras, Canções Goianas.* Goiânia, 2007.

MELODIAS brasileiras, canções goianas... Produção: Academia Dança & Cia. Goiânia: Tela Viva Áudio e Vídeo, 2007. 02 DVDs (120 min), son., color.

Arquivo do Energia Núcleo de Dança – Goiânia / GO

AZEREDO, Rachel. Amor; Ódio; Corpos em conflito; É o *Dia e Noite.* *Diário da Manhã*, Goiânia, 20 out. 1983a. Caderno DM Revista. p. 23.

_____. Emoções; Novos caminhos; *Dia e Noite.* *Diário da Manhã*, Goiânia, 02 dez. 1983b. Caderno Revista da Manhã. p. 03.

BOM fim de semana!!!. *Folha de Goiaz*, Goiânia, 21 out. 1983. p. 15.

CARLOS, Luiz. *Dia e Noite.* *Diário da Manhã*, Goiânia, 29 nov. 1983. Caderno Revista da Manhã. p. 02.

DANÇA. *Diário da Manhã*, Goiânia, 20 out. 1983a.

DANÇA. *Diário da Manhã*, Goiânia, 22 out. 1983b. Caderno DM Revista, seção

Cartaz, coluna Roteiro. p. 18.

“DIA e Noite” no Teatro Goiânia. *O Popular*, Goiânia, 16 out. 1983. Caderno Dois, seção Acontece na semana. p. 31.

DIA e noite. Produção: Energia Núcleo de Dança. Goiânia, 1983. 01 DVD (120 min), son., color.

ENERGIA NÚCLEO DE DANÇA. *Programa do espetáculo Dia e Noite.* Goiânia, 1983.

_____. *Projeto: temporada 86.* Goiânia, 1986.

FARIA, Susan. *Dia e Noite* no Teatro Goiânia. *Diário da Manhã*, Goiânia, 16 out. 1983. Caderno DM Revista, seção Cartaz. p. 24.

GRUPO Energia no Teatro Goiânia. *Folha de Goiaz*, 20 out. 1983. p. 16.

RODRIGUES, Conceição. No Teatro Goiânia, o popular e o subjetivo de “Dia e Noite”. *O Popular*, Goiânia, 20 out. 1983a. Caderno Dois. p. 20.

_____. O Energia arriscando em cima de suas próprias experiências. *O Popular*, Goiânia, 22 out. 1983b. Caderno Dois. p. 19.

_____. O retorno do “Dia e Noite” ao palco do Teatro Goiânia. *O Popular*, Goiânia, 02 dez. 1983c. Caderno Dois. p. 18.

Arquivo Histórico do Estado de Goiás

JORNAL de Notícias. Goiânia, 21 set. 1952.

NORMA Lília – “Guarani” foi o meu maior êxito. *O Popular*, Goiânia, 13 fev. 1959.

Referências bibliográficas:

BORGES, Gilson P. *Teatro Goiânia: história e estórias*. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1984.

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da “decadência” aos limites da modernidade*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24ª ed. org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

LIMA, Lenir Miguel de. Um momento da Dança em Goiás. In: *Pensar a Prática – Revista da Pós-Graduação em Educação*

Física Escolar. Goiânia, n. 1, v. 1, FEF – CEGRAF / UFG, 1998. p. 74-80.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *História cultural de Goiânia*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

PEREIRA, Roberto. *A formação do balé brasileiro: nacionalismo e estilização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. trad. Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). In: *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, abr. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131997000100002&lng=en&nrm=i>. Acesso em: 31 mai. 2010.

WOLF, Eric R. Cultura: panacéia ou problema? In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. trad. Pedro Maia Soares. Brasília/Campinas/São Paulo: Editora da UnB, Editora UNICAMP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 291-306.

Submetido em 6 de dezembro, 2010.

Aprovado em 1º de junho, 2011.



A “quadra joanina” na imprensa, nos clubes e nos terreiros da Belém dos anos 1950: “tradição interiorana” e espaço urbano¹

*Antonio Maurício Dias da Costa*²

*Elielton Benedito Castro Gomes*³

Resumo

O artigo aborda o processo espacialização da quadra junina em Belém em meados do século XX. A ocorrência de festas juninas no espaço urbano naquele período era marcada pela diferença entre as chamadas festas de subúrbio e as promovidas por clubes de elite. A imprensa local contribuiu para uma reinvenção das tradições juninas com a evocação de formas de festejar interioranas e caipiras. As transformações vivenciadas na cidade, especialmente em sua área periférica, resultantes de um grande fluxo migratório vindo do interior, redimensionou tais formas de festejar. O ponto de vista jornalístico da legitimidade da festa caipira/interiorana é analisado considerando seu papel de difusão de valores e de padrões de comportamento na sociedade da época.

Palavras-Chave: Festas juninas. Espaço urbano. Imprensa.

Abstract

The article approaches the spatialization process of the Feasts of June in Belém in the midst of the 20th century. The occurrence of the Feasts of June in the urban space at that time was ascribed by the difference between the so-called suburban feasts and the ones supported by elite clubs. The local press played a part in reinventing the June Traditions in the appealing of countryside ways celebrating. The changes arisen in town, especially in its outskirts, due to a great migratory influx from the rural area, reshaped such forms of celebrating. The point of view of the press of a legitimate rural festivity is analyzed regarding its role in the spreading of values and patterns of behavior in the society of that time.

Keywords: Feasts of June. Urban space. Press.

¹ Este artigo é um resultado parcial das pesquisas por nós realizadas para o projeto “Expressões da cultura de massa e da cultura popular em Belém na segunda metade do século XX”. A execução do projeto conta com financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA. Agradecemos o levantamento de fontes conduzido por Edimara Bianca Corrêa Vieira, graduanda do curso de História/UFPA e bolsista de iniciação científica vinculada ao projeto.

² Doutor em Antropologia Social USP. Professor de Antropologia Histórica da Faculdade de História da UFPA. macosta@ufpa.br

³ Graduando em História pela UFPA. Bolsista de Iniciação Científica.

Dentre os diversos festejos populares que ocorrem desde longa data no Pará, aqueles da quadra junina⁴ são os que mais despertam em seus comentaristas um sentimento nostálgico. Mais do que isto, aliás. Desde pelo menos os meados do século XX é possível encontrar relatos, em jornais e revistas de Belém, marcados por um saudosismo relativo às então chamadas “festas joaninas de antigamente”. Alguns textos jornalísticos daquela época chegavam a mencionar os festejos de São João como dotados de grande popularidade na cidade, e especialmente nos “subúrbios”. É o caso de um balanço dos festejos de junho apresentado no Jornal “A Vanguarda” de 1956⁵, em que foram destacadas as “demonstrações de júbilo” de crianças e velhos “como se estivessem na roça, até o amanhecer”. Além disso, as “festas na roça” ocorridas nos bairros suburbanos eram apresentadas como as mais bem sucedidas, por ser, nestes lugares (e de acordo com a mesma fonte), “a alegria mais extravasante, mais sincera, mais feliz (...)”.

É exatamente sobre a dinâmica de espacialização festiva da quadra junina

em Belém em meados do século XX que busca discorrer este artigo. É discutida a presença dos festejos juninos no espaço urbano naquele contexto, considerando a diferença entre as festas de subúrbio e aquelas promovidas por clubes recreativos “aristocráticos”⁶. As chamadas festas de subúrbio correspondiam aos eventos de “clubes suburbanos”⁷, aos terreiros em arraiais públicos (de instituições públicas) ou estabelecimentos particulares (festas de vizinhança ou casas de festa).

Foram encontradas, ao longo da pesquisa, inúmeras referências aos eventos suburbanos como mantenedores das “tradições interioranas e caipiras”. Por outro lado, há vários relatos nas fontes pesquisadas que realçam o descontentamento de alguns jornalistas com as festas juninas de salão que teriam se distanciado de uma suposta “tradição interiorana”. Esta é uma idealização produzida pela imprensa da capital naquele período em vista das transformações vividas na cidade, especialmente em sua área periférica, resultantes do grande fluxo migratório vindo do interior.

É nos anos 1950 que vai ocorrer um expressivo crescimento dos bairros periféricos da cidade até a primeira légua patrimonial do município. O aumento da população urbana ocasionou maior diversificação das atividades produtivas e

⁴ Modo como é popularmente referido o conjunto das festividades juninas em Belém, em que são celebrados quatro santos católicos: São João, São Pedro, Santo Antonio e São Marçal, durante as quatro semanas do mês de junho. Nos jornais belenenses dos anos 1950 a quadra festiva era também chamada de “joanina”, “joanense” ou “joanesca”, como homenagem direta ao santo mais celebrado do período: São João.

⁵ Fonte constante nos recortes do acervo Vicente Salles, localizado no Museu da Universidade Federal do Pará. O recorte está destacado sem indicação de data específica.

⁶ Conforme denominação corrente nos periódicos belenenses dos anos 1950. Os também chamados “clubes sociais” tinham seu aspecto distintivo acentuado no discurso da imprensa paraense da época. Eram designados também como clubes ou grêmios “elegantes” ou “chics”.

⁷ Em geral, associações esportivas ou profissionais voltados basicamente para a promoção de eventos recreativos.

de lazer na cidade. O crescimento do número de clubes profissionais, esportivos (de basquete, vôlei, esportes náuticos e futebol amador) e recreativos nos bairros periféricos naquele período tem íntima ligação com estas transformações.

Consideramos a propagação deste discurso idealizador das festas juninas “suburbanas”, tomadas como legitimamente “caipiras” e “interioranas”, como uma forma de “reinvenção” desta tradição festiva no contexto urbano de Belém. Partimos aqui da perspectiva ensejada por Hobsbawm de que o que importa no estudo da “invenção das tradições” políticas e culturais não é a demarcação de suas origens, mas sim a forma como elas surgiram e se estabeleceram⁸.

Para esta pesquisa, portanto, não importa saber o que seriam as festas juninas verdadeiramente caipiras ou interioranas. Aliás, nem mesmo consideramos possível perseguir esta informação em busca de um resultado seguro. Até as tradições culturais mais antigas foram fruto de invenções particulares, apoiadas em elementos de um passado histórico apropriados por determinados sujeitos. No caso das “festas joaninas”, o discurso da “legítima festa caipira/interiorana” tem uma função de socialização, isto é, de difusão de determinados sistemas de valores e padrões de comportamento⁹ para o restante da sociedade.

As festas juninas nos salões “elegantes” e nas páginas dos periódicos

Muitos são os cuidados a serem adotados por historiadores que lidam com fontes jornalísticas. Elas podem reportar uma versão dominante dos fatos do cotidiano ligados a uma orientação política específica ou a determinados princípios morais. Os anúncios comerciais e de eventos costumam ser entremeados por notícias e discursos dotados de sentido político, apoiando e influenciando transformações político-sociais.

Os meados do século XX são o período de redimensionamento da função de jornais e revistas no Brasil, especialmente por ocorrer neste período a consolidação do rádio como meio de comunicação e a introdução da televisão como nova mídia alternativa¹⁰. As revistas de variedades apresentavam informações sobre artistas do mundo do rádio e da nascente televisão. Os jornais tendiam a dedicar um espaço importante de suas edições para a divulgação de eventos culturais e festivos, o que assinala a importância atribuída pela opinião pública aos lazeres públicos e de massa.

No caso particular da Belém do período, os anúncios jornalísticos de eventos juninos são marcados por caracterizações do espaço urbano assentadas num mecanismo de valorização/desvalo-

⁸ Ver HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições In : HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.), *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 9.

⁹ Idem, p. 17.

¹⁰ Ver CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 e MARTINS, Ana L.; LUCA, Tania R., (org.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 179-284.

rização espacial. A cidade é representada como dividida entre os espaços de elite (como os “clubes sociais” ou “aristocráticos”) e os da população suburbana. Tais referências devem ser compreendidas como representações sócio-espaciais¹¹, ligadas às formas locais de identificação espacial da época e, ao mesmo tempo, como ênfase na distinção dos ambientes festivos pautada em estereótipos hierarquizadores.

A maior parte dos anúncios de bailes dançantes juninos presentes nos jornais do início da década de 1950 destacava os eventos de clubes aristocráticos, propagando seus “amplos, confortáveis e elegantes salões”¹². Os elogios às instalações dos grêmios recreativos eram devidamente retribuídos pelos convites para a festa enviados às redações dos jornais.

Entre os vários anúncios pesquisados nos anos de 1950 e 1951, em jornais belenenses, foram encontradas diversas denominações para os eventos, tendentes

à valorização de seu público e à elegância do espaço. Os frequentadores eram apresentados como “fans de clubes”, “admiradores de clubes” (para além de associados e “famílias”), “bonecas do bairro” e “brotos”. As festas podiam ser divulgadas como “soirée dançante”, “elegante matinal dançante”, “sarau dançante”, “festas matinais dançantes”, “reuniões dançantes”, “vesperal dançante”, “noitada dançante”; “festa de gala” e “big soirée”.

A divulgação das festas juninas de clubes aristocráticos expunha uma forma de idealização da “festa caipira”. Exemplo disso é um anúncio do jornal *O Liberal* de 06 de junho de 1951 em que o fictício casamento (na roça) de “Filogandio mais a Atrigulina” viria a ocorrer na sede do Delta Clube, “conceituado grêmio da Ruy Barbosa”.

Os nomes de personagens “tipicamente” juninos indicavam clara intenção de ressaltar o popularesco e o hilariante, tais como “seu Juquinha” ou “Xandoca”. Noutros casos, os nomes buscavam associação com pretendidas origens nordestinas e sertanejas, como “Nhô Nicácio”, “Nhá Fausta”. Era comum também a presença de frases representativas do “falar sertanejo”, rústico ou interiorano, a exemplo de “num careci jaquetaum, nem palito e nem garrucha”, como em anúncio de *O Liberal* de 28 de junho de 1951.

Vale aqui abrir um parêntese sobre alguns pontos do debate em torno da figura do caipira no pensamento social brasileiro, que se desenrola desde, pelo menos, a segunda década do século XX. O escritor Monteiro Lobato publicou

¹¹ Enquanto atribuição simbólica ao espaço urbano. Esta perspectiva ligada ao estudo das relações entre espaço e sociedade é encontrável em autores de orientação teórica e campo disciplinar tão diversos quanto Evans-Pritchard e Henri Lefebvre. Para o primeiro, o espaço é, em si, uma construção simbólica, resultante de um processo de apropriação que articula as próprias representações e valores de seus habitantes. Sobre isto ver capítulo II “Tempo e Espaço” em EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 122-123. Já para Lefebvre, a percepção do espaço geográfico é historicamente dotada de um atributo cultural, isto é: as referências aos locais de moradia, de trabalho, de lazer, de prática religiosa, dentre outras, assumem diversos significados ao longo do tempo, vinculados ao convívio social. Ver LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'Espace*. Paris: Economica Editions, 2000.

¹² Como na festa junina da Associação Recreativa Bancrêvea, anunciada em *O Liberal* em 09/06/1951.

dois artigos seminais apresentando, em linhas gerais, o tipo “sociológico” do caipira do Vale do Paraíba no ano de 1914¹³. Sua contribuição ensaística mapeia a transição da tese da degenerescência mestiça ou do branqueamento da população brasileira¹⁴ em direção ao chamado “elogio da mestiçagem”, característico da vaga modernista dos anos 1920¹⁵ e da obra de Gilberto Freyre, lançada a partir dos anos 1930.

A discussão de Lobato acerca do caipira, apresentado como mestiço de índio com branco dos sertões brasileiros, acentua aspectos pouco elogiosos de um tipo particular de mestiçagem. O caboclo/caipira de Lobato seria uma “raça de cócoras”, sem interesse pelos rumos políticos do país, basicamente extrativista, indolente, dotado de fé religiosa meramente utilitária, partidário de credences curativas e nômade quanto à moradia. Jeca Tatu é o personagem síntese apresentado pela crônica intitulada “Urupês”¹⁶, de 1914.

Segundo o autor, Jeca Tatu em tudo diferia de outro tipo mestiço brasileiro,

o mulato urbano. Este último seria marcado pela inventividade artística e pela alegria, típicas da miscigenação cultural/étnica entre europeus recém chegados no país (entre o final do século XIX e o início do XX) e os negros que se dirigiram para as cidades após a abolição. O mulato urbano¹⁷ seria, portanto, o inverso do caboclo/caipira tão negativamente apresentado por Monteiro Lobato.

Mais tarde, Lobato tentou reabilitar a figura de Jeca Tatu em outros escritos. Neles, uma nova abordagem atribuía a inércia do caipira à proliferação de vermes e parasitas causadores de males ao sangue e aos intestinos. Seu livro “Jeca Tatuzinho”, lançado em 1920 e dedicado ao ensino de noções de higiene e saneamento a crianças, passou a fazer par com as campanhas publicitárias do laborató-

¹³ As crônicas “Velha Praga” e “Urupês”, de 1914, foram publicadas na coletânea de contos *Urupês*, de 1918. Ver LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Globo, 2007.

¹⁴ Sobre os principais participantes do debate raciológico brasileiro no limiar entre o séculos XIX e XX ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵ A propósito da contribuição dos modernistas de São Paulo ao “elogio da mestiçagem” ver o capítulo “O Mestiço” em VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

¹⁶ Tronco de “pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas”. LOBATO, Monteiro. Op. Cit., p. 177.

¹⁷ O antropólogo e folclorista Vicente Salles informa sobre a divulgação de ilustrações no século XIX e início do XX no Pará que documentavam tipos étnicos locais. O desenhista maranhense João Affonso do Nascimento publicou em 1916 (tricentenário da fundação de Belém) o ensaio “Três séculos de modas” em que foram estampados desenhos da mulata paraense, “(...) um déles copiado do natural em 1885 (...)”. Trata-se de um tipo urbano. Observe-se que a descrição da mulata paraense feita por João Affonso do Nascimento e citada por Salles apresenta os verbos no passado: “Cozinheira ou costureira, *amassadeira de açaí* ou *vendedeira de tacacá*, ama-sêca ou criada de servir, a mulata paraense era sempre original no seu vestir, de que jamais se afastava. Em geral, bonita, feições de mestiça, robusta, elegante, amando o asseio e os perfumes fortes, feitos de raízes e ervas nacionais (...) ela usava corpete decotado, de mangas curtas e tufadas, saia pelos tornozelos, toda em roda da mesma altura, de folho na beira; as mesmas chinelinhas de luxo que já vimos calçando, *pro formula*, a negrinha do Maranhão.” Ver SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Belém / Brasília: Secult / Ministério da Cultura, 1988, p. 116-117. (Grifos do Autor)

rio Fontoura Serpe & Cia, que já utilizava Jeca Tatu como personagem-símbolo.

Outra obra referencial que discutiu o caipira como tipo social foi tese de doutorado de Antonio Cândido, publicada originalmente em 1954, intitulada “Os Parceiros do Rio Bonito”¹⁸. Neste estudo, de feição propriamente sociológica, Cândido apresenta como foco o caipira paulista como um tipo social oriundo de uma área tradicional historicamente e sociologicamente especificada. O caipira paulista de Cândido não seria representativo nem de uma cultura camponesa geral, tampouco de uma civilização cabocla. Tratar-se-ia de uma marca particular de identificação social vivenciada por habitantes de algumas comunidades tracionais paulistas¹⁹.

Encerramos aqui o parêntese. O caipira festejado nas páginas da imprensa belenense dos anos 1950 pouco ou nada tinha relacionado ao personagem discutido nas crônicas de Monteiro Lobato ou no estudo sociológico de Antônio Cândido. Na visão dos jornalistas paraenses de meados do século XX, os caipiras participantes de festas juninas dos “clubes elegantes” da cidade não seriam nem o “soturno caboclo” do Vale do Paraíba, nem um suposto camponês tradicional paulista. Tratava-se de uma figura idealizada do homem do “interior”, mais próximo do

matuto²⁰ nordestino²¹, de espírito devoto e festivo, tomado pelos participantes dos festejos como um personagem com o qual se travestir. É nesta apropriação simbólica que reside a idealização de elementos interiores tomados como componente essencial e característico das festas juninas de clubes em Belém nos anos 1950.

É possível discernir, na publicidade jornalística das festas, uma busca pela associação entre elementos da tradição festiva local, como as comidas típicas (tacacá, mingau, arroz doce, tapioca, bolo de macaxeira, bolo de carimã, cocada, pé de moleque, pamonha, canjica, munguzá e aluá de milho).

A decoração dos salões era composta por outros elementos tidos como caracteristicamente juninos como fogueiras (verdadeiras ou estilizadas), balões, palmas e grinaldas (para os “casamentos

¹⁸ CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Trinta e Quatro, 1997.

¹⁹ Ver CAMINHA, Pedro. O caipira diante da urbanização: a mudança nas vidas de ‘Os Parceiros do Rio Bonito’. *Revista IDEAS*, v. 1, n. 1, p. 95-101, jul.-dez. 2007, p. 96.

²⁰ De acordo com a antropóloga Luciana Chianca, os matutos, do ponto de vista simbólico, “podem ser identificados ao *trickster* – um mediador entre o interior (a ‘natureza selvagem’) e a capital (a ‘urbe civilizada’). (...) o *trickster* vive uma ambivalência interna à sua própria personagem.” Ver CHIANCA, Luciana. *A Festa do Interior*: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX. Natal: Editora da UFRN, 2006, p. 55. (Grifos da autora)

²¹ Para Chianca, as festas juninas identificadas com o matuto sertanejo, desde os anos 1930, tornaram-se “festas caipiras” na imprensa de Natal, Rio Grande do Norte, a partir de 1940. O São João natalense passa então a ser caracterizado como festa rural de “caipiras”, simbolizada pela fogueira, pela comida e por trajes típicos rurais. Ver CHIANCA, Luciana. Op. Cit., p. 57. É possível conjecturar que essa “invenção jornalística” possui algum paralelo com a posituação da mestiçagem étnico-cultural atribuída pelo nacionalismo varguista e por intelectuais brasileiros nos anos 1930. No caso da Belém dos anos 1950, é provável que esta construção simbólica do São João nordestino/sertanejo tenha sido incorporada pela imprensa local, tomado como símbolo característico da quadra junina o universo sócio-cultural do “caipira nordestino”.

na roça”). Há nisto um interesse pela recriação estilizada de um ambiente rural dentro dos salões festivos.

Os ritmos musicais nordestinos, como maxixes, e baiões²², fizeram parte da reinvenção do “perfil tradicional” das festas juninas dos anos 1950. Tocava-se nas festas outros ritmos de procedência diversa como rancheiras, quadrilhas, mazurcas e *schottiches* (o abraçadorado “xote”), boleros, além dos ritmos caribenhos (cumbias, salsas, mambos, merengues, etc.), muito presentes nas festas juninas da cidade. Em meados do século XX, a recepção local de emissoras de rádio de Cuba, das Guianas e da Nicarágua²³ se somava à divulgação deste repertório musical nos programas de rádios paraenses. Isso explica sua presença nas festas dos clubes suburbanos e aristocráticos.

Todos os anúncios destacam a ocorrência dos festejos “de gala” em

grêmios “chics” e a presença de Jazz Orquestras, tomadas como grande atrativo para os sócios. Estas eram conjuntos acústicos, também chamados de “pau e cordas”, cuja identidade musical estava mais associada ao uso de instrumentos de sopro. Isto era mais importante do que a ligação exclusiva com um gênero musical. Conjunto “Jazzístico”, neste contexto, correspondia mais a uma composição de músicos não eruditos que também executavam ritmos brasileiros e estrangeiros, do que a uma especialização musical no gênero de origem norte-americana.

A maioria dessas orquestras se fazia presente nos festejos juninos de clubes aristocráticos, embora se apresentassem num ou noutro clube suburbano no período junino. Os conjuntos mais divulgados nos jornais de Belém do início dos anos 1950 eram:

Conjuntos Musicais	Líder
Batutas do Ritmo	Sarito
Jazz Internacional	Prof. Candoca, o “Mago da Viola” Passou a ser liderado por Orlando Pereira, em torno de 1955
Martelo de Ouro	Vinícios
Jazz Vitória	Raul Silva
Jazz Marajoara	Maestro Oliveira da Paz

Alguns “clubes elegantes” promoviam outras atrações para além das

²² Como é anunciado na festa do Uberabinha Esporte Clube na edição de 22/06/1951 de O Liberal. Os maxixes e baiões ficariam a cargo do “conjunto regional de pau e corda” (com instrumentos acústicos) de Herundino Leão.

²³ Ver SANTOS, Marta G. *Festa na Fronteira: Brasil / Guiana Francesa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Consultar especialmente o capítulo III “Sonoridades da Trilha” (p. 63-111), em que a autora destaca também a circulação musical, de longa data, entre o Caribe e a Amazônia brasileira por meio de trabalhadores dos portos, turistas, imigrantes, radialistas e artistas da música.

apresentações musicais²⁴ e dos casamentos na roça. Eram comuns também os concursos de “miss caipira”, sorteios de brindes e apresentação de quadrilhas. Como garantia de comodidade aos sócios de clubes cujas sedes ficavam mais distantes do centro havia inclusive o oferecimento de “ônibus especiais saindo do [cinema] Olímpia às primeiras horas da noite”, como noticiou “A Província do Pará” em 28/06/1955²⁵.

A ênfase distintiva no anúncio das festas “chics” e “grafinas” em salões “elegantes” ressaltava a presença de “garotas caipiras” e “sinhás-moças” em seus “graciosos trajes”. A presença feminina, de fato, era anunciada pelos periodistas como grande atrativo para os frequentadores dos festejos. “A Província do Pará” (de 29/06/1955) fala em “festas de terceiro”, organizadas no subúrbio da cidade no final do período junino, em que “simpplórios matutos tentarão conquistar caipiras brejeiras (...)”.

Nas memórias da escritora paraense Eneida de Moraes, ressalta-se o “banho de cheiro” ou “banho da felicidade” (à meia-noite do dia 23 de junho, véspera de São João) como ponto alto dos festejos juninos do seu tempo de menina, por volta das décadas de 1910 e 1920. Eneida fala

dos “pregões”, anúncios de venda feitos por vendedores de ervas, que caíam como “promessas no coração das curibocas”, isto é, das jovens caboclas paraenses.

– Cheiro cheiroso! (a pronúncia local: chêro chêroso!) Portas e janelas se abriam. Os homens paravam de casa em casa, desciam os tabuleiros; ervas, raspas, folhas, pedacinhos de madeira passavam de suas mãos às da compradora. Ninguém queria perder o direito à felicidade: ricos e pobres. Nos fogões e nas fogueiras – as mesmas que iriam iluminar a noite do santo – a grande lata fervia, com vegetais perfumados da Amazônia que, ralados, esmagados, verdes pela juventude ou amarelecidos pela velhice, dão, depois de fervidos, um líquido esverdeado com o exuberante perfume da mata virgem.²⁶

Embora o banho de cheiro fosse consumido por “ricos e pobres”, frequentadores de clubes sociais e de terceiros, ele não era destacado nos anúncios de festejos juninos em periódicos. O banho de cheiro não ocupava papel relevante na invenção simbólica da festa caipira divulgada nos periódicos. Na descrição de Eneida de Moraes descobre-se um tom de nostalgia, da escritora que compilou suas memórias nos anos 1940 longe de Belém (quando já morava no Rio de Janeiro) e rememorava o período junino de sua infância. Há em sua descrição certa expectativa de conciliação entre ricos e pobres, na esperança de que todos pudessem tomar seu “banho da felicidade”.

²⁴ Além dos conjuntos de “pau e cordas” ocorriam, vez ou outra, apresentações de artistas famosos como “Sivuca e seu acordeon”; Carmélia Alves, “a rainha do baião” e Zélia Matos, “a princesinha do acordeon”.

²⁵ Esta edição, inclusive, apresenta um quadro completo com a programação das festas juninas de vários “clubes sociais” (AABB, SESI, IAPI, IAN, FELJ, Automóvel Clube, Recreativa Importadora, Caixapará, União Espanhola) e dos teatros e parques da cidade.

²⁶ MORAES, Eneida de. *Aruanda e Banho de Cheiro*. Belém: Secult / FCPTN, 1989, p. 198.

Há outras versões mais contundentes deste saudosismo. É o caso da crônica “Cadê meu São João”, da escritora paraense Lindanor Celina, publicada na Revista Amazônia em junho de 1955. Nesta, a autora criticava o desaparecimento de alguns aspectos rurais dos festejos juninos em Belém. Todo o escrito é revestido de certo saudosismo relativo às festas juninas da sua infância.

Segundo a autora: “É difícil reconhecer nêsse São João de beira de piscina, ultra-civilizado, anômico, urbanizado, o velho São João”. Para Celina, o “velho São João” era composto por “imensas fogueiras armadas por meu pai, o aluá magnífico feito por minha mãe, os bolos de milho, as canjicas, o arrôz doce, os primos, afilhados e madrinhas”.

Já o aspecto familiar das “festas joaninas” dentro da cidade, para a autora, vinha perdendo força por conta da intensificação do conteúdo urbano dos festejos: “beira de piscina”, “ultra-civilização”, “urbanização”. Celina fala de um “São João sintético”, distante da natureza e do provincianismo. Este se contrapunha ao que a autora considera como o superficialismo dos “cunvites” divulgados nos jornais e as “barulheiras” das *pick ups*. Isto distanciava a quadra junina da “côr local” para Celina.

Esta crítica se dirigia à ênfase na idealização do cenário rural como pano de fundo das festas juninas organizadas nos salões de clubes aristocráticos da cidade. Expressões como “São João na Roça”, “São João no Sertão”, “Uma noite no Sertão”, “Festa Roceira”, como título

das festas, sugerem esta intenção de promover uma versão estilizada de um mundo rural na cidade.

Mas o homem rústico, interiorano, mencionado nos jornais, não era exatamente a figura do caboclo amazônico. Esta caracterização vinha sendo debatida desde os anos 1930 no Pará com o lançamento em Belém da obra do folclorista cearense José Carvalho, intitulada “O matuto cearense e o caboclo do Pará”²⁷. Segundo Carvalho, o caboclo paraense teria menor capacidade criativa no campo da poesia e do canto popular (expresso pela produção de literatura de cordel e da criação de repentes musicais) do que o matuto cearense, o homem rústico do sertão do Nordeste.

Vicente Salles critica esta conclusão de Carvalho, acusando-se de excessivo “bairrismo, quiçá, etnocentrismo”²⁸. É certo que, para Salles, o caboclo amazônico havia se originado de matriz étnica particular, “(...) outrora dito também ‘tapuia’, como decorrência da deculturação do indígena”²⁹. Esta seria a matriz, para Salles, do “homem rústico” da Amazônia, o “roceiro”, a “gente da beira”.

Segundo ele, as levas de nordestinos imigrados para a Amazônia desde a seca de 1877 tornou possível a circulação da “poesia sertaneja” no Pará. Os folhetos de cordel, produzidos por autores de

²⁷ CARVALHO, José. *O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará*; contribuição ao folclore nacional. Belém: Gráfica do Jornal de Belém, 1930.

²⁸ SALLES, Vicente. *Repente & Cordel*, literatura popular em versos na Amazônia. Rio de Janeiro: Funarte / Instituto Nacional do Folclore, 1985, p. 18.

²⁹ Idem, p. 35.

origem nordestina, que circulavam no Pará no início do século XX, cederam lugar, de forma gradativa, às produções locais já a partir dos anos 1920 em diante. Esta produção literária se deveu, em grande parte, à atuação de editoras locais especializadas, como a Guajarina.

É o caso do folheto “A Festa de São João no Pará”, lançado por Apolinário de Souza pela editora Guajarina em 1931. Vicente Salles fez a apresentação do relançamento do folheto pela editora da Universidade Federal do Pará em 1997. Na apresentação, Salles ressalta o domínio da linguagem matuta paraense e nordestina apresentada por Apolinário. Este, no entanto, jamais havia residido em qualquer estado nordestino, embora provavelmente sido leitor de “poesia sertaneja” e mantido contato com cordelistas nordestinos³⁰. Os folhetos de Apolinário promoviam, segundo Salles, uma idealização da paisagem nordestina, aprendida nos contatos com escritores daquela região. Operário gráfico de Belém, Apolinário de Souza abordou em seus textos, no dizer de Salles, “temas ligados à paisagem humana e social do Nordeste”.

Isto pode ser observado em sua descrição dos festejos juninos em Belém em seu folheto lançado em 1931. A festa descrita por Apolinário supostamente incluía “pessoa de qualquer categoria”. Há, de um lado, o caráter popular do evento que era composto por apresentações de bois-

-bumbás nos terreiros, pelas mesas de comidas típicas com açaí, pelas cantigas populares que “fazem lembrar os sertões” e pelos “currais” de bumbás nos arrabaldes da cidade.

De outro lado, a descrição menciona a festa da “fina flor da beleza”, organizada no Largo de São João, fronteiro a sua igreja homônima no bairro da Campina. O largo é apresentado como o “Ponto Chic” da festa em Belém, freqüentado por “velhuscas pintadas” e “pequenas formosas de formas esculturais e em *toilettes* variadas”. As festas se desenrolavam, segundo o cordelista, “durante noites inteiras”. Seus freqüentadores tinham à disposição uma diversidade de opções de consumo entre barraquinhas de comidas e bebidas (cerveja, café e guaraná) e roletas para jogo.

Encontramos, no entanto, referências nostálgicas às “festas joaninas de antigamente” em revistas locais de variedades como a Amazônica. No número de junho de 1955, componentes “antigos” das festas juninas, como fogueiras, cantos rudes e bumbás, são apresentados com coisas do passado, perdidas com a urbanização dos festejos. O curioso é que muitos desses elementos se faziam presentes naquele período nas festas de terreiros e arraiais nos bairros da periferia da cidade. Isto é parcialmente reconhecido na edição de junho de 1956 da Revista Amazônica, em que é mencionada a “construção de fogueiras nas ruas periféricas”³¹.

³⁰ Estes contatos e trocas artísticas são cuidadosamente demonstrados por Vicente Salles (Ibidem).

³¹ Embora se aponte a substituição das bebidas típicas (o aluá pelos uísques) e o pouco uso de trajes caipiras.

De todo modo, a idealização dos festejos juninos em clubes aristocráticos tomava como parâmetro a paisagem humana dos nordeste brasileiro, tal como vinha sendo descrito por cordelistas paraenses desde os anos 1920. De volta ao folheto de Apolinário de Souza sobre a quadra junina no Pará, os festejos de fora da capital, ocorridos nos sítios, particularmente, continham supostamente a matriz da autenticidade popular que já não se fazia presente de forma integral em Belém. Apolinário fala em caboclinhas junto a barracas de palha, palestras na roça, bois bumbás, grandes fogueiras, encenras de namoro, cantadores e pescadores pelas margens dos rios.

Temos aqui a utopia de um mundo rural harmônico e em festa. A construção desta utopia nostálgica alcançou seu ponto alto em meados do século XX. Sua versão predominante é resumida por uma crônica apresentada na Revista Amazônica de junho de 1956. Nesta, junho é descrito como “o mês da felicidade” em que “a festa é de todos”, “democrática, fraternal e sem malícia”. Esta versão da “festa democrática”, no entanto, não considerava a recriação das formas de festejar que vinham sendo ensaiadas no subúrbio da cidade.

A quadra junina da periferia em clubes suburbanos e nos terreiros de rua

Os anos 1950 demarcam um período de grandes transformações em Belém por conta do vertiginoso crescimento

populacional oriundo das migrações da população interiorana paraense em direção à capital do estado. Este crescimento se fez notar, principalmente, nos bairros periféricos, delimitadores da margem circundante da primeira légua patrimonial da cidade. Havia em comum entre esses bairros a distância do núcleo fundador da cidade, composto pelos bairros da Cidade Velha, do Comércio e da Campina.

Entre expansões e recuos, a população de Belém declinou, entre 1920 e 1944 de 236.402 para 227.460 habitantes, contabilizando um decréscimo de 8.942 habitantes³². Esta diminuição populacional é comumente atribuída pelos pesquisadores locais à decadência da economia exportadora da borracha amazônica, cujo montante expressivo era negociado e exportado a partir de Belém³³. O chamado *boom* da economia gomífera iniciado em torno de 1890, teve um decréscimo vertiginoso entre 1910-12, por conta da concorrência com a borracha asiática³⁴. Após a queda do alto patamar de exportação, passou a ocorrer uma lenta retração da pequena capacidade exportadora até o início dos anos 1920. A

³² Dados constantes nos Anuários Estatísticos do Brasil de 1936 e de 1941/1945, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente nos anos de 1936 e 1946.

³³ Quanto ao desenvolvimento urbano de Belém financiado pelos lucros da economia exportadora gomífera ver SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-tatu, 2002.

³⁴ Sobre o ocaso do chamado “primeiro ciclo da borracha” na Amazônia ver WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

rarefação dos contingentes migratórios nordestinos direcionados aos seringais (e cuja pequena parcela ficava ou retornava a Belém), o fechamento das Casas Aviadoras (de exportação de borracha), a diminuição da oferta de empregos em serviços privados e em obras públicas, dentre outros fatores, contribuíram para o encolhimento populacional da cidade.

Já a partir de 1944, ocorreu uma tendência contrária de vertiginoso crescimento populacional. Entre 1944 e 1950 houve um salto populacional de 227.460 habitantes para o número de 260.608 habitantes³⁵, perfazendo o acréscimo de 33.148 pessoas. Ao contabilizarmos o período mais extenso de 1944 a 1960, a expansão populacional alcançou algo em torno de 50%, chegando ao total de 338.012 habitantes (com o saldo populacional de 110.552 habitantes).

Parcela significativa (mais não quantificável) deste crescimento populacional deveu-se ao assim chamado “segundo ciclo da borracha”, ocorrido na Amazônia na primeira metade da década de 1940³⁶. O recrutamento de trabalhadores nordestinos (cearenses na maioria³⁷) para trabalhar nos seringais ama-

zônicos contribuiu para o crescimento populacional da capital paraense já no período de desmobilização pós-guerra dos “soldados da borracha”.

Vicente Salles destaca, antes disso, que entre os anos de 1877 e 1900 a população da Amazônia dobrou. Dentre os trabalhadores que foram para os seringais vieram cantadores, violeiros e poetas oriundos de diversos estados nordestinos³⁸. Na cidade de Belém, segundo o pesquisador, formaram-se bairros nordestinos nas primeiras décadas do século XX como Canudos e Covões de São Braz, com predominância de cearenses. Da mesma forma, sobressaíam costumes e estilos de vida de origem marcadamente nordestina neste período. Poetas, cantadores e folheteiros nordestinos habitavam predominantemente estes bairros de acordo com Salles³⁹.

A imigração estrangeira, no entanto, desempenhou papel quase irrelevante nesse processo. Um retrato esclarecedor dessa situação é o registro de entrada de imigrantes estrangeiros no porto e aeroporto de Belém em 1957⁴⁰, contabilizando um total de 1.037 pessoas⁴¹, dentre

³⁵ Recenseamento Geral de 1950. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

³⁶ Quanto à política governamental varguista de recrutamento de soldados da borracha a partir de 1943 ver SECRETO, María Verónica. A ocupação dos ‘espaços vazios’ no Governo Vargas: do ‘Discurso do rio Amazonas’ à saga dos soldados da borracha. *Revista Estudos Históricas*, Vol. 2, n. 40, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, jul.-dez. 2007, p. 115-135.

³⁷ Sobre o recrutamento de cearenses para o trabalho como “soldados da borracha” na Amazônia entre 1943 e 1945 ver NEVES, Frederico. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas.

Revista Brasileira de História, vol.21, n. 40, São Paulo, 2001.

³⁸ Salles menciona alguns poetas nordestinos que passaram pela Amazônia e deixaram importantes rastros na produção da poesia popular local como: Silvino Pirauá, Firmino Teixeira do Amaral, Chagas Batista, João Melquíades Ferreira, Patativa do Assaré e Cego Aderaldo. Ver SALLES, Vicente. *Repente & Cordel*. Op.Cit., p. 93.

³⁹ Idem, p. 106.

⁴⁰ O que não indica que tenham permanecido na cidade.

⁴¹ Imigrantes entrados no país, segundo os portos e aeroportos de desembarque – 1956/58. Instituto Nacional de Imigração e Colonização. *Anuário*

migrantes de diversas nacionalidades. Este pode ser considerado um número irrisório se comparado à entrada de 19.453 imigrantes estrangeiros no Rio de Janeiro e de 30.902 na cidade de São Paulo no mesmo ano⁴².

Houve, porém, outro contingente que se deslocou do interior do estado para a capital e contribuiu para o crescimento dos bairros periféricos da cidade nestes meados de século. Trata-se de uma mobilização demográfica sobre a qual não há registros oficiais, mas que pode ser confirmada pela verificação da composição populacional atual de bairros como Jurunas, Guamá, Cremação, São Braz, Canudos, Pedreira, Marco, Telégrafo, Sacramento, Marambaia, dentre outros⁴³.

A população que passou a habitar as áreas de baixada de Belém era formada por um contingente, na maior parte, proveniente de ondas migratórias vindas do interior do estado nos anos 1950, 1960 e

1970. A diversidade é uma marca da proveniência dessa população tornada urbana, composta por populações originárias de várias regiões do estado: Guajarina, Bragantina, Salgado, Baixo Tocantins, Baixo Amazonas e Arquipélago do Marajó, na maioria.

Resultam as idéias de originalidade e autenticidade dos festejos juninos em Belém desse processo de crescimento urbano e de transformação das festas populares vivido nos anos 1950. De um lado, nas páginas de periódicos eram estampados anúncios e comentários acerca dos “festejos joaninos” nos “clubes elegantes”. De outro, estavam as festas juninas suburbanas, ocupando um lugar menos evidente na imprensa e mais registrado na memória dos participantes.

Estas últimas compõem cenários diversos daquele montado nos eventos juninos dos clubes sociais no mesmo período. O que não quer dizer que as festas “chics” e “elegantes” não tenham servido de modelo para as que eram organizadas nos clubes profissionais e esportivos (voltados unicamente para o futebol amador) do subúrbio⁴⁴. Orquestras de pau e cor-

Estatístico do Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1959.

⁴² Idem.

⁴³ Especialmente assentada em “áreas de baixada”. Segundo Trindade Jr., baixadas são terrenos de cotas abaixo de 4 metros em relação ao nível do mar, localizados na área urbana da primeira légua patrimonial da cidade. São estas áreas da cidade entrecortadas por igarapés, inundadas e sujeitas a inundações. Representam a face contemporânea da pobreza urbana em Belém, constituída principalmente a partir dos anos 1950. Desde então, estas têm sido marcadas pela ausência ou carência de serviços e equipamentos urbanos básicos. A ocupação habitacional das baixadas assinalou o processo de favelização da cidade, também identificado com as condições de pobreza que têm historicamente caracterizado a vida dos habitantes dessas áreas. Sobre isto ver TRINDADE JR., Saint Clair. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: NAEA/ UFPA, 1997.

⁴⁴ Num levantamento preliminar de clubes suburbanos referidos no jornal *O Liberal* (nos anos de 1950 e 1951), indicados pelo endereço (rua e/ou bairro), foram contabilizados os seguintes: Artístico Esporte Clube (“Clube de Marceneiros” – Av. Alcindo Cabela, 663, Cremação); Boa Fama Esporte Clube (Pedreira); Botafogo (São Braz); Esporte Clube Norte Brasileiro (“O Tigre” da Cremação); Imperial Clube (“o Leão” do Jurunas); Leblon Esporte Clube (Av. Ceará, São Braz); Municipal Clube (Cremação); Santa Cruz (Pedreira); Sociedade dos Estivadores da Borracha (Rua Boaventura da Silva, Umarizal); Uberabinha Esporte Clube (Telégrafo Sem Fio); Viação Beneficente Esporte Clube (Trav. 3 de maio, 175, Guamá) e

da⁴⁵, simulação de ambiente rural, comidas típicas e trajes caipiras também se faziam presentes nos festejos populares do subúrbio. No entanto, parece ser mais praticável nestes a flexibilidade quanto à incorporação de novos elementos “caracteristicamente juninos”⁴⁶.

É o caso de uma festa do Grêmio Pingafogo, do Bairro da Cidade Velha, que realizou no dia 30/06/1951 um “big soirée” dançante ao som de um “afinadíssimo *Pick Up*” (O Liberal, 19/06/1951). A festa deste grêmio esportivo, apresentada com a expressão consagrada pela imprensa aos bailes aristocráticos (*big soirée*), contou com a apresentação de uma *pick up*, ou “picarpe”, como pronunciavam seus apreciadores à época. Picarpes e sonoros, sinônimos para sistema de som capaz de se deslocar para diferentes locais de festa, vinham se tornando desde fins dos anos 1940 marca característica das festas dançantes de subúrbio em Belém.

Os sonoros que animavam festas dançantes eram montados, de forma artesanal, por pessoas com conhecimento de eletrônica. Eram compostos por um amplificador de metal à válvula,

toca disco de 78 rotações (a *pick-up*), caixa de som pequena e projetor sonoro, a chamada *boca-de-ferro*. Os sonoros ou picarpes estavam basicamente voltados para a sonorização de eventos festivos, bailes dançantes. Muitos proprietários de sonoros começaram suas carreiras animando festas de vizinhança, aniversários e casamentos. Os que tiveram sucesso passaram a cobrar para sonorizar eventos festivos em clubes de subúrbio, dos menos aos mais bem afamados. Por outro lado, os chamados “clubes sociais”, localizados na região central da cidade e/ou voltados para a população oriunda dos estratos médios e altos da sociedade, tinham preferência pelas apresentações musicais ao vivo, de conjuntos e orquestras musicais de sucesso.

A presença dos sonoros se tornou gradativamente e significativamente acentuada em eventos juninos e demais festejos populares do calendário anual em clubes suburbanos entre as décadas de 1950 e 1970. Nesta última década, picarpes e sonoros passaram a ser chamados também de “aparelhagens”⁴⁷ por seus proprietários, apreciadores e pela imprensa.

Um sonoro também se fez presente numa festa de arraial na Rua Curuçá, no bairro do Telégrafo em 26/06/1955, conforme notícia de “A Vanguarda” divulgada no mesmo dia. A festa foi apresentada como uma “grande festa

Vitória Clube (Alcindo Cacela, 563, Cremação).

⁴⁵ Que incorporavam sanfona no repertório instrumental e ritmos como marchas e baiões na apresentação musical. Exemplo disso foi a festa do Delta Clube, divulgada por O Liberal em 22/06/1951: “As bonecas da cidade, em traje leve, de passeio ou de roceiras, poderão brincar a valer no ‘terreiro’ do Delta, onde o pau e corda e a sanfona melodiosa e irrequieta deleitará brincantes, com as marchas e os baiões”.

⁴⁶ Como sugere o título de um anúncio de arraial junino suburbano divulgado pelo jornal “A Vanguarda” em 26 de junho de 1955: “Outro sábado de *matutice* e *originalidade* vai ser vivido hoje em meio á balões e fogos”. (Grifos Nossos)

⁴⁷ Nome que se tornou rótulo característico das atuais empresas familiares de sonorização no Pará.

na roça (...) em homenagem a São João”. A rua viria a ser ocupada pelo equipamento de som (o Sonoros “Lira de Ouro” e sua “excelente discoteca”), além de balões, fogos de artifício, dança de quadrilha (com “dezena de pares”), baiões, choros e maxixes. A Rua Curuçá seria transformada em um “terreiro de rua”, como ocorria em diversos outros logradouros públicos na cidade.

É possível especular que a expressão “terreiro de rua” tenha alguma ligação, nos festejos juninos, com as apresentações de grupos de Boi Bumbá, recorrentes nas ruas da cidade desde os anos 1850. Mas antes de discutirmos sua presença na cidade e sua contribuição para a espacialização suburbana dos festejos juninos é necessário apresentar dados de alguns estudos referenciais sobre a presença do bumbá no universo cultural popular paraense.

O folclorista Bruno de Menezes, em um estudo clássico⁴⁸ de 1972, define o Boi Bumbá paraense como variante do bumba-meu-boi nordestino e como folclore junino orientado para o teatro popular. Suas matrizes dramáticas estariam no patriarcalismo colonial⁴⁹, denotando a proveniência rural em grande medida associada ao universo da escravidão. Para Menezes, o bumbá é uma espécie de sátira do trabalho rural. A hilariedade da apresentação

estaria situada no trágico dos conflitos subjacentes entre senhores e a população rural subordinada, aí incluído o contingente escravizado.

Para Vicente Salles, o bumbá de origem rural se estabeleceu de forma pioneira na periferia das cidades paraenses, acompanhando a difusão da prática da capoeiragem. Sua motivação principal estaria na dramatização lúdico-artística da “luta de classes” entre senhores versus índios e negros escravizados⁵⁰.

Mas a dinâmica desta luta, ou de experiências de conflito envolvendo diferentes sujeitos sociais torna-se clara de fato no estudo de Luiz Augusto Leal sobre capoeira e boi bumbá nos primeiros anos do Pará republicano⁵¹. Leal destaca que o crescimento populacional de Belém no final do século XIX promoveu a formação de bairros marcados por composições sociais distintas: portuguesas na Cidade Velha, nordestinos em geral (e cearenses em particular) em São Braz e em Canudos, além dos bairros negros e caboclos do Jurunas e do Umarizal.

Acompanhando a especialização social dos bairros, folguedos populares como o Boi Bumbá passam a se organizar, desde o início do século XX, por cordões (grupos de foliões) que tomavam como referência seu bairro de origem.

⁴⁸ MENEZES, Bruno de. Boi Bumbá. Auto Popular (1972) In: - -, *Obras Completas de Bruno de Menezes*. Belém: Secult / Conselho Estadual de Cultura, 1993, p. 51-61.

⁴⁹ E no seu contexto social composto por índios, caboclos, negros, escravos, fazendeiros, jesuítas, etc.

⁵⁰ SALLES, Vicente. A Folga do Negro In: - -, *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004, p. 196-199.

⁵¹ LEAL, Luiz Augusto. *A Política da Capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008.

Além disso, a tônica principal de suas apresentações era o deslocamento nas ruas de seu bairro e dos bairros vizinhos. Essa movimentação pelas ruas de outros bairros vez ou outra descambava em desafio e luta direta entre participantes dos cordões que se cruzavam. As lutas envolviam, principalmente, os capoeiristas incumbidos da “proteção” do cortejo dos bois. Leal interpreta estes enfrentamentos como violência lúdica, anunciada pela toada proferida que assinalava o ritual dos confrontos.

A relação entre divisão territorial dos bumbás e violência lúdica entre membros de cordões ganhou força, segundo Leal, nos anos seguintes a 1915, alcançando seu “canto do cisne” no final desta década. A repressão policial, que já atuava sistematicamente contra a capoeiragem em Belém, atingiu os confrontos de bois, interferindo no seu deslocamento e, inclusive, chegando a queimar alegorias de bois⁵² no meio da rua. A proibição da saída de bumbás pela cidade no final da década de 1910 deu origem ao “boi de comédia”, que viria a se limitar aos “currais”, terreiros dos bois localizados na periferia e separados do campo de ação dos capoeiras. A proibição foi seguida pela criação de um concurso de bois na cidade organizado pela pre-

feitura, o que tornaria as apresentações/competições eventos pa-cíficos.

Currais privados e praças tornaram-se locais de apresentação teatral dos bumbás. Tais espaços de exibição passaram a ser comumente chamados de “terreiros”. Aliás, os terreiros viriam a ser não somente espaços de espetáculos de bumbás, mas também dos chamados cordões de pássaro e de bicho, que tendiam a “(...) compor suas comédias com inevitáveis motivos do boi (...)”⁵³.

Os cordões de pássaro e de bichos (de onças, peixes, camarão, caranguejos, etc.) são também origem rural e tiveram suas primeiras menções na imprensa local datadas de meados do século XIX. São definidos por Piñon⁵⁴ como “grupos sociais folclóricos” formados por famílias nucleares e seus agregados.

De acordo com Moura⁵⁵, tais cordões têm como cerne enredos românticos e melodramáticos, em que a trama gira em torno da morte e ressurreição de um animal (como no bumbá). De aspecto fundamentalmente teatral (com elementos como palco, figurino, músicos, etc.) os “pássaros” e “bichos” são dotados de forte comichidade assentada na “matutagem”, isto é, em cenas engraçadas de matutos que são o ponto alto de empolgação da platéia.

⁵² Um exemplo destas queimas de bumbás: “O venerando ‘Pai do Campo’, Bumbá que notabilizou o bairro do Jurunas, chegando a sair com maloca de ‘quarenta caboclos’, segundo um informante que ‘brincou’ nele, da tradicional família Castro, muito antiga nesse bairro, um ano foi queimado, na Central de Polícia, quando determinações superiores proibiram a saída dos Bumbás à rua, por causa dos ‘encontros’ que, às vezes, terminavam em pancadaria entre os dois rivais.” MENEZES, Bruno de. Op. Cit., p. 60.

⁵³ MENEZES, Bruno de. Op. Cit., p. 61.

⁵⁴ PIÑON, Sidney. O Desencanto de um Mira-Poraquê. Dominantes/dominados: a luta entre o ‘bem’ e o ‘mal’? *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, UFPA, Belém (16): 1-22, abril/junho, 1988.

⁵⁵ MOURA, Carlos Eugênio. *O Teatro que o Povo Cria: cordão de pássaros, cordão de bichos, pássaros juninos do Pará. Da dramaturgia ao espetáculo*. Belém: Secult, 1997, p. 35.

Segundo o folclorista Édison Carneiro, os cordões-de-bichos fizeram-se presentes em festas juninas de Belém e Manaus desde a década de 1930. Esses cordões se apresentavam em palcos e eram compostos por um grupo de foliões, fantasiados ou não como animais da floresta amazônica. No palco, a presença do caçador e do pajé era de grande importância na composição do elenco⁵⁶.

Apresentações de “pássaros” e “bichos” chegavam a ocorrer também em clubes suburbanos como o Imperial Clube (também conhecido como o “Leão do Jurunas”), onde se exibiriam vários cordões num “palco armado na sede social” (O Liberal, 26/06/1951) entre os dias 26 e 30 de junho de 1951. Há neste anúncio uma ênfase na teatralidade do evento, organizado em espetáculos noturnos e matinais.

Ao lado dos concursos e apresentações teatrais de bois, pássaros e bichos em eventos organizados por particulares ou pela prefeitura, proliferavam nos anos 1950 festas juninas de terreiros de rua, organizadas nas vias públicas. O resumo da programação junina de Belém, apresentado na edição de “A Província do Pará” de 24/06/1956, destacava a ocorrência de cinco terreiros em ruas de diferentes bairros da cidade. Os terreiros foram apresentados no jornal com os seguintes títulos: “Terreiro do Zé Honório”, “Terreiro do Mané”, “Noite do Aluá” e “São João na Roça”.

⁵⁶ CARNEIRO, Édison. *Folgedos Tradicionais*. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF, 1982, p.19.

Em junho de 1950, o Jornal A Província do Pará noticiou uma festa organizada por “Pai Juão”, denominada de “Festa do Pai Xandico”. O anúncio indica a ocorrência da festa em uma rua ou terreno amplo e sem cobertura. Neste caso, temos a forte presença do estereótipo do homem do interior amazônico e suas manifestações culturais: o falar interiorano, o compadrio de fogueira e as comidas típicas. A Jazz-Orquestra de Maçaneta tocava sanfona, instrumento característico dos ritmos nordestinos, já associados diretamente, nesta época, aos festejos juninos.

Cunvidamos a muçarada dessa bua terra, para dia 23 do mês que nois tamus entrando as 9 horas da noite ista firme no arraia do PAI XANDICO pra si divertir inté a madrugada chigá praquê o cumpadri MAÇANETA vai tucá sua sanfuna pra nois tudu dançá. Não teim teto pra impatá os fogos qui quizé sortá. O luá istá prunto pra muito amô ajudá i a fuguêra no meu prus cumpadri passá. Tambem a cumadri FINOCA vai pra lá servi mungunzá e o bom tacacá.⁵⁷

O anúncio do arraial do “Pai Xandico” parece uma síntese interessante de referências nordestinas e amazônicas associadas ao que era visto como tipicamente junino. O pretense sotaque do caboclo interiorano é usado para assinalar a peculiaridade do arraial junino, que contaria com a presença de uma importante Jazz-Orquestra da cidade. O destaque para a “sanfuna do cumpadri Ma-

⁵⁷ A Província do Pará, 01/06/1950.

çaneta” revela a associação da festa com ritmos nordestinos como o baião, o xote e o nascente forró. Este último, de acordo com Chianca⁵⁸, assumiu o papel de “música-tipo” (com seu “instrumento-tipo”: a sanfona) das festas juninas nordestinas desde fins dos anos 1940, especialmente no meio urbano. Por fim, a divulgação via imprensa revela a abrangência de público pretendida pelos responsáveis por esses eventos.

A organização desses terreiros exigia de seus promotores a busca pelo apoio de órgãos da administração pública para a garantia das condições de realização dos eventos. Serviços como limpeza pública e fornecimento de energia elétrica eram imprescindíveis para o sucesso das festas gastronômicas e dançantes dos terreiros, na maioria animadas por sonoros.

Tanto as picarpes quanto os sonoros comerciais se faziam presentes nos terreiros de rua. Estes eram serviços de alto-falantes de áreas comerciais da cidade voltados para publicidade, mas acompanhados de certa programação musical. Algumas festas juninas ocorridas em praças públicas podiam contar com o serviço de sonorização dos “alto-falantes comerciais”. Por seu turno, algumas sedes de instituições privadas contavam com seu próprio serviço de sonorização para a animação de seus eventos. Tanto nas ruas, nas praças, como nas sedes de grêmios, a presença de sonoros assinalava a particularização do espaço da cidade tornado “terreiro junino”.

⁵⁸ CHIANCA, Luciana. *Op. Cit.*, p. 67.

De currais de bois a palcos de “pássaros e bichos”, a expressão “terreiro” tornou-se, em meados do século XX, sentido definidor do espaço festivo da quadra junina. Tal resultou, em grande parte, da dinâmica criativa e inovadora dos festejos populares, que reinventaram a idéia de “tradições juninas” em Belém. Os terreiros de rua tenderam, a partir de então, a tornar-se emblema tanto dos arraiais públicos quanto das festas exclusivas dos clubes sociais.

Os “clubes aristocráticos”, com sua decoração bem cuidada, a orientação aos participantes para o uso de “trajes típicos” e as orquestras com seu repertório musical diversificado permaneceram como o ponto alto da quadra junina “elegante” de Belém. Os eventos em salões de clubes, de acordo com os jornalistas da época, estiveram pautados, ao seu modo, em uma idéia de fidelidade às “tradições juninas”. Por outro lado, os festejos juninos do subúrbio estiveram, nos anúncios ou crônicas da imprensa, sempre associados ao sentido de festa popular, quer de forma positiva ou negativa.

Recordo aqui a idealização da folia junina como “festa democrática”, apresentada numa crônica já comentada da Revista Amazônica de junho de 1956. A recriação das formas de festejar a quadra junina no subúrbio da cidade implicou também na redefinição do discurso jornalístico, que chegou a conceber os festejos populares como lugar de “alegria mais extravasante, mais sincera, mais feliz”. A apropriação das ruas e a redefinição de seu uso no período festi-

vo vieram a torná-las símbolo da força popular dos festejos. Os festejos populares passaram a ocupar papel mais e mais destacado nos anúncios de imprensa naquele período e nas décadas seguintes, pois em julho, em Belém, “(...) as ruas se enchiam de gente e de fogueiras e o espaço de fogos, ao som dos boleros e das quadrilhas (...)”⁵⁹.

Referências bibliográficas:

Anuário Estatístico do Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1959.

CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

CAMINHA, Pedro. O caipira diante da urbanização: a mudança nas vidas de ‘Os Parceiros do Rio Bonito’. *Revista IDEAS*, v. 1, n. 1, p. 95-101, jul.-dez. 2007.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Trinta e Quatro, 1997.

CARNEIRO, Édison. *Folgedos tradicionais*. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF, 1982.

CARVALHO, José. *O matuto cearense e o caboclo do Pará*; contribuição ao folclore nacional. Belém: Gráfica do Jornal de Belém, 1930.

⁵⁹ A Vanguarda, 1956 (sem identificação de dia e mês).

CHIANCA, Luciana. *A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX*. Natal: Editora da UFRN, 2006, p. 55. (Grifos da autora)

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LEAL, Luiz Augusto. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Economica Editions, 2000.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Globo, 2007.

MARTINS, Ana L.; LUCA, Tania R., (org.) *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEZES, Bruno de. Boi Bumbá. Auto Popular (1972). In: _____. *Obras Completas de Bruno de Menezes*. Belém: Secult / Conselho Estadual de Cultura, 1993, p. 51-61.

MOURA, Carlos Eugênio. *O teatro que o povo cria: cordão de pássaros, cordão de bichos, pássaros juninos do Pará*. Da dramaturgia ao espetáculo. Belém: Secult, 1997.

- NEVES, Frederico. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, vol.21, n. 40, São Paulo, 2001.
- PIÑON, Sidney. O desencanto de um Mira-Poraquête. Dominantes/dominados: a luta entre o 'bem' e o 'mal'? *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, UFPA, Belém (16): 1-22, abril/junho, 1988.
- SALLES, Vicente. A folga do negro In:_____ . *O negro na formação da sociedade paraense*. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004, p. 196-199.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Belém / Brasília: Secult / Ministério da Cultura, 1988, p. 116-117. (Grifos do autor).
- SALLES, Vicente. *Repente & Cordel*, literatura popular em versos na Amazônia. Rio de Janeiro: Funarte / Instituto Nacional do Folclore, 1985, p. 18.
- SANTOS, Marta G. *Festa na fronteira: Brasil / Guiana Francesa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-tatu, 2002.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SECRETO, María Verónica. A ocupação dos 'espaços vazios' no Governo Vargas: do 'Discurso do rio Amazonas' à saga dos soldados da borracha. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 2, n. 40, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, jul.-dez. 2007, p. 115-135.
- TRINDADE Jr., Saint Clair. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: NAEA/ UFPA, 1997.
- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1993.

Submetido em 27 de abril, 2011.

Aprovado em 1º de junho, 2011.

“Dos aparelhos ao orkut”: algumas considerações acerca das relações entre as entidades estudantis, a juventude e a *internet*¹

Andrey Lopes²

Resumo

Este trabalho tem como mote analisar as implicações que as novas tecnologias – internet, Orkut, MSN, email e outros – imputam às relações sociais da juventude brasileira atual, modificando as formas de cotidianidade e o itinerário da vida dos sujeitos que lidam com esse meio. Analisamos também, como essas novas tecnologias estão interferindo e/ou sendo apropriadas pelas entidades de representação estudantil e pelos jovens brasileiros. Para problematizar este estudo, optamos por analisar, prioritariamente, como as entidades estudantis – União Nacional dos Estudante-UNE, Diretórios Centrais dos Estudantes-DCEs e outros – estão se comportando frente a essas mudanças concernentes a tecnologia e a prática social de sua base, a saber, a juventude.

Palavras-chave: Entidades estudantis. Novas tecnologias. *Internet*. Relações sociais e juventude.

Abstract

This work has as theme examine the implications that new technologies - Internet, Orkut, MSN, email and others - attributed to the social relations of Brazilian youth today, changing the shapes of everyday life and the itinerary of the subjects that deal with this medium. We also look at how these new technologies are interfering and / or with appropriate representation by the student and the young Brazilian. To investigate this study, we examine a priority, such as student organizations - the National Union of Students-UNE, Directories Central Student-DCEs and others - are behaving in the face of these changes

¹ O termo *aparelho* era utilizado pelos órgãos de repressão do período militar para designar o local de encontro e/ou residência de opositores ao Estado instituído. Os “aparelhos da esquerda” eram, portanto, identificados e difundidos, no discurso oficial, como locais da subversão, do escondido, do errado, do criminoso, da conspiração, enfim, lugares frequentados por pessoas não afinadas com os interesses da nação. Já o *Orkut* é um site de relacionamento, criado em 2004, que acabou por se tornar um *lôcus* de encontro virtual da juventude. Assim, o título do artigo é emblemático, pois esses termos são símbolos de juventudes de períodos distintos. Artigo produzido a partir de reflexões na disciplina “Trabalho, tecnologia e relações sociais”, da Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. A disciplina foi ministrada pela profa. Dra. Dilma Andrade de Paula.

² Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. / UFU- MG. adyhistoria@yahoo.com.br

pertaining to technology and social practice from its base, the namely the youth.

Keywords: Student organizations. New technologies. Internet. Social and youth.

No seminário da II Semana de debates contemporâneos, intitulado “Maio de 1968: as barricadas do desejo”, realizado no ano de 1988, Valmir Santos, então presidente da UNE, chamava a atenção para o fato de que tanto as entidades estudantis, quanto os partidos políticos, precisavam compreender a juventude da época. Segundo ele, os partidos de esquerda e as entidades estudantis estavam “caducos” no que tange a entender a juventude. “São movimentos velhos, que reproduzem posturas e discursos ultrapassados”.³

A passagem de Valmir Santos nos leva à seguinte questão: será que atualmente as entidades estudantis estão conseguindo entender a juventude? Ou melhor, qual a postura que elas estão tomando para atrair a atenção do jovem de hoje para suas ações?

Antes de tudo, é necessário pontuarmos que, em cada período histórico, a terminologia juventude assume uma forma específica de o jovem viver a sua condição, ou seja, revela uma maneira de viver a juventude que se distingue de outras épocas.

No horizonte da história, percebemos que o século XX foi marcado pela presença da juventude no cenário político, sobretudo dos movimentos estudantis e *hippies* dos anos 1960. A década

de 1960, período este marcado por uma ditadura militar no Brasil, revela toda uma forma de ser jovem do período que, apesar de tudo, não abrange a totalidade da juventude brasileira. Os jovens das grandes capitais brasileiras filiaram em potencial ao novo comportamento cultural que transgrediu o vestuário, a linguagem, a sexualidade e a forma de fazer política. A figura do jovem guerrilheiro marcou de distintas formas a juventude do país que, constantemente, aparecia nas páginas dos jornais, realizando passeatas e proclamando palavras de ordem: “abaixo a ditadura”, “o povo unido jamais será vencido”.

No entanto, com a forte repressão, principalmente após o Ato Institucional nº5⁴, as passeatas deram lugar a um clima de “silêncio gritante”. Estas mudanças afetaram certamente a juventude do país, promovendo mudanças nos modos de ser da juventude. A partir daí, o estudante teve de procurar outras formas e / ou alternativas de viver sua condição, seja na clandestinidade, seja em outros movimentos sociais – como o movimento negro, ambientalista, feminista e outros.

A filósofa Marilena Chauí, no ano de 1988, período pós-ditadura militar, comenta esse novo contexto de reconfiguração das lutas sociais.

³ Jornal. II Semana de debates contemporâneos. “Maio de 68: as barricadas do desejo, maio de 1988.

⁴ Editado no mês de dezembro do ano de 1968, o AI-5 significou o maior ato de recrudescimento dos governos militares, ficando conhecido como o “golpe dentro do golpe de Estado”.

Agora cercada de grades e portões, ergue-se o *campus* universitário: poucos transeuntes, muitos carros e muitas motos, de quando em vez, um ônibus. Nele não há lazer nem relação com o mundo circundante. Apressadas, as pessoas o atravessam rumo ao trabalho, uma divindade *taylorista* tendo tomado todas as precauções para que aí reine o ritmo de uma empresa. Mas diabretes interferem nessa racionalidade operosa: a agitação não ultrapassa a barreira dos sisifos da burocracia. ‘Antigamente, universitários se encontravam nas catedrais. A gente se encontra no saguão do Banespa’. A ética calvinista, tardia com o capitalismo nacional, invade o *campus*/ou seria o *pastus*? Para impor-lhe a faina dos predestinados. Tempo é dinheiro; não seja tolo fazendo pesquisas demoradas. ‘Produza, produza’.⁵

A autora ressalta as mudanças ocorridas nas universidades e no cotidiano dos estudantes, que passaram a se encontrar na frente do Banespa, um símbolo do capitalismo. Estes apontamentos são representativos na medida em que nos indicam a existência de novas formas de vida, que disputam espaço no cotidiano da sociedade brasileira. Alguns termos citados como taylorismo e ética calvinista, são comuns no mundo capitalista, em que, no caso do primeiro, há uma forma de trabalho em que há o predomínio do individualismo, em detrimento da solidariedade coletiva.⁶

⁵ CHAÚÍ, Marilena. Um lugar chamado Maria Antonia. IN: SANTOS, Maria Cecília L. dos.(org). *Maria Antonia uma rua na contramão*. São Paulo: UNICAMP, 1988, p.252.

⁶ Para saber um pouco mais sobre o taylorismo ver: ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*:

A partir desse contexto, o jovem parece viver uma espécie de presenteísmo, sem uma relação passado-presente-futuro. A agenda do dia passa a ser: *carpe diem*. Eric Hobsbawm, na obra “Era dos extremos”, faz apontamentos no sentido de que o século XX foi breve⁷, pois o surgimento de diversas tecnologias – inclusive as usadas nas guerras – modificou as formas do homem experimentar o tempo e o espaço, que passaram a ser experienciados com rapidez e agilidade. Nesse sentido, ele assinala que o jovem foi afetado por essas mudanças.

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje vivem uma espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público em que vivem.⁸

Essa assertiva feita por Hobsbawm parece ser atual e significativa para a época contemporânea, principalmente neste século em que somos bombardeados a todo instante por propagandas de novas tecnologias, nos induzindo ao consumismo. São Ipods, Mp3/4, celulares

Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: BOITEMPO, 2007. Sobre a ética calvinista vide: WEBER, Max. O ascetismo e o espírito do capitalismo. IN: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

⁷ A tese de Hobsbawm é que o século XX teve início em 1914 com a eclosão da guerra e terminou em 1991, com a desagregação da União soviética.

⁸ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.13.

e computadores – referimos à internet, Orkut, MSN e sites – que marcam o cotidiano da sociedade e, conseqüentemente, da juventude atual.

Para Greco,

O acesso ao mundo do consumo ou ao mundo pela rede da internet traz a ilusão de que isto garanta para a juventude ser cidadão do mundo. No entanto, sem ser cidadão do lugar não se chega a ser cidadão do mundo que habita.⁹

A explanação feita até o momento nos leva a outras questões. Como as entidades estudantis estão se portando frente a essas novas tecnologias? Como podemos avaliar as relações sociais nessa época da internet? Nesse sentido, procuramos entender como estão sendo construídas as relações entre as entidades estudantis, juventude e a internet.

Novas tecnologias e movimento estudantil

A produção historiográfica do movimento estudantil brasileiro, via de regra, privilegiou o estudo das ações estudantis nos anos 1960, em detrimento de outros períodos. A preocupação fundamental desses estudos foi analisar a resistência dos estudantes e a repressão praticada contra os mesmos pela ditadura militar, instaurada em 1964. Assim, poucas são as pesquisas que se remetem ao estu-

dante e ao jovem na contemporaneidade, sendo que dos trabalhos existentes a maioria são de sociólogos. Quando o tema é a relação entre os movimentos sociais e/ os jovens com as novas tecnologias, mais deficientes ainda são o número de pesquisas, fato este que nos instigou ao presente estudo.

O filósofo e urbanista, Paul Virilio, já havia discutido a amplitude das novas tecnologias na sociedade do início dos anos 1990. Ele assinala que a “História Moderna” foi organizada por cinco motores, o motor a vapor, a explosão, o elétrico, o foguete e a informática. Em entrevista publicada em 1996, no Brasil, Virilio já ressaltou que as novas tecnologias afetavam / e ou estavam modificando “a informação sobre o mundo e nossa relação com ele”.¹⁰ Do momento da publicação da entrevista até os dias de hoje, percebemos que em muitos pontos as assertivas de Virilio cabem reflexão. No que toca ao último motor, a saber, o informático, que é o que nos interessa, ele já havia afirmado que o mesmo iria modificar totalmente a relação com o real.

Em outro momento, Thompson, historiador do marxismo, já havia pontuado que a partir do século XVIII, a existência de uma tecnologia que outrora modificou a relação dos trabalhadores com o tempo: o relógio. O tempo simbolizado pelo relógio foi à tecnologia utilizada para sincronização do tempo, disci-

⁹ GRECO, Fátima Aparecido. *Cultura juvenil: símbolos, estilos e identidades entre utopias e destopias*. Cadernos de História, Uberlândia:EDUFU, n^o12 e 13, v^a 01 – 2004-2005, p.186.

¹⁰ VIRILIO, Paul Os motores da história. Entrevista. IN: ARAÚJO, Hermetes Reis. (org) *Tecnociência e cultura*. Ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p.129.

plina do trabalho, contra desperdício do tempo e ferramenta do capitalismo na busca constante do lucro.

Aqueles que são contratados e experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu 'próprio' tempo, e o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado; o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda; ninguém passa o tempo, e sim o gasta.¹¹

Nessa passagem, Thompson deixa claro que o relógio havia transformado em um regulador dos novos ritmos da vida industrial, sendo também uma necessidade do capitalismo industrial para seu crescimento. Assim, uma tecnologia acabou por influir na maneira dos trabalhadores experimentarem o tempo. No entanto, isso não se deu sem resistências, sendo percebidas várias formas de descontentamento, a saber, a demora na realização de tarefas, dentre outras.

Essa idéia proposta por Thompson de que o tempo não tem um sentido único e objetivo, é defendido veementemente pelo geógrafo e urbanista David Harvey. Harvey contesta a premissa que postula que o tempo e o espaço têm um sentido único, com o qual possamos medir com uma régua as percepções humanas.

O tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente. Em suma,

cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço.¹²

O tempo social e o espaço social referem-se às relações sociais tecidas pelos sujeitos no tempo e no espaço. Assim, a proposta destes autores ora apresentada, é extremamente significativa para pensarmos como ficam as relações sociais e a questão do tempo e do espaço, a partir dessa reconfiguração das lutas sociais com o “quinto motor” proposto por Virilio, ou seja, a computação, a internet, email, Orkut, dentre outros.

O “quinto motor”, a juventude e as entidades estudantis: interseções.

Quando nos deparamos com o termo “novas tecnologias”, logo nos vem à mente a internet, devido, possivelmente, ao seu crescente uso por parcelas heterogêneas da sociedade brasileira e ao extenso número de transformações tecnológicas advindas desse campo do conhecimento técnico-científico. Também denominada de “a grande rede”, a internet é uma ferramenta informacional e comunicacional, bem como produto de um projeto militar estadunidense, planejado durante a guerra fria com a finalidade de formar um grande “banco de dados” que viabilizasse estratégias de poderio hege-

¹¹ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. IN: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.272.

¹² HARVEY, David A *condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005, p189.

mônico dos norte-americanos pelo mundo. A partir desse momento, o seu uso foi difundido nos anos 1960 e 1970, para nos anos 1990 chegar ao uso dos segmentos da sociedade que tivessem condições econômicas para obter os serviços oferecidos pela computação e pela internet. No Brasil, com o surgimento de *lan houses* (casa de jogos), *cibercafés* e financiamentos por parte do atual governo, para facilitar o acesso aos computadores pelas camadas mais baixas da sociedade, o acesso a internet popularizou-se, a partir dos anos 2000. No entanto, nunca é demais lembrar que, apesar de ter ocorrido o aumento da acessibilidade ao uso do computador, uma grande parcela da sociedade não tem acesso sequer às mínimas condições de saúde, higiene, habitação e educação.

A atual conjuntura que vivenciamos nos leva a analisar até qual ponto / e como essas transformações podem interferir e / ou estão interferindo nas nossas relações com o real. Como este é um tema recente na historiografia e o tempo de uso dessas tecnologias é obsoleto – isto é, são consideradas ultrapassadas muitas vezes em menos de um ano –, acreditamos ser de fundamental importância procurar entender essa nova reconfiguração das relações sociais na rede.

Para realizar este estudo, optamos por analisar / e utilizar as próprias ferramentas que a computação (internet) nos oferece, ou seja, utilizamos os sites e as comunidades de Orkut referentes às entidades estudantis – a UNE, UBES, DCEs e do MEPR. Outra opção foi o envio de

emails e recados via *orkut*¹³, as entidades estudantis e aos mediadores de algumas comunidades, respectivamente. Acreditamos que essas fontes são essenciais para esta análise, visto que, elas são uma das marcas e vestígios deixados pelos seus usuários. Nesse sentido, nos apoiamos nas premissas de Carlo Ginzburg, que pontua que: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”¹⁴.

Dos 24 emails enviados a UNE, UBES, Movimento Estudantil Popular Revolucionário-MEPR e DCEs, obtemos respostas somente dos DCEs¹⁵ da Universidade Estadual de Montes

¹³ Cada comunidade do *orkut* tem um mediador, que é quem cria a comunidade e aceita ou deferi o pedido de participação na mesma. Cada usuário do Orkut tem uma página pessoal, onde qualquer pessoa que seja cadastrado no Orkut pode visitar o Orkut de quem desejar olhar as fotos, deixar recados e outros. Assim, quem é cadastrado no Orkut não tem número limitado de amigos e comunidades que pode cadastrar, sendo essas comunidades um indicio do perfil e dos gostos de cada usuário.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.177.

¹⁵ Foram enviados emails aos DCEs da Universidade Nacional de Brasília, a UNIMONTES, as Universidades Federais de São João Del Rei, Juiz de Fora, de Uberlândia, do Rio Grande do Sul e ao MEPR central, de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia, do nordeste, sul, centro-oeste e norte, entre os dias cinco e dez de maio. O objetivo de envio dos emails foi saber como as entidades estudantis brasileiras estão percebendo e analisando esse processo de surgimento crescente e usos dessas novas tecnologias pela sua base social, a saber, a juventude. Dentre as perguntas enviadas, destacamos: Fale sobre o movimento estudantil e as novas tecnologias (internet, orkut, sites, msn e outros). Como o movimento esta se estruturando e lidando frente à era da tecnologia? Como a entidade avalia as relações sociais a partir da internet? Quais pontos positivos e negativos nas apropriações da internet pelo movimento? A entidade debate esse tema em suas reuniões?

Claros-UNIMONTES, da Universidade Federal de Viçosa-UFV e do MEPR-SP, sendo que o MEPR-SP apenas elogiou a iniciativa e pediu para o email ser enviado aos representantes do movimento central. Já o DCE-UFV, representado por Gabriel Lourenço, do setor de comunicação da entidade e da Articulação de esquerda – tendência interna do Partido dos Trabalhadores –, respondeu a questão ressaltando que sua resposta era pessoal e não fruto de um debate interno.

Tal fato, já pode ser encarado como um indício de como as entidades estão se portando frente à internet. A falta de respostas pela maioria dos emails¹⁶ pode ter ocorrido pela falta de debate interno das entidades quanto a essa questão. O email de Gabriel Lourenço é um indicativo dessa falta de debates. A opção da não resposta pode ter sido uma alternativa para um não posicionamento ao presente estudo, visto que a resposta poderia significar – na visão deles – um posicionamento da entidade.

Os estudos que elegeram a internet como objeto de pesquisa, via de regra, se polarizaram de maneira maniqueísta, ou seja, ora são análises otimistas que vêem a ciência como plenamente favorável as satisfações das necessidades humanas, ora com uma posição pessimista, alegando que as tecnologias acabam por pulverizar a criatividade e racionalidade do homem, contribuindo para o crescente

processo de individualismo. Nesse sentido, o filósofo Pierre Lévy assinala que esses discursos maniqueístas, apesar de se apresentarem como críticos, trazem consigo traços conservadores. Para Levy, o fato de não conhecerem bem as mudanças que estão ocorrendo com as tecnologias, esses discursos acabam por produzir conclusões apressadas e conceitos sem originalidade.

Critica-se a ideologia (ou utopia) da comunicação sem se fazer a distinção entre televisão e internet. Estimula-se o medo da técnica desumanizante, ao passo que as questões que dizem respeito às escolhas entre as técnicas e os seus diferentes usos. Deplora-se a confusão crescente entre real e virtual sem nada se entender sobre virtualização, que pode ser tudo menos desrealização do mundo – seria antes uma extensão do potencial humano.¹⁷

Já Paul Virilio discute a amplitude das novas tecnologias e aponta para os riscos totalitários da “colônia global multimidiática”. Analisando o motor informático, ele ressalta que no processo de obtenção de novas tecnologias, há um prejuízo do real, em que a chegada do “mundo virtual” acarretara na desqualificação e descrédito do real. Para Virilio, as novas tecnologias poluem as substâncias – detritos jogados no meio ambiente – e as distâncias – quando viajamos de trem e avião perdemos muito do contato direto com o meio. Ele ainda pontua

¹⁶ Os motivos da falta de respostas dos emails podem ser inúmeros, inclusive a falta de utilização dos mesmos pelas entidades.

¹⁷ LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999, p.34.

que estamos indo em direção à “derrota dos fatos”, onde pessoas que moram em lugares diferentes do planeta podem se comunicar via telefone, passando a viver no “tempo mundial”, ou seja, em um não lugar, intangível:

Ora, doravante, este tempo único, universal, astronômico, se transformou no tempo próprio do mundo. Existe assim uma desqualificação do tempo local mas também do espaço local, em proveito do tempo mundial e de um não-lugar. (...) Podemos estar aqui e lá, podemos agir em outro lugar, de uma maneira total, instantânea, e não simplesmente por uma mensagem.¹⁸

Apesar dessas propostas apresentadas, Virilio afirma que não é contra a técnica, mas um crítico de arte da técnica, ou seja, um crítico de como se utiliza a técnica. As pesquisas desenvolvidas por Virilio são do início dos anos 1990. Do momento da publicação de seus trabalhos até os dias de hoje, muitas tecnologias foram inventadas e o acesso ao computador é expressamente significativo se comparado a períodos anteriores. Já Pierre Levy, teve seu trabalho “Cibercultura”, editado no Brasil em 1999, tendo muita coisa muda nesse percurso. Por isso, é preciso que tenhamos cuidado ao formular opiniões sobre determinadas tecnologias, pois corremos o risco de construir argumentos apressados e equivocados, acerca das avaliações que

fizemos das “relações sociais construídas na rede”.

Em recente monografia apresentada no curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, Vaneska Gabriela da Costa, avalia as relações sociais construídas na rede. Ela nos indica que nunca é demais lembrar que nesse processo de obtenção de tecnologias existem “forças em ação, demandadas pelos atores sociais, na forma como cada pessoa ou grupo apropria-se das tecnologias”.¹⁹ Assim, Costa, embasada nas proposições em Levy, propõe pensar a tecnologia não como autônoma a sociedade, mas analisá-la pensando que o homem pode utilizá-la de diversas maneiras, até mesmo optando por sua rejeição.²⁰

Para compreender as relações sociais construídas na rede, Gabriela Costa, busca no conceito de experiência de Thompson, a base teórica para se ancorar. Apesar de Thompson ter balizado os seus estudos nas análises da formação da classe operária inglesa, seus estudos nos indicam que a classe não pode ser vista ou percebida apenas como algo que se une somente segundo um modo de vida,

¹⁸ VIRILIO, Paul. Os motores da história. Entrevista. IN: ARAÚJO, Hermetes Reis. (org) *Tecnociência e cultura*. Ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p.130-131.

¹⁹ COSTA, Vaneska Gabriela da. *Conexões on line: uma avaliação das relações sociais construídas na rede*. (monografia). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, 2008, p.16.

²⁰ Na monografia, Vaneska Costa procurando se abster de análises e registros pessimistas das relações sociais construídas na rede, não consegue romper com uma visão maniqueísta e acaba caindo em outro extremo, apesar de mostrar os diversos tipos de sociabilidades construídos na rede a partir de uma análise advinda da história social.

mas a partir das suas experiências vividas e pensadas no interior das relações sociais.

Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.²¹

A proposta apresentada por Raymond Williams, acerca da cultura, também é significativa para compreendermos as relações sociais na atualidade. Entendendo a cultura como “práticas culturais”, ele assinala que a mesma recebe baque constante dos conflitos sociais vivenciados no cotidiano. Assim, a teoria de Thompson de “experiência” e a definição de cultura de Williams, convergem no sentido de pensarmos as vivências e o itinerário da cotidianeidade dos sujeitos históricos, em uma miríade de significações e (re) significações das sociabilidades construídas na rede.

Voltando o foco para a internet, percebemos que os seus usuários o fazem de distintas formas, seja se identificando quando participam de um chat de bate papo, ou criando um pseudônimo

– ou seja um *nick name* ou máscara –, seja idealizando e criando uma imagem de si e dos outros que muitas vezes não corresponde com a realidade. Outras vezes, as comunidades e páginas pessoais do orkut, bem como os sites de grupos específicos, são produtos de práticas culturais, valores, crenças, ideais e, até mesmo, compondo um repertório de formas de resistência e conflito vivenciados pelos diversos sujeitos históricos.

No caso do orkut, rastreamos diversas comunidades relacionadas a UNE. A comunidade “UNE”, por exemplo, possuía mais de seis mil adeptos. O grande número de comunidades que dizem respeito à entidade, é um indicativo que a mesma está aderindo a essas novas tecnologias. As comunidades são diversas e expressam uma miscelânea de sentimentos, ideais e crenças: “49ª Bienal da UNE, eu estive lá”, “Até o Eric rompeu com a UNE”, “Une Diretas já”, “Alojamento-UNE”, “A *uni*²² é mais corajosa que a UNE”, “Eu ia pro bar da UNE”, “A UNE não me representa”, dentre outras.

A partir dos títulos das comunidades, já podemos inferir a variedade de posicionamentos dos diversos sujeitos históricos que utilizam da internet como espaço de debates – geralmente se utiliza o termo ciberespaço para se referir ao espaço na rede. Cada comunidade, geralmente, é composta por pessoas que coabitam com a premissa geral da mesma, que é colocada no início da página.

²¹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.49.

²² A *uni* é um unicórnio do desenho animado “Cavernas do dragão”, exibido pela rede Globo de televisão.

Qualquer fato ou situação pode tornar-se um tema de comunidade no orkut. O incidente ocorrido recentemente na Universidade Nacional de Brasília, onde o reitor Timothy foi acusado de corrupção e improbidade quanto ao uso de verba pública, acarretou na ocupação da reitoria da universidade pelos estudantes que queriam a renúncia do reitor, chegando o fato às páginas de comunidades no orkut.²³ Na comunidade “Ocupação da UNB”, que conta com 216 adeptos, o título já nos sugere a adesão e aprovação do ocorrido na Universidade Nacional de Brasília. A mensagem disponível na primeira página da comunidade indaga: “Vamos invadir a Reitoria da UNB também no orkut! Vamos dizer em alto e bom som. Fora Tomothy, mamya, mamya e cia. Por novas eleições diretas e paritárias” *Sic* ²⁴. Nessa comunidade ainda é possível notar outras comunidades com parecido teor argumentativo, com propostas de apoio a invasão das Reitorias ocorridas nas Universidade de São Paulo-USP, Universidade Estadual de Campinas-UNICamp e outras. Em suma, essas trocas de informações entre comunidades e usuários da internet produzem um correio de informação que torna a rede um espaço complexo, onde são produzidos significados das relações sociais construídas em um ambiente alternativo

²³ A ocupação da reitoria da UNB ocorreu no mês de abril, após invasões de outras reitorias de universidades públicas no país e diversas acusações de corrupção por parte de alguns reitores.

²⁴ <<<http://www.orkut.com.br>>>. Comunidade “Ocupação da Reitoria da UNB” (acessado 05/05/2008). Segue o original

(na rede) que, nem sempre, são convergentes, mas tencionadas pela pluralidade das ações humanas.

Na ocupação da UNB, o site do grupo de relacionamento *Yahoo* fez uma enquete propondo a seguinte questão: “Você apóia os estudantes no movimento de invasão da Reitoria da UNB?”. Apesar de algumas unidades de pessoas terem postado sua opinião, a cada vez que alguém fosse acessar o email no *Yahoo*, no mês de abril, na página inicial aparecia a enquete.

O usuário identificado por “Lus” corrobora com a idéia da saída do Reitor “fajuto, mas não apoio a baderna que se instalou lá! Conheço por convivência, essas invasões. O resultado é prejuízo para o Brasil inteiro. Quando saíres se verá a destruição, o roubo... e nunca ninguém pagará por isso” ²⁵.

“Ciane”, num posicionamento distinto de “Lus”, afirmou: “Sim... e uma boa ação isso e o que pouco acontece hoje antes os jovens luvam mais por seus direitos... eu os apoi sim” ²⁶. Já “Luigi”, indagou que: “Sou totalmente favorável e se fosse mais perto ia invadir também. Aliás, gostaria de sugerir aos estudantes universitários que invadissem outros lugares, tipo congresso, Senado, Câmara etc” ²⁷.

²⁵ << <http://fr.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080410123931AAde3hz>>> (acessado 05/05/2008)

²⁶ << <http://fr.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080410123931AAde3hz>>> (acessado 05/05/2008) A escrita corrida e atropelada, presente na internet faz com que os erros gramaticais e as palavras escritas pelas metades sejam uma marca constante dos usuários da rede. Os textos foram conservados na íntegra.

²⁷ << <http://fr.answers.yahoo.com/question/index>

Os posicionamentos postados na enquete são heterogêneos, desde os que apóiam incondicionalmente, aos que reprovam a invasão realizada pelos estudantes na Reitoria da UNB, por não acreditarem que essa seria a melhor medida a ser tomada. O alcance que essas informações podem ter na internet é ilimitado. Por meio da internet, um morador do Japão tem como ficar ciente do que acontece em uma entidade estudantil brasileira, antes mesmo de milhões de estudantes do país ou dos pares que compõem o próprio diretório.

Essa troca de informações é perceptível até mesmo na enquete, pois “Joseph”, acabou por citar um fato ocorrido na Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG.

Também fui favorável e participei da ocupação do prédio de Reitoria da UFMG por causa da ação truculenta da Polícia Militar no campus Pampulha em Belo Horizonte contra um grupo de estudantes que pretendiam exibir o filme *grass maconha* no Instituto de geociências. Dentro de uma Universidade Federal que é lugar legítimo onde os debates dos temas que envolvem a sociedade podem e devem acontecer (...) ²⁸.

Nas mensagens postadas na enquete, percebemos que elas são ilustrativas de crenças e ideais heterogêneos dos usuários. As posições de “Ciane”, “Lui-

gi”, “Joseph”, e “Thiago” – ele apóia a invasão e afirma que se estivesse lá no momento da invasão iria se sentar na cadeira do Reitor –, são demonstrativas de pessoas com idéias tidas como extremistas, posicionamentos estes, geralmente ligados a juventude e a inconseqüência.

A mensagem postada por “Roberto” é um indicativo dessa imagem inconseqüente relacionada ao estudante.

Porque os estudantes sempre acham que resolvem tudo no berro, no grito ou na quebradeira? Pois quando se racha um pau nas dependências da universidade, quem paga o prejuízo é toda a sociedade através dos impostos. E fica parecendo que a molecada está de vagabundagem quando deveriam estar estudando e mostrando serviço. O Reitor não vai renunciar, vai sentar bofete em todo mundo e, se trocarem o homem vão colocar outro no lugar. Para mim, isso tudo é desculpas de desocupado que fica coçando os testículos e que vai lá para fumar maconha e cantar o hino da Internacional Comunista.²⁹

Essa passagem nos leva a pensar que esse usuário é um adulto. Apesar das gírias utilizadas no trecho, a idéia expressa pode ser de um adulto que vê o movimento como inconseqüente, ou de um jovem que não é afeito às ideologias dos estudantes que ocuparam a Reitoria da UNB. Na internet, não é possível saber a idade dos usuários, mas a

x?qid=20080410123931AAde3hz.>> (acessado 05/05/2008)

²⁸ << <http://fr.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080410123931AAde3hz.>>> (acessado 05/05/2008)

²⁹ << <http://fr.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080410123931AAde3hz.>>> (acessado 05/05/2008)

mensagem postada por “Roberto” nos leva a refletir sobre alguns pontos. Primeiro, quando ele pergunta “por que será que os estudantes acham que podem resolver tudo no berro”, e, depois com a asserção de que “fica parecendo que a molecada esta de vagabundagem”, parece que o mesmo não está inserido no que convencionalmente a sociedade autodenomina de juventude. Essa imagem do jovem expressa por ele corresponde às formas que o senso comum representa, muitas vezes, o estudante. A sociedade vê o jovem de forma ambivalente, ora como um elemento perigoso para a ordem pública, ora como os futuros dirigentes da nação.

Opiniões taxativas como essa, muito comum em enquete na internet, são no mínimo apressadas. Induzir a conclusão de que todos os estudantes que participaram do movimento são maconheiros, parece ser uma análise obsoleta do acontecido. Somente com uma análise apurada do que realmente aconteceu é possível chegar a uma compreensão do acontecido.

Ana Maria Doimo, Maya Mithe e Rousiley Maia em pesquisa sobre os movimentos sociais, a internet e os novos espaços públicos, pontuam esses lugares de debates via rede. “A realização desses atos de comunicação e debates, que reúnem indivíduos territorialmente distantes, é um primeiro passo para influências, mesmo que indiretamente, nos processos de tomada de decisão”³⁰.

³⁰ DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rousi-

As autoras ressaltam que após os jornais, rádio e tvs terem sido ovacionados com uma série de críticas acadêmicas, no qual colocavam em debate sua função de fomentadores do questionamento crítico da sociedade e por atuarem como representantes de diversos grupos sociais, a internet aparece como uma mídia alternativa. Para elas a internet pode criar novas alternativas e possibilidades de participação política. Nesse sentido, elas citam a DH Net, que nada mais é que uma Enciclopédia digital de Direitos Humanos, onde

uma rede eletrônica sem fins lucrativos que, além de funcionar como portal de informação, oferece espaço gratuito em seu domínio para que diversas Organizações não governamentais-Ongs, espalhadas pelo país e integrantes do movimento de direitos humanos, construam sua própria página na www. Ao abrigar e agrupar, no plano virtual, tais entidades congêneres, a DN Net possibilita que elas estabeleçam contatos entre si e construam *on line*, uma estrutura e horizontes de articulação, de troca de experiências, de ativismo e de compartilhamento de valores ético-políticos, a qual chamamos de *redes cibernética*, por ser uma espécie de versão eletrônica das redes sociais movimentalistas(...)³¹

ley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. IN: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.109.

³¹ DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rousiley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. IN: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul:

Analisando as demandas e interesses no que toca o ativismo político *on line*(na rede), as autoras concluem que a internet, por meio de *redes cibernética* de participação, funciona como um correio midiático que potencializa ciberespaço de participação. Como um espaço virtual, a internet pode ainda proporcionar trocas de experiências, contribuindo para a circulação de informações entre grupos comuns e ocasionando o fortalecimento de laços de reciprocidade. No entanto, elas não deixam de assinalar que apesar da internet possibilitar a criação de novas formas de participação política “um diagnóstico equilibrado inclui o cuidado de não fazer previsões excessivamente otimistas”³².

No caso das entidades estudantis, percebemos que as mesmas estão procurando de alguma forma, (re) atualizar suas estratégias de luta, por meio da internet, que aparece como uma ferramenta para divulgação de notícias das ações estudantis, sendo que seu uso não se deve somente ao seu baixo custo, mas ao seu alcance e agilidade na propagação das informações. Analisamos os sites dos Diretórios Centrais Estudantis-DCEs da Universidade de Brasília, Universidade federal de Viçosa-UFV, Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, Universidade Federal do Rio

Grande do Sul-UFRGS, Universidade Estadual de Campinas-UNICamp, Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES, além do Movimento Estudantil Popular Revolucionário, da UNE e UBES. Nestes sites, notamos a publicação de matérias, artigos, blogs e fotos, dando cobertura às manifestações das entidades e em algumas delas o histórico do movimento estudantil brasileiro e local. Na maioria deles, há espaço para os visitantes postarem mensagens de assuntos diversos e enviarem artigos para serem publicados. A partir destes sites, podemos ainda notar a posição político-ideológica das entidades. Com relação ao site do MEPR, o seu pano de fundo na cor vermelha e seus posicionamentos ferrenhos contra o Fundo Monetário Internacional-FMI, a Reforma Universitária e ao Governo atual, já é um indicativo que o movimento é alternativo à UNE e à UBES. Já o site da UNE e da UBES, são apresentados em tonalidades claras, na cor azul claro e branca, indiciando um posicionamento mais aberto a debates com a procura de diálogo em vários momentos com o poder instituído, o que nem se quer é cogitado pelas lideranças do MEPR.

O ex-diretor de inclusão digital da UNE – a criação desse cargo já é um fato a ser analisado – Leandro Chemale, ex-estudante da Universidade Federal de São Carlos, comentou sobre a participação da Entidade estudantil no “I Seminário Nacional de Inclusão Digital e Democratização da Informação-SENID”, realizado em 2006. Conforme ele,

EDUNISC, 2005, p.108.

³² DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rousiley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. IN: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.122.

Na década de 90, com o surgimento da internet e a massificação da comunicação on line, o cenário começou a mudar: o próprio movimento estudantil ficou mais dinâmico, diversas executivas de curso conseguiram se articular melhor, enfim, muita coisa mudou. Só uma coisa não mudou: a cultura do software.³³

Nesse evento, a UNE além de pontuar o papel da internet na informação do movimento estudantil faz críticas ao software, propondo o seu livre acesso. “O termo software livre se refere à liberdade que o usuário tem de executar, distribuir, modificar e repassar as alterações sem, para isso, ter que pedir permissão ao autor do programa”³⁴.

Essa reconfiguração do movimento estudantil, a partir da internet, parece ter sido adotada tanto pelos grupos afinados à esquerda do movimento, quanto pelos grupos de centro e os chamados direitistas. Em email respondido pelo DCE-UNIMONTES, o então presidente Diego Macedo - da chapa “A hora é agora”, eleita ano passado -, ressalta a dificuldade de comunicação da entidade, visto que a referida Universidade possui diversos *campis* espalhados pelo Norte de Minas Gerais. “E a tecnologia veio facilitar a comunicação e publicação dos trabalhos da entidade. Pela internet o estudante e a sociedade conseguem nos contactar com facilidade, vários contatos já

foram realizados. O Nosso site também é utilizado para publicações dos acadêmicos”³⁵.

Segundo, Gabriel Lourenço do DCE-UFV,

O movimento estudantil tem se apropriado rapidamente das novas tecnologias de mídias como instrumento não só de propagação ideológica, mas de contato com a própria base. A internet tem sido um desses principais instrumentos, marcadamente desde o ano passado, vários coletivos de mobilização passaram a utilizar blogs e rádios on line durante ocupações, o que propicia a rapidez na comunicação e informação dos fatos.³⁶

Essa passagem é ilustrativa do novo momento das manifestações estudantis. Tomando como exemplo a invasão da UNB este ano, percebemos a utilização de sites para divulgar o movimento, bem como msn, correio de ocupação, blogs e rádios *on line*, disponíveis nos sites criados do movimento.³⁷

Essas novas tecnologias além de divulgar as manifestações estudantis para todo o país servem como espaço de troca de experiência entre os seus pares. Como a cada dia, a internet passa a ter cada vez mais espaço no cotidiano do jovem,

³³ <<HTTP:www.baladaforte.com/unelivre/news07.php>>. (acessado 05/05/2008).

³⁴ <<http:www.une.org.br>> (acessado dia 5/05/2008).

³⁵ Email respondido para andreyhistoria@bol.com.br. dia 20/05/ 2008.

³⁶ Email respondido para andreyhistoria@bol.com.br. dia 10 /05/2008.

³⁷ Ver: <<http:// www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/04/416315.shtml>>. (acessado 05/05/2008). Msn ocupação: reitoriaocupada@hotmail.com; blog: http:ocupacaounb.blogspot.com/ rádio ocupação: http://orelha.radiolivre.or:8000/radioladf.m3u; correio ocupação: oupacaounb@gamil.com

a mesma acaba por se tornar um correio de informação entre entidades estudantis e juventude.

Além disso, a juventude esta fortemente ligada à internet, devido ao movimento estudantil se apropriar dessa ferramenta para se comunicar com a base estudantil. A possibilidade de uso de sites, fóruns de discussão, listas de emails, etc, amplia os canais de acesso aos/às estudantes, o que pode promover um avanço na política das entidades na medida em que essas podem não apenas informar, mas consultar essa base mais frequentemente, devido às dificuldades de promover efetivas assembleias.³⁸

Mesmo assim, Gabriel Lourenço, alerta para se ter cuidado “de não deixar de lado instrumentos tradicionais, como as próprias assembleias, panfletagens, passadas em sala de aula, entre outros, pois as entidades não podem deixar de lado o contato direto com a base social que a representa”³⁹.

Voltemo-nos às análises de Virilio, que propõe que “cada motor modifica o quadro de produção de nossa história e também modifica a percepção e a informação”⁴⁰. A internet, apropriada pelos sujeitos sociais, contribuiu para modificar o itinerário da vida e cotidianeidade da sociedade mundial. São inúmeras

possibilidades de sites que um usuário pode conectar e acessar aos variados tipos de informação a partir de um clique. Tal fato nos leva a refletir sobre a noção de tempo e espaço, já comentada por Harvey, Virilio e Thompson neste artigo. Harvey, em outro momento afirmou que as “barreiras espaciais foram reduzidas a tal ponto que tornaram o espaço um aspecto contingente, em vez de fundamental, da ação humana”⁴¹.

Essa afirmação de Harvey serve como um gancho para analisarmos o email respondido por Gabriel Lourenço, que alerta para não se deixar de lado os instrumentos tradicionais de comunicação. Apesar dessas novas tecnologias servirem de meio de divulgação das entidades, não podemos esquecer que ela informa uma práxis – sendo ela mesma uma práxis –, não devendo de maneira alguma suplantando o contato direto. Tal assertiva, não quer afirmar que a técnica determina integralmente a ação humana, mas que a miríade de possibilidades dos seus usos, são condicionadas e condicionantes das experiências vividas e elaboradas pelos sujeitos históricos.

Nesse amalgama que são as apropriações da internet, o que resta às entidades estudantis de certa forma é disputar a atenção dos estudantes com outros sites que dizem respeito à culinária, moda, programas de TV e outros. A disputa pelo espaço na internet, atualmente parece ser a preocupação das

³⁸ Email enviado a andreyhistoria@bol.com.br dia 10/05/2008.

³⁹ Email enviado a andreyhistoria@bol.com.br dia 10/05/2008.

⁴⁰ VIRILIO, Paul *Os motores da história*. Entrevista. IN: ARAÚJO, Hermetes Reis. (org) *Tecnociência e cultura*. Ensaio sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p.127.

⁴¹ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005, p.290.

entidades, pois enquanto a comunidade da UNE no orkut possui seis mil adeptos, outras comunidades que trazem no bojo de seus interesses o uso do celular, a moda, a música e outros, possuem milhões de adeptos.

Nesse sentido, acreditamos que análises apuradas das relações sociais construídas na rede podem nos indicar um mosaico de sensibilidades, disputas, conflitos, acomodações, aceitações e resistências. Apesar de se apresentar como uma alternativa para a troca e circulação de informações, as partilhas dessas experiências não deixam de ficar circunscritas a uma falta de contato direto, olho no olho, cara a cara... Virilió quando analisa os usos da técnica, nos indica uma preocupação com as apropriações das tecnologias e com o fetiche – como diria Marx – que elas trazem consigo ao promover a acentuação do processo de individualização do sujeito, mesmo estando em um coletivo – ou seja, em contato com outras pessoas via internet. Fechar os olhos para a reconfiguração das relações sociais, enviesadas principalmente com a gênese das novas tecnologias, parece no mínimo um furto a um debate que levar a reboque os modos de vida na atualidade, opacizando análises sutis deste processo. O que podemos avaliar é que o posicionamento menos otimista deste processo, pode nos indicar um campo de possibilidades que é o do prisma da história. E, por que não afirmarmos que podem existir perdas sutis nessas relações?

Fontes:

Emails respondidos
Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Viçosa-DCE UFV

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros-DCE UNIMONTES

Movimento Estudantil Popular Revolucionário-São Paulo.MEPR-SP

Jornal Informativo. II Semana de debates contemporâneos. “Maio de 68: as barricadas do desejo. Belo Horizonte: UFMG, maio de 1988.

Sites:

01-http: // www.midiaindependente.org / pt/ blue/ 2008/ 04/ 416315.shtml. (acessado 05/05/2008).

02-http://fr.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080410123931AAde3hz. (acessado 05/05/2008)

03-http: //www.une.org.br (acessado 05/05/2008)

04-http: //www.orkut.com.br

05-http: // www.baladaforte.com/unelivre/news07.php. (acessado 05/05/2008).

06-http:WWW.dceufsj.org/ (acessado 05/05/2008)

07-http:WWW.dceufjf.com/ (acessado 05/05/2008)

08-http:WWW.dceunimontes.com.br (acessado 05/05/2008)

09-http:WWW.dceu.unb.br/ (acessado 05/05/2008)

10-<http://WWW.dceuunicamp.org.br>
(acessado 05/05/2008)

11-<http://dceufrgs.wordpress.com/> (aces-
sado 05/05/2008)

12-<http://WWW.dce.ufba.br> (acessado
05/05/2008)

13-<http://WWW.mepr.org.br> (acessado
05/05/2008)

Msn ocupação:

reitoriaocupada@hotmail.com

Blog:

<http://ocupacaounb.blogspot.com/>

Rádio Ocupação:

<http://orelha.radiolivres.org.br:8000/radioladfm3u>

Correio Ocupação:

ocupacaounb@gmail.com

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: BOITEMPO, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Um lugar chamado Maria Antonia. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org). *Maria Antonia uma rua na contramão*. São Paulo: UNICAMP, 1988.

COSTA, Vaneska Gabriela da. *Conexões on line*: uma avaliação das relações sociais construídas na rede. (monografia).

Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, 2008.

DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rousiley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p.107-130.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRECO, Fátima Aparecida. Cultura juvenil: símbolos, estilos e identidades entre utopias e destopias. *Cadernos de História*, Uberlândia: EDUFU, n^a12 e 13, v^o 01 – 2004-2005, p.171-187.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Com-

panhia das Letras, 1998, p.267-304.

VIRILIO, Paul Os motores da história. Entrevista. In: ARAÚJO, Hermetes Reis. (org.). *Tecnociência e cultura*. Ensaaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p.127-148.

WEBER, Max. O ascetismo e o espírito do capitalismo. In: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martim Claret, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Submetido em 6 de dezembro, 2010

Aprovado em 23 de março, 2011

Propostas políticas reformistas de Edgard Leuenroth e João Goulart: um encontro (im) possível?¹

Cláudia Tolentino Gonçalves²

Resumo

Neste trabalho, buscamos analisar a relação entre os escritos de Edgard Leuenroth (1881-1968), principalmente os seus artigos publicados no jornal anarquista *O Libertário* e um manuscrito inédito de sua autoria, intitulado “Qual a solução para o problema do Brasil?”, e a política reformista que caracterizou o governo de João Goulart (1960-1964). Nosso intuito é compreender as diferenças entre seus projetos reformistas para a sociedade brasileira. Para tanto, este texto desdobra-se em três momentos: no primeiro, tratamos da suposta ambiguidade atribuída à figura de João Goulart e retomamos ações e discursos do presidente para refletir sobre as apropriações feitas por diferentes grupos sociais do termo *reformas*. No segundo momento, realizamos uma análise dos caminhos propostos por Jango e por Leuenroth no que tange à concretização de seus projetos reformistas. Por fim, analisamos artigos de Leuenroth publicados no jornal *O Libertário*, a fim de questionar seu projeto *reformista* em contraposição à política *reformista* de João Goulart.

Palavras-chave: Edgard Leuenroth. João Goulart. Anarquismo. Reforma.

Abstract

In this article, we search to analyze the relation among the writings of Edgard Leuenroth (1881-1968), mainly your articles published in the anarchist newspaper *O Libertário* and an unpublished manuscript entitled “Qual a solução para o problema do Brasil?”, and the reformist politics that characterized the João Goulart’s government (1960-1964). Our goal is to understand the differences among their reformist projects for the Brazil. Therefore, this text was divided into three stages: first, we treat about the supposed ambiguity attributed to João Goulart’s figure and resumed actions and speeches of the President to reflect on the appropriations made by different social groups with regard to the *reform*. In the second step, we conducted an analysis of paths proposed by Jango and Leuenroth regarding

¹ Este artigo é resultado parcial da pesquisa de Iniciação Científica “Anarquismo e reformas de base: uma interlocução possível entre Edgard Leuenroth e João Goulart?”, processo nº 129914/2010-0, financiada pelo PIBIC/CNPq/UFU, que compõe o projeto “Edgard Leuenroth: intérprete libertário do Brasil”, coordenado pela Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato.

² Graduanda do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. claudiatolentino.ufu@gmail.com

the implementation of their reformist's projects. Finally, we reviewed Leuenroth's articles published in the newspaper *O Libertário*, to question his *reformist* project in opposed to the João Goulart's *reformist* policies.

Keywords: Edgard Leuenroth. João Goulart. Anarchism. Reform.

Edgard Leuenroth³ foi um pensador-

³ Edgard Leuenroth, filho de Waldemar Eugênio Leuenroth e de Amélia de Oliveira Leuenroth, nasceu na cidade de Mogi-Mirin em 31 de outubro de 1881. Autodidata, aos 16 anos Leuenroth lançou o seu primeiro periódico *O Boi*, publicação quinzenal que circulava no bairro do Brás, em São Paulo. Em 1904, devido à influência do poeta Ricardo Gonçalves, aderiu-se aos ideais anarquistas, que o acompanharam durante toda a sua vida. Leuenroth foi um pensador-militante que se dedicou a uma incessante luta política em busca de um Brasil melhor. Militante engajado no movimento operário brasileiro, Leuenroth participou de diversas organizações sindicais brasileiras e foi um dos principais porta-vozes dos trabalhadores em manifestações operárias ocorridas na cidade de São Paulo, no decorrer do século XX. Enquanto jornalista, ele fez da imprensa livre um eficaz instrumento de luta, tendo participação ativa em vários periódicos anarquistas tais como *A Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *O Libertário*, entre outros. Leuenroth participou da criação do Centro de Cultura Social de São Paulo em 1933, vinculado ao movimento anarquista, promovendo debates, palestras, exposições e apresentações de teatro. Em 1944 fundou "A Nossa Chácara", um espaço comunitário destinado ao encontro de anarquistas e simpatizantes para a discussão do pensamento libertário. Leuenroth trabalhou até o ano de 1960 na agência publicitária "A Eclética", de onde tirava o seu sustento e o de sua família. Sendo também arquivista de *O Globo* no Rio de Janeiro e da *Folha de São Paulo*, recusou-se durante toda a sua vida a ocupar cargos superiores, permanecendo sempre fiel aos seus ideais. Leuenroth lançou os livros "O que é maximismo ou bolchevismo?" (1919), "Anarquismo: Roteiro de Libertação Social" (1963) e organizou a obra "A Organização dos Jornalistas Brasileiros 1908 – 1951", que veio a ser publicado em 1987, após sua morte. Vítima de um câncer hepático, Leuenroth faleceu em 1968, aos 87 anos de idade. Durante longos e árduos anos, Leuenroth empenhou-se em organizar um acervo sobre o movimento operário, sendo um grande contribuinte na preservação da memória do movimento operário. Hoje essa documentação encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth, em Campinas. Para uma bibliografia completa de Leuenroth, ver: KHOURY, Y.M.A. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária Imprensa, Memória e Militância Anarco-Sindicalista*. Tese de douto-

-militante anarquista que se interessou pelo estudo dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira e que acreditou ser o anarquismo o único caminho possível para solucioná-los. Nos últimos anos de sua vida, Leuenroth elaborou um projeto libertário para o Brasil intitulado "Qual a solução para o problema do país?"⁴, um livro inacabado no qual ele realiza um balanço da situação enfrentada pelo país sob a égide do sistema capitalista. Leuenroth chama atenção para a necessidade de se efetivar uma reforma radical nas bases da organização político-econômico-administrativa do país com o intuito de solucionar os problemas enfrentados pela população, e propõe uma nova configuração da

rado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

⁴ Este livro está sendo editado por Christina Lopreato para futura publicação. Nele, Leuenroth projeta uma sociedade socialista libertária para o Brasil baseada no anarco-comunismo, do qual Piort Kropotkin foi um dos mentores. Nesta vertente, é proposto um modelo produtivo descentralizado e autogestionário, de forma que os frutos do trabalho integral - manual e intelectual - produzido por todos, sejam sociabilizados entre os membros da sociedade. O lema a *cada um segundo suas necessidades, de cada um segundo suas possibilidades* rege a teoria econômica anarquista proposta por Kropotkin e adotada por Leuenroth em seus escritos. O livre consenso entre os indivíduos regeria esta sociedade, de acordo com as necessidades, aptidões, idéias e sentimentos dos seus membros. Sobre as idéias precursoras de Kropotkin na concepção do anarco-comunismo, ver: LOPREATO, C. R. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, (27 e 28), 2003, pp. 557-572.

sociedade brasileira nos moldes anarquistas⁵. Cabe ressaltar que parte destes manuscritos foi publicada por Leuenroth no jornal *O Libertário*⁶, nos primeiros anos da década de 1960⁷. Na retomada e revisão de seus escritos inéditos no jor-

⁵ A anarquia não se caracteriza pelo caos e pela desordem como pressupõe o senso comum. Uma sociedade anárquica é regida por uma ordem anti-burguesa, sem Estado e sem leis. A liberdade, a igualdade e a solidariedade são defendidas como princípios para a supressão das injustiças sociais e para a redução das “imperfeições humanas”, garantindo o bem-estar social (que não deve ser confundido com o Estado do bem-estar social) e a felicidade dos homens.

⁶ Este periódico, assim como inúmeros jornais anarquistas publicados no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, foi o resultado do esforço coletivo de um grupo de anarquistas que se articulou para a criação de uma forma alternativa de difusão do ideal libertário. O grupo formado por Pedro Catalo, Edgard Leuenroth, Souza Passos, Lucas Gabriel, dentre outros, viabilizou em um primeiro momento, a publicação de uma revista que possibilitaria a circulação de um número maior de textos e matérias. Porém, devido a falta de recursos financeiros o grupo optou pela criação do jornal *O Libertário*, um veículo de contestação do sistema capitalista, de divulgação da doutrina anarquista e da organização do movimento operário, no Brasil e no mundo. Enfoca, portanto, os principais debates políticos da época, tratados, obviamente, sob a ótica libertária.

⁷ A primeira parte do livro *Qual a solução para o problema do país?* apresenta sete artigos que foram publicados no jornal *O Libertário*, contendo algumas modificações bastante sutis. De forma geral, os artigos tratam de forma crítica da incapacidade do sistema vigente de garantir uma vida digna para a população, apontando a necessidade de transformação da sociedade a partir da filosofia anarquista. Já na segunda parte, encontramos dois artigos publicados em *O Libertário*, que apresentam algumas modificações e/ou adaptações consideráveis, pois no jornal a ênfase se pautava na necessidade de organização das massas para a solução dos problemas da habitação e da assistência social no sistema capitalista. Já nos manuscritos, Leuenroth enfatiza as medidas para a reorganização das habitações e da assistência social na nova sociedade, após mostrar as péssimas condições que a população desfavorecida pelo sistema é submetida, no que se refere a estas duas necessidades básicas para a sobrevivência humana.

nal *O Libertário*, Leuenroth lapidou seu projeto *reformista* de construção de uma sociedade anarquista no Brasil durante os efervescentes anos da década de 1960, momento no qual diferentes projetos reformistas e revolucionários emergiram no cenário político brasileiro. Vale lembrar que, no contexto internacional, nos anos 60 do século XX, havia uma grande mobilização em torno de propostas reformadoras e revolucionárias. A experiência revolucionária em Cuba (1959-1960), por exemplo, influenciou boa parte dos brasileiros que se movimentavam contra as injustiças e dificuldades existentes no país.

O objetivo central deste artigo é investigar uma possível relação entre os escritos de Edgard Leuenroth e a política reformista que caracterizou o governo de João Goulart⁸. Para tanto, foi selecionada a seguinte documentação: 1) o livro inacabado de Leuenroth “Qual a solução

⁸ João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja, no Rio Grande do Sul em 1º de março de 1919. Filho de estancieiros, Goulart cursou Faculdade de Ciências Jurídicas em Porto Alegre, e dedicou-se aos negócios da família até 1945 quando estreitou laços com Getúlio Vargas que o incentivou a entrar para a política. Em 1950, tornou-se presidente do PTB gaúcho e em 1951 foi eleito deputado federal. Em 1953, durante o segundo governo Vargas, assumiu o Ministério do Trabalho. Elegeu-se consecutivamente vice-presidente dos governos JK e Jânio Quadros, e em 1961, após a renúncia de Quadros, assumiu a presidência sob o signo do parlamentarismo. Em 6 de janeiro de 1963, um plebiscito nacional decidiu a volta do sistema presidencialista. Com as intensas crises político-sociais durante seu governo, foi deposto pelos militares em março de 1964 e exilou-se no Uruguai, onde participou das articulações da *Frente Ampla* que visava o retorno da democracia no Brasil. Goulart faleceu, ainda no exílio, em dezembro de 1976. Para uma biografia completa de Jango, ver: FERREIRA, M. M. (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

para o problema do país?"; 2) o jornal anarquista *O Libertário*, publicado na cidade de São Paulo entre outubro de 1960 e março de 1964 sob a direção de seu fundador Pedro Catalo⁹ (1901-1969); 3) Discursos políticos do presidente João Goulart¹⁰ e uma mensagem sua escrita em março de 1964, direcionada aos membros do Congresso Nacional. Nesta mensagem, intitulada "Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro", Jango assinala as medidas políticas reformistas adotadas desde o início do seu governo e propõe a consecução de *reformas de base* no país, com o intuito de sanar os problemas e garantir o progresso.

A partir do cruzamento das fontes, pretendemos refletir sobre a seguinte questão: até que ponto a ênfase dispensada por Leuenroth na revisão e publicação dos seus escritos inéditos no jornal *O Libertário* não implicava num (re)pensar da política governamental de "Jango", num momento que precedeu a Ditadura

Militar Brasileira, instalada em 31 de março de 1964 no país? Em outras palavras, a intenção deste texto é verificar a (im)provável interlocução entre o discurso apropriado pela política Goulart e o discurso anarquista que vingou sob a pena de Edgard Leuenroth, a fim de compreender melhor o projeto reformista deste militante. Desse modo, faz-se necessário retomar questões referentes aos primeiros anos da década de 1960 no Brasil, na tentativa de compreender melhor certas ações políticas e sociais ocorridas neste período, no qual o tema das *reformas de base* ganhou destaque em meio aos debates políticos. Mas, afinal, quais eram as políticas reformistas propostas por João Goulart e Edgard Leuenroth?

A presidência de João Goulart

Falando-se em termos políticos, esse apresenta-se como um enigma, não se sabendo realmente o que pensa nem o que pretende. (...) Há entre os políticos muitos que se proclamam pacifistas, mas o são apenas em palavras.¹¹

De acordo com Ângela de Castro Gomes, desde o início da sua carreira política, João Goulart, forte aliado de Getúlio Vargas, revelou habilidade de negociador entre políticos e sindicalistas, e se mostrou capaz de penetrar nos meandros da classe trabalhadora. Escolhido por Vargas como *seu maior e melhor herdeiro*

⁹ O sapateiro e militante Pedro Catalo é reconhecido por sua luta antifascista. Autor de diversos hinos, poesias, músicas e peças teatrais, Catalo fundou o Grupo Teatral da União dos Artífices em Calçados, e o jornal *Dealbar* em 1965 - continuação do periódico *O Libertário*.

¹⁰ Segue as referências: GOULART, J. Discurso de João Goulart no encerramento da Convenção Nacional do PTB em outubro de 1957. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 75; GOULART, J. Discurso de posse de João Goulart na presidência da República no regime parlamentarista em 7 de setembro de 1961. In: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; GOULART, J. Discurso no Comício de 13 de março de 1964, Central do Brasil, Rio de Janeiro. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 203.

¹¹ Acepção do militante anarquista Rodolfo Coelho Cavalcanti sobre o presidente João Goulart. Ver: *O Libertário*. Conversando com os leitores – Nota da redação. Ano III, n° 27-28, p.04, 1964.

*político*¹², Jango, durante a sua trajetória política, afirmou sua lealdade a Vargas e ao trabalhismo, defendendo a necessidade de um capitalismo mais humano, amigo do progresso e de viés nacional-reformista. Segundo as reflexões de Gomes, a junção entre o ideário nacional-reformista e a lealdade a Vargas, considerado um ditador em potencial, culminou na construção de uma figura política ambígua de João Goulart. Rodrigo Motta, por sua vez, afirma que os jornais mais expressivos da década de 1960, no eixo Rio - São Paulo – como *O Estado de S. Paulo* e a *Tribuna da Imprensa* (jornais afinados ao ideário liberal); o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* (jornais mais moderados); e *Novos Rumos* (jornal comunista) – retratam, através das caricaturas, sentimentos e posicionamentos de setores que deram tom à campanha contra Goulart, contribuindo, deste modo, para o golpe militar de 1964. De forma geral, Jango é retratado nas caricaturas com os olhos fechados ou voltados para o chão, e com o rosto sorridente, o que caracteriza ora um político tímido, amável e trapalhão, ora um político modesto e malicioso, com um talento nato para negociações. Motta enfatiza:

(...) na ótica conservadora Goulart era um demagogo, autoritário e protetor dos comunistas. Temia-se que seu governo abrisse as portas para o fortalecimen-

to de projetos reformistas e, no limite, revolucionários. Especulava-se sobre a possibilidade de seus interesses e alianças o levassem a instaurar uma ditadura com perfil esquerdista, uma espécie de Estado Novo, com roupagens populares, ou, em outra hipótese aventada com muita frequência por seus detratores, que ele se tornasse um Perón brasileiro. Para a esquerda ao contrário, a imagem de Goulart era positiva. Ele era considerado um político sensível aos anseios populares e preocupado com a gravidade dos problemas sociais que dilaceravam o país (...). Ele era atacado também, só que com argumentos diferentes dos utilizados pelos conservadores: reclamava-se de sua indecisão em engajar-se com toda a força no projeto reformista; com frequência, criticavam-no por adotar posições ambíguas, inspiradas numa estratégia de agradar aos dois lados (ou blocos) em conflito.¹³

Estas imagens ambíguas nos levam a entender o fato de grande parte da historiografia caracterizar o governo Jango como um “autentico governo de trapézio”¹⁴. Para compreendermos melhor a suposta “ambiguidade” do governo João Goulart faz-se necessário retomar algumas ações políticas do seu governo. Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, um veto militar respaldado pela União Democrática Nacional (UDN) e setores conservadores tentou impedir a posse de Jango. De acordo com Delgado:

¹² GOMES, Ângela de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

¹³ MOTTA, R. P. S. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 45-46.

¹⁴ Ver: TOLEDO, C. N.. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

No contexto da renúncia de Jânio Quadros, os opositores de Goulart, além de sua aversão histórica ao trabalhismo getulista, respaldaram-se em um forte argumento de ocasião, pois o vice-presidente encontrava-se em viagem oficial à República Popular da China, fato que confirmava suas suspeitas de que Jango não se furtava a dialogar com os comunistas. No cenário da guerra fria, tal viagem foi vista pelos que a ele se opunham como um sinal inequívoco de que, sob sua direção, o Brasil poderia se tornar um parceiro dos países socialistas, ou então reforçar o movimento dos países não alinhados. Ambas as projeções o desviariam de uma aliança mais sólida com os países capitalistas e, em especial, com os Estados Unidos. Evitar sua posse era entendido, portanto, como tarefa necessária e inadiável.¹⁵

Entretanto, manifestações populares de políticos democráticos e de militares nacionalistas garantiram a posse de Jango através de uma campanha pela legalidade, que exigia o respeito à Constituição Brasileira. No dia sete de setembro de 1961, João Goulart assumiu o governo brasileiro, sob um regime parlamentarista votado pelo Congresso Nacional, em virtude das dissidentes posições no país quanto à sua posse. O parlamentarismo foi mantido até janeiro de 1963. Neste período, o governo passou por três Conselhos de Ministros¹⁶, além

de enfrentar uma forte crise econômico-financeira¹⁷. Dentre as medidas que se destacam no governo de Jango durante o período parlamentarista, situam-se o cancelamento de todas as autorizações feitas ao truste norte americano *Hanna Corporation* (companhia de mineração que explorava jazidas em Minas Gerais), o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS valendo-se da “política externa independente” projetada por Jânio Quadros, e a desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional no Rio Grande do Sul, subsidiária da *International Telephone and Telegraph* (ITT). Tais medidas visavam a expansão dos mercados e do comércio exterior e o controle das remessas de lucros¹⁸. No

entre os seus membros quanto aos programas e prioridades do governo. Ver: TOLEDO. C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁷ Desde o governo de Juscelino Kubistchek o Brasil sofria um progressivo endividamento externo devido à política desenvolvimentista pautada em empréstimos a curto prazo e atrasos comerciais sem cobertura cambial. Com o aumento da população urbana de 75% entre os anos de 1952 a 1961 houve, conseqüentemente, uma expansão na demanda de alimentos que não foi acompanhada por um crescimento da produção agrícola para o mercado interno, o que levou a crises de abastecimento de produtos primários, gerando inquietações sociais e movimentos reivindicatórios no campo e na cidade. Além destes problemas, o governo Jango enfrentou as conseqüências da reforma cambial realizada por Jânio Quadros que instituiu, através da Instrução 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), um regime de liberdade cambial. Com esta reforma, as importações passavam a ser realizadas a taxas de mercado livre suprimindo os subsídios governamentais nas compras de petróleo, trigo e papel e levou a uma alta no custo de vida, principalmente no custo de produtos essenciais para a subsistência da população. Ver: TOLEDO. C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁸ Maria Helena Paes salienta que com o advento

¹⁵ DELGADO. L. A. N. Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol.21, nº34, 2005, p.10.

¹⁶ Gabinete Parlamentar – responsável pela direção da política do governo e pela administração federal. Cabe ressaltar que estes Conselhos possuíram um caráter híbrido e dualista dada às divergências

entanto, elas contrariavam interesses estrangeiros, sobretudo dos EUA, principal concesso de ajuda financeira ao Brasil. Embora o governo Kennedy não se opusesse às propostas reformistas de Jango, ele defendia a permanência dos investimentos norte-americanos no Brasil, opondo-se, deste modo, às medidas nacionalistas que levariam à encampação das grandes companhias estrangeiras, sobretudo as de comunicação e energia. Em resposta às medidas do governo brasileiro, os norte-americanos votaram na emenda *Hinckenlooper* que determinava a suspensão de ajuda a países que desapropriassem bens americanos sem indenização. Goulart procurou reatar seus laços com o governo americano através de negociações com empresas de serviços públicos de propriedade estrangeira e realizou uma viagem a Washington, na qual declarou ser a favor da democracia¹⁹

da Guerra fria entre os EUA e a URSS, a Revolução Cubana e a consequente expulsão de Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos) consagraram-se na área política capitalista “a chamada ‘política de interdependência ou de defesa integrada do continente’ abandonando-se, portanto, os princípios de não-intervenção, de autodeterminação e de soberania das nações. Tal política contemplava o combate ao comunismo e a defesa da penetração das multinacionais nos países da América Latina, assim como a legitimação de ações em defesa do seu cumprimento, caso houvessem resistências. Ao mesmo tempo, emergiu em alguns países, como no Brasil uma luta antiimperialista que taxava o subdesenvolvimento como o resultado de ações e explorações de nações desenvolvidas sobre as nações periféricas e defendia um desenvolvimento capitalista autônomo e nacionalista através do controle do capital estrangeiro. Ver: PAES, M. H. *A década de 1960 – Rebelião, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 2004.

¹⁹ No contexto da Guerra Fria, o governo americano não via com bons olhos os vínculos políticos que Goulart mantinha com setores da esquerda,

e da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento brasileiro. Com este ato, a direita mais conservadora prestou homenagens ao presidente saudando sua performance nos EUA como um “verdadeiro estadista”, enquanto setores da esquerda se mostraram insatisfeitos com a situação²⁰.

No dia primeiro de maio de 1962, Goulart proferiu um discurso em Volta Redonda, no qual defendia a necessidade de reformas de base, especificamente de uma reforma na Carta 1946 para alterar o § 16 do artigo 141, que condicionava a desapropriação de terras a previa e a justa indenização em dinheiro²¹. Este discurso

sobretudo comunistas. A defesa à democracia no discurso de Goulart demonstra a preocupação do presidente em mostrar que mesmo mantendo laços com comunistas - estratégia política para facilitar possíveis negociações - ele não possuía intenções de transformar o Brasil em um Estado comunista. Ver: BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

²⁰ Ver: TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²¹ Em resposta à efervescência causada pelo discurso de Goulart, Edgard Leuenroth publicou em *O Libertário* três artigos que constavam no seu projeto de livro. Nos dois primeiros, defende a necessidade de uma reforma nas bases estruturais do sistema capitalista e no terceiro artigo discute a questão da reforma agrária no país. Segundo Leuenroth, a reforma agrária proposta por Goulart seria um “simples paliativo”, um elemento de propaganda dos demagogos da politicagem que pregariam a distribuição de terras a camponeses conjuntamente a “certas concessões paternalistas do Estado”, que na realidade acarretaria na transferência de terras de uns para outros. A reforma agrária aclamada pelo governo não alcançaria, segundo Leuenroth, o cerne do problema que estaria nas bases econômicas e sociais do regime vigente. Para Leuenroth, apenas uma transformação radical na organização dos fundamentos da sociedade permitiria a socialização das terras para serem exploradas em benefício dos interesses coletivos.

significou, para Toledo, o primeiro esforço do governo Jango em direção às reformas de base. As consequências foram drásticas, levando à união de setores conservadores, de componentes da Igreja, de congressistas liberais, da imprensa dominante contra Goulart, de diferentes setores da esquerda e de congressistas reformistas, sindicalistas e trabalhadores em defesa da antecipação do plebiscito para a efetivação do presidencialismo no país.

De acordo com Ferreira, desde o início do seu governo Goulart encontrou dificuldades para concretizar seus projetos reformistas. O próprio sistema parlamentarista tendia a impedir que Goulart exercesse seus poderes. Por esta razão, Jango buscou desarmar seus opositores direitistas e conservadores ao ampliar sua base política com o apoio do centro, especialmente do Partido Social Democrático (PSD), ainda que mantivesse relações com as esquerdas. Assim, ele conseguiu antecipar o início do sistema presidencialista para janeiro de 1963. Goulart buscou, então, unir o centro e a esquerda, reforçando a aliança entre o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para executar reformas negociadas entre ambos e pactuadas no Congresso Nacional. Porém, esta política conciliatória não obteve sucesso, pois centro e esquerda divergiam acerca das formas de efetivação das reformas de

Leuenroth oferecia uma proposta libertária para resolver os problemas enfrentados e discutidos no país. Ver: LEUENROTH, E. *Reforma agrária: Será um simples paliativo*. In: *O Libertário*. São Paulo. Ano I, n° 07, p. 02.

base. No início do ano de 1964, as esquerdas cobraram de Jango seu afastamento do PSD e dos setores mais conservadores do PTB. Acordos e compromissos com grupos de centro eram rejeitados pelas esquerdas em um processo crescente de radicalização.

A “política da tolerância” de Goulart passava a ser repudiada por todos os setores, sobretudo pelas esquerdas. Não era mais possível conciliar o inconciliável. Com a intensa pressão exercida sobre Jango, no comício ocorrido na Central do Brasil em 13 de março de 1964, o presidente acabou abandonando sua política conciliatória e se posicionando ao lado das aspirações sociais de setores da esquerda ao se comprometer com o programa de reformas da Frente de Mobilização Popular (FMP)²². Neste evento, parcela da esquerda pedia o fechamento do Congresso Nacional e a revisão da Constituição, questionando os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946. A ambiguidade

²² Esta organização foi formada em 1963 sob a liderança do petebista Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul no início da década de 1960. Estavam agregados à FMP estudantes da UNE, operários urbanos do Comando Geral dos Trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, subalternos das Forças Armadas; facções das Ligas Camponesas, grupos de esquerda revolucionários como a Ação Popular, a POLOP, o Partido Operário Revolucionário Trotskista, e segmentos de extrema-esquerda do PCB, além de políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista. Ver: FERREIRA, J. *A estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular*. In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, vol.24, n° 047, 2004, p.189.

de Jango – consequência da sua política conciliatória – tornava insustentável a confiança por parte dos diferentes setores que o presidente buscava conciliar para a efetivação dos seus projetos políticos. Isto provocou o acirramento das pressões exercidas sobre ele ao final do seu governo por grupos envolvidos no jogo político.

É interessante associar a ambiguidade das ações políticas de Jango ao que Bourdieu nomeia *jogo duplo*, concepção segundo a qual o bom político deve conhecer as diferentes ações e pressões em concorrência no interior do campo político e se posicionar do lado que lhe convém. Nas palavras do autor:

O político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição atuais e, sobretudo, potenciais (...) este sentido prático das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite escolher as tomadas de posição convenientes e convencionadas e evitar as tomadas de posição comprometedoras que fariam com que se encontrassem com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos. Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido do inglês *responsible*, quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos a desempenhar com

constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço de jogo.²³

A falta de adesão a este jogo político resulta na desconfiança por parte dos diversos setores da sociedade e, conseqüentemente, na exclusão do *conluio originário* ao qual se refere Bourdieu. Jango se posicionava ora ao lado dos setores da esquerda, ora ao lado dos setores do centro e dos conservadores. O jogo duplo que realizava acabou atribuindo ao seu governo um caráter de imprevisibilidade. Direita e esquerda ora admiravam as ações de Jango, ora as repudiavam. Através da análise de uma caricatura publicada no *Jornal do Brasil*, em junho de 1963, Motta nos adverte sobre a ambiguidade política de Goulart. Nesta caricatura, Jango equilibra-se em uma corda bamba, hesitando em dar um passo em falso, pois aparenta não saber se deve realmente prosseguir na travessia. Abaixo da corda bamba, encontravam-se foices comunistas e espadas das Forças Armadas, mostrando os riscos de uma queda na arte do equilíbrio político de Goulart. Para Motta, os argumentos sobre a ambiguidade política do presidente nesta e em outras caricaturas afinam-se a duas explicações possíveis:

Primeiro, a de que o presidente manifestava posições político-ideológicas pouco claras por realmente não ter opiniões formadas; ou seja, ele não apenas parecia ambíguo, mas efetivamente o era.

²³ BOURDIEU. P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989, p.162.

Segundo esse ponto de vista, Jango não tinha convicções firmes, apenas o desejo do poder, e por isso deixava-se navegar ao sabor das pressões dos diferentes grupos políticos. Na outra vertente, a indefinição de Goulart seria resultado de cálculo político, uma estratégia para tirar o máximo proveito das situações ao adotar discursos convenientes a cada momento, contentando os diferentes tipos de interlocutores. Evitar a manifestação de posições políticas claras poderia ser uma estratégia para agradar a todos ao mesmo tempo, uma tentativa de desmobilizar a oposição ao governo.²⁴

Apesar de nas caricaturas a imagem de Jango se mostrar ambígua, não podemos, através delas, definir as verdadeiras intenções do presidente ao realizar o que Bourdieu denomina jogo duplo. As caricaturas revelam versões representativas da imagem de Jango a partir das suas ações enquanto político: *corrupto, demagogo, autoritário, comunista, indeciso, malicioso e ingênuo*. As representações caricaturescas nos auxiliam a compreender as polêmicas em torno da figura de João Goulart, pois ajudaram a construir a imagem pública do presidente a partir da forma como as pessoas o viram na época. Entretanto, para indivíduos mais próximos de Jango, as características a ele atribuídas são contrárias, pois o retratam como sendo um político paternal e amável que buscou, por diferentes caminhos, alcançar melhorias para a população e colocar em prática suas propostas reformis-

tas através da negociação com os setores da oposição, o que explicaria sua suposta “ambiguidade”²⁵. No discurso de sua posse Jango já havia demarcado sua escolha pela política conciliatória:

Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos.²⁶

Afinal, a figura de Jango parece, de fato, ambígua, ou o que ele faz é negociar conforme as circunstâncias a que se submeteu? O jogo duplo do presidente pressupõe posições político-ideológicas pouco claras ou um preciso cálculo político? Ao que parece, de acordo com a bibliografia consultada, João Goulart colocava-se em situação delicada, justamente por tentar unir setores supostamente antagônicos, de forma que as circunstâncias exigiam ora um posicionamento, ora outro. Apesar de Jango, em seus discursos, se posicionar ao lado dos interesses dos trabalhadores, a política conciliatória que praticava exigia,

²⁴ MOTTA, R. P. S. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.74.

²⁵ Wilson Fadul, ministro da Saúde no governo João Goulart (1963/64) em uma entrevista concedida a Jorge Ferreira em 2002 enfatiza que Jango era um político conciliador que buscava dialogar com a esquerda e com a direita para conseguir implementar seu programa reformista. Jango, a seu ver, era contrário ao confronto direto com a oposição, daí sua escolha para a realização de reformas negociadas durante boa parte do seu governo. Está política conciliatória levou a construção de uma imagem ambígua do presidente e às diversas pressões exercidas sobre ele tanto pela direita, quanto pela esquerda. Ver: GOMES, A. C.; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, pp. 42-43.

²⁶

em determinadas circunstâncias, que ele atendesse interesses de outros grupos inseridos no jogo político. Cabe lembrar que o governo de Goulart foi marcado por uma relativa liberdade de expressão. Diferentes setores políticos ofereciam propostas variadas para resolver os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo país. Segundo Toledo,

os tempos de Goulart constituíram-se em anos extremamente férteis na medida em que neles se processaram intensos debates sobre os rumos e direções que deveriam ser trilhados pela economia e sociedade brasileiras. Como observou um economista: “Ao contrário dos anos anteriores, em que reduzidas minorias controlavam a formulação política, nestes anos novos agrupamentos passaram a fazer ouvir sua voz no processo de decisão social (...) [Carlos Lessa, 15 anos de Política Econômica]”.²⁷

Contudo, a política conciliatória realizada por Jango não conseguia agradar grupos diversos e, por vezes, com interesses antagônicos. Setores esquerdistas, por exemplo, durante todo o governo de Jango, exerceram pressões significativas para a execução das *reformas de base*. A FMP se esforçava para que João Goulart cumprisse o seu programa de reformas mesmo sob uma política de confronto contra a direita e conservadores. Leuenroth e seus companheiros de militância anarquista, por sua vez, através do jornal *O*

Libertário, acreditavam que as reformas deveriam ser realizadas nos alicerces da sociedade brasileira. Eles entendiam as propostas reformistas de Jango como parte de uma política demagógica que não resolveria os problemas do país. Aproveitavam, contudo, da efervescência da época para sinalizar, em seus artigos, a necessidade de se realizar uma verdadeira reforma nas bases estruturais do Brasil, insuflando os seus leitores a lutarem por ela.

O ímpeto reformista: entre a legalidade e a ilegalidade

No discurso de posse na presidência da República, João Goulart afirmou um dos principais preceitos que regeu o seu governo: a legalidade.

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada. Considero-me guardião dessa unidade nacional e a mim cabe o dever de defendê-la, no patriótico objetivo de defendê-la para a realização dos altos e gloriosos destinos da Pátria Brasileira. Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios, a solução de seus problemas, com a mesma

²⁷ TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.42.

dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a Lei, a Ordem e a Democracia.²⁸

Segundo Paulo Bonavides, a legalidade nos sistemas políticos exprime a observância às leis, ou seja, da autoridade em afinidade estrita às regras jurídicas vigentes. Na citação acima, referente ao seu discurso de posse, Goulart se colocou como o guardião da legalidade democrática, defendida pelo povo brasileiro no momento em que forças conservadoras tentavam impedir sua posse sob a alegação de sua proximidade com os comunistas²⁹. Grato ao movimento popular que apoiou sua posse na presidência, Jango assumiu o compromisso de não desiludir o povo brasileiro e de agir sob os auspícios da legalidade, com o intuito de solucionar os problemas enfrentados pela população. Jango demarca o seu posicionamento em conformidade com o direito estabelecido, ao mesmo tempo em que afirma sua luta contra os males que afligiam a população. Neste sentido, as reformas são, para Jango, as medidas mais oportunas para a concretização das suas perspectivas políticas. De acordo com Bonavides, a reforma é

um conceito jurídico, constitucional, que emprega todos os mecanismos legais possíveis, para lograr, através do consentimento e da confiança das classes angustiadas, a chave dos problemas mais delicados, cuja solução os fanáticos da ideologia só estimam possível através do apelo à violência revolucionária. A evolução, como disse Hartmann se move pelo caminho do direito e a revolução pelo caminho da força ou, nessas lindes apertadas, a revolução, segundo ele, 'é simplesmente o prosseguimento da evolução por outros meios'. Esses meios redundam de modo inevitável num desenlace imprevisível e na queda das instituições, aquilo que o reformismo prudente intenta prevenir.³⁰

Jango ancora seus discursos sobre este viés reformista descrito por Bonavides. Ele pretendia sanar os problemas da população sem transpor os limites da legalidade, objetivando construir um capitalismo "mais humano". Em suas palavras, *não é mais possível progredir sem reformar*³¹. Calcado nesta idéia, em março de 1964 Jango redigiu uma mensagem ao Congresso Nacional na qual prestava contas do seu governo e propunha a consecução *pacífica e democrática* das reformas de base. Segundo Goulart, as reformas eram necessárias para a instauração de uma *convivência democrática plena e efetiva* e para a erradicação dos

²⁸ GOULART, J. Discurso de posse de João Goulart na presidência da República no regime parlamentarista em 7 de setembro de 1961. In: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

²⁹ Cabe lembrar que quando Jânio Quadros renunciou ao poder, Goulart estava em viagem à China comunista a fim de restabelecer os negócios econômicos com a URSS.

³⁰ BONAVIDES, P. *Ciência Política*. 10º ed. revista e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 2001, p.419.

³¹ Discurso de João Goulart no Comício de 13 de março de 1964, Central do Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p.203.

obstáculos institucionais e estruturais que impediam a aceleração e a consolidação do progresso da nação. Logo na abertura da mensagem, Jango enfatiza:

a nossa atual estrutura econômica e política reduz, quando não anula, a eficácia das providências, pois o anacronismo dos padrões que a sustentam e a constelação de poderes em que ela se apóia, perpetuam as crises e agravam os problemas, eliminando as possibilidades de sua solução.³²

Sendo assim, Jango propõe a adoção de uma reforma constitucional que permitiria o desenvolvimento de uma nova estrutura econômica calcada no combate à desigualdade social e na garantia de uma democratização efetiva da sociedade. As reformas propostas pelo presidente neste documento eram: reforma agrária, urbana, universitária e político-eleitoral³³. Ao final da mensa-

gem Goulart postula o seguinte:

É, pois, com o mais alto apreço que me dirijo ao Congresso Nacional e fim de pedir-lhe o exame desapaixonado das diretrizes aqui formuladas para as modificações do texto constitucional, visando à *consecução pacífica e democrática* das Reformas de Base. Estou certo de que os nobres Parlamentares do Brasil, deste ano de 1964, guardam fidelidade às honrosas tradições dos nossos antepassados, que em conjunturas semelhantes da vida nacional, como a Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e, a Promulgação da Legislação Trabalhista, tiveram sabedoria e a grandeza de renovar instituições básicas da Nação, que se haviam tornado obsoletas, assim salvaguardando o desenvolvimento pacífico do povo brasileiro. O desafio histórico repetese outra vez. Agora, nossa geração é que está convocada para cumprir a alta missão de ampliar as estruturas sócio-econômicas e renovar as instituições jurídicas, a fim de preservar a paz da família brasileira e abrir à Nação novas perspectivas de progresso e de integração de milhões de patrícios nossos numa vida mais compatível com a dignidade humana.³⁴

Apesar de Jango sinalizar, através deste documento, para uma execução pacífica e democrática das reformas de base com o aval do Congresso Nacional,

ma universitária aboliria a vitaliciedade das cátedras e propunha a regulamentação do magistério e o estabelecimento de processos de seleção de docentes e do sistema departamental pelas próprias Universidades. A última proposta reformista de Jango na mensagem enviada ao Congresso Nacional refere-se à aprovação de um plebiscito que permitiria o voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos, para apurar a vontade nacional a respeito das reformas de base.

³⁴ Idem, p. 59-60.

³² GOULART, J. *Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro*. Introdução à mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa de 1964. Brasília, 1964, p. 60. Disponível em: http://www.institutojoaogoulart.org.br/upload/jango_livro_1964.pdf. Acesso em abril de 2010.

³³ Em linhas gerais, a reforma agrária sugeria a desapropriação de terras improdutivas mediante uma indenização de 50% da média dos valores de base para lançamento do imposto territorial nos últimos cinco anos. Tornava obrigatória em todas as propriedades agrícolas ou pastoris a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno de acordo com normas fixadas pelo Poder Executivo, além de propor a reforma dos artigos 141 e 147 da Constituição Federal, acerca da distribuição da propriedade segundo critérios estabelecidos pela lei. A reforma política, por sua vez, concederia direito de voto aos analfabetos e aos militares, como os praças e sargentos. Tornaria legal a eleição de candidatos elegíveis ou que alcançaram votações expressivas, e ainda suprimiria o princípio da indelegabilidade dos poderes, a partir da revogação do § 2º do art. 36 da Constituição Federal. A refor-

suas propostas eram contrárias aos interesses dos setores direitistas e conservadores. Após o Comício na Central do Brasil, estes grupos já haviam organizado campanhas contra Goulart e contra o perigo comunista. Em 19 de março, na cidade de São Paulo, a manifestação chamada “Marcha da família com Deus” levou milhares de pessoas às ruas em defesa da “tradição democrática” e em ataque à quebra da legalidade democrática, ao comunismo e à “tirania” do governo de Goulart. As propostas reformistas de Jango não chegariam a ser implantadas.

Para Goulart, naquele momento, a Constituição não deveria servir para resguardar as instituições do presente, tornando-se, deste modo, intocável. Ao contrário, ela deveria progredir de acordo com as necessidades da sociedade. Para tanto, ele retoma modificações institucionais realizadas na história como a abolição da escravatura no Brasil e a proclamação da República, e busca justificar suas propostas reformistas enquanto medidas necessárias para o progresso da nação.

É interessante notar que, assim como Jango, também Leuenroth, para justificar suas propostas reformistas, retoma conquistas históricas, tais como o movimento de independência e a conquista da alforria dos escravos:

Que fazer para enfrentar esta situação? Manter-se o povo indiferente à sua sorte, deixando-se definhar lentamente sem um gesto de hombridade, sem uma demonstração afirmativa de seus direitos? Não é possível! Isso seria negar as tradições do povo brasileiro que, não obstante os efei-

tos atrofiadores da obra danosa da politicagem, dos preconceitos, das superstições e credices alimentadas por quem tem interesse em dominá-lo, e, apesar de toda a obra embrutecedora a que estado submetido, tem dado sobejas provas de seu idealismo, desde as lutas pela independência, pela abolição da escravatura, para a implantação da República, e, depois, sob este regime, para repelir os atentados contra as liberdades públicas e os direitos individuais e coletivos.³⁵

Para Leuenroth, os períodos de despertar do povo brasileiro³⁶ propiciaram importantes conquistas históricas que consagraram o seu “pendor libertário”, aivado durante a década de 1960, período de grande agitação política no Brasil. Sendo a luta pela liberdade uma *tradição* brasileira, Leuenroth acenou, através de um poema, que caberia aos militantes conscientes espalhar pelo Brasil um “eco vibrante de suas ardentes aspirações” por uma nova sociedade, a fim de despertar “os escravos modernos” a conquistar “um novo 13 de maio”, uma “alforria final”³⁷. A “alforria final”, contudo, de-

³⁵ LEUENROTH, E. A situação no Brasil exige uma reforma estrutural – Somente com a socialização se solucionara o problema do país. In: *O Libertário*. Ano I, nº 07, p. 02, 1962.

³⁶ Kropotkin, pensador anarquista russo, mais conhecido como o “Príncipe do Anarquismo”, associou a história do pensamento humano às oscilações de um pêndulo. Segundo ele, “depois de um longo período de sono, surge um momento de despertar” Este despertar ocorre no momento em que os homens tratam de forma crítica tudo aquilo que os governantes, os homens de leis e o clero inculcaram através da educação tradicional, e se libertam dos preconceitos religiosos, políticos e sociais. Ver: KROPOTKIN, P. *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009. p. 33.

³⁷ LEUENROTH, E. Roteiro Libertário da alforria final. In: *O Libertário*. São Paulo. Ano I, nº 07, p.

veria ser conquistada fora da legalidade, através de uma “reforma revolucionária”. A reforma proposta por Leuenroth deveria ser realizada nas bases da organização político-econômico-administrativa do País, sendo, deste modo, radical e contrária às propostas reformistas de João Goulart:

Assim sendo, outra solução não se apresenta senão a do povo brasileiro decidir-se a enfrentar, de uma vez por todas, com a firmeza da consciência inabalável de seus direitos, o imperativo histórico de considerar como obsoleto o atual regime fundado no domínio do capitalismo e lançar, em sua substituição, os fundamentos da organização socialista libertária, tendo por lema a igualdade como base, a liberdade como meio e a solidariedade como fim, num ambiente de ordem fundado na harmonia que resulta da prática do método do livre acordo e da ajuda mútua.³⁸

É a partir dos princípios da liberdade, igualdade e solidariedade, que Leuenroth estrutura, em seus escritos, uma sociedade anarquista para o Brasil³⁹.

01, 1962.

³⁸ LEUENROTH, E. *Qual a solução para o problema do país?*. Manuscrito, s/d. p. 33.

³⁹ A interligação, na filosofia libertária, entre os seus três princípios básicos, liberdade, igualdade e solidariedade, pode ser entendida da seguinte forma: é a solidariedade que pressupõe o respeito e a consideração pelo outro em uma sociedade que privilegia a liberdade plena e a igualdade entre os indivíduos. Na concepção dos anarco-comunistas, todos os homens devem ser livres e devem ter os mesmos direitos, porém eles não defendem o individualismo desenfreado, próprio dos tempos modernos, e sim o coletivismo. O homem só se satisfaz a partir da realização social, de modo que a preservação e o bem estar da sociedade são fundamentais para a sua felicidade. Como ressalta Lo-

Nela, o Estado, as leis e todas as instituições burocráticas, assim como os privilégios, títulos honoríficos e hierárquicos seriam abolidos. Todos os patrimônios e riquezas sociais, terras, instrumentos de produção seriam socializados. Conforme adverte Leuenroth, *o bem estar da comunidade deve partir do bem-estar de cada um de seus membros*⁴⁰, de acordo com as suas necessidades e possibilidades. A sociedade retribuiria os esforços coletivos correspondendo às necessidades básicas de sobrevivência humana: alimentação, habitação, assistência social, instrução, lazer, etc. Esta sociedade, contudo, não poderia ser edificada sob os auspícios da legalidade. Seria necessária a construção de uma nova ordem social, calcada em novos princípios e novas prioridades. Para tanto, Leuenroth e seus pares utilizavam o jornal *O Libertário* como instrumento de crítica ao sistema vigente, de divulgação das suas propostas reformistas e de educação/conscientização dos seus leitores.

preato, numa sociedade anarquista a cooperação e a reciprocidade entre os indivíduos são fundamentais para o seu bom funcionamento, uma vez que é “pela cooperação e pelas relações recíprocas que se dá o aprimoramento do indivíduo. A reciprocidade implica no princípio de igualdade de condições, ou seja, na justiça social, tão cara ao(s) anarquismo(s). Numa sociedade de iguais, cada indivíduo, soberano de si, governa a si mesmo, o que pode ser traduzido, a nível social, pela máxima ‘não queremos ser governados... não queremos governar’. O reconhecimento do outro como seu igual está na base da moral de Kropotkin, que assegura não ser necessária a coerção numa sociedade de iguais”. Ver: LOPREATO, C. R. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, (27 e 28): 2003, p.560.

⁴⁰ Idem, p. 41.

O sindicalismo em questão e o projeto de reforma anarquista

Rodrigo Silva, em sua dissertação de mestrado intitulada “Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)”, critica a tese que considera o anarquismo uma fase embrionária do sindicalismo brasileiro. Sob a lente desta concepção, há três períodos a se destacar quando o assunto é o anarquismo no Brasil: o seu surgimento, contemporâneo à chegada dos primeiros imigrantes espanhóis e italianos, ao final do século XIX, o seu desenvolvimento, concomitante ao fortalecimento do movimento operário, e o seu declínio, que se acentua a partir da década de 1920, devido à criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴¹. Evocando trabalhos desenvolvidos nos últimos anos, como os de Raquel Azevedo⁴², Rogério Nascimento⁴³ e Carlo Romani⁴⁴, Rodrigo Silva enfatiza que não se pode resumir a atuação anarquista ao âmbito sindical, taxando o seu suposto declínio como efeito da criação do PCB, uma vez que, ainda na década de 1930 existiam outras formas de atuação do anarquismo na sociedade, como as manifestações de

cunho antifascista e anticlerical, a resistência anarquista no interior dos sindicatos durante o Estado Novo e a publicação de jornais de cunho libertário.

Para Silva, a filosofia anarquista se manifesta nos diversos aspectos da vida de seus adeptos, como na conduta moral, no trabalho, na educação e nas relações interpessoais e afetivas. O anarquismo é praticado no âmbito privado e no âmbito público, e se manifesta para além do sindicalismo, o que nos leva a cogitar a existência de uma cultura⁴⁵ anarquista:

Entre os anarquistas notamos que, para além de uma dicotomia entre política e cultura, existe o entendimento do amplo alcance de suas idéias, que tomam de assalto tanto as manifestações artísticas e literárias, quanto os debates e comícios públicos, chegando até a promover transformações no campo individual ao incentivar uma postura de igualdade entre os sexos e de não submissão das questões particulares ao aval das instituições religiosas ou civis. Tanto as

⁴¹ DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, São Paulo: Difel, 1976.

⁴² AZEVEDO, R. *A resistência anarquista: uma questão de identidade*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

⁴³ NASCIMENTO, R. H. Z. *Florentino de Carvalho: Pensamento social de um Anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

⁴⁴ ROMANI, C. M. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.

⁴⁵ Rodrigo Silva se aproxima do conceito de cultura desenvolvido por E. P. Thompson para definir a perspectiva na qual analisa a cultura anarquista. Segundo ele, Thompson através de um viés etnográfico descreve as condições de vida e os costumes dos trabalhadores, desvelando as diversas manifestações de classe, essenciais para a compreensão do *ser* operário. A cultura operária para Thompson é resultante tanto dos condicionamentos quanto da ação humana, ou seja, para ele os trabalhadores possuem uma atuação transformadora na formação da sua cultura, não estando esta, reduzida à industrialização e à relação entre os indivíduos com os modos de produção (fazendo uso de termos marxistas). Ver: SILVA, R. R. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

greves revolucionárias como as relações interpessoais eram vistas como parte da militância e da divulgação de seu ideal. Muitas vezes os anarquistas tomam a música e a literatura como instrumentos de propaganda. Para muitos deles, seus momentos de lazer e descontração deveriam caminhar associados à ação de conscientização dos trabalhadores de sua condição de explorado. A música presente em seus festivais, piqueniques e manifestações tinha esse caráter lúdico e descontraído, porém sem perder o compromisso com as idéias de liberdade e igualdade.⁴⁶

A imprensa alternativa é entendida por Silva como a expressão mais visível da cultura anarquista. Através dos jornais libertários, que possuem um cunho pedagógico e ético, os anarquistas divulgavam seus ideais, denunciavam os problemas do sistema vigente, promoviam encontros festivos e educativos, noticiavam sobre os percursos do movimento operário no Brasil e no mundo. Na década de 1930, o movimento anarquista podia ser percebido, no Brasil, através das agitações libertárias no *campo sindical*, com a (re)fundação da Federação Operária de São Paulo; no *campo cultural*, com as atividades promovidas pelo Centro de Cultura Social, a publicação de jornais, textos e livros e as palestras, conferências, espetáculos musicais e teatrais apresentados; e no *campo político*, através da luta antifascista e da resistência à ditadura varguista. Neste período,

diversos sindicatos, militantes e entidades circulavam nos mesmos meios e participavam de atividades em comum, caracterizando-se como elos de ligação entre as diversas práticas libertárias. Exemplos disso não faltam. Militantes como Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe, Hermínio Marcos, Pedro Catalo e muitos outros circulavam por diversos grupos, estavam presentes em muitas reuniões e assembléias, tinham escritos publicados em periódicos e realizavam viagens de propaganda pelo interior e por outros estados. Diversos periódicos eram impressos, em especial A Plebe, O Trabalhador e A Lanterna. Vários sindicatos de importantes categorias profissionais tinham uma nítida orientação anarquista em seus meios. Manifestações públicas, reuniões e assembléias eram constantes, contando com a presença de dezenas e, às vezes, centenas de pessoas.⁴⁷

Na década de 1960, por sua vez, constatamos que Edgard Leuenroth atuou no movimento anarquista, promovendo discussões e encontros, *fazendo* jornais, projetando e estimulando novas formas de convivência entre as pessoas e estipulando novos rumos para a sociedade brasileira. Através das notícias publicadas no jornal *O Libertário*, notamos que os militantes anarquistas promoviam vários encontros como piqueniques, festivais teatrais, fílmicos e literários, conferências, palestras e cursos de esperanto, através do Centro de Cultura Social de São Paulo e da Sociedade Naturalista Amigos de Nossa Chá-

⁴⁶ SILVA. R. R. Op. cit., p. 03.

⁴⁷ Idem, p.18.

cara. Estes dados presentes no jornal demonstram a movimentação do anarquismo na cidade de São Paulo durante a década de 1960. Do mesmo modo, a publicação de poemas, de escritos de teóricos do anarquismo como Piort Alekxievich Kropotkin (1842-1921), Michael Alexandrovich Bakunin (1814-1876), e de artigos autorais de militantes anarquistas, demonstram como Leuenroth e seus companheiros utilizavam o jornal como um veículo informativo que anunciava o ideal libertário, ao mesmo tempo em que denunciava e contestava as ações políticas da época, pensando e propondo alternativas de transformação.

Em alguns artigos publicados por Leuenroth no jornal *O Libertário*⁴⁸, ele realizou um balanço das principais atividades do movimento sindical nos anos iniciais da década de 1960. É importante ressaltar que neste período o movimento sindical passou por um crescimento notável com a intensificação da ocorrência de greves e o surgimento de organizações sindicais de tipo horizontal como o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), formadas por líderes sindicais esquerdistas que buscavam fugir à estrutura sindical corporativa⁴⁹. Na concepção de Leuen-

roth, no entanto, tais organizações não possuíam um caráter livre, uma vez que mantinham ligações com partidos e líderes políticos. Defensor da organização sindical de ação direta – organização baseada no federalismo libertário, que se articula de baixo para cima, do simples para o composto, do indivíduo para a coletividade, não-corporativa, e não-burocrática – Leuenroth acreditava que os sindicatos deveriam ter como finalidade a luta pelos interesses dos trabalhadores e pela coletividade da qual faziam parte.

A organização proletária de ação direta não admite o predomínio, interferência ou a influência da política partidária ou de seitas religiosas nos sindicatos, do mesmo modo que não reconhece qualquer mandato dirigente em seu meio⁵⁰. Segundo Leuenroth, as greves, manifestações operárias e agitações patrocinadas pela esquerda comunista e por líderes sindicais, em comunhão com o governo de João Goulart, serviam apenas como instrumento da politicagem em campanhas de eleições ministeriais, inclusive na campanha em favor da antecipação do plebiscito que es-

⁴⁸ No jornal *O Libertário*, Edgard Leuenroth era o principal responsável pela publicação de artigos sobre o movimento operário. Os artigos desta temática que serão tratados neste tópico não fazem parte do livro “Qual a solução do problema do país?”, porém eles são cruciais para se compreender a forma como o militante entendia as ações políticas do governo João Goulart.

⁴⁹ Motta enfatizou a diferença entre a estrutura sindical tradicional – na qual eram pautadas as organizações sindicais horizontais como a PUA e

o CGT – e a estrutura sindical corporativa criada durante o governo Vargas. Segundo ele, a estrutura sindical corporativa “previa a existência de órgãos verticais como federações, de âmbito regional, e confederações, de âmbito nacional. Nesse formato tradicional, concebido para evitar a politização das questões trabalhistas e para restringir as reivindicações dos trabalhadores ao plano exclusivamente salarial, os sindicatos representavam apenas as respectivas categorias, e participavam de uma estrutura piramidal que culminava numa confederação nacional”. Ver: MOTTA, R. P. S. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 102.

⁵⁰ LEUENROTH, E. Organização Libertária de Ação Direta. In: *O Libertário*. Ano II, n° 10, 1962, p. 04.

colheria a permanência ou não do sistema parlamentarista no Brasil. Na concepção de Leuenroth, o governo Jango utilizava-se do movimento sindical para alcançar seus interesses políticos, sendo as greves e as inúmeras agitações ocorridas neste período estranhas aos interesses dos trabalhadores.

Em seus discursos, Jango sempre afirmou sua lealdade aos trabalhadores e à luta pela justiça social. Em outubro de 1957 na Convenção Nacional do PTB, João Goulart discorreu sobre a suposta ligação do partido com o peleguismo:

Não somos um partido de cúpula, o que nos tornaria indiferentes às reações individuais das medidas de ordem geral. A nós o que nos preocupa, antes de tudo, é o homem, é a pessoa humana, na plena e bela expressão de sua grandeza eterna. Nossos interesses pelos problemas econômicos, por exemplo, não se reduzem à simples análise das cifras, mas antes às verdadeiras repercussões que elas possam dar ao sentido humano de cada um. (...) Nunca nos aproximamos dos trabalhadores para mercadejar votos, nunca olhamos os seus problemas sob ângulos eleitorais, senão com o sincero propósito de colaborar para as suas soluções. Outros partidos, de conteúdo diferente, poderão prescindir da colaboração e do apoio das coletividades obreiras, até por falta de legitimidade para representá-las. Já o Partido Trabalhista Brasileiro, será tanto mais forte quanto maior for a confiança nele depositada pelos homens que ajudam a construir, no anonimato da luta de todos os dias, a grandeza e o futuro do Brasil.⁵¹

⁵¹ GOULART, J. Discurso de João Goulart no en-

Jango assume uma posição tal qual a do PTB: de luta pelos interesses dos trabalhadores. Contudo, para Leuenroth, Jango e o seu partido político possuíam objetivos políticos escusos ao utilizar os trabalhadores como uma alavanca política. No artigo intitulado “A ação danosa dos líderes de fabricação em serie”, Leuenroth denunciou a ação de líderes sindicais socialistas que lutavam apenas por seus interesses pessoais e de seus pares políticos, esquecendo-se, deste modo, dos princípios socialistas. O militante endossa: “Dantes falavam em luta de classes e hoje proclamam a necessidade de colaboração com o capitalismo *progressistas*, baseado num nacionalismo *sui generis*, trazido de outras bandas”. Em seguida, Leuenroth enfatiza que os pelegos transformaram João Goulart em líder máximo e com ele lutavam contra o imperialismo americano, se esquecendo das explorações dos capitalistas brasileiros. Lutavam pelo progresso do capitalismo e não pelo progresso do Brasil. Ao final deste artigo, Leuenroth lança um alerta aos leitores, pedindo para que não aceitassem a existência de messias oniscientes, pois *cada um deve ser líder de si mesmo, deve defender diretamente os direitos de todos e de cada qual*⁵². Caberia, portanto, aos próprios trabalhadores a restauração da configuração original dos sindicatos.

cerramento da Convenção Nacional do PTB em outubro de 1957. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 75.

⁵² LEUENROTH, E. A ação danosa dos líderes de fabricação em serie. In: *O Libertário*. Ano II, nº 12, p. 04, 1962.

No jornal *O Libertário*, encontramos uma nota destinada aos trabalhadores em prol da luta por organizações sindicais livres de ação direta. Nela, os trabalhadores são convocados a contribuir para que os sindicatos profissionais se tornassem órgãos ativos de defesa dos direitos dos trabalhadores e da educação dos mesmos:

Faz de tua agremiação profissional a universidade aonde poderás aprender, estudar e debater, todos os problemas intimamente ligados à tua condição de proletário e que nunca te foram revelados pela escola oficial e muito menos pelo Estado. Exige da diretoria as assembleias gerais, conferências e aulas educativas, procura elevar-te cada vez mais moral e intelectualmente, participando ativamente de todos debates sindicais.⁵³

Para Leuenroth, os sindicatos deveriam ser organizações de luta e também de orientação dos trabalhadores. A respeito disso, ele discorre sobre a finalidade emancipadora dos sindicatos:

Alimentando os laços de solidariedade entre os trabalhadores no ambiente emancipador da atividade de sua organização de luta, fazendo com que repudiem todos os vícios, maus hábitos que os prejudicam moral e fisicamente, bem como todos os preconceitos e superstições, sustentando paralelamente uma permanente obra de educação e instrução, a organização obreira sindicalista de ação direta des-

perta-lhes o senso de responsabilidade, elevando-lhes o nível dos conhecimentos intelectuais, profissionais e sociais, de maneira a serem todos elementos valiosos no movimento pela emancipação da classe trabalhadora.⁵⁴

Na acepção de Leuenroth, os trabalhadores não precisavam de líderes, messias, nem do Estado para guiá-los no caminho de uma vida digna e justa. Primeiro, porque tais agentes apenas buscavam manter seus privilégios e conquistar melhorias privadas. Segundo, porque para os anarquistas a solução para os problemas dos trabalhadores só poderia ser alcançada por eles mesmos. Aos sindicatos, jornais, centros de cultura, etc., caberia a tarefa de denunciar os problemas do sistema vigente, lutar por melhores condições de vida e, sobretudo, lutar pela emancipação dos trabalhadores e da coletividade na qual se inseriam. Para Leuenroth

nada disso poderá realizar-se através de nenhum dos sistemas político-sociais vigentes na atualidade, mas na mudança fundamental das relações humanas, com a supressão do funesto privilégio de classes. Só em um sistema autenticamente socialista, onde a liberdade do homem e a autonomia dos grupos estejam plenamente assegurados, poderão eliminar-se os males sociais que hoje afligem a humanidade – e esse socialismo é o socialismo libertário ou anarquista.⁵⁵

⁵³ *O Libertário*. Necessidade de uma participação ativa dos trabalhadores em seus sindicatos. Ano II, nº 08, p. 04, 1962.

⁵⁴ LEUENROTH. E. A organização proletária de ação direta. In: *O Libertário*. Ano II, nº 10, 1962, p. 04.

⁵⁵ *O Libertário*. Capitalismo: nem privado, nem estatal. Ano III, nº 13-14, p.01, 1962.

Nesse sentido, a conquista de novos padrões de conduta deveria se afinar à conquista de uma nova sociedade. Para este último intento, no último número do jornal *O Libertário*, datado em março de 1964, é postulada a seguinte solução: será necessário *reformatar as bases viciosas da sociedade, para se estabelecer normas de convivência que permitam proporcionar paz, liberdade e bem-estar para todos*⁵⁶. A reforma proposta por Edgard Leuenroth não seria edificada sob os auspícios da legalidade, mas, ao contrário, ela propiciaria a formação de uma nova ordem política e social – a anarquia, uma ordem contrária à ordem capitalista-burguesa. Seria, portanto, uma reforma revolucionária e radical, uma reforma anarquista.

Apesar de não se enquadrarem nas organizações sindicalistas ligadas ao Estado e a partidos políticos, os anarquistas não deixaram de atuar no movimento operário seja através da crítica à nova configuração tomada pelos sindicatos, seja propondo o engajamento dos trabalhadores em organizações proletárias de ação direta. Através do jornal *O Libertário*, Leuenroth analisou criticamente as ações políticas do governo João Goulart, e propôs caminhos alternativos para a solução dos problemas sociais e para a transformação do Brasil em uma sociedade libertária.

⁵⁶ *O Libertário*. Conversando com os leitores – Nota da redação. Ano III, nº 27-28, p.04, 1964.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, R. *A resistência anarquista: uma questão de identidade*, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7º ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BONAVIDES, P. *Ciência política*. 10º ed. revista e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

BOURDIEUR, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

DELGADO, L. A. N. Brasil: 1954 - Pre-núncios de 1964. In: *Varia História*: Belo Horizonte, vol.21, nº34, 2005.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FERREIRA, J. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, vol.24, nº 047, 2004, pp. 181-212.

FERREIRA, M. M. (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

- FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política. 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GOMES, A. C.; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- GOULART, J. Discurso de João Goulart no encerramento da Convenção Nacional do PTB em outubro de 1957. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 75.
- GOULART, J. Discurso de posse de João Goulart na presidência da República no regime parlamentarista em 7 de setembro de 1961. In: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GOULART, J. Discurso no Comício de 13 de março de 1964, Central do Brasil, Rio de Janeiro. In: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 203.
- GOULART, J. *Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro*. Introdução à mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa de 1964. Brasília, 1964, p. 60. Disponível em: http://www.institutojoaogoulart.org.br/upload/jango_livro_1964.pdf. Acesso em abril de 2010.
- KHOURY, Y.M.A. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.
- KROPOTKIN, P. *A moral anarquista*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009.
- LOPREATO, C. R. O (des)encontro do Brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgar Leuenroth. In: *Verve Revista do Núcleo de Sociabilização Libertária do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC São Paulo*, n°15, 2009, pp. 202-220.
- LOPREATO, C. R. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, (27 e 28): pp. 557-572, 2003.
- LEUENROTH, E. *Qual a solução para o problema do país?*. Manuscrito, s/d.
- MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- NASCIMENTO, R. H.Z. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

- O LIBERTÁRIO*. São Paulo: Pedro Catalo, 1960 – 1964.
- ROMANI, C. M. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.
- SILVA, R. R. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930 -1945)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
- TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Submetido em 28 de fevereiro, 2011.

Aprovado em 25 de março, 2011





Resenhas



DUARTE, Regina Hora Duarte. *A biologia militante: o museu nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil-1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 219p.

*Jean Luiz Neves Abreu*¹

O estudo sobre as práticas e instituições científicas no Brasil República têm merecido cada vez mais a atenção dos pesquisadores. Tais trabalhos procuram deslindar os diversos papéis que as ciências assumem na sociedade, as atividades dos cientistas, os processos de divulgação científica, dentre outros aspectos.² O livro de Regina Horta Duarte, “*A biologia militante: O museu nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil-1926-1945*” aqui comentado se insere na perspectiva de estudos que problematizam os significados de se fazer ciência no Brasil República.

O livro é produto de experiências no Instituto de Estudos Avançados e Transdisciplinares (IET) da UFMG e foi escrito originalmente como tese para professor Titular no Departamento de História da UFMG, onde a professora atua. Amparado em ampla e sólida pesquisa documental, a investigação se centra na constituição do Museu Nacional como espaço privilegiado dos saberes biológicos e lugar relevante da atuação de cientistas entre as décadas de 1920 e 40, bem como instituição que viabilizou o desenvolvimento de vários projetos relacionados à divulgação da ciência no território nacional e à proteção da natureza. Os papéis desempenhados pelo Museu e cientistas nele envolvidos – com ênfase nas trajetórias de Cândido de Mello Leitão, Alberto José de Sampaio e Edgard Roquette Pinto – são analisados tendo em vista suas concepções científicas e as relações que mantiveram com o poder político nesse contexto.

¹ Doutor em história, UFMG. Professor do Instituto de História UFU. jlui@inhis.ufu.br

² Exemplo disso é a coletânea organizada por Alda Heizer e Antonio Augusto Passos Videira: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto. *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MauadX, FA-PERJ:2010.

No capítulo 1 “A voz mais alta da biologia”, Regina Horta Duarte aborda o processo de consolidação da biologia como campo distinto da história natural e as condições históricas que propiciaram sua valorização. Para além de ser fonte de novos conhecimentos acerca das espécies da fauna, flora e incorporar inovações técnicas, a ascensão da biologia foi indissociável de processos históricos nos Estados Unidos e na América Latina, respondendo aos anseios nacionalistas. No caso do Brasil, a constituição das ciências biológicas se deu de forma fragmentária e muitas vezes contraditória, entremeada pelo debate sobre a inferioridade do povo brasileiro e a crença no papel da ciência para o desenvolvimento da nação. Nesse aspecto, a pesquisadora aponta como a emergência da biologia foi estratégica em um momento em que essa ciência – ao ser direcionada para as pesquisas biomédicas e agrícolas – era vislumbrada como forma de recuperar um país arrasado por doenças e pragas que assolavam a agricultura e cujas riquezas naturais ainda estavam por inventariar. Dessa maneira, busca-se demonstrar como a compreensão desse campo científico no Brasil foi inseparável da dimensão política.

Nesse capítulo, mais fundamental parece-nos ser a análise das formas pelas quais os cientistas ligados ao Museu Nacional procuraram legitimar suas práticas junto a um Estado forte e centralizador instituído após a denominada Revolução de 1930. A pesquisadora se volta para o exame das trajetórias de Cândido de Mello Leitão, Alberto José de Sampaio

e Edgard Roquette-Pinto e de que maneira esses cientistas constituíram redes de contato internacionais e viram na biologia uma ciência capaz de dar legitimidade às suas práticas. Demonstra ainda de que forma as concepções biológicas e projetos desses cientistas se articulavam com a concepção de Estado em prol do desenvolvimento da nação, de modo a reforçar projetos organicistas e cooperativistas do Governo Vargas. Para os cientistas a aproximação com o governo permitiu apoio financeiro para seus projetos e iniciativas de divulgação do conhecimento no âmbito do Museu Nacional.

Decisivo ainda nas relações entre o Museu Nacional e o Governo Vargas foi a ação pedagógica realizada naquele espaço. As práticas de divulgação constituem o assunto central do segundo capítulo “A miniatura da Pátria”, no qual a autora aborda como o Museu Nacional se tornou um *locus* privilegiado para difundir entre a população saberes e práticas imprescindíveis à nação brasileira. Incorporando uma dimensão autoritária e otimista, segundo os cientistas defendiam a educação era o meio pelo qual os homens poderiam, a um só tempo, compreender os conhecimentos científicos e serem acolhidos pela nação como povo.

Ao longo do capítulo são abordados vários aspectos relativos à vulgarização científica e o envolvimento dos cientistas nesse processo, bem como o papel do Museu como o ponto de encontro de várias especialidades científicas colocadas a serviço da nação e resolução de problemas concretos. Incorporando a

proposta de uma educação nacional já em curso desde o início da República, os cientistas em torno dessa instituição mobilizaram vários meios de comunicação, com destaque para a Rádio Sociedade, a Revista Nacional de Educação e o projeto editorial da Coleção Brasileira. O periódico foi responsável pela disseminação de conteúdos diversos. Estes compreendiam desde a botânica, a matemática, a arqueologia, até artigos relacionados à fruição da literatura e da música, conteúdos que faziam parte do “livro do Brasil” a ser ainda conhecido e decifrado pelo povo. Ao lado desses temas, a proteção da natureza e a necessidade dos avanços na legislação foram temas recorrentes em obras publicadas na Brasileira.

Além de destacar a utilização de novas técnicas e linguagens empregadas pelos cientistas, como o rádio e exibição de filmes educativos, Regina Horta Duarte demonstra também como o Museu, destinado a ser a “miniatura da pátria”, passou a incorporar a função pedagógica, tida como central naquele contexto para o conhecimento da natureza brasileira e criar um sentimento de pertencimento à pátria em seus visitantes.

A autora observa que os projetos ligados ao Museu nem sempre tiveram êxito esperado, chamando atenção para os conflitos entre a política governamental e os ideais científicos. Exemplo disso é o malogro do projeto da *Revista Nacional de Educação*, que em 1934, com a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, passou à competência do Ministério da Justiça selando o

fim da publicação. O caso da revista foi apenas um capítulo nos golpes sucessivos que os cientistas passaram a sofrer. Se entre 1930 e 1934, encontraram apoio junto ao poder para seus projetos ligados à natureza e à educação, a nomeação de Gustavo Capanema como ministro da Educação e Saúde representou algumas mudanças. Os projetos do grupo em torno do Museu Nacional perderam espaço para outras questões no horizonte das políticas públicas, como o de pensar novas diretrizes para a universidade. Dessa forma, a autora elucida que o grupo em torno do Museu Nacional esteve imerso em um “jogo político” inerente às práticas científicas que se desenvolvem naquele contexto.

No final da década de 1930, o Museu Nacional passava por turbulências e apesar da iniciativa da criação da Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, as trajetórias de Sampaio, Roquette-Pinto e Mello Leitão assumiram caminhos diferentes e apenas esse último veio a ser afirmar “verdadeiramente como cientista” ao se inserir nos meios universitários.

O terceiro capítulo do livro, “Como se fazia um biólogo”, se centra justamente sobre a trajetória de Mello Leitão. Regina Horta Duarte procura mostrar como Mello Leitão se tornou zoólogo especialista em aracnídeos a partir de sua inserção nos meios científicos, como a Academia Brasileira de Ciências, e pelas redes de contato que estabeleceu com outros países da América em viagens e intercâmbios. Além de focar as estratégias que tornaram esse cientista um zoólogo

renomado internacionalmente, a autora demonstra que o autor aliou a excelência acadêmica a preocupações didáticas, exercendo a “biologia como militância”. O pesquisador afirmava em vários textos o papel da zoologia como área de conhecimento extremamente útil à saúde das populações e das lavouras bem como à preservação da vida na natureza. O delineamento da biologia como área específica do conhecimento se completava pela iniciativa de publicação de livros didáticos pelo autor, estabelecendo vínculos entre a especialização e a divulgação dos conhecimentos.

Tomando como o fio condutor a história do Museu Nacional entre 1926 e 1945, Regina Horta Duarte cumpre a tarefa de apresentar o leitor as relações complexas entre o campo científico e o poder, no contexto das transformações da ciência e da própria sociedade brasileira naquelas décadas. Para além de demonstrar a pertinência de se falar da biologia como área de conhecimento, o texto delinea as várias estratégias de validação desse campo do conhecimento, dentre as quais a divulgação é um componente social.

Além disso, o livro contribui em muito para a compreensão não só da constituição da biologia enquanto conhecimento estratégico e chave na resolução de questões concretas, como o combate aos vetores de doenças, proteção da fauna e da flora e pesquisas destinadas à agricultura. Fornece igualmente elementos para se pensar a ciência como produto da história e das relações sociais que a constituem.

Ao investigar as estratégicas e os “lugares” da produção do conhecimento e as ações dos cientistas em torno do museu, a obra em questão é passível de outros desdobramentos caros à recente historiografia das ciências. Em particular aquela que se volta para o estudo das ações dos cientistas na sociedade e de que maneira constituem seus campos de saber. Ao se vincularem a instituições e buscarem financiamento e apoio governamental aos seus projetos, os cientistas agem nas arenas transepistêmicas inscritas nas redes de produção da ciência.³ Dessa forma, apesar de não explicitar questões teóricas próprias da historiografia das ciências, o livro pode ser visto como um exercício prático como escrever a história da ciência atualmente.

Referências bibliográficas:

HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto. *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: MauadX, FAPERJ:2010.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bordieu e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.) *Filosofia, história e sociologia das ciências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

³ Para o conceito de arenas transepistêmicas cf: HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: Leituras de Kuhn, Bordieu e Knorr-Cetina In: PORTOCARRERO, Vera (Org.) *Filosofia, história e sociologia das ciências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p.121-126.

GREG, Grandin. *Fordlândia – ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

Marcelo Lapuente Mahl¹

Não são poucos os acadêmicos estadunidenses que, ao longo do século XX, seja por investimento profissional, interesse temático ou mesmo acaso, acabaram escolhendo o Brasil como objeto principal de suas pesquisas. Exemplos marcantes são os de Richard Morse e Joseph Love, que publicaram importantes trabalhos sobre a cidade e o estado de São Paulo; Thomas Skidmore, com uma perspectiva abrangente sobre a história política nacional, pós Getúlio, além de efetuar estudos dedicados às questões raciais no país; e Warren Dean, que transitou com desenvoltura e competência da história econômica para a história ambiental, sendo um dos pioneiros desta temática no Brasil². Portanto, não é exatamente uma novidade a chegada em nosso mercado editorial de mais um *brasilianista*, se é que essa expressão, para muitos ultrapassada, ainda pode ser usada, uma vez que a busca por inserção internacional de nossas universidades e pesquisadores, estimulada cada vez mais pelas instituições de fomento à pesquisa, parece não aceitar mais uma distinção tão clara entre nós (os brasileiros) e os outros (os estrangeiros). São os novos tempos da vida intelectual pós-moderna.

¹ Doutor em História Unesp Assis. Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. mlmhistor@hotmail.com

² Richard M. Morse é autor do livro *Formação Histórica de São Paulo* (1970), uma pesquisa que já se tornou referência para a compreensão da história da cidade de São Paulo. Joseph Love também dedicou-se à história paulista, em seu livro *A Locomotiva* (1982). Thomas E. Skidmore publicou, originalmente em inglês, em 1967, *De Getúlio a Castello*, uma ampla história política do país entre os anos de 1930 e 1964. Em outra obra bastante comentada, *Preto no Branco* (1976), Skidmore fez uma análise, para muitos controversa, das relações raciais no Brasil. Já Warren Dean é autor de um importante trabalho de história econômica: *A industrialização de São Paulo* (1971). Mas tarde, enveredou pela chamada história ambiental, que deu origem, entre outros, ao livro *A ferro e fogo* (1996), onde analisou a ocupação da Mata Atlântica brasileira, em uma desafiante perspectiva de longa duração.

Greg Grandin, professor de história da Universidade de Nova York, debruçou-se atentamente sobre uma quantidade farta e variada de documentos, pesquisando em arquivos no Brasil e nos Estados Unidos, além de efetuar inúmeras entrevistas e ter acesso a depoimentos aparentemente inéditos em nosso país. Demonstrando amplo domínio de seu ofício, o autor tentou compreender um dos mais importantes e marcantes investimentos econômicos de Henry Ford, que, a despeito de todo o apoio financeiro e planejamento fundamentado nas modernas técnicas de produção industrial, acabou se mostrando um fracasso em vários níveis: a produção de seringueiras em larga escala no Brasil, mais especificamente em terras banhadas pelo rio Tapajós, para a produção de látex, com o objetivo de fornecer borracha barata para a crescente indústria automobilística norte-americana, da qual Ford foi um dos fundadores e principal mentor de sua época. Para tamanho desafio, uma cidade teria que ser levantada, no meio da mata densa, como base logística para aquele que se esperava ser mais um empreendimento bem sucedido do inventor do Ford T, apelidado carinhosamente no Brasil, pelos amantes do automóvel, de *Ford de bigode*.

Essa nova localidade, logo batizada de Fordlândia, deveria representar a vitória do homem, ou mais precisamente, da racionalidade capitalista, incorporada pelo binômio *taylorismo/fordismo*, ante a natureza selvagem e indomada da mítica floresta amazôni-

ca. Entretanto, como o historiador demonstra de forma precisa, ao longo das quase quatrocentas páginas do livro³, as coisas não saíram exatamente como o planejado.

A obra está dividida em três partes, além da introdução e do epílogo. Na primeira, intitulada *Muitas coisas em outras circunstâncias inexplicáveis*, Greg Grandin analisa com bastante atenção a figura de Henry Ford, retratando-o em suas múltiplas e complexas faces, fazendo emergir daí um homem pragmático e astuto, preocupado em apresentar-se como um bem sucedido empresário, idealizador de um novo modelo de produção industrial, ao mesmo tempo em que se colocava como um idealista, defendendo a construção de uma América pacífica e progressista, onde o trabalho ordeiro, a interação racional entre o campo e a cidade e os valores da tradicional família americana deveriam imperar. E é também nesse processo de caracterização individual que o autor não se furta em discutir um dos lados mais sombrios de Ford: o do antissemita, que teria inspirado Hitler com suas crenças radicais e preconceituosas sobre os judeus. As idéias raciais de Ford, expostas no livro *O Judeu internacional*, publicado em

³ A obra chegou ao Brasil com somente um ano de atraso em relação aos Estados Unidos, fato realmente singular, principalmente quando se pensa em lançamentos de trabalhos acadêmicos. Sem dúvida, o interesse crescente por assuntos ligados ao meio ambiente no geral, e ao Amazonas, em particular, aliado à curiosidade que a *cidade esquecida na floresta* desperta no público leitor, contribuíram para a rapidez dos editores em publicar a versão nacional desse estudo.

todo o mundo, inclusive no Brasil, acabaram deflagrando uma crise com a comunidade judaica, o que maculou a imagem do chamado *pai da indústria automobilística* durante toda sua vida. Outro lado menos sedutor mostrado por Grandin refere-se às concepções de Ford sobre o mundo do trabalho; em especial seu ódio por sindicalistas e as conflituosas e violentas relações entre a empresa que ele fundou e seus funcionários. Neste momento, o autor aproveita para apresentar uma visão crua das reais condições de vida dos operários da *Ford Motor Company*, expondo o lado mais obscuro e menos conhecido do sonho americano.

A segunda parte do livro, *Lord Ford*, se dedica mais atentamente ao início das operações na Fordlândia, partindo dos primeiros contatos entre o governador do estado do Pará à época, Dionísio Bentes, e os negociadores norte-americanos. Destaca-se aí a figura de Harry Bennett, um dos mais próximos encarregados de Ford, descrito como violento, às vezes cruel, e sempre ganancioso, responsável por reprimir energicamente greves nas fábricas do grupo em Detroit, e figura central nos primeiros anos do empreendimento brasileiro. Neste capítulo, Greg Grandin também esmiúça, com o apoio de farta documentação, o acordo de cessão das terras, firmado entre o final de 1927 e 1928, que liberou para exploração mais de um milhão de hectares de terras, em pleno coração do bioma amazônico, isentos de impostos de exportação. Benesses quase impensáveis, pelo menos nos negócios feitos às claras, nos dias atuais.

A facilidade na liberação oficial para o começo das atividades - foram menos de três meses entre o início das negociações e o acordo final -, que surpreendeu inclusive Ford, foi alvo, posteriormente, de denúncias de corrupção, envolvendo nomes das mais altas esferas políticas nacionais; inclusive Jorge Dumont Villas, sobrinho do aviador Santos Dumont, e um dos personagens mais diretamente presentes nas negociações que viabilizaram a chegada dos investimentos de Ford ao Pará.

A propriedade deveria produzir a matéria prima básica para a produção de borracha, fundamental para os automóveis de Ford, mas Greg Grandin mostra que, mais do que isso, a Fordlândia foi um projeto de ordenação e progresso, de crença na vitória do capitalismo e das forças produtivas sobre o mundo selvagem. De certo modo, ela serviria como uma grande propaganda do mundo industrial moderno. Henry Ford, cansado das lutas sindicais e das acirradas disputas políticas nos Estados Unidos, que barravam seus desejos de modernização de uma América que ele percebia corrompida moralmente e corrupta, via seu sonho nos trópicos como um projeto urbano/social, onde tudo poderia ser construído *do zero*, sem a interferência de políticos, sindicalistas, judeus e socialistas. Entretanto, tudo tem o seu preço, e no caso do empreendimento brasileiro, às margens do Tapajós, o custo não foi pequeno.

A chegada dos navios de Ford à Santarém, em setembro de 1928, batizados

de *Lake Ormoc e Lake Farge*, abarrotados com os equipamentos necessários para a construção da cidade e o início das operações de plantio, despertou a esperança de novos tempos de progresso, principalmente para as populações empobrecidas daquela região. Essa expectativa de épocas melhores deu origem a uma das frases mais marcantes e representativas de toda essa movimentação econômica. Pronunciada pelos brasileiros, foi muito bem compreendida por Grandin: *quando Ford chegar...*

Ford finalmente chegou. Não em pessoa, pois a visita do próprio à Fordlândia, muitas vezes prometida, nunca aconteceu, mas seus ideais, materializados nas máquinas, pessoal, ruas e casas geometricamente planejadas, que imitavam as pequenas cidades norte-americanas, já foram o suficiente para trazer euforia à região. Entretanto, os problemas não tardaram em aparecer. O autor aponta, ao longo da obra, vários fatores que impediram o sucesso desse sonho capitalista: a falta de preparo logístico para a empreitada (equipamentos que não funcionavam, falha na comunicação entre os administradores, acidentes); dificuldades na contratação e no convívio entre os norte-americanos e a mão de obra local; desconhecimento das reais condições ecológicas da Amazônia, evidenciada pela surpreendente ausência de um especialista em flora tropical no início das atividades; e, finalmente, o mal uso do solo e dos recursos florestais, exemplificados nas queimadas de enormes proporções efetuadas para abertura

de áreas de plantio em meio à floresta, com a utilização de grandes quantidades de querosene, que deram origem a incêndios monumentais que puderam ser observados à quilômetros de distância.

Na terceira e última etapa do estudo, *Rubber Rouge*, se explicita a difícil realidade que cercava todo o projeto, tornando a sobrevivência da Fordlândia algo cada vez mais improvável. Como nos mostra Greg Grandin, as seringueiras não foram tão produtivas quanto se imaginava. Os fungos que já haviam devastado plantações em tempos anteriores, com já nos mostrou Warren Dean⁴, voltaram a atacar de forma inclemente as *Hevea brasiliensis* da localidade. Ao mesmo tempo, na medida em que Henry Ford envelhecia, e os custos para a manutenção de toda a estrutura necessária para a sobrevivência do empreendimento só aumentavam, sua empolgação declinava.

A mudança no panorama político brasileiro também influenciou os rumos de toda essa malfadada aventura moderna. O nacionalismo do governo Vargas diminuiu as vantagens e a liberdade de ação com a qual os norte-americanos se acostumaram nos primeiros anos do projeto. Portanto, entre 1928 e 1945, período em que a Fordlândia existiu como

⁴ Warren Dean, em *A luta pela borracha no Brasil* (1989), analisa a produção da borracha na região amazônica, no final do século XIX, e a importância de eventos ecológicos, como a ação destrutiva dos fungos *microcyclus ulei* e *phytophthora spp.*, no processo que levou à decadência dessa economia no país.

um investimento direto de Henry Ford, os lucros, quando se realizavam, ficavam sempre abaixo do esperado⁵.

Não cabe aqui adiantar as considerações finais do autor em seu epílogo, prazer que deve ficar reservado aos leitores do livro. Contudo, cabe ressaltar uma de suas mais interessantes afirmações. A Fordlândia, muito mais do que uma representação da arrogância capitalista, foi uma demonstração das dificuldades em controlar as forças desencadeadas pelo próprio capitalismo. Como nos indica Greg Grandin, todo o planejamento da cidade, fundamentado nos valores racionais do moderno capitalismo propagado por Ford e seus colaboradores, sucumbiu perante forças que não puderam ser controladas. A natureza, em sua diversidade e complexidade, as realidades sócio-econômicas e culturais próprias da região Norte, e as lideranças políticas locais, agiram de forma enérgica e independente, e o desenvolvimento daquela zona, que Ford imaginava poder enquadrar ao seu ideal de progresso e civilização, acabou acontecendo por outros caminhos, sinuosos e tortuosos como os próprios rios da Amazônia. Realidades singulares que

nem mesmo um dos maiores empresários que o mundo contemporâneo já viu conseguiu dominar.

Referências bibliográficas:

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

_____. *A ferro e fogo – a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORSE, M. Richard. *Formação Histórica de São Paulo – da comunidade à metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Preto no Branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁵ Em 1936 a Fordlândia foi transferida para uma outra área, não muito distante da cidade original, em busca de condições mais favoráveis para o plantio. Chamada de Belterra, esta nova localidade enfrentou as mesmas dificuldades de sua congênera para o desenvolvimento de uma produção constante e sustentável de látex.





*Transcrição de
documentos*



Porque morre a imprensa no interior. A tribuna, Uberlândia, 11 de março de 1923¹

Guilherme Nunes²

Outro dia, no Jockey-Club, em Uberaba, onde se reúne a flor da intellectualidade da capital do Triangulo, fallava-se da imprensa regional, sempre desprestigiada ante as grandes e desenvolvidas paginas dos diarios de maior circulação do litoral. E entre aquelles moços cujos talentos fazem com que a gente de mais distante falle menos nenhum pôde dar solução ao problema do desprestigio do nosso jornal.

Falta de elementos materiaes, leitores, gosto esthetico, recursos pecuniarios, concurrencia natural pelas condições sociaes, foram notas e expressões desoladamente externadas de compaixão pelo pobre órgão que surge após o amadurecimento dos mais palpitantes assumptos.

Realmente ninguem pôde negar a grande sombra que os orgams dos grandes centros projectam sobre o pobre jornal do interior. Haja visto o modo porque vivem e o feitio dos jornaes mais chegados ás capitaes, onde, como nas grandes florestas, muita vez junto á fronde do cedro robusto, vejeta o atrofiado arbusto sem poder erguer se para gozar dos mesmos clarões na altura em que sobe o gigante das matas. Isto, porem, não é razão para que se crestem as pequenas vejetações. Ellas têm direito a existencia como os grandes e o habitante do interior que pretender o pequeno periodico de sua terra parelha com o dos centros mais desenvolvidos pode-se dizer um cego de espirito. O jornal indigena não pôde ter a vida ostentatoria dos jornaes diarios, principalmente dos nossos principaes centros, do mesmo modo que entre nós tudo é modesto e resumido, desde o engraxate ao templo, desde o barbeiro ao forum.

Qualquer individuo no interior pôde comer tão bem como em qualquer capital, mas não pôde ter as mesmas iguarias, nem as mesmas diversões. Lá o theatro, aqui

¹ Trabalho sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl, UFU.

² Aluno de Graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. batteryacidtea@gmail.com

as pescarias e caçadas. Lá os salões litterarios, etc, aqui o campo, o rio, a natureza emfim.

Nestas condições, quando se vae a um grande centro, a primeira coisa que desejamos é justamente aquella que não temos em nossa modesta cidade ou aldeola.

Assim não é de admirar uma observação bastante consentanea que ouvimos entre os intellectuaes que se reúnem no Jockey, de Uberaba. "Para os de fóra o jornal do interior têm muito mais encanto do que para nós. Unicamente estes jornaes, por uma inercia, não procuram irradiar-se por esses logares, numa permuta intelligente como o individuo preparado, modesto que se emparelha a outro nas mesmas condições bem vestido, mas, cheio de jóias e berloques, se torna acanhado".

Talvez essa proposição pudesse soffrer ou tivesse soffrido alguma modificação hoje que nos lembramos melhor della. Numa simples palestra de camaradas, intimos, temos de proferir orações pezadas e medidas (?) O facto é que Ella tem tanto de intelligente como de verdadeira e nos faz lembrar um dos maiores negociante de S. Paulo que, conhecendo Goyaz e Triangulo, ao chegar da Europa, recebeu dias após nossa visita e nos mostrou dentro da sua secretaria, o Lavoura e a Tribuna, numeros atrasados, dizendo-nos: "Aqui estão. Leio-os aos poucos porque o tempo é escasso, mas, numero por numero."

Não ha duvida que o jornal do interior bem trabalhado póde constituir um atrativo para os que vivem longe da paz sertaneja, no meio do grande bulicio, no torvelinho, no acotovelamento dos centros de maior acção, mesmo quando essas regiões lhes não sejam conhecidas, comtanto que o nosso esforço, o nosso trabalho, a nossa boa vontade, se patenteiem aos olhos dos leitores e procuraremos lá fora o espirito ledor que entre nós é mais raro.

Submetido em 21 de maio, 2011.

Aprovado em 21 de maio, 2011.

Hitler. *A Tribuna*, Uberlândia, 5 de março de 1933¹

*Larissa Macedo Garcia*²

Hitler não ganhou o math por knock-out, mas por pontos. Pouco importa, o certo é que foi sagrado campeão e neste momento, domina a Allemanha, que o tem como salvador, Hitler representa sobretudo o triumpho do homem medio, que sentiu a miseria e preferiu seguir a promessa do que falam em nome das velhas tradições germanicas, mesmo por temer a ideologia vinda de leste. Depois de longa demora, que parece ser do seu methodo, Hitler chegou à Chancellaria do Reich e se prepara para ser o todo-poderoso, o salvador, o homem providencia.

Em torno da sua figura impressionante, já se tem publicado uma infinidade de livros, procurando fazer a psychologia do filho de um modesto alfaiate austriaco, e que se chamava Schickelgruper, nome que depois mudou para Hitler, e penetrar as multiplas faces de um individuo o que se inscreve entre os conductores modernos.

Sobre “A Carreira de uma idéa” (historial do nacional-socialismo) escreveu, recentemente, Konrad Heiden. Sabem todos como brotou o facismo germanico, em Munich, com seis companheiros que se reuniram para salvar o Reich. Elle foi feito o chefe da propaganda, pelas suas qualidades oratorias e logo se revelou um chefe e dominou a pouco e pouco. Por que dominou? Difficil a resposta, mas parece certo que foi por ter tido, no chaos germanico, uma idéa definida – a revolta contra o tratado de Versalhes. Excitou o nacionalismo e deslocou para fóra do paiz o eixo das responsabilidades, que estavam muito mais na sua desastrosa política economico-financeira do que verdadeiramente no Tratado.

Mas Hitler proseguiu. Nas eleições de 1930 obteve 107 logares, não se tendo candidatado por não ser allemão. Só mais tarde naturalizou-se, para competir com o

¹ Trabalho sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl, UFU.

² Aluna de Graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. larimgarcia@gmail.com

marechal Hindenburg nas eleições presidenciaes, logrando 13 milhões de votos. Os seis camaradas de Munich estavam multiplicados.

Afinal Hitler chegou ao poder. Vimos, ha dois dias, como está planejando a ditadura e, por isso, é que a sua acção, no momento, não se manifestou, ainda. Prepara as suas forças de assalto, manda atacar a bala os communistas, coordena as forças eleitoraes e vae ás urnas. Se vender, tudo estará nas suas mãos e logicamente terá o poder. Se perder, Hitler dirá que o Todo-Poderoso não pòde, novamente, retirar sua benção ao povo allemão e o ordena de ficar. E ficará para ser o “Siegfried da idade da machina.

Submetido em 21 de maio, 2011.

Aprovado em 21 de maio, 2011.

PORTUGAL, Henrique Furtado. Combate à lepra em Minas Gerais. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 3-3. 20 jul. 1941¹

*Aline Daiane Diniz Ferreira*²

Se bem que no século XVI a lepra ainda estivesse bem expandida na Europa, ninguém põe em dúvida de que para o Brasil o coeficiente maior proveio do escravo africano, e por isso de que, a exemplo de mais outras endemias, a morfêia seja parte do “funesto inventário de moléstias que o continente nefro nos legou” (E. Goeldi)

Apesar de sua expansão não chegou a constituir um problema do governo na monarquia e muito menos na metade a república: alarmas não faltaram, inclusive o de Paula Cândido na Imperial Academia de Medicina há mais de setenta anos, clamando por um ataque de frente. Impressionariam pouco, ou a crença popular de que devia ser evitado falar na doença infiltrara-se nos círculos governamentais...

No caso do nosso Estado, se como observou o pranteado Mário Álvares da Silva Campos, um presidente das Alterosas escrevia à Assembléia Legislativa em 1844, que “se alguma província está na necessidade de ter um bom hospital de lázaros, é sem dúvida esta de Minas Gerais pela imensidade de vítimas que tem deste flagelo,” posteriormente houve um silêncio dos nossos legisladores e governantes. A Saúde Pública federal, por sua vez, preocupada com as doenças que matavam depressa e desmoralizavam cidades não podia desviar atenções, e relegava a lepra a plano secundário; por intermediação ou lá o que seja, o desinteresse ia aos municípios só 27 presidentes de Câmara (Minas devia ter nesse quase duzentos municípios) responderam á tentativa feita em 1917 pela Diretoria de Higiene estadual, de saber o numero de leprosos no interior do Estado. A própria Colônia Sta. Izabel, da compra de terreno (1992), do inicio da construção (1926) á inauguração (1931) gastou nove anos...

¹ Trabalho sob orientação do Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu, UFU.

² Aluna de graduação de História/UFU. Atividade do projeto “Discurso médico higienista e educação sanitária em Minas Gerais (1930-1950)”, financiado pela FAPEMIG. aline_daiane08@hotmail.com

De modo que se em 1926 iniciou-se a construção da Colônia e em 1928 foi feito um censo de leproso do Estado, com erro mínimo admitido de 30%, só de 1930 para cá vem se desenvolvendo em caráter regular e crescente o combate á lepra. E não podia crescer também num repente, pois que um serviço de tão alta relevância exige especialistas dedicados, e estes não se formam “á lá diable”; a par da ciência e da ambientação é preciso q/ tenham –alma de médico- no sentido mais apurado e em alta dose espírito de sacrifício; como elementos ás vezes irreconhecíveis de profilaxia social, teem que realizar junta aos hansenianos a dupla profilaxia do sofrimento físico e moral, prepostos de Deus que são no afanoso mister.

No decênio findo de combate ativo á lepra em Minas muita cousa há a ressaltar, tanto mais que cresce o serviço em proporção quase geometrica. A armamento anti-leproso atual abrange: Centro de Estudos da Lepra, com o encargo de investigação da moléstia e dos processos de prevenção, tendo sob sua dependência o Instituto de Pesquisa Gaspar Viana e o Curso de Leprologia, destinado á formação de especialistas médicos e auxiliares de laboratório, em colaboração com a Universidade de Minas; a Colônia Sta. Izabel, com quase dois mil leitos; Hospital de Lázaros de Sabará, para detentos, loucos e indisciplinados, com cem leitos; Serviço de Profilaxia da Lepra, superintendendo os serviços técnicos e administrativos, com o dispensário central e os dispensários itinerantes; com o auxílio financeiro do governo federal funcionarão breve mais três Colônias, São Francisco de Assis, Santa Fé e Padre Damião, respectivamente nas proximidades de Bambuí, Três Corações e Ubá, com uma capacidade superior aos bacilíferos conhecidos e necessitados de internação; dois Preventórios, para filhos de doentes. S. Tarcísio, na Estação Mário Campos (bitola larga da E. F. C. E), e o de Varginha já funcionam, anunciando-se para breve o Juiz de Fora; um Instituto Técnico Profissional, em B Horizonte, para as crianças do sexo masculino, com mais de 12 anos, transferidos dos preventórios; um moderno e confortável sanatório, para doentes dotados de recursos financeiros acha-se em vias de conclusão. Coadjuvam com eficiência nessas soluções as Sociedades de Assistência aos Lázaros e Proteção Contra a Lepra em vários municípios. Foi iniciativa do Centro de Estudos a tradução do livro de Rogers e Muir, da Escola de Medicina Tropical e Higiene de Calcutá, e são publicação semi-oficial os “Arquivos Mineiro de Leprologia”, já em seu segundo numero, dirigidos pelo pessoal especialista do serviço e com finalidade de publicar atividades referentes a leprologia.

Não basta o que foi feito, é evidente, mas o combate está em marcha, e de certo terá grande impulso por parte do Serviço Nacional de Lepra, que organizará planos para todo o Brasil, corrigindo senões, como desigualdade de campanha mas divisas internas. Sem um otimismo que seria favorável á doença, mas sem pessimismo, convenha-se que para um decênio já é farta a colheita: afora a necessária e lenta formação de técnicos, a infiltração da confiança no animo popular, e a compreensão da

humanidade das medidas bastaria para se louvar a obra a extinção de pelo menos três mil focos...

Submetido em 21 de maio, 2011.

Aprovado em 21 de maio, 2011.





Relato de experiência



O ensino de história e a educação patrimonial: uma experiência em escola pública¹

*Wallace Ferreira dos Santos*²

Resumo

O objetivo deste trabalho é relatar alguns resultados de experiências com alunos do ensino fundamental e médio de uma escola pública na cidade de Marilac, interior do leste de Minas Gerais, sobre a Educação Patrimonial e resgate da cultura local. A análise do eixo temático: “Educação Patrimonial e a valorização da cultura local”, possibilitou o conhecimento das características centrais da localidade e região e das dimensões sócio-culturais da cidade.

Palavras-chave: História. Educação. Patrimônio.

Abstract

The aim of this study is to report some results of experiments with students in elementary and secondary education at a public school in the city of Marilac, eastern interior of Minas Gerais, on the Heritage Education and recovery of local culture. The analysis of theme: “Heritage Education and appreciation of local culture”, facilitated the diffusion of the central features of the locality and region, and social and cultural dimensions of the city.

Keywords: History. Education. Heritage

¹ Declaro que o presente trabalho de autoria de Wallace Ferreira dos Santos foi orientado por mim e tem minha recomendação. Professor Jean Luiz Neves Abreu, Universidade Federal de Uberlândia –UFU.

² Graduado em História, Univale. wallacegv@hotmail.com

Relevância e significado do estudo da história do lugar e valorização de seu patrimônio cultural

O objetivo deste trabalho é relatar alguns resultados de experiências com alunos do ensino fundamental e médio de uma escola pública na cidade de Marilac, interior do leste de Minas Gerais, sobre a Educação Patrimonial e resgate da cultura local. A análise do eixo temático: “Educação Patrimonial e a valorização da cultura local”, possibilitou o conhecimento das características centrais da localidade e região e das dimensões sócio-culturais da cidade.

A expressão educação patrimonial, tradução de *Heritage Education*, foi introduzida no Brasil na década de 1980, no I Seminário de Educação Patrimonial, no Museu Imperial em Petrópolis, Rio de Janeiro. De acordo com Aída Lúcia Ferrari

a educação patrimonial em várias formas de mediação, possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um instrumento estratégico de promoção e vivência da cidadania, e de responsabilidade individual e coletiva em valorizar e preservar os patrimônios da cultura material, imaterial e ambiental³.

A cada dia percebe-se a crescente necessidade de se pensar em políticas

públicas que visem cuidar dos nossos bens culturais, tradições e preservação dos aspectos físicos e ambientais, de forma que dêem suporte à existência de um processo de preservação das práticas culturais e instrumentos de identificação no sentido de valorizar a permanência das mesmas na sociedade local.

Assim, a Educação Patrimonial tem se revelado cada vez mais do maior interesse teórico e prático e a preservação de bens naturais e culturais se justifica para garantir certos direitos universais do ser humano, como: direito às condições materiais e espirituais de sobrevivência, à qualidade de vida, à memória, ao exercício da livre criação e o uso e fruto de bens culturais.⁴

A comunidade escolar tem um papel complementar e seqüencial àquela recebida no lar. Sendo assim, a Educação Patrimonial preconizada nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e nos Programas Curriculares Nacionais (PCNs) devem ser somente “adubos à semente já lançada” no seio familiar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), no seu art. 26 enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino básico deve observar as características regionais e locais da cultura dessa sociedade, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios.⁵

³ FERRARI, Aída Lucía. In: Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002, p. 108.

⁴ SILVA, R. M. C. *Cultura popular e Educação*. Salto para o Futuro. Brasília, 2008, 85-89.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado: 23/04/10.

Já os Programas Curriculares Nacionais (PCNs) inovaram, pois introduziram a interdisciplinaridade na educação básica mediante a introdução dos chamados Temas Transversais, que deverão perpassar todas as disciplinas escolares. Pelo menos dois desses temas possibilitam o estudo do Patrimônio Histórico, por conseqüência, desenvolver projetos de Educação Patrimonial: o meio ambiente e a pluralidade cultural.

Nota-se que já foram criados espaços normativos (a LDB e os PCNs) para que a escola vivencie experiências capazes de despertar nos alunos o interesse pelo conhecimento e pela preservação de nossos bens culturais. No entanto, é preciso que as secretarias de educação estaduais e municipais, em parceria com os órgãos de preservação, tais como IPHAN, realizem cursos e atividades pedagógicas que instrumentalizem o professor com metodologias voltadas à Educação Patrimonial. Só assim serão oferecidas condições efetivas para que a comunidade escolar se constitua numa opção de espaço privilegiado para o exercício da cidadania de crianças, adolescentes e jovens mediante o conhecimento e a valorização dos bens culturais que compõem o diversificado e rico Patrimônio Histórico Nacional, Regional e local.⁶

A Educação Patrimonial torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mes-

mo, resgatando sua auto-estima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, ao perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de preservação. Segundo Horta, o “conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”⁷ Identidade essa que, cada vez mais, urge por uma atenção especial dos diversos setores da nossa sociedade.

Esse estudo permitiu abrir novas perspectivas aos alunos e se revelou capaz de, em uma aplicação mais sistemática, ampliar-se como novos desdobramentos, entre os quais ganham destaque a aproximação entre a escola pública e a comunidade à qual pertencem, e a prática interdisciplinar e de pesquisa, sobretudo no ensino público médio e fundamental.

Mas, como trabalhar com a educação patrimonial? Exemplos de atividades educacionais são fornecidos em inúmeros trabalhos preocupados com essa temática.⁸ Como proposta de trabalho com

⁶ QUEIROZ, Moema Nascimento. *A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania*. Disponível em http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562. Acessado em: 14/05/10.

⁷ HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz.. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999, p.6.

⁸ Sobre atividades educacionais desenvolvidas sobre o tema, ver dentre outros: CAMPANI, Adriana. *Educação Patrimonial: em busca de espaços além da escola*. Buenos Aires: Congresso Internacional de Educação, 1996; FENELON, Déa R. “Políticas Culturais e Patrimônio Histórico”. In:

patrimônio histórico e/ou cultural em sala de aula, concretamente, apresento algumas experiências desenvolvidas no ano de 2007/2008 na Escola Estadual Joaquim Monteiro, cidade de Marilac. Antes, contudo, analiso a relevância e significados da história local para a valorização do patrimônio cultural.

A importância de se estudar a “história do lugar”, resgatar e valorizar seu patrimônio tem se revelado ainda mais visível, nas últimas décadas, nas escolas, nas ruas, nas famílias, nas comunidades, nos lugares onde os alunos se situam como particulares. Conhecer sua história é uma necessidade de seus habitantes e não só dos que o estudam, por mais reduzido que seja o número daqueles que demonstram interesse em fazê-lo, mesmo cientes de tal necessidade.⁹

As gerações que compartilharam toda a riqueza cultural embutida na música, nas festas, nos hábitos e costumes populares, caracterizadores do dia-a-dia e do modo de ser típicos das populações suburbanas, hoje vêem essas práticas particulares postas como ultrapassadas e/ou de menor im-

portância. Desconhecendo-as em grande parte as novas gerações locais, formadas no bojo da cultura consumista, vivem as condições introduzidas nos lugares onde moram como se sempre tivessem existido, e da mesma forma.

Com uma identidade criada por padrões culturais únicos, que não refletem o seu cotidiano e em grande parte nem o de seu país, a começar pela língua, as pessoas são transportadas a uma realidade que em geral não se refere ao seu cotidiano doméstico, local e profissional. Filmes, vídeos, noticiários veiculados por agências estrangeiras e outras, novelas, publicidade e demais programas de rádio e televisão raramente citam o papel que as populações pobres e trabalhadoras têm na geração de riqueza na sociedade.

As ruas e calçadas, antigos espaços típicos do lazer, das trocas de experiências e idéias entre os moradores após o trabalho e nos fins de semana, e onde se promoviam festas, brincadeiras e outras formas de distração e cultura próprias, perderam em boa parte a função de gerar e manter a identidade da vizinhança, atraída para dentro de casa pelos aparelhos de televisão. Com a transformação das ruas em vias de passagem para veículos e das calçadas em estacionamentos, perdeu-se muito de suas características como pontos de encontro freqüentes e gratuitos dos vizinhos, deixando para trás usos que davam vida à criatividade, à solidariedade e à identidade social e cultural das pessoas do lugar.

As poucas opções que lhes restam, e aquelas criadas com base em realidades

Cultura e Memória: Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje. Brasília: *Cadernos ENAP*, vol. 1, n. 2, 1993; SAVIETO, Mônica. “Trabalhando com a fonte material em sala de aula.” In: *II Encontro Perspectivas do Ensino de História*. São Paulo: USP/FEUSP/CNPq, 1996; HORTA, Maria de Lourdes. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Ensino de história: revisão urgente / conceição Cabrini...Et All. – Ed. Ver. e ampl. – São Paulo: EDUC, 2000. 164 p. ; 21cm

⁹ SANTOS, J. J. M. dos. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol. 9 (1): 105-114, jan. 2002.

distantes, como as programadas pelas emissoras de rádio e televisão, incluem-se hoje no mundo das mercadorias. Perderam o caráter de criação local e coletiva anterior, presente nas festas juninas e outras, nos coretos e praças públicas e nas demais formas - como a linguagem do lugar - expressar e manter a identidade, a intimidade e a solidariedade antes existentes entre os moradores. Esses atributos são essenciais à sua existência e cidadania, e acreditamos ser possível às populações locais recuperá-los e preservá-los, ao identificarem os papéis que desempenham na história do lugar onde residem e convivem, conhecendo-a com as suas especificidades e formas de ser particulares. Ao perceberem, enfim, que tanto o lugar no qual vivem como a comunidade a qual pertencem são parte integrante e viva da história do Brasil e do mundo, conforme as funções ou os papéis que neles desempenhem em seu tempo, como sempre ocorreu com os que ali habitaram desde a chegada dos primeiros “colonos” à região.¹⁰

Abordagem metodológica e aplicação no ensino

Um processo de ensino-aprendizado sensível às questões referentes à identidade da cultura local deve se preparar para a formação de seres humanos que sejam capazes de conhecer a sua própria história cultural, além de estimular nas crianças a prática saudável da reflexão

¹⁰ SANTOS, J. J. M. do. Op. cit., p. 117-124.

histórica. Nesse sentido, o ensino de história possibilita, desde as primeiras fases do processo de aprendizado, a apreensão das noções de cidadania e responsabilidade social e conseqüentemente o processo de constituição da personalidade de cada indivíduo.

Esse processo faz parte de uma política cultural que é construída nos cruzamentos das diferentes demandas sociais que permeiam a sociedade. Nesse contexto, a cultura é um espaço privilegiado que nos permite, de forma crítica, trabalhar nos contrastes, nas diferenças para possibilitar aos sujeitos desse processo rever-se, e nesses espelhos se entenderem individual e coletivamente. A política cultural é sempre um ato de iluminação, de transformação. Não é um processo de contemplação ou de afirmação de uma situação dada, mas de enfrentamento: é a criação de espaços sociais de construção de cidadania, de participação, de libertação.¹¹

O principal objetivo da educação responsável deve se basear no esforço em auxiliar os estudantes na elaboração do conhecimento histórico, na investigação da realidade, refletindo a respeito de sua ligação com um passado mais distante. O que possibilita compreender a historicidade das representações culturais, ou seja, um ensino de história voltado para

¹¹ RANGEL, Marília Machado. In: Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.p.16; ITAQUI, José. Educação Patrimonial e desenvolvimento sustentável. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27,jan/jun. 2000, pp.229-245.

sujeitos históricos deve propiciar um conhecimento mais amplo da realidade em que vivem.

Para, além disso, podemos analisar como a memória – individual, familiar e coletiva - está na configuração do que entendemos como “patrimônio cultural”. A definição mais abrangente do termo “patrimônio” indica bens e valores materiais e imateriais, transmitidos por herança de geração a geração na trajetória de uma sociedade.¹²

Dessa forma, a idéia de cultura não é mais aquela que indicava acúmulo e refinamento de informações e conhecimentos, mas a de um processo contínuo de transmissão de valores e crenças, de saberes e modos de fazer e de viver que caracterizam um grupo social, uma comunidade.¹³ O patrimônio cultural se manifesta assim, como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes, cuja manifestação é percebida por uma coletividade como marca que a identifica, que adquire um sentido comum e compartilhado por toda a sociedade.

Trabalhar com a educação patrimonial não pode ser uma tarefa de passagem de informações e discursos pré-fabricados, mas levar o educando no processo de conhecimento a identificar o significado atribuído às coisas por uma determina-

da cultura. Permite ao aluno adentrar no universo de sentidos e correlações que eles oferecem à descoberta, a procurar entender a linguagem cultural específica utilizada naquelas manifestações e envolver-se efetivamente com elas, através das vivências e experimentações. A Educação Patrimonial pode ser um instrumento chave para a leitura do mundo e para a comunicação com o outro.¹⁴ Conforme afirma Aída Lúcia Ferrari,

*Essa metodologia, desenvolvida de forma interdisciplinar, pode ser realizada para todas as idades. Utiliza tanto objetos oriundos do universo pessoal e familiar dos alunos, como os bens patrimoniais da própria escola; locais como museus, arquivos, bibliotecas, monumentos e centros históricos e naturais; elementos natureza, como rios, serras, espécimes da flora e da fauna; manifestações do patrimônio imaterial, como saberes, celebrações, formas de expressão, práticas coletivas; ou qualquer outra expressão resultante da relação do homem com o seu meio.*¹⁵

O pressuposto básico para o trabalho nas diferentes áreas do conhecimento no Ensino Fundamental e Médio seria o diálogo, ou seja, o professor é um interlocutor necessário à produção do conhecimento escolar, pois, compreende o

¹² <http://portal.iphan.gov.br/portal>

¹³ MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p.175-182.

¹⁴ HORTA, Maria de Lourdes P. Fundamentos da educação Patrimonial. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000, pp.25-35.

¹⁵ FERRARI, Aída Lúcia. Educação Patrimonial. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002, p.105-120.

espaço de sala de aula como um espaço de produção do saber sistematizado ao valorizar a atitude do aluno. Nesse sentido, deve-se buscar a participação oral do aluno, o respeito às formas de expressão dos colegas, a busca incessante por informações que poderão se converter em diferentes formas de conhecimento.¹⁶

Um dos elementos fundamentais para a realização de um trabalho de educação patrimonial que realmente possa contribuir com o resgate da identidade e a formação da cidadania é o cuidado com a recuperação dos contextos históricos em que foram produzidos. E, recuperar os contextos é, sobretudo não ocultar os diferentes interesses, as contradições e os conflitos que marcaram o período em estudo.¹⁷

Relato de experiência

A metodologia proposta para as atividades de Educação Patrimonial na capacitação e execução dos trabalhos desenvolvidos se estruturou sobre quatro etapas, caracterizadas por diferentes recursos pedagógicos, visando objetivos definidos para cada uma. Estas etapas seguem uma determinada ordem, mas em algumas situações puderam, naturalmente, acontecer simultaneamente, dependendo das respostas e iniciativas das crianças. As etapas propostas, os recursos, atividades e objetivos visados podem ser resumidos no quadro abaixo, e que puderam ser enriquecidas e inovadas pelo professor:

¹⁶ FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p.109-123.

¹⁷ CORSETTI, Berenice. Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000, pp.49-57.

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
Observação	Exercícios de percepção/sensorial, por meio de perguntas, manipulação de objetos, medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive etc.	Identificação do objeto: função/significado; desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e modelagem.	Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da análise crítica; desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão questionamento, avaliação pesquisa em fontes como bibliotecas, arquivos, cartório, documentos familiares, jornais, revistas etc.	Desenvolvimento das capacidades de aprofundamento da análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão, como a pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo exposição em classe.	Envolvimento afetivo, interação, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Uma das premissas para a execução da Educação Patrimonial é o resgate dos valores culturais e identitários na comunidade, carentes de ações que proporcionem a conscientização da importância do passado para a consolidação de ações mais justas e coerentes com a realidade vivida. Neste aspecto, a metodologia adotada foi extremamente positiva, res-

gatando valores não apenas do grupo em questão. Além disso, pôde atuar resgatando valores individuais e compatíveis com a proposta deste trabalho.

A experiência de educação patrimonial foi realizada em Marilac, uma pequena cidade do leste de Minas Gerais, localizada a uma distância de 353 km da capital Belo Horizonte e 56 km de

Governador Valadares, sua população é de aproximadamente 4.285 habitantes.¹⁸ Sua origem está ligada à do município de Virgolândia, ao qual pertenceu como distrito. O município foi primitivamente chamado Assa-Peixe, devido à grande quantidade da planta existente no local. Ao emancipar-se, em 1962, recebeu o nome em homenagem a Santa Luíza de Marilac, sua padroeira.¹⁹

O trabalho aqui realizado partiu das dependências da Escola Estadual Joaquim Monteiro, quando em substituição ao professor de história. Essa escola é a única na cidade a oferecer o ensino fundamental e médio, conduz projetos há vários anos ligados ao teatro e a música. Está localizada de maneira imponente na parte alta no centro da cidade.

A proposta de trabalhar com “educação patrimonial” foram apresentadas a então Diretora e coordenadora da Escola Joaquim Monteiro Rejane Batista e Ronilda Batista. É interessante ressaltar a ótima receptividade por parte da diretoria e coordenação da escola, já que a proposta ia de encontro a uma realidade local que é a influência de capital Norte americano na configuração social da cidade, carência afetiva e financeira, seguido do esquecimento e de pouco valor que os próprios alunos e moradores atribuem ao patrimônio local.

O trabalho foi realizado levando em consideração além da realidade social, visto que a cidade de Marilac, apesar de receber dinheiro proveniente dos Estados Unidos em forma de remessa de emigrantes, possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)²⁰ muito baixo, e nenhuma política pública voltada para minimizar o antagonismo social e os impactos culturais que emergem a partir dessa realidade, refletidas e claramente perceptíveis nas falas dos alunos quando indagados acerca das perspectivas de futuro.

Este trabalho foi realizado nos anos 2007 e 2008 entre os meses de outubro e dezembro com alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, dos turnos matutinos e vespertinos, em idades que variavam entre 13 e 18 anos de acordo com suas respectivas séries. As séries atingidas nesta atividade foram aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, portanto, formado por alunos que puderam compreender processos mais complexos sobre Patrimônio Cultural. Durante as atividades desenvolvidas em sala de aula e, posteriormente, na ocasião da compi-

¹⁸ Dados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=40100>. Acessado: 14/05/2010.

¹⁹ Fonte disponível na Prefeitura municipal de Marilac.

²⁰ O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Consultar em: www.pnud.org.br/idh e/ou <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20%28pelos%20dados%20de%202000%29.htm>. Acessado: 15/05/2010.

lação e da comparação dos questionários de sondagem e avaliação da análise de conteúdo, tornou-se evidente a aprendizagem e valorização do Patrimônio Cultural dos alunos das séries onde foi executado o trabalho.

Convocados a participarem das aulas de reposição por meio de avisos em sala de aula, foi resguardado pela coordenação, a importância de estarem cumprindo a carga horária em aberto, já que ficaram sem aulas de história durante aproximadamente três meses, por falta de professor. No primeiro dia de aula os estudantes visivelmente demonstravam desânimo em relação à cansativa jornada de reposição que se seguiriam e que incluíam aulas aos sábados. Quando questionados, esses alunos foram unânimes ao dizerem que não gostavam de história, pois não fazia sentido estudar coisas do passado. Ao apresentar o projeto e como seriam as aulas de reposição o interesse e envolvimento superou as expectativas do professor e alunos, pois se viram empolgados com as atividades, puderam se enxergar enquanto pesquisadores da própria história e o mais formidável se verem inseridos nessa história.

A análise do eixo temático apresentado possibilitou aos alunos o conhecimento das características centrais de sua região, trazendo-os à compreensão da realidade que os circunda, o que possibilitou, mesmo que com um caráter micro-analítico e o pouco tempo dedicado às atividades, percebessem as dimensões sócio-culturais de sua comunidade e ao seu modo, puderam construir sua noção

de identidade cultural e ampliarem suas noções acerca do conteúdo de história.

Inicialmente, buscou-se contextualizar a história regional enfocando o início do povoamento das terras, analisando o inventário de terras da cidade, levando os alunos a perceberem como se deu o processo de Territorialização e ocupação do espaço urbano e rural. Para essa atividade utilizamos os documentos de “Registro de Imóveis” e “Título de terras” do município, onde foi possível perceber sua “formação inicial” a partir da doação de terras devolutas ao povoado de Santa Luiza do Assa-Peixe.²¹ O título dessas terras devolutas foi assinado pelo então Governador do Estado de Minas Gerais Juscelino Kubitschek, conforme citação do Registro de Imóveis,

Jeremias de Mendonça Freitas oficial de Registro de imóveis da comarca de Peçanha, certificou que a fls. 268 do livro 3-N que foi feita no dia 20 de junho de 1952 sob Nº11. 944 a transferência do imóvel: uma sorte de terras devolutas, destinada ao patrimônio do Povoado de Santa Luiza do Assa-Peixe contendo a área de um milhão e noventa e cinco mil duzentos e cinquenta metros quadrados (1.095.25000 m²) conforme medição aprovada pelo despacho de 27 de junho de 1951 situado no lugar denominado São Matias Grande, Município de Virgolândia Adquirente: Prefeitura Municipal de Virgolândia. Transmitente: Estado de Minas Gerais.

²¹ Santa Luiza do Assa-Peixe foi o primeiro nome da localidade que se tem registros até o momento em documentos oficiais. No entanto a localidade já foi conhecida na ordem que se segue: Assa-Peixe, Santa Luiza do Assa-Peixe e Marilac (homenagem a padroeira Santa Luiza de Marilac).

Título: compra e venda. Forma do título: escritura. Digo: título de terras devolutas passado no dia 21 de fevereiro de 1952, assinado pelo Governador Juscelino Kubitschek e secretário Tristão da Cunha. Valor: Cr\$ 2.873,60. Condições do contrato: este terreno fica sujeito ao ônus constantes dos art. 79 e 90 da lei Nº 550 de 20/12/949 bem como aos dos parágrafos 1º e 4º do artigo 29 da lei Nº 27 de 25/6/892. Digo: sujeito ao disposto no documento-lei 85D de 5/9/942²²

O objetivo principal foi a análise da Educação Patrimonial e sua importância dentro de um contexto de necessidade de preservação do patrimônio material e imaterial, móvel ou imóvel, através de um trabalho contínuo e sistemático de valorização da identidade cultural da própria localidade. Nestas aulas chamamos a atenção dos alunos para as diversas formas que os bens culturais podem apresentar (podem ser móveis ou imóveis, materiais ou imateriais). Algumas fotografias de Ouro Preto e da própria cidade, assim como mapas, produção de textos e visita aos sites do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) auxiliaram na percepção de alguns traços principais da cultura da cidade, bem como a importância de se preservar a memória local. Dialogamos sobre a importância da Educação Patrimonial e de instituições como a UNESCO (*United Nations Educational, Cientific and Cul-*

tural Organizational), IPHAN, IEPHA e a criação de conselhos municipais, que em debate, os próprios alunos questionaram a adoção de políticas públicas voltadas para o resgate e preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade.

Algumas noções indispensáveis à compreensão da Educação Patrimonial e das responsabilidades sociais do IPHAN e do IEPHA também foram exemplificadas em sala de aula, como por exemplo, preservação, cultura, restauração, conservação, adaptação, reforma e tombamento. O diálogo neste momento se concentrou na atuação do IEPHA na preservação, proteção, restauração e fiscalização dos bens culturais mineiros e na valorização dos principais traços da cultura, além do papel da população na preservação de sua história e cultura. Através da leitura promovemos um diálogo que possibilitou o aprofundamento e identificação dos bens passíveis de serem tombados na cidade o que ajudou na compreensão da importância da preservação de nossos bens culturais.

Voltamos à construção/elaboração dos conceitos de bens materiais e imateriais, mostrando ao aluno que os portugueses não traziam as igrejas barrocas dentro de suas embarcações, mas sim a idéia artística (bem imaterial) surgida na Europa. Uma vez demonstrado que os portugueses trouxeram a idéia da estética do Barroco colonial, passamos a analisar este estilo artístico que é o predominante nas cidades que surgiram no século XVIII, bem como, o que propicia a identificação de nosso arcabouço cultu-

²² Esse documento está disponível para consultas na prefeitura municipal da cidade de Marilac.

ral. Nesse sentido, utilizamos fotografias de Ouro Preto e Diamantina para ilustrar as principais características do Barroco colonial.

Procurou-se discutir que, mesmo sendo uma tendência artística dos primeiros séculos de ocupação portuguesa no Brasil, esse estilo se apresenta de forma particular em cada uma destas cidades em razão da utilização de recursos naturais peculiares em cada região, como o uso da pedra sabão e das construções em Taipa. A análise comparativa das fotografias permitiu que os alunos identificassem semelhanças na construção de uma igreja e de vários casarões na cidade. Após perceberem a existência de construções em estilo barroco, passaram a observar seus estados de conservação, através de visita *in loco*. Os próprios alunos criaram um inventário²³ simplificado baseado em recomendações do IEPHA-MG onde puderam inventariar os imóveis identificados previamente por eles mesmos como, o primeiro grupo escolar, a Igreja Matriz, a principal praça da cidade, a ruínas do primeiro hospital, o cemitério entre outros.

Como é comum nos municípios da região, a comunidade vem sofrendo com o aumento constante da descaracterização de seu patrimônio arquitetônico e

urbanístico e com as sucessivas perdas em seu acervo de bens móveis. Desta maneira, torna-se imprescindível o registro de seu Patrimônio Cultural, sendo esse o principal objetivo da elaboração e execução do Plano de Inventário de Marilac feito pelos alunos, e sua posterior entrega na prefeitura municipal e divulgação em evento ocorrido na Escola Joaquim Monteiro.

Mais do que um simples registro, a realização desse tipo de inventário vem da necessidade de sistematização de projetos e ações que visem à preservação e conservação criteriosa dos acervos municipais. A posterior análise dos dados coletados propunha fornecer subsídios importantes para determinar as principais metas de intervenção, podendo, por exemplo, estabelecer as prioridades nos processos de tombamento, nos planos diretores, nas ações para implantação do turismo, garantindo, desta forma, a valorização e principalmente a proteção dos bens culturais.

A divulgação e disponibilização do inventário ao público é uma ação essencial para inserir a comunidade no processo de conscientização para preservação. O acesso às informações sobre sua história e cultura contribui para a compreensão e valorização do Patrimônio Cultural, a partir do entendimento do que ele representa para o município.

O conhecimento adquirido pode ser avaliado em diferentes dimensões: aquisição de habilidades cognitivas como senso de investigação, observação, comparação, análise, compreensão dos conceitos tra-

²³ O Inventário de Proteção do Acervo Cultural é um instrumento legal que visa elaborar um banco de dados sistematizados que permita o registro dos bens que compõem o Patrimônio Cultural de um município. Esse Patrimônio é dividido em diversas categorias, como estruturas arquitetônicas e urbanísticas, patrimônio arqueológico, bens móveis e integrados e arquivos.

balhados em texto, tentando evitar que se discuta “tudo” e não o “todo” relacionado a um conteúdo específico.²⁴ Após a realização dessa atividade que teve duração de uma semana e envolveu todas as séries em dias diferentes, houve avaliações por meio de questionários e debates, intermediadas pelo professor de história.

Ao viverem a experiência, os alunos puderam gradativamente observar e perceber o significado dos imóveis, dos monumentos e de outras formas materiais construídas no passado, no espaço em que circulam todos os dias. Puderam ir além, colaborando para a preservação do patrimônio histórico e da memória local, uma vez que esta passa a ter maior sentido para suas vidas ao se incluírem nela. Ao verem que tais construções e suas funções originais, como representativas dos momentos históricos em que foram criadas e como exemplos vivos de que tudo se modifica com o tempo, põem por terra a noção, amplamente difundida, de que as coisas sempre foram e serão, sob certos aspectos, como o são na atualidade. Essa perspectiva permite aos alunos questionar a noção dominante de que as coisas que refletem o passado são ultrapassadas, de que o presente tem mais valor de que o futuro.

A experiência do estudo da história do lugar possibilitou que os alunos mudassem o olhar em relação aos mais idosos, à família e à comunidade – ao se

dirigirem a eles para conhecer aspectos da história local através de entrevistas e/ou fazendo uso da história oral, os estudantes puderam ver os idosos como pessoas merecedoras de respeito pelo papel de preservação da memória, essencial à sociedade humana. Nesse sentido, a história oral e a sua metodologia foram de fundamental importância para a pesquisa proposta uma vez que entrelaça a questão da memória com a significação e o recorte do espaço vivido. Portanto, as narrativas coletadas sobre o processo de formação do município indicaram as práticas constitutivas dos novos espaços que estavam surgindo em virtude do processo de crescimento da região. Ricoeur ressalta que uma cidade pode confrontar no mesmo espaço temporalidades diversas, sedimentando uma história multicultural que pode ser lida e interpretada.²⁵ Compreendidas dessa forma, as narrativas além de falarem de diversas temporalidades e culturas também podem revelar os conflitos existentes entre os diversos grupos sociais e suas respectivas representações/significações acerca do espaço.

Sua metodologia consiste, de forma bem geral, num conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de entrevistas gravadas que possam servir de fonte primária a pesquisadores de todas as áreas. A técnica compõe-se, geralmente, de entrevistas dirigidas através de roteiro elaborado antecipadamente. É

²⁴ RANGEL, Marília Machado. Educação Patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. p.15-36.

²⁵ RICOEUR, P. *L'a mémoire, l'a histoire, l'oubli*. Paris: Seil, 2000. p. 187

importante ressaltar que os roteiros não teriam um caráter de rigidez absoluta, já que seu objetivo é enriquecer os depoimentos com as diferentes experiências e práticas, próprias a cada um dos entrevistados.

A entrevista é gravada em fita magnética, sendo posteriormente transcrita, revisada e corrigida. Obtêm-se, daí, dois tipos de documento: o *gravado* e o *escrito* que se complementam, uma vez que o documento escrito perde características de entonação das frases, os vícios da comunicação oral ou as hesitações que podem ser recuperados nas fitas magnéticas.

Utilizando-se dos aportes e métodos da história oral, o trabalho buscou, num primeiro momento, coletar narrativas e testemunhos das gerações que vivenciaram o processo de formação do município. O procedimento de pesquisa respeitou alguns momentos específicos: listagem das testemunhas da formação histórica da região, tais como trabalhadores, políticos, fazendeiros e mulheres; preparar roteiros das entrevistas e seleção, agendamento e preparação (esclarecimento sobre os objetivos e quanto à dimensão do projeto) dos entrevistados; realização das entrevistas; transcrição das entrevistas.

As narrativas obtidas puderam descortinar testemunhos do tempo vivido. Dessa forma, a memória narrada como testemunho apresentou indícios de uma rede de relações históricas que lhe conferiu sentido e a projetou em sua dimensão social, permitindo a emergência de

outras leituras das configurações sociais e dando voz aos conflitos entre os novos territórios criados com o processo avassalador pelo qual a cidade e até mesmo a região passou.

Os vários discursos sobre a cidade, portanto, não podem ser pensados como referências verdadeiras que se impõem de forma natural, porque são “produtos das relações sociais desenvolvidas na cidade que em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade”, conforme propõe Déa Fenelon.²⁶ Desse modo, as relações sociais desenvolvidas nas cidades são historicamente determinadas, capazes de fornecer elementos para a compreensão das atitudes, desejos e projetos de homens e mulheres em épocas distintas.

O fato em si estabelece uma relação de proximidade e integração, presente tanto na execução das entrevistas como nos resultados que a experiência pôde oferecer. A aproximação mais estreita entre escola e comunidade foi possível com a finalização dos trabalhos reunidos em uma exposição cultural, organizada pelos próprios alunos. Os resultados alcançados com a participação direta de membros do mesmo grupo social na recuperação de sua história possibilitou discussões e busca de soluções para os problemas comuns que mais afetam seu dia-a-dia, no cotidiano do lugar onde

²⁶ FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades: pesquisa em história*. São Paulo: PUC-SP/Editora Olho d'água. 1999. p. 6. Ver também BRESCIANNI, Maria Stella M. *Cultura e história: uma aproximação possível*. p. 35-53. RODRIGUES, Antonio Edmilson M. *A cidade na história*, p. 33-68.

convivem, adequando-se essa proposta à didática da história e sua finalidade.²⁷

A exposição aberta a toda comunidade, abriu para visitação após momento solene que contou com a participação do prefeito da cidade, vereadores, polícia militar e membros da comunidade em geral. As reações dos alunos foram de grande satisfação, pois puderam sentir que aproveitaram mais a experiência quando viram um produto final tangível. Uma sessão de diapositivos como, vídeos, apresentação de dança folclórica (caboclo), apresentação com o cantor, compositor e poeta local João Caetano, exposição de fotografias e objetos, participação da professora da Univale (Universidade Vale do Rio Doce) Maria Terezinha Bretãs Vilarino e do ex-prefeito do município José Dias Bicalho que gentilmente alegrou a todos com alguns casos da vida cotidiana da cidade, textos e trabalhos feitos pelos alunos compunham as atividades ao longo de um único dia até o encerramento no final da tarde.

Resultados

Acreditamos que a experiência teve resultados capazes de repercutir na comunidade local de diferentes formas. A primeira delas representa um dos desdobramentos mais relevantes acerca da História do Lugar. Consiste em criar pequenos centros de referência e preservação da memória e da cultura local nas escolas, com acervos formados pelas fontes

coletadas e selecionadas (reproduzidas em papel, informatizadas ou com outros recursos disponíveis) e pelos melhores trabalhos finais realizados pela equipe de alunos e professores. Os acervos assim reunidos, além de propiciar a produção de novos estudos, cada vez mais abrangentes, abertos à comunidade local em determinados horários, serão uma nova forma de atraí-la para a escola, numa relação de troca crescente entre ambas.

São necessários eventos que propiciem uma troca de conhecimentos, de experiências e outras formas de relacionamento que levem à interação entre a escola e a comunidade. E, por que não? à recuperação e à preservação da memória e das identidades locais, subtraídas por forte padronização, banalização e mediocridade cultural, reforçada por crescente movimento de internacionalização da economia nas últimas décadas.

Finalmente, tomando a educação patrimonial como um campo de pesquisa, como foi analisado e desenvolvido, faz-se necessário enfatizar o quanto ela necessita ser apropriada por um maior número de professores. Alargar o campo de pesquisa, fazendo com que as decisões relacionadas à preservação sejam compartilhadas por um número maior de atores sociais. É um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas de preservação e de educação na atualidade.

Ao considerar que a História é marcada por duas características essenciais, a mudança e a diferença, é importante não deixar de levá-las em

²⁷ FONSECA, Selva Guimarães. *Op. cit.* p. 109-123.

conta nesta discussão. Dessa forma, ultrapassa-se a percepção do nosso patrimônio como mera preservação de restos do passado, que expressam apenas a vontade, o desejo e a memória de poucos, quase nada dizendo sobre a diversidade e as dinâmicas culturais que efetivamente marcam a riqueza de nossas cidades, regiões ou país.

Referências bibliográficas:

CORSETTI, Berenice. Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Papirus Editora.

HORTA, Maria de Lourdes P. Fundamentos da educação Patrimonial. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre:

FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000.

ITAQUI, José. Educação Patrimonial e desenvolvimento sustentável. In: *Revista Ciências & Letras*. Porto Alegre: FPAECL, n. 27, jan/jun. 2000.

MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*.

RANGEL, Marília Machado. In: Secretaria de Estado da Educação. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

RICOEUR, P. *L'a mémoire, l'a histoire, l'oubli*. Paris: Seil, 2000.

SANTOS, J. J. M. dos. *História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental*. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, Vol. 9 (1), janeiro 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Submetido em 21 de janeiro, 2011.

Aprovado em 11 de março, 2011.

DIRETRIZES PARA AUTORES/AS

Criada em 2000, a Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS é uma publicação do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia /CDHIS/ INHIS/UFU. Com o objetivo de publicar artigos relacionados às temáticas referentes à história, aos arquivos, acervos, documentos, patrimônio e à memória, trata-se de um veículo de divulgação dos resultados de pesquisas em andamento nos Programas de Pós-Graduação em História e no campo das Ciências Sociais e Humanas, inclusive da Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

A publicação é organizada por meio de uma seção permanente intitulada Arquivo, Documento e Memória, dossiês temáticos e artigos livres, notas de pesquisa, relatos de experiências, resenhas e traduções.

O material para publicação deverá ser submetido no portal do SEER (<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis>), no campo apropriado, após cadastro do autor (fazer login), conforme as seguintes normas: digitação em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, obedecendo, para margens, as medidas: direita e inferior: 2,5cm; superior: 3cm; esquerda: 4cm. Citação com mais de três linhas destacada, com espaço simples 1,0 e recuo de 4cm.

É preciso observar, ainda, a seguintes normas:

1º Os trabalhos digitados devem estar de acordo com padrões atualizados da ABNT em vigor;

2º os artigos de autoria de graduandos poderão ser submetidos, desde que recomendados por seus respectivos professores-orientadores ou em co-autoria. No caso de recomendação, esta deverá ser explicitada pelo(a) professor(a) orientador(a) no campo de metadados do autor, disponível no SEER.

3º os artigos encaminhados para publicação devem conter um mínimo de 10 e um máximo de 25 páginas, incluídos os anexos; as resenhas deverão ter entre 4 e 6 páginas; ambos devem respeitar as seguintes especificações técnicas: não conter nome(s) do(s) autor(es);

4º os artigos deverão conter intertítulos, sem uso dos termos Introdução e Conclusão; os artigos podem ser acompanhados de ilustrações (gráficos, fotos, mapas, quadros, entre outros) e/ou tabelas, com legenda e fonte (se houver), em formato JPG, com resolução de 300 dpi;

5º é necessário o envio de um resumo de 100 a 250 palavras na língua original (português ou espanhol) e inglês; palavras-chave na língua original (português ou espanhol) e inglês (máximo 5) (ABNT NBR 6028);

6º a indicação das citações no texto deve obedecer ao sistema numérico, com chamadas para notas de rodapé (sejam referenciais ou explicativas) (ABNT NBR 10520);

7º as referências ao final do texto devem seguir a ordem alfabética (ABNT NBR 6023).

Modelos de referência:

A) Livro no todo

SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Exemplos

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido. 19. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

B) Coletânea (capítulo de livro)

SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). Título em itálico. Local de publicação: Editora, data. Página inicial-final.

Exemplo

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. p. 13-28.

C) Artigo de periódico impresso e disponível na internet

SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico, Local (cidade), volume e/ou ano, número, página inicial-final, mês abreviado e ano de publicação.

Exemplos

MENDONÇA, Paulo Knauss de. Usos do passado e arquivos: questões em torno da pesquisa histórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, ano 22, n. 40, p. 9-16, jan./jun. 2009.

LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, dez. 2009. Disponível em: (...) Acesso em: 29 jun. 2010.

D) Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses

SOBRENOME DO AUTOR, Nome. Título do trabalho em itálico: subtítulo. Data de entrega. Tipo de trabalho (Grau) – Vinculação acadêmica, local e data de apresentação ou defesa.

Exemplo

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular e desenvolvimentismo em Minas Gerais: caminhos cruzados de um mesmo tempo (1950-1985). 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Universidade Federal de Uberlândia

Cadernos de Pesquisa do CDHIS

ISSN: 1981-3090

